

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

JÉSSICA NAYRA SAYÃO DE PAULA

**OS NOMES HISTÓRICOS DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS**

Belo Horizonte

2023

**OS NOMES HISTÓRICOS DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Linguística teórica e descritiva

Linha de pesquisa: Estudo da variação e mudança linguística

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra.

Belo Horizonte

2023

P324n

Paula, Jéssica Nayra Sayão de.

Os nomes históricos dos municípios de Minas Gerais [recurso eletrônico] / Jéssica Nayra Sayão de Paula. – 2023.

1 recurso online (207 f., il., gráfs., map., tabs., color.): pdf.

Orientadora: Maria Cândida Trindade Costa de Seabra.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudo da Variação e da Mudança Linguística.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 190-207.

1. Lexicografia – Teses. 2. Toponímia – Minas Gerais – Teses. 3. Antropolinguística – Teses. 3. História – Minas Gerais – Teses. 4. Sociolinguística – Teses. I. Seabra, Maria Cândida Trindade Costa de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 469.798



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS  
LINGUÍSTICOS

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Os nomes históricos dos municípios de Minas Gerais**

**JÉSSICA NAYRA SAYÃO DE PAULA**

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 11 de abril de 2023, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Maria Candida Trindade Costa de Seabra - Orientadora  
UFMG

Prof(a). Ana Paula Antunes  
RochaUFF

Prof(a). Ana Paula Mendes Alves de Carvalho  
IFMG

Prof(a). Celina Márcia de Souza  
AbbadeUNEB

Prof(a). Glauciane da Conceição dos Santos Faria  
IFNMG

Belo Horizonte, 11 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Candida Trindade Costa de Seabra, Professora do Magistério Superior**, em 12/04/2023, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Mendes Alves de Carvalho, Usuário Externo**, em 12/04/2023, às 20:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13](#)

[de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Glauciane da Conceição dos Santos Faria, Usuário Externo**, em 12/04/2023, às 23:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13](#)

[de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celina Marcia de Souza Abbade, Usuário Externo**, em 14/04/2023, às 21:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13](#)

[de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Antunes Rocha, Usuário Externo**, em 18/04/2023, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2158310** e o código CRC **5955A0CD**.

Não se escapa do passado. Ele é construído a partir de conceitos que nós empregamos para lidar com o dia a dia do mundo físico e social. Algumas vezes os conceitos encapsulam o passado sob a forma de processos causais (ex. "árvore", "mãe", "bombas"). Algumas vezes, é envolvido um passado institucional no caso de se falar em um governo ou uma criança ilegal, ou em casos que alguns critérios de legitimidade não foram encontrados. Mas, o controle do passado é sempre menos formal. (Peter Lee, 2011)

## AGRADECIMENTOS

Fazer um doutorado requer resiliência e persistência para se manter firme nesse propósito, pois a área de pesquisa é árdua e exige que o pesquisador tenha clareza para desenvolver o seu trabalho e compreender a sua importância, não só na área de atuação como também no meio social. Por isso, agradeço a Deus por ter me dado essa oportunidade de trilhar para os caminhos da pesquisa e me dar força para prosseguir. Sinto-me uma vencedora por ter chegado até aqui e ter conseguido percorrer toda essa jornada que foi transformadora e de grandes aprendizados.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais, que me acolheu desde a graduação e foi a mediadora nessa trajetória do meu ensino universitário público. Agradeço à Faculdade de Letras, onde passei grande parte da minha vida acadêmica e me transformou nessa área, além da profissional e pessoal. É um lugar que me deu grandes oportunidades, onde fiz minha graduação (licenciatura e bacharelado), iniciação científica, projetos de extensão, mestrado e agora doutorado. Desde a graduação, tive o privilégio de ser acompanhada e orientada pela professora querida Maria Cândida, que foi primordial ao longo desses anos e foi uma das pessoas que me motivou a seguir na área acadêmica. À minha orientadora, o meu carinho, meu agradecimento por cada palavra, cada momento em que me chamou a atenção e me impulsionou para que chegasse até onde cheguei. Agradeço a CAPES pela oportunidade de custear os meus estudos ao longo desses anos e por contribuir para o progresso das pesquisas na área da linguística.

Agradeço aos meus pais, Hugo e Sônia e a minha irmã, Juliana, que sempre acreditaram em mim e enxergaram o meu potencial. Cada palavra afetiva e motivadora, cada sorriso, cada torcida, foram primordiais para que eu não desistisse nos momentos de dúvidas e de cansaço. Essa luta foi nossa, pois acompanharam tudo ao longo desse processo e sempre se mostraram orgulhosos das minhas lutas e conquistas. A vitória que conquistei foi por ter a inspiração em vocês que me ensinaram grandes valores e a importância de ter foco e força para se concretizar os objetivos.

Agradeço aos meus amigos, que são meus irmãos de coração, e mesmo com a distância, sempre estiveram ao meu lado e torcendo por mim: Alysson, Edivânia, Bella, Carlos, Regis, Lari, Maris, Raísa, Daniele, Anna Paula, Deborah, Rachel, Rita, Giovanna, Shirlene e outros que estão no meu coração. Agradeço a Marianna Franco, uma amiga querida que tive a alegria de conhecer na pós-graduação e foi primordial nesse período do doutorado, graças ao constante incentivo, a parceria, as trocas e as palavras valiosas de apoio nos momentos difíceis.

Agradeço a todos que estiveram presentes na minha vida ao longo desses quatro anos, direta e indiretamente. Sou grata a tudo e a todos e estou imensamente feliz por essa vitória!



## RESUMO

Os estudos toponímicos são uma parte aplicada da linguística que se dedicam aos nomes de lugares, a fim de demonstrar a grande importância destes para o conhecimento dos aspectos histórico-culturais de um povo e de uma sociedade. Considerando que a cultura do grupo é determinante na condução do saber-fazer denominativo, o qual se mostra responsável pelas novas séries de designação que formam a cadeia lexical, a pesquisa direciona seu foco para os nomes históricos dos municípios de Minas Gerais. Conforme o modelo de taxonomia toponímica proposto por Dick (1990a), os historiotopônimos são classificados, como nomes de lugares relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como as datas correspondentes. Esta pesquisa amplia mais essa taxa, incluindo os antropônimos que se tornaram históricos nomeando municípios mineiros. Baseando-nos em pressupostos teóricos e metodológicos propostos por Dauzat (1926), Dick (1990a), Seabra (2004) e Faria (2017), trabalhamos com dois *corpora*: um de dados contemporâneos e o outro de dados históricos. Contabilizamos 119 historiotopônimos, propondo para eles uma subdivisão em 4 categorias, a saber, internacional, nacional, estadual e municipal. Após análises quantitativas e qualitativas, relacionando-os à realidade e à cultura, adotamos o modelo para os antropotopônimos proposto por Faria (2017) que expande o modelo de Dick (1990a) para essa taxa. Vimos que o estudo dos antropônimos históricos abordados nesta pesquisa possibilitou compreender e conhecer mais sobre a cultura e a história do estado de Minas Gerais. Além disso, ficou claro que os antropônimos de cunho histórico são importantes, uma vez que podem ser vistos como uma ferramenta capaz de reconstruir o passado e manter a memória de feitos importantes de algumas personalidades para a sociedade.

**Palavras-chave:** Historiotopônimos; Minas Gerais; Antropônimos; Patrimônio; Sociedade.

## ABSTRACT

Toponymic studies are an applied part of linguistics that are dedicated to place names, in order to demonstrate their great importance for the knowledge of the historical-cultural aspects of a people and a society. Considering that the group's culture is decisive in conducting the denominative know-how, which is responsible for the new designation series that form the lexical chain, the research directs its focus to the historical names of the municipalities of Minas Gerais. According to the toponymic taxonomy model proposed by Dick (1990a), *historiotoponyms* are classified as names of places related to social-historical movements and their members, as well as the corresponding dates. This research extends this tax even further, including the *anthroponyms* that became historic naming municipalities in Minas Gerais. Based on theoretical and methodological assumptions proposed by Dauzat (1926), Dick (1990a), Seabra (2004) and Faria (2017), we work with two corpora: one of contemporary data and the other of historical data. We counted 119 *historiotoponyms*, proposing a subdivision for them into 4 categories, namely, international, national, state and municipal. After quantitative and qualitative analyses, relating them to reality and culture, we adopted the model for *anthropotoponyms* proposed by Faria (2017), which expands Dick's model (1990a) for this tax. We saw that the study of historical *anthroponyms* addressed in this research made it possible to understand and learn more about the culture and history of the state of Minas Gerais. In addition, it became clear that historical *anthroponyms* are important, since they can be seen as a tool capable of reconstructing the past and keeping the memory of important achievements of some personalities for society.

Key words: *Historiotoponyms*; Minas Gerais; *Anthroponyms*; Patrimony, Society.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Onomástica .....	22
FIGURA 2 – Triângulo sentido-nome-referente .....	23
FIGURA 3 – Referência e Onomástica .....	24
FIGURA 4 – Mesorregiões de Minas Gerais .....	40
FIGURA 5 – Os Historiotopônimos e suas subdivisões .....	63
FIGURA 6 – D. Maria Ana de Áustria – rainha de Portugal .....	168
FIGURA 7 – Princesa napolitana Teresa Cristina de Bourbon .....	169
FIGURA 8 – Imperatriz Teresa Cristina .....	170
FIGURA 9 – Princesa Dona Leopoldina (1864) .....	171
FIGURA 10 – Bárbara Heliodora .....	173
FIGURA 11 – Joaquina do Pompéu .....	175
FIGURA 12 – Carimbo postal da estação, com o nome de Santa Euzébia .....	177
FIGURA 13 – Nova proposta de classificação dos Antropotopônimos .....	178

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Dados numéricos e percentuais dos historiotopônimos .....	143
GRÁFICO 2 – Os tipos de denominações anteriores dos historiotopônimos .....	158
GRÁFICO 3 – As denominações anteriores dos historiotopônimos .....	159
GRÁFICO 4 – Gênero dos historiotopônimos .....	166

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Classificação Onomástica.....	22
QUADRO 2 – Sintagma toponímico.....	31
QUADRO 3 – Antropônimos.....	44
QUADRO 4 – Historiotopônimos.....	50
QUADRO 5 – Nomenclatura das ruas.....	54
QUADRO 6 – Nomes históricos internacionais.....	56
QUADRO 7 – Nomes históricos nacionais.....	56
QUADRO 8 – Nomes históricos estaduais.....	57
QUADRO 9 – Nomes históricos municipais.....	57
QUADRO 10 – Nomes originais x nomes histórico.....	57
QUADRO 11 – Variação e mudança toponímica dos historiotopônimos.....	65
QUADRO 12 – Ficha lexicográfica.....	66
QUADRO 13 – Historiotopônimos.....	132
QUADRO 14 – Historiotopônimos internacionais e denominações anteriores.....	136
QUADRO 15 – Historiotopônimos nacionais e denominações anteriores.....	136
QUADRO 16 – Historiotopônimos estaduais e denominações anteriores.....	137
QUADRO 17 – Historiotopônimos municipais e denominações anteriores.....	138
QUADRO 18 – Os Historiotopônimos e as profissões.....	145
QUADRO 19 – Historiotopônimos em destaques.....	149
QUADRO 20 – As motivações dos topônimos espontâneos.....	152
QUADRO 21 – Datas e denominações dos historiotopônimos/ séculos XVIII e XIX.....	154
QUADRO 22 – Datas e denominações dos historiotopônimos do século XX.....	155
QUADRO 23 – Classificação dos topônimos, conforme Faria (2017).....	179
QUADRO 24 – Os antroponímicos.....	180
QUADRO 25 – Os nomes originais x antroponímicos.....	182
QUADRO 26 – Os antroponímicos.....	184
QUADRO 27 – Nomes originais x antroponímicos.....	185
QUADRO 28 – Axiônimos nos nomes históricos.....	186

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>10</b>
1.1 Língua e cultura .....	10
1.1.1 Léxico.....	16
1.1.2 Estudos lexicais.....	19
1.1.3 Onomástica.....	21
1.1.4 Toponímia.....	25
1.1.5 O signo toponímico.....	29
1.1.6 Classificação toponímica.....	32
1.2. Breve histórico dos estudos toponímicos.....	35
1.2.1 O Projeto ATEMIG.....	38
1.3 Antroponímia.....	43
1.4 Historiotopônimos.....	48
1.4.1 Nomes históricos.....	48
<b>CAPÍTULO 2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....</b>	<b>60</b>
2.1. Construção dos <i>corpora</i> .....	61
2.1.1 <i>Corpus</i> de dados contemporâneos.....	62
2.1.2 <i>Corpus</i> de dados históricos.....	64
2.2 Tratamento e análise de dados.....	64
2.2.1 Análise descritiva.....	65
2.2.2 Elaboração de ficha lexicográfica.....	65
<b>CAPÍTULO 3 APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>67</b>
3.1 Fichas léxico-toponímicas.....	67
3.2 <i>Corpus</i> I: Dados contemporâneos.....	132
3.3 <i>Corpus</i> II: Dados históricos.....	136
<b>CAPÍTULO 4 ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>141</b>
4.1 Dados contemporâneos.....	141

4.1.1 Sobre as profissões/ocupações dos homenageados.....	145
4.2 Dados históricos.....	151
4.2.1 Sobre as datas de alterações dos topônimos.....	154
4.2.2 O apagamento cultural no processo de nomeação dos municípios.....	157
4.3 Os gêneros dos historiotopônimos.....	166
4.3.1 Sobre os nomes históricos femininos .....	166
4.4 Aplicando a proposta de classificação de Faria.....	178
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>187</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>191</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa se integra aos estudos toponímicos, como parte aplicada da linguística que se dedica aos nomes de lugares, a fim de demonstrar a grande importância desses para o conhecimento dos aspectos histórico-culturais de um povo e de uma sociedade. Tal exame possibilita que os fatos linguísticos, as ideologias e as crenças cultivadas no meio social possam ser reconhecidas por meio da investigação do processo de nomeação de determinados locais, estabelecendo uma relação estreita entre o homem e o meio em que vive. Considerando que a cultura do grupo é determinante na condução do saber-fazer denominativo, o qual se mostra responsável pelas novas séries de designação que formam a cadeia lexical, a pesquisa direciona seu foco para os historiotopônimos em Minas Gerais.

Os historiotopônimos, conforme o modelo de taxonomia toponímica proposto por Dick (1990a, p. 33), são aqueles “topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes”. Acrescentamos, nesta pesquisa, a essa definição, os antropotopônimos e axiotopônimos que dão nomes a cidades. Acreditamos que os nomes de pessoas, acompanhados ou não de títulos, quando migram do sistema antroponímico para o toponímico, permanecendo na memória de uma sociedade, podem ser vistos, em âmbito municipal, estadual, nacional ou internacional, também, como um nome histórico.

Assim justificado, esta pesquisa se propõe a analisar os nomes de lugares motivados por nomes históricos que nomeiam municípios mineiros. Esses topônimos que fazem parte do *corpus* da pesquisa são provenientes do banco de dados do Projeto ATEMIG/FALE/UFMG, projeto esse que tem como objetivo realizar o detalhamento da realidade toponímica no território mineiro. Partindo-se dessa análise dos topônimos, é possível reconhecer a importância atribuída às personalidades que em seu meio social mereceram destaque, tornando-se históricos.

Além do objetivo geral, que é o de realizar o estudo descritivo – linguístico e cultural – dos topônimos (nomes próprios de lugar) de motivação histórica, denominados historiotopônimos, presentes no estado de Minas Gerais, elegemos como objetivos:

- 1) realizar o levantamento de todos os topônimos de natureza histórica presentes no estado de Minas Gerais, por meio de consulta ao banco de dados do Projeto ATEMIG;
- 2) quantificar a ocorrência desses historiotopônimos;
- 3) confeccionar fichas léxico-toponímicas para cada historiotopônimo;

- 4) verificar o registro de historiотopônimos em épocas pretéritas, consultando documentos;
- 5) descrever e analisar linguisticamente os dados, contemporâneos e históricos, em informações sistematizadas nas fichas léxico-toponímicas;
- 6) conhecer e dar a conhecer quem eram as personalidades homenageadas, que deram nomes aos municípios mineiros;
- 7) sugerir uma expansão à classe dos historiотopônimos proposta por Dick (1990a), considerando, também, os antropotopônimos que nomeiam cidades como nomes históricos, em âmbito internacional, nacional, estadual ou municipal;
- 8) contribuir com as pesquisas do Projeto ATEMIG, na ampliação, na revisão e no aperfeiçoamento de seu banco de dados.

Dados os tópicos norteadores deste trabalho, faz-se necessária a apresentação e organização dos capítulos.

Em *Fundamentos teóricos*, no Capítulo 1, são apresentados conceitos importantes que são norteadores para execução deste trabalho, como a relação entre língua e cultura, cultura e léxico, destacando a Onomástica e suas principais divisões – Toponímia e Antroponímia. Realizamos uma pequena exposição dos trabalhos desenvolvidos pelo Projeto ATEMIG e nos concentramos nos nomes históricos.

No Capítulo 2, em *Procedimentos teórico-metodológicos* adotados nesta pesquisa, são apresentados os critérios utilizados para descrição e análise dos nossos *corpora*, composto de dados históricos e dados contemporâneos. Esses últimos advêm do banco de dados do Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais, o qual segue os procedimentos teóricos e metodológicos propostos por DAUZAT (1926) e por DICK (1990). Apresentamos o modelo da ficha lexicográfica utilizada, modelo Dick (1990), com adaptações, parte fundamental do trabalho, em que os dados são descritos de maneira detalhada.

Em *Fichas lexicográficas*, Capítulo 3, temos como foco as fichas historiотoponímicas preenchidas, correspondendo cada uma aos 119 topônimos computados nos dados da pesquisa. Nessas fichas organizamos, apresentamos, contextualizamos e descrevemos os dados toponímicos selecionados.

No Capítulo 4, em *Análise de dados*, são realizadas análises diversas e descrição quantitativa e qualitativa dos dados, por meio de gráficos e tabelas. Discutimos a subdivisão proposta para os historiотopônimos e suas variações e mudanças através do tempo.



Por meio deste trabalho, após o levantamento de dados e as análises realizadas, espera-se contribuir não só com os estudos linguísticos como, também, com outras pesquisas que integram outras áreas de conhecimento.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 Língua e cultura

Para se estudar a língua e compreender a sua relação com o falante, faz-se necessário discutir o conceito de “cultura”, uma vez que esse termo, sendo polissêmico, apresenta diversos significados e perspectivas que se relacionam com outras áreas do conhecimento. Primeiramente, precisa-se entender que a língua é um objeto cultural e suas manifestações na sociedade ocorrem, principalmente, no nível lexical. Segundo Eagleton (2005, p. 55) a língua é um “complexo de valores” que fazem com que os seres humanos sejam aptos a designar, classificar e individualizar tudo o que os cerca, dentro de um contexto sociocultural no qual se inserem. Desse modo, nesse complexo de valores, temos o conjunto de costumes, crenças e práticas que expressam o modo de vida de um determinado grupo de pessoas.

Considera-se, portanto, a cultura como um processo contínuo e acumulativo pelo fato de que o ser humano agrega conhecimentos e experiências que culminam na interação social entre os indivíduos por meio da língua, que é a difusora dessa cultura. No aspecto individual ou coletivo da identidade, a cultura apresenta um papel fundamental para delinear personalidades diversas, além de padrões de conduta e traços individuais, próprios de cada ser humano. Ela não é resultado de ações isoladas, mas, na verdade, de ações coletivas que se configuram na criação, na aprendizagem e na cooperação, estando constantemente enriquecida por meio de processos de cada um dos que compõem o todo. Isso permite ao indivíduo sua inserção no meio social, que o torna apto a conviver em grupos e a adotar padrões comportamentais que o fazem ser aceito.

O homem sempre necessitou expressar, desde pensamentos a sentimentos, sendo a língua a sua ferramenta intermediária para propiciar a comunicação verbal, seja por meio da fala, da escrita ou de outras formas de linguagem. Com isso, é por meio da língua que as relações sociais são firmadas, bem como a difusão das ideias e, principalmente, da cultura. O papel na sociedade desempenhado pelo indivíduo e a construção dele como ser social, político e ideológico, ocorre pela inseparabilidade do homem com a língua, uma vez que ela está presente em todas as suas ações, conforme Chauí (2006, p.155),

A linguagem é nossa via de acesso ao mundo e ao pensamento, ela nos envolve e nos habita, assim como a envolvemos e a habitamos. Ter experiência da linguagem é ter uma experiência espantosa: emitimos e ouvimos sons, escrevemos e lemos letras, mas, sem que saibamos como, experimentamos e compreendemos sentidos, significados, significações, emoções, desejos, ideias. [...] é que a linguagem tem a

capacidade especial de nos fazer pensar enquanto falamos e ouvimos, de nos levar a compreender nossos próprios pensamentos tanto quanto os dos outros que falam conosco. As palavras nos fazem pensar e nos dão o que pensar porque se referem a significados, tanto os já conhecidos por outros quanto os já conhecidos por nós, bem como os que não conhecíamos e que descobrimos por estarmos conversando.

A língua é viva e evolui constantemente na comunicação verbal, adequando-se a mudanças à medida que os falantes estabelecem suas relações sociais, para que sejam aceitos e compreendidos no espaço em que vivem, sendo ela o alicerce de suas vidas, já o homem é um ser social que interage em vários contextos, sejam eles político, religioso, familiar ou educacional, fazendo com que a sua consciência seja despertada para usar a língua de acordo com a necessidade. O processo de construção da língua ocorre pela constante interação dos indivíduos e isso favorece a evolução deles nas transformações da sociedade. A cultura, portanto, nada mais é do que um fenômeno da língua, pois é a palavra que a representa pelos significados culturais construídos, que são sustentados e movidos, fazendo com que uma não exista sem a outra. Dessa forma, pode-se dizer que

[...] a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados (BAKHTIN, 1997, p. 41).

Isso nos incita a compreender a importância da palavra no processo de construção cultural e identitária por ser a mediadora da cultura. Além de Bakhtin, citamos Duranti (2000) que traz a perspectiva da antropologia sobre o estudo da língua inserida no universo cultural, como um campo diverso e amplo. A antropologia mostra que a linguagem tem a sua importância na transmissão e reprodução da cultura e estabelece formas de organização social. Na visão de Duranti (2000), a antropologia linguística conceitua a linguagem como um conjunto de práticas que desempenha um papel essencial, como mediadora de aspectos materiais e imaginários. Para o antropólogo,

adquirir uma linguagem significa se tornar parte de uma comunidade de pessoas que participam de atividades comuns por meio do uso, nem sempre completo, de uma grande variedade de recursos comunicativos compartilhados. Neste sentido, a aquisição da linguagem significa fazer parte de uma tradição, em que se compartilha uma história e, portanto, ter acesso a uma memória coletiva, repleta de histórias, alusões, opiniões, receitas e outras coisas que nos tornam humanos (Duranti, 2000, p. 447- 448 – Tradução nossa).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> DURANTI (2000, 447- 448) "Adquirir un lenguaje significa formar parte de una comunidad de personas que participan en actividades comunes a través del uso, si bien nunca completo, de una gran variedad de recursos comunicativos

Por meio disso, podemos ver que língua e cultura não podem ser dissociadas, já que uma é parte da outra. Duranti (2000) nos mostra que o uso da língua é mediado culturalmente, pois é adequada e constitutiva de atividades específicas e culturais, tais como contar uma história, relatar, apresentar depoimentos etc. O pesquisador apresenta algumas “teorias da cultura” essenciais para compreendermos o quão importante é a linguagem por conduzir o “mais completo sistema de classificação de experiências” (Duranti, 2000):

a) a cultura como algo distinto da natureza: a cultura é algo que é aprendido, transmitido, herdado de geração a geração, mediada pela comunicação linguística. No entanto, a cultura não está ligada a traços genéticos, e, na verdade, está sujeita a influências do ambiente em que o indivíduo vive.

b) cultura como conhecimento: ocorre quando os membros de uma cultura compartilham certos modelos de pensamentos, visões de mundo, formas de inferências e suposições. É um tipo de conhecimento que se distribui socialmente. Isso demonstra que o indivíduo não é sempre o ponto final nos processos de aquisição e não está apenas na mente de uma pessoa, pois se encontra também nas ferramentas que ela utiliza.

c) a cultura como comunicação: a força comunicativa da cultura representa aspectos da realidade e também é capaz de conectar indivíduos, grupos, situações e objetos com outros que se relacionados em um sentido mais geral com outros contextos. Nesta perspectiva, o significado das mensagens, atos e situações ocorre por meio de conexões entre aspectos de uma situação específica e de outras, além de estabelecer relações convencionais entre os signos e seus conteúdos. O ato de comunicar não consiste apenas no uso de símbolos que representam crenças, sentimentos, identidades, acontecimentos, mas também pode indicar, pressupor ou projetar sobre o contexto que ocorre nos elementos mencionados. Desta forma, podemos dizer que, neste tipo de significado, uma palavra não se restringe a representar um conceito ou um objeto, mas, na verdade, estabelece conexões com um elemento do contexto que pode ser deduzido.

d) a cultura como sistema de mediação: esta ideia nos mostra que os seres humanos se valem de “ferramentas” tais como objetos de mediação que ficam entre eles e o que está a sua volta. Um dos objetos de mediação é a linguagem, a qual é considerada como

---

compartidos. En este sentido, adquirir un lenguaje significa formar parte de una tradición, compartir una historia y, por tanto, tener acceso a una memoria colectiva, repleta de historias, alusiones, opiniones, recetas, y otras cosas que nos hacen humanos. No adquirir un lenguaje, o tener unicamente un conjunto muy limitado de sus recursos, significa verse privado de esse acceso."

produto histórico, que deve ser entendida de acordo com o contexto em que é produzida em um determinado processo.

e) a cultura como um sistema de práticas: a língua não pode ser estudada sem levar em consideração as condições sociais que permitem a sua existência no meio, uma vez que consiste em um conjunto de práticas não só individuais, mas também coletivas.

f) a cultura como sistema de participação: O caráter social, coletivo, participativo e a comunicação linguística é algo inerente da cultura, pois é uma parte de uma rede de recursos semióticos, que discorre a nossa vida e vinculam o indivíduo a histórias sociais concretas e suas instituições.

Corrobora-se, portanto, a importância da língua para a compreensão da cultura, da identidade do indivíduo e da sociedade, tendo como relevantes os fenômenos culturais e sociais que constroem as relações dela com a linguagem.

Segundo Câmara Jr. (1972), a língua é um fato da cultura e uma está integrada à outra, pois o código funciona para a comunicação dos seus membros, fazendo com que eles dependam de toda cultura, para expressá-la como resultante de algo coletivo e global. Em cada um dos aspectos, o falante reflete as concepções adquiridas em sua vivência, desde as religiosas até as artísticas. Com isso, podemos afirmar que a língua é uma parte da cultura, cuja função é expressá-la para propiciar a comunicação e a socialização entre os falantes de uma comunidade. É por meio da língua que se processa o intercâmbio cultural na sociedade, acompanhando cada fato. Portanto,

(...) a Língua, em face do resto da cultura, é – o resultado dessa cultura, ou sua súpula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir. E mais ainda: só existe funcionalmente para tanto: englobar a cultura, comunicá-la e transmiti-la (MATTOSO CÂMARA JR., 1972, p.269).

Por meio da língua, os falantes que participam de uma atividade influenciam uns aos outros através da comunicação, que é a forma de se transmitir, manter e até modificar tudo aquilo que uma cultura constrói, de acordo com a influência de seu meio, ou seja, do ambiente no qual os indivíduos se encontram inseridos. Para se fazer uma reflexão sobre as influências do ambiente sobre o homem, pode-se citar Sapir (1969, p. 44) quando explana que

as forças sociais, que transformam as influências puramente ambientais, podem, por sua vez, serem consideradas como de caráter ambiental, no sentido de que cada indivíduo se acha colocado em meio a um conjunto de fatores sociais, a eles reagindo [...]. Essas forças sociais tradicionais estão sujeitas, por sua vez, a mudanças ambientais, entre outras, fato que põe em relevo a complexidade do problema das origens e desenvolvimento de uma cultura.

A afirmação de Sapir nos faz compreender que o ambiente influi sobre a sociedade. Tal influência pode ser impositiva ao indivíduo e, à medida que sofre mudanças, acrescenta visões de mundo por meio de uma identidade padrão, criadas para serem seguidas por cada meio social e indivíduo. Como afirma Hobsbawm (2013), a língua caracteriza o mundo em que vivemos, em um processo circular, de maneira que ele seja representado pela linguagem. Por meio dela, o falante é capaz de fazer leituras particulares do mundo e do que se encontra ao seu redor, o que implica na forma como interage e se integra na sociedade com suas manifestações linguísticas e conseqüentemente culturais, fazendo com que o ser humano construa a sua identidade partindo-se do que é criado coletivamente. Na visão de Dubar (1991, p. 07),

a identidade humana não é obtida de uma vez por todas no nascimento: ela se constrói na infância e, doravante, deve se reconstruir ao longo da vida. O indivíduo nunca a constrói sozinho; ela depende dos julgamentos dos outros quanto a suas orientações e das definições de si. [...] A identidade é ao mesmo tempo estável e provisória, individual e coletiva, subjetiva e objetiva, biográfica e estrutural, dos diversos processos de socialização que constroem os indivíduos e definem as instituições.

A construção de uma identidade permite que nela se reúnam diversas visões de mundo, criando símbolos e representações de acordo com a forma como o falante percebe a sua realidade, preocupando-se com os padrões sociais aos quais tem de se encaixar. Tal identidade é construída e determinada pela língua, resultando no compartilhamento do mesmo grau de complexidade linguística em face da cultura e do contexto em que o usuário da língua se insere. Nesse processo, o ser humano passa a se projetar na identidade cultural, que não é fixa, permanente, unificada e, tampouco, acabada. Na verdade, ela é uma “construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada” (SILVA, 2000, p. 97). Isso traz a reflexão de que no processo de construção da identidade tudo é passível de mudanças, alterações e inclusões que vão sendo realizadas e um elemento importante que faz parte disso e possui relação estreita com a língua é a memória. Ela também faz parte da constituição do sujeito e com isso é necessário acrescentar a dimensão de memória histórico-cultural da linguagem, que registra os fatos e apresenta um papel de mediadora entre duas temporalidades distintas: o tempo real e o tempo em que os acontecimentos foram documentados. A memória consiste em um retrato do passado que traz consigo uma história, uma identidade e uma linguagem a ser contemplada. Payer (2006, p.12) afirma que

A língua, em seu modo específico de inscrição na história e de existência material, pela memória discursiva que a acompanha, é um material inseparável do sujeito que ela constitui.

A língua vai muito além de signos aleatórios, frases e a sua gramática, pois ela se constrói por meio de outros elementos que são necessários para a perpetuação de conhecimentos, costumes, identidades e também da memória de uma determinada sociedade. Sobre essa questão, recorremos a Nora e Legott (1995) que abordam que a memória está em permanente evolução, tendo abertura para a dialética da lembrança e do esquecimento. Compreende-se, pois, que a memória, sendo individual ou coletiva, possui uma construção heterogênea cujas recordações perduram por meio de reciclagens. Para que a memória seja transferida, mantida e reconstruída, lança-se mão da língua, a qual exerce um papel importante nessa conservação e manutenção, para que o falante tenha acesso e possa usufruir de informações importantes para compreender as épocas pretéritas de acordo com a época em que vive. O registro dos fatos que acontecem e aconteceram com o sujeito em um determinado contexto pode ser eternizado pela memória, mostrando a dimensão do pensamento histórico-cultural construído por meio da linguagem.

A língua existe para mostrar o quanto a realidade não é pronta e acabada. Nos relatos memorialísticos, os sentidos não são estáticos, pelo fato de que atribuem valores pessoais, pontos de vista e percepções que cada falante carrega em si, ou seja, a memória individual, e o que é construído em contato com outros falantes que, juntos, criam algo em comum que é transmitido por várias gerações, que é a memória coletiva. Desse modo, temos a diferença entre o que é coletivo e o que é individual, sendo ambos de grande importância na formação social. Para fazer uma reflexão sobre a profunda ligação entre a memória e a linguagem, Bosi (1994, p. 56) afirma que

O instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima, no mesmo espaço histórico e cultural, a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual. Os dados coletivos que a língua sempre traz em si entram até mesmo no sonho (situação-limite da pureza individual).

De acordo com as reflexões realizadas, podemos perceber o quanto a língua é essencial à vida do ser humano, sendo mais do que um código, por ter caráter sociocultural. Ela constrói uma cadeia de significados que é compartilhada por um grupo coletivo de falantes, os quais são influenciados em suas relações socioculturais, integrando outros falantes e moldando suas práticas comunicativas, de acordo com a necessidade. Além disso, o falante não vive apenas em seu próprio sistema, uma vez que interage e contribui com a construção da cultura, da identidade e da memória de uma comunidade.

### 1.1.1 Léxico

Dentro do contexto dos estudos linguísticos, perspectiva sobre a qual se desenvolve esta pesquisa, é necessário compreender a importância do léxico como parte da história, pois as mudanças no vocabulário ocorridas ao longo do tempo estão relacionadas com mudanças políticas e culturais de uma sociedade. Dessa forma, podemos dizer que o léxico pode ser considerado como um conjunto de vocábulos de uma certa língua natural, constituindo-se como um sistema linguístico aberto, dinâmico e ilimitado, cuja abrangência se dá por meio da vivência de uma comunidade, tornando-se, portanto, um acervo cultural de cada sociedade.

Segundo Biderman (1998, p.12),

[...] o léxico de uma língua natural pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras.

De acordo com o fragmento, podemos dizer que o processo de nomeação, em aspectos gerais, não ocorre ao acaso, pois o léxico é um reflexo do ambiente social de seus falantes, de acordo com a visão de mundo por eles vivenciada. Isso faz com que as comunidades linguísticas sejam representadas de formas distintas, construindo um conjunto complexo de símbolos que envolvem aspectos físicos e sociais. Os aspectos físicos são relacionados às características físicas de uma região e aspectos sociais são as diversas forças sociais que moldam a vida e o pensamento de cada indivíduo, entre os quais estão a religião, os padrões éticos e a forma de organização política e artística. Dessa forma, podemos afirmar que o léxico é considerado o patrimônio de uma comunidade por ser responsável por expressar todo o universo existente em uma sociedade. Além disso, esse patrimônio lexical registra o conhecimento compartilhado pelos falantes, o qual se forma ao longo do tempo e se torna uma herança.

A formação do conhecimento humano se constrói a partir de como o usuário da língua percebe o ambiente em que está inserido e com ele interage, de modo que a percepção que se tem por meio dos sentidos leva à conceituação do real. Tal conceituação pode ser representada por um símbolo ou signo. A partir de então, o ser humano vai construindo o seu mundo por meio dos nomes que o designam. Com isso, compreende-se que no léxico, o nome certamente possui um papel importante para a formação do conceito de todas as coisas no mundo extralinguístico o qual não se constrói isoladamente. Dessa forma,



Um conceito não é uma formação isolada, fossilizada, imutável, mas uma parte ativa do processo intelectual, engajado constantemente em servir à comunicação, ao entendimento e à solução de problemas (Vigotsky, 2000, p.53).

Ao se referir ao léxico como um sistema linguístico ilimitado, deve-se considerar que a língua é dinâmica, assim como os seus conceitos, que podem ser reformulados de acordo com as aplicações nos contextos de uso. O nosso conhecimento de mundo pode ser revisto e reformulado de forma contínua, de modo que as palavras/ termos que se relacionam podem sofrer modificações no significante e no significado. A constituição do léxico se dá com o individual e/ou comunitário e a palavra/termo resultante tem uma função generalizadora, segundo Biderman (2001).

No processo de nomeação, é notória a percepção de quanto o mundo é variado e multiforme, sendo necessário o processo de categorização, que permite simplificar a diversidade existente na realidade, apresentando formas de conceituar e nomear o que existe, tendo como base aspectos não só linguísticos como também culturais, identitários e memorialísticos.

No léxico toponímico, que nomeia lugares de uma cidade, por exemplo, podemos observar a nomeação de logradouros com homenageados que remetem a acontecimentos importantes na história do Brasil, eternizados para designar logradouros, criando conexões com a memória do falante. De acordo com Sapir (1969, p.49),

O estudo cuidadoso de um dado léxico conduz a inferências sobre o ambiente físico e social daqueles que o empregam; e, ainda mais, que o aspecto relativamente transparente ou não-transparente do próprio léxico nos permite deduzir o grau de familiaridade que se tem adquirido com os vários elementos do ambiente.

Baseando-se nessa linha de raciocínio de Sapir, podemos dizer que o léxico de uma língua classifica de maneira única as experiências humanas de uma determinada sociedade, pois nomeia tudo aquilo que faz parte do seu mundo. Caracteriza-se como um sistema fundamental da língua, se quisermos compreender a identidade de determinadas sociedades. Na perspectiva adotada neste trabalho, considera-se a dimensão social da língua, em que o léxico se define como testemunha de uma sociedade e, como já exposto, não ocorre isoladamente, fazendo parte de uma estrutura social. Seguindo a perspectiva de Matoré (1953, p. 62), sobre a palavra, tem-se que:

não estando isolada, a palavra não pode dissociar-se em nenhum caso do grupo a que pertence. As palavras no interior do grupo não têm todas o mesmo valor: constituem uma estrutura hierarquizada. Esta estrutura é móvel; os movimentos a que obedecem às palavras e os grupos de palavras têm uma maneira correlativa: um vocabulário é um todo como a época que ele representa.

Para se estudar a língua, especialmente o seu léxico, é importante considerá-la sob uma perspectiva social, em que se compreende a relação entre ela, a cultura e a sociedade, nos moldes de uma pesquisa linguística. A influência do meio se reflete na língua, de forma que atuam sobre ele fatores de natureza social. A partir disso, o sistema lexical se constitui como um meio de representação da realidade dos seres humanos, uma vez que é o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações de uma comunidade, conforme Sapir (1969). Nessa mesma direção, podemos citar Oliveira e Isquardo (2001), as quais afirmam que

o léxico, saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo do saber vocabular de um grupo sócio-linguístico-cultural. Na medida em que o léxico configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações socioeconômicas e políticas ocorridas numa sociedade. Em vista disso, o léxico de uma língua conserva uma estreita relação com a história cultural da comunidade. Desse modo, o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeia e designam as diferentes esferas do conhecimento. Assim, na medida em que o léxico recorta realidades de mundo, define, também, fatos de cultura (OLIVEIRA e ISQUERDO, 2001, p. 9).

Mais do que um conjunto de palavras, o léxico é uma forma de registro do conhecimento, sendo o repertório total de palavras que existem na língua, um sistema amplo e expansivo. Ele acompanha as constantes mudanças socioculturais que vão aumentando o arcabouço lexical dos falantes que participam de uma comunidade linguística. O léxico oferece a eles meios para se construir novas palavras, a fim de dinamizar o sistema linguístico, tornando-o mais vasto, de acordo com as necessidades do ser humano em nomear o que surge ao seu redor no cotidiano. Desse modo, a língua torna-se adaptável à realidade e às transformações sociais. Seabra (2004) afirma que a definição do léxico deveria ser capaz de demonstrar o quão complexo e amplo esse sistema é, pois trata de designar, de modo convencional, o amplo e complexo sistema, constituído por meio de palavras, utilizado pelos membros de um grupo para estabelecerem a comunicação entre si.

No processo comunicativo, temos o registro do léxico, conjunto de palavras de um idioma, podendo ser considerado como patrimônio linguístico-cultural utilizado por membros de cada comunidade. Sabe-se que o léxico é processado a partir de atos significativos da realidade, os quais são categorizados em experiências e cristalizados em signos linguísticos, o que demonstra sua característica heterogênea, podendo ser percebida através do tempo, espaço, registro, variações que se dividem em:

- a) Diatópica (regional ou geográfica) – relacionada à região que o falante vive ou de onde ele veio.
- b) Diastrática (variante social) – identifica as diferentes características sociais dos falantes como grau de escolaridade, nível socioeconômico e gênero.
- c) Diafásica (variante estilística) – destaca o uso de formas linguísticas diferentes, de acordo com o contexto de fala.
- d) Diamésica (variação na fala e na escrita) – acontece entre a fala e a escrita ou entre gêneros textuais, suportes de transmissão de uma informação a ser transmitida.
- e) Diacrônica (variação histórica) – refere-se às variações que ocorrem de acordo com diferentes épocas vividas pelos falantes.

É importante ressaltar que o fato de o léxico ser heterogêneo não quer dizer que seja um sistema aleatório e desorganizado, pois segundo Basílio (2004), ele tem um teor de regularidade e é fundamental na organização linguística, tanto da perspectiva semântica e gramatical, quanto da textual e estilística. Nos estudos linguísticos, sua abordagem permite agregar conhecimentos de diversas vertentes da área como fonético-fonológicas, sintáticas, semânticas, discursivas e pragmáticas. Devido a isso, podemos dizer o quanto multifacetado é o léxico por permitir que um discurso possa se articular ao mundo exterior, por apresentar uma diversidade nos campos linguísticos que se conectam e criam significados quando se realizam em contextos distintos.

### 1.1.2 Estudos lexicais

Antigamente, as palavras eram estudadas isoladamente, sendo restritas à sua organização alfabética e definição. No entanto, no século XIX, o método comparativo-histórico favoreceu a abertura de novas vertentes de estudos científicos das línguas e assim surgiram os estudos do léxico. Segundo Abbade (2012), a partir das novas vertentes, a palavra passou a ter um enfoque nos estudos linguísticos sendo observada pelos seus elementos conceituais, funcionais e morfossintáticos, em que os seus aspectos formal e histórico passaram a se relacionar aos seus valores semântico e sociocultural. Com isso, dizemos que o estudo científico do léxico é nomeado de Lexicologia, o qual tem se desenvolvido desde os anos 50 do século XX. Sobre a Lexicologia, podemos dizer que se define

como um campo de conhecimento de caráter transdisciplinar, dado que a palavra é um lugar de encontro e interesse particular de muitas ciências a iniciar pela Filosofia que, desde seus primórdios, apreendeu a importância do *logos* para a vida

dos homens quer na perspectiva de sua individualidade, quer na da constituição da vida social (KRIEGER e FINATTO, 2004, p.44).

Considerando que a palavra é o objeto principal de estudo da Lexicologia, essa subárea analisa a estrutura interna do léxico, de acordo com suas relações e inter-relações nos diferentes subsistemas da língua, tendo-se em vista os aspectos teóricos e práticos. O conjunto de itens lexicais que representam e simbolizam uma determinada comunidade é o resultado das experiências vividas e acumuladas em uma sociedade, fazendo com que o léxico se torne um acervo da cultura dos falantes que compartilham conhecimentos a partir da palavra que cria formas de nomear e referenciar a realidade. O estudo do léxico mostra que, nessas formas de fazer referência à realidade, o falante constrói no vocabulário os costumes, as memórias, a sua própria identidade e a do grupo social em que está inserido. Portanto, nas palavras de Andrade (2001),

pode-se dizer que a Lexicologia é o estudo científico do léxico, isto é, propõe-se a estudar o universo de todas as palavras de uma língua, vistas em sua estruturação, funcionamento e mudança, cabendo-lhe, entre outras tarefas: definir conjuntos e subconjuntos lexicais; examinar as relações do léxico de uma língua com o universo natural, social e cultural; conceituar e delimitar a unidade lexical de base – a lexia –, bem como elaborar os modelos teóricos subjacentes às suas diferentes denominações; abordar a palavra como um instrumento de construção e detecção de uma “visão de mundo”, de uma ideologia, de um sistema de valores, como geradora e reflexo de sistemas culturais; analisar e descrever as relações entre a expressão e o conteúdo das palavras e os fenômenos daí decorrentes. (ANDRADE, 2001, p. 191)

É nesse sistema linguístico que o ser humano expressa os seus pensamentos e valores, organiza sua forma de vida, buscando preservar o que construiu ao longo dos anos, do tempo pretérito ou do presente. Devido à sua riqueza e diversidade, o léxico traz consigo visões de mundo de épocas e locais distintos que ajudam na transmissão de uma cultura, identidade e na sua inovação por meio de vocabulários que trazem ao falante formas de designar o mundo em que vive. O homem precisa da palavra para caracterizar o mundo ao seu redor e com ela constrói significados e referências a tudo que nomeia, passando a fortalecer seu universo antropocultural a partir da criação de registros e de manutenção de uma cultura. Dessa forma, o léxico é importante na disseminação de ideias, de conhecimentos gerais e até de figuras que se destacaram ao longo da história e se tornaram significativas em diferentes contextos e sociedades, para serem conhecidas por gerações distintas. Por isso “estudar o léxico implica também em resgatar a cultura” (ISQUERDO; KRIEGER, 2004, p. 11). Dessa forma, segundo Isquerdo (2001, p. 91),

o estudo do léxico regional pode oferecer, ao estudioso, dados que deixam transparecer elementos significativos relacionados à história, ao sistema de vida,

à visão de mundo de um determinado grupo. Deste modo, no exame de um léxico regional, analisa-se e caracteriza-se não apenas a língua, mas também o fato cultural que nela deixa transparecer.

Portanto, no estudo lexicológico, o pesquisador tem a palavra como o objeto central de pesquisa, uma vez que é geradora de recortes culturais e agrega o universo da significação, incluindo as nomenclaturas que fazem parte da interpretação da realidade. No universo da significação, temos os modelos propostos na análise do significado aplicados pela Lexicologia, em que a partir da segunda metade do século XX, Kurt Baldinger (1966) apresentou a teoria dos campos semasiológico e onomasiológico, pontos a serem discutidos na próxima seção.

### 1.1.3 Onomástica

A Onomástica se integra à lexicologia sendo caracterizada como área da ciência que estuda a origem e a formação dos nomes próprios, como uma parte da linguística que se ocupa do estudo científico do léxico. Possui duas subáreas principais de estudo: a Antroponímia e a Toponímia. A primeira tem como objeto de estudo os nomes próprios das pessoas, sobrenomes (parentais), alcunhas ou apelidos, ao passo que a segunda investiga os estudos dos nomes próprios de lugares. Nos estudos da Onomástica contemporânea temos como precursores Leite de Vasconcelos (1928) e Dauzat (1951). O primeiro focou seus estudos, sobretudo, na Antroponímia, ao buscar resgatar o sentido dos nomes próprios de pessoas, enquanto o segundo dedicou-se mais ao estudo da Toponímia, que estuda a motivação dos nomes próprios de lugares.

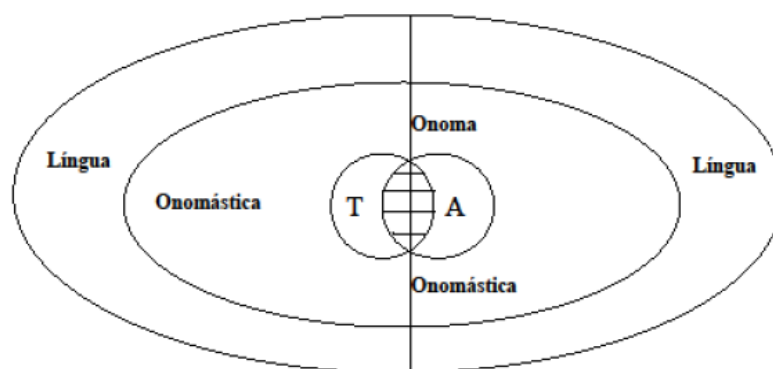
Leite de Vasconcelos construiu um manual, em 1928, que estabelecia conceitos e classificações a respeito do nome próprio e apresentou preceitos que foram primordiais para nortear e expandir os estudos onomásticos. Nesse manual, denominado “Antroponímia Portuguesa”, foram abordadas questões fundamentais, tais como as classificações relativas aos diversos tipos de nomes próprios que designaram a Onomatologia, a qual se decompõe em três disciplinas secundárias:

- 1) **Toponímia** (Onomatologia geográfica): estudo de nomes de locais, que incluem o elemento líquido (rios, lagos etc) e outros produtos da natureza (como árvores, penedos, entre outros) que dão nomes a lugares;
- 2) **Antroponímia**: nome de pessoas;
- 3) **Panteonímia** (engloba nomes “de toda espécie”, “variados”): nomes de astros, ventos, animais, seres sobrenaturais, navios e coisas. No estudo dos nomes de seres sobrenaturais, como nomes de deuses, temos também a “Teonímia”.

Posteriormente, em 1951, Dauzat construiu o conceito de Onomástica, apresentando a Toponímia e Antroponímia em seus respectivos focos de estudo e conceituou o termo citado como: “a união destas duas ciências (termo empregado às vezes erroneamente, como sinônimo de antroponímia).”

Conforme discorre Seabra (2004), a Onomástica se constitui em campos semânticos de formas variadas – pessoa e lugar –, que possuem a mesma relação de inclusão, pois se encontram em uma área de intersecção conhecida como *onoma* em que o vocabulário, ao deixar o seu valor pleno, transita para o uso onomástico e se reveste de caráter denominativo – em uso dêitico ou anafórico – passando a ser como referência topônimo ou antropônimo, seguindo direções que são opostas, mas, ao mesmo tempo, complementares. Percebe-se, portanto, que a Toponímia e Antroponímia seriam as mesmas partes de um mesmo objeto pelo fato de terem como intersecção o estudo genérico do nome próprio.

**Figura 1 – Onomástica**



$T \cap A$

T= Toponímia / A= Antroponímia /  $T \cap A$ = Intersecção

Fonte: Dick *apud* Seabra, 2004, p.38

Conforme Dick (1990a, p.130), em Onomástica, temos a junção entre nomeador, nomeado e receptor, que são apresentados no quadro abaixo:

**Quadro 1 - Classificação onomástica**

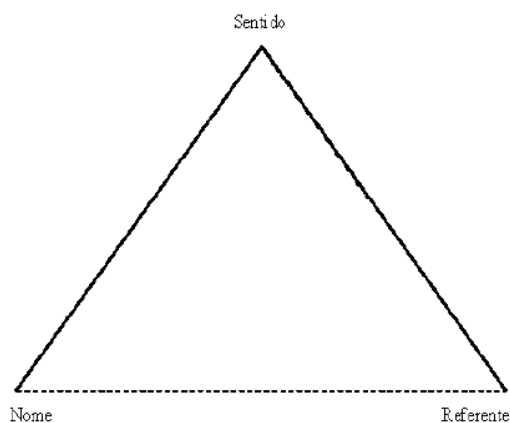
Classificação onomástica – Nomeador, nomeado e receptor	
Nomeador	sujeito, emissor ou enunciador responsável por nomear o objeto.
Objeto nomeado	espaço e suas divisões conceptuais, incorporados pela função referencial. É sobre ele que irá recair a ação de nomear dada pelo sujeito.
Receptor (enunciatário)	recebe os efeitos da nomeação e é qualificado como sujeito passivo.

Fonte: Dick (1990a, p.130).

Desse modo, a palavra se desloca do sistema lexical para o onomástico sendo convertido do plano onomasiológico (designação) para se integrar ao semasiológico (significação). Nesse processo, o nome se cristaliza e possibilita a sua transmissão às gerações seguintes, estando relacionado não só a algo sistemático e classificatório como também às questões históricas e culturais, estabelecendo funções referenciais na língua.

No que se refere às unidades lexicais, não se pode falar em Onomástica – toponímia e antroponímia, sem abordar a questão da referência. Kurt Baldinger (1966) apresentou modelos para a análise de estruturação do significado, pois, segundo ele, no campo, construindo-se a figura do triângulo baseado em Ogden & Richards (1923, p.11) e Ullmann (1957, p.12) para mostrar a relação triádica – sentido-nome-referente – em se tratando do léxico geral da língua, reaplicado por Lyons (1977, p.85) e Seabra (2006, p.1955-1956), podendo ser representada, conforme mostrado abaixo:

**Figura 2 - Triângulo sentido-nome-referente**

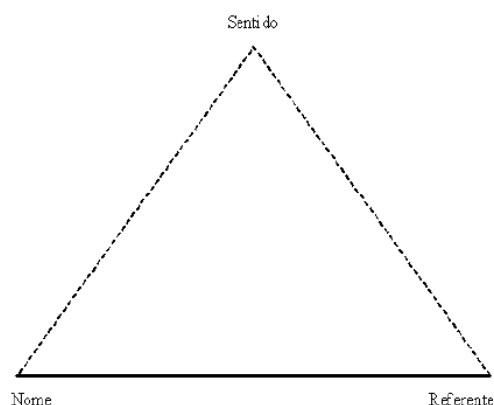


Fonte: Seabra (2004).<sup>2</sup>

A figura 2 mostra um triângulo cuja base tem uma linha pontilhada, ilustrando que, no léxico geral da língua, o nome passa pelo sentido para chegar ao referente. Para aplicar essas relações triádicas na Onomástica e suas respectivas divisões, Toponímia e Antroponímia, temos em Seabra (2006) uma demonstração diferente. A figura 3 mostra que a identificação dos nomes próprios não passa pelo sentido (pontilhado). Por ser um designador rígido, contendo características singulares, o nome faz uma ligação direta ao referente.

<sup>2</sup> Figura adaptada do triângulo de Ogden & Richards (1923, p. 11) e Ullmann (1957, p.12), reaplicado por Lyons (1977, p.85) e Seabra (2004, p. 34) que mostra a relação triádica.

### Figura 3 – Referência e Onomástica



Fonte: Seabra (2004)

A Figura 3 mostra que o sentido não costuma ser claro na Onomástica. Faz-se necessário em um estudo nessa área, buscar o significado, a memória esquecida, apagada pelo tempo.

O léxico da língua vai além de apenas nomear, como podemos observar, pois é através dele que se torna possível reconstruir a história dos grupos humanos ao se fazer levantamentos e análises dos antropônimos e topônimos. Os estudos onomásticos buscam reconhecer o percurso gerativo de um nome, de modo que favoreçam a recuperação de seu significado, que, muitas vezes, pode ser perdido ou esvaziado ao longo do tempo. Para compreender a nomeação, é preciso conhecer a construção da palavra em seu processo denominativo, a qual incorpora um conceito na operação mental, para que haja a cristalização do nome. Essa cristalização possibilita a transmissão do vocábulo para as gerações posteriores de falantes, para que tenham contato e compreendam a sua importância no meio social. Desse modo, o topônimo e o antropônimo vão além da expressão linguística dos nomes próprios, uma vez que os referentes os destacam.

A Onomástica é um campo valioso nos estudos linguísticos, pois o levantamento dos nomes de lugares possibilita um resgate à memória sociocultural e histórica, podendo trazer ao tempo presente acontecimentos históricos que foram esquecidos e vistos como menos importantes na sociedade.

Considerando que esta pesquisa aborda de forma específica os topônimos e, mais especificamente, os historiotopônimos, daremos destaque aos aportes teóricos relacionados a eles em uma seção específica sobre este assunto.



### 1.1.4 Toponímia

A Onomástica se apoia nos conhecimentos extralinguísticos de um povo, com o objetivo de recuperar e reconhecer a memória cultural de determinadas comunidades, constituindo-se como uma fonte importante de informações linguísticas, culturais, religiosas, históricas e ideológicas. Desse modo, tem-se a Toponímia como sua disciplina, cujo foco recai na investigação dos nomes de lugares, isto é, o léxico toponímico é uma expressão linguístico-social que reflete os aspectos históricos e culturais de uma determinada sociedade. A toponímia é dotada de um caráter interdisciplinar que interage com diversas áreas, como a Antropologia, as Ciências Sociais, a Geografia, a História, a Psicossociologia, entre outras.

Nomear um espaço consiste em uma prática cultural que sempre foi comum nas descrições históricas da civilização humana, segundo afirma Dick (1990a). No período da antiguidade, os lugares eram nomeados devido às disputas territoriais e por isso eram batizados pelos nomes das pessoas que exerciam domínio ou posse sobre tais terras. Com isso podemos pensar o conceito de Toponímia, o qual é tradicional, delimitado por Dick (1990b), como tendo como ponto inicial o sentido etimológico dos vocábulos, fazendo com que essa área tenha o foco nos estudos de nomes de lugares em sua tipologia física (córregos, rios, morros etc) e humana (aldeias, povoados, cidades etc).

A partir da identificação dos nomes de lugares, podemos compreender como se deu o processo de nomeação em que se refletem aspectos primordiais dos valores que se reuniram em um determinado contexto. O topônimo é uma forma lexical que possui a função semântica de identificar um ponto geográfico concreto, individualizando-o. Consiste no nome próprio de lugar que possui uma estreita e significativa relação com o contexto histórico político da comunidade a qual está ligado. Por meio dele, representa-se um determinado evento ou um acontecimento importante na história, para que ele seja eternizado pelos seus falantes. Ao realizar um recorte no plano das significações, resultante da ação do nomeador do logradouro, ocorre a designação de um momento vivido pelos falantes de uma dada região. Sobre a Toponímia, afirma Dick (1990b, p.17) que

desde os tempos mais remotos, o homem sempre deu nome aos lugares. E o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações no campo da linguística, geografia, antropologia, psicossociologia, enfim, da cultura em geral.

No momento em que há a nomeação, o topônimo torna-se a referência de entidade designada pelos falantes, apresentando-se como um instrumento onomástico de grande relevância para proporcionar a investigação linguística. Essa investigação do caráter motivador que o logradouro recebeu é a função da Toponímia. A partir disso, os topônimos possuem a função de distinguir os acidentes demográficos e podemos dizer que trazem consigo um caráter identitário pelo fato de retirar o objeto nomeado do anonimato, devido às relações simbólicas e icônicas que criam com o meio social. Esses nomes de lugar delimitam uma área, envolvendo os referentes que os destacam. Segundo Dick, os topônimos são

verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica (DICK, 1990a, p. 22).

Assim como Dick (1990a.), a visão do linguista Salazar-Quijada (1985), também citado em Carvalho (2014), corrobora que o estudo da Toponímia pode ser a única evidência histórica de alguns grupos humanos que residiram em uma área específica, de modo que apresente informações sobre a cultura de indivíduos ou eventos que foram significativos em uma determinada época. Isso evidencia a sua característica como bem patrimonial de qualquer país, uma vez que as nações apresentam suas singularidades em vista de outras a partir da designação de lugares. Salazar-Quijada (1985) apresenta a importância da Toponímia em diversos aspectos, como:

- a) importância cartográfica: os topônimos são importantes por expressarem a nomenclatura geográfica nos mapas. Por serem resultantes de atividades cartográficas, os mapas são mais do que materiais meramente ilustrativos, e, portanto, é fundamental que os nomes representem corretamente um logradouro;
- b) importância folclórica: os topônimos que aparecem em produções literárias como músicas e poemas, por meio de expressões culturais de um região por meio dos nomes de acidentes geográficos, cidades e estados mostram as influências desses nomes pelos povos com suas manifestações populares, os quais representam a sua identidade transmitida através de gerações;

- c) importância geográfica: os topônimos são importantes na área da geografia, pois identificam os acidentes e suas origens, sejam elas naturais ou culturais, de acordo com a relação que estabelece com o homem e o ambiente. Esses nomes favorecem no conhecimento detalhado dos geógrafos da geografia física, geografia humana, geografia regional e urbana do lugar, sendo importantes na área espacial;
- d) importância histórica: os topônimos são importantes, pois por meio deles é possível reconstruir a história e a cultura de um povo. Por serem considerados como dados históricos, eles podem revelar aos historiadores aspectos da língua, vida social e religiosa, atividades econômicas e migratórias dos habitantes que viveram e vivem em um determinado lugar;
- e) importância jurídica: os topônimos são importantes para a área jurídica por apresentarem precisão em nomes geográficos para identificar propriedades privadas e públicas, sendo uma base necessária para evitar relatos inconsistentes e inconformidades com a lei pública;
- f) importância linguística: os topônimos são importantes, pois o estudo dos nomes de origem geográfica e histórica possibilita ao linguista uma análise sobre suas origens, de acordo com os fundamentos toponímicos, para a reconstrução do passado histórico de um determinado povo. Além disso, a Toponímia é um fenômeno linguístico que se aplica aos fenômenos geográficos;
- g) importância patrimonial: os topônimos são importantes, pois são termos que particularizam o logradouro e seus habitantes, ao destacar sua importância histórica repleta de conquistas ao longo do tempo. Eles são considerados como acervo e patrimônio nacional e imaterial de uma pátria, em que se destacam com seus valores e singularizam o seu nome e os seus componentes;
- h) importância político-administrativa: os topônimos são importantes por situarem as propriedades públicas e privadas, com a finalidade de demarcá-las e destacá-las de forma precisa. Por meio deles, é possível construir referências para traçar os limites dos municípios, distritos, estados e países, sendo imprescindível nas atividades político-administrativas;
- i) importância social: os topônimos são importantes por terem um valor afetivo para os moradores de um determinado local, pois é por meio deles que prestam homenagem a pessoas e a acontecimentos importantes que desejam eternizar para que seja de reconhecimento coletivo. Pelo seu valor, as pessoas carregam consigo um sentimento

de orgulho e respeito na memória e história local com os nomes, sendo necessário respeitar a sua ortografia e pronúncia correta e a sua manutenção;

- j) importância viária: os topônimos são importantes por guiarem o indivíduo de forma precisa de um local de partida até o local de chegada por meio das placas das rodovias.

Como vimos, a Toponímia se caracteriza por ser um estudo amplo, relevante não só para os estudos linguísticos, mas também para outras áreas do conhecimento. É uma área que agrega um grande valor histórico, como afirmam Santos e Seabra (2012) em seus estudos toponímicos nos mapas históricos de Minas Gerais. Essas autoras apresentam uma visão ampla, mostrando que os topônimos têm grande relevância nas pesquisas históricas devido às especificidades dos fatos linguísticos no ato da denominação e da conservação ou não dos nomes no meio social, exercendo uma função referencial e informativa.

[...] isso se dá porque o topônimo, além de seu papel referencial, evidencia, também, caráter sógnico, sugerindo e apontando pistas, informações descritivas e designativas que ajudam a entender o passado e a interpretar fatos do presente; oferecendo verdadeiros testemunhos linguísticos, informações que podem ser utilizadas em diversas áreas do conhecimento humano, dentre elas, a geografia, a geologia, a arqueologia, a biologia e a história. (...) Por ser iconicamente simbólico, o nome de lugar nos fornece valiosas informações: i) aponta a origem histórica de povos antigos e a localização, com precisão, de sítios desaparecidos; ii) oferece descrições precisas de relevos, apontando paisagens que já tenham desaparecido em decorrência da ação antrópica ou da natureza; iii) indica a localização de nomes de rochas, estruturas do solo, locais antigamente minerados; iv) aponta um amplo *corpus* de nomes de lugares que se refere à fauna atual ou desaparecida; v) indica um vasto repertório popular que designa espécies vegetais; vi) fornece conhecimento sobre a vida religiosa, agrícola, etnológica, dentre muitos outros dados (SANTOS; SEABRA, 2012, p. 246).

O topônimo é um referencial memorialístico coletivo o qual, por meio do seu registro, traz diversos fatores que o concebem como uma expressão linguístico-social, sendo um reflexo de aspectos culturais marcantes. É um signo linguístico em função toponímica que possui especificidades, devido à sua natureza no processo de nomeação. Dick (1990b) aponta que não há na Toponímia a possibilidade de se existir signos sem motivação, pois o elemento linguístico comum, de função onomástica, integra-se ao processo de dedução de conexões entre o nome e a área designada por ele.

Segundo Biderman (1998), na Toponímia, o objeto é a realidade física e a nomeação é o grau máximo que constrói a identidade entre a palavra e a coisa referida, o que identifica o nome como seu referente. Nesta área, o nome fica atrelado ao seu referente, em que pode até ser transmitido de uma língua para outra. Para se compreender isso, é necessário

compreendermos também o signo e a motivação toponímica, que são de suma importância para os estudos nessa linha de conhecimento.

### 1.1.5 O signo toponímico

Para se entender a estrutura morfológica do signo toponímico, é necessário compreender preceitos acerca do signo linguístico. Baseando-nos nas ideias de Saussure (1972), que define o signo linguístico como a união entre o sentido e a imagem acústica, podemos dizer que o primeiro se refere à ideia ou conceito, sendo a representação mental de um objeto ou da realidade social em que o usuário da língua se situa e o segundo é a expressão, a impressão psíquica do som. Com isso, o signo linguístico é “uma entidade de duas faces” (p.80), ocorrendo, assim, a relação entre significado (sentido) e significante (imagem acústica). Os dois elementos constituem o signo e, segundo Saussure (1972), são interdependentes e inseparáveis, pois sem um não há o outro e vice-versa. Com isso, a arbitrariedade do signo e a linearidade do significante são fundamentais. Nos preceitos do linguista é possível inferir que nomear um referente com um determinado nome é algo arbitrário, podendo o nomeador lhe atribuir um nome qualquer (significante) em qualquer objeto de realidade.

Ullman (1964) questiona a noção saussuriana sobre a arbitrariedade do signo linguístico ao afirmar que em alguns contextos os signos podem ser considerados como motivados e transparentes e sua motivação semântica ocorre dentro de uma relação metafórica ou metonímica. Aplicando-se tais conceitos nos estudos toponímicos, Dick (1990a) não desconsidera a relação saussuriana de significante e significado, mas mostra que não é possível aplicar a ideia de que na Toponímia há signos imotivados, pois o elemento de função Onomástica ou identificadora de lugares está integrado a um processo de motivação, no qual é possível se deduzir conexões entre o nome e o logradouro em que foi designado. Nessa perspectiva, para a autora, a noção de arbitrariedade do estruturalista pode se aplicar no signo toponímico, já que o topônimo é considerado estruturalmente um significante animado por um significado.

A função do signo toponímico é indicar ou identificar um lugar e não necessariamente significar, pois os nomes de lugares, ao serem concretizados, ampliam a sua dimensão e passam a ser marcados por duas formas: uma, pela intenção do denominador no momento em seleciona, escolhe, um nome para a identificação do local e outra, pela origem de significado desse nome que se revela ou de modo transparente ou de modo opaco. A motivação semântica, nesse caso, relaciona-se aos aspectos sociais, culturais ou

ambientais, os quais podem ser motivadores no ato de nomear acidentes físicos ou humanos. O signo toponímico possui semelhança com os signos linguísticos, sendo pertencentes a esse sistema, mas o que o difere dos demais é não possuir uma natureza arbitrária e convencional, uma vez que o nome de um lugar representa a sua própria realidade ou a realidade de quem o nomeia.

O signo citado busca identificar o lugar ao invés de necessariamente significá-lo, fazendo com que o seu nome próprio tenha uma dimensão maior e passe a ser marcado pela intencionalidade do denominador, quando selecionou um nome para identificá-lo e pelo seu significado, que pode revelar ser transparente ou opaco. Pode-se notar, portanto, que o léxico toponímico é um universo amplo na língua e não está apenas restrito à sua estrutura de signo, mas circunscrito a diferentes espaços geográficos do território do sistema linguístico, conforme Isquierdo (2012). Esses espaços geográficos, ao serem nomeados, fazem parte de um léxico que é preservado por um momento histórico. Com isso, é importante ressaltar que, segundo autora no vocabulário comum, a manutenção do léxico possui uma estreita relação com seu uso frequente, ao passo que na Toponímia, o topônimo é perpetuado, projetado no tempo e mais autônomo. Percebe-se que, pela sua conservação linguística, a manutenção do signo toponímico é uma forma importante para a permanência da memória de vários povos, inclusive os que foram dizimados ao longo da história.

Segundo os preceitos de Dick (1998), para se entender o processo de motivação do signo toponímico deve-se relacionar a nomeação com a ideologia presente na memória de um povo, com as suas peculiaridades, levando-se em conta as questões tempo-situacionais que giram em torno dos conceitos básicos de *nomeador*, *objeto nomeado* e *receptor*. Para a autora,

a peculiaridade do processo denominativo é exatamente a constituição dessa cadeia gerativa de enunciação, que revela contornos particulares; um denominador isolado, construtor de uma mensagem (doador de um único nome ou de vários nomes, em situação de abrangência areal), interferindo em uma coletividade receptora, que passa a ser usuária do(s) designativo(s), sem que se restringisse na dinâmica do processo. A adequação da escolha, que passa pelo crivo da objetividade ou da subjetividade do nomeador, ainda que inconscientemente, será sentida ou pela reação do grupo ou pela análise do linguista, em uma fase posterior, distinta do momento inicial de marcação do lugar (DICK, 1998, p.103).

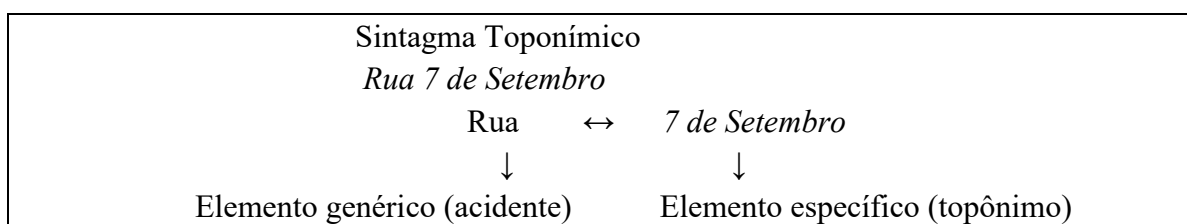
Partindo-se do pressuposto de que os nomes dados aos logradouros são motivados, é necessário delinear que não se pode restringir os estudos toponímicos apenas a sua origem etimológica. Deve-se investigar a sua motivação que se relaciona à escolha feita pelo designativo. Isso mostra que os nomes atribuídos aos locativos não ocorrem de maneira fortuita e aleatória, mas pela movência de sua impressão sensorial ou sentimental,

influenciado pela identidade, pela cultura individual e coletiva, eventos marcantes ocorridos sincrônica ou diacronicamente.

Ao designar o nome próprio de lugar, o topônimo une-se ao acidente geográfico que o identifica, constituindo uma relação binômica. Dessa união, podemos extrair dois dados básicos convencionalmente denominados, de acordo com Dick (1990b, p.10): a) *o termo ou elemento genérico*, que corresponde ao acidente geográfico que receberá a denominação, e b) *o elemento ou termo específico* – topônimo propriamente dito, que “particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes”, constituindo assim, o sintagma ou signo toponímico.

Tomemos o sintagma toponímico *Rua 7 de Setembro*. Podemos dizer que esse sintagma une o acidente geográfico *Rua* e o Topônimo, propriamente dito, *7 de Setembro*, conforme mostramos no quadro elaborado para este trabalho, apresentado a seguir:

### Quadro 2 – Sintagma toponímico



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Dick (1990b, p.13-14) categorizou as estruturas do signo toponímico de três formas, conforme a estrutura morfológica do topônimo:

**Topônimo simples (ou elemento específico simples):** é aquele que se faz definir por um só formante (seja substantivo ou adjetivo, de preferência), podendo, contudo, se apresentar também acompanhado de sufixações (diminutivas, aumentativas ou de outras procedências linguísticas). Exemplos: *Almas (PR)*, *Alminhas (RS)*, *Azeitão (MA)*, *Arrozal (PA)*.

**Topônimo composto (ou elemento específico composto):** é aquele que se apresenta com mais de um formador, de origens diversas entre si, do ponto de vista do conteúdo, gerando, por isso às vezes, formações inusitadas que, apenas a história local poderá elucidar, convenientemente. Exemplos: *Lava Roupa (GO)*, *Cachoeira Maravilhas dos Macacos (MG)*, *Duas e Dois (BA)*, *Fôlego do Sérgio (BA)*, *Apertada Hora (RN)*, *Apertado do Morro (BA)*, *Baixinha de Todos os Santos (MG)*.

**Topônimo híbrido (ou elemento específico híbrido):** é aquele designativo que recebe, em sua configuração, elementos linguísticos de diferentes procedências: a formação que se generalizou no país é *portuguesa + indígena* ou *indígena + portuguesa*. Exemplos: *Lajinha do Mutum (MG)*, *Matriz de Camaragibe (AL)*, *Mirante do Paranapanema (SP)*, *Lambari do Meio (SP)*, *Marabá Paulista (SP)*, *Miracema do Norte (GO)*.

A estrutura do sintagma toponímico e a sua motivação mostram que não se pode deixar de considerar o quanto o indivíduo é inovador para criar novas palavras, as quais se emendam, se misturam, podendo também aumentar ou diminuir as partes dos nomes que, muitas vezes, são incorporados na língua. Os estudos toponímicos mostram que os nomes de lugares mantêm as características originais daquele que os nomeou, tornando-se cristalizados com o tempo.

### **1.1.6 Classificação toponímica**

Nos estudos toponímicos, a relação da motivação entre denominador e objeto denominado é de grande relevância, de modo que esteja diretamente associada à formalização de modelos taxonômicos. Esses modelos são concebidos com o intuito de sistematizar as pesquisas onomásticas para organizar melhor e compreender as influências externas ou subjetivas que classificam os topônimos de várias origens. A partir de diversas linhas, alguns estudiosos propuseram modelos de classificação dos nomes de lugares dentre eles: Dauzat (1926), Leite de Vasconcelos (1931), Stewart (1954), Salazar-Quijada (1985) e Dick (1980). Apresenta-se, de modo sucinto, a seguir, as propostas de classificação toponímica sugeridas por cada um desses estudiosos. É necessário destacar que esta pesquisa tem seu foco na classificação dada por Dick (1990b), na qual se fundamentam a maioria das pesquisas contemporâneas dos estudos toponímicos realizados no Brasil.

O francês Albert Dauzat (1926) propôs uma classificação toponímica que foi baseada na ordenação histórica das formações dos nomes de lugar nas investigações dos topônimos. Para isso, ele os categorizou em dois campos: o da geografia física e o da geografia humana. O português Leite de Vasconcellos (1931) classificou os topônimos por línguas e por estrutura morfológica e propôs três categorias temáticas para a toponímia portuguesa, de acordo com as motivações de origem: nomes de lugar, modos de formação toponímica e categorias de nomes. Os dois autores citados, Dauzat (1926) e Vasconcellos (1931), trouxeram propostas de classificação que foram importantes para a base dos estudos toponímicos europeus, de modo que deram grandes contribuições para a área e influenciaram na elaboração de modelos taxionômicos elaborados por pesquisadores contemporâneos. O modelo adotado por eles permite ao toponimista resgatar não só aspectos socioculturais inscritos nos nomes geográficos, mas também as características físicas do lugar.

Já o norte-americano George Stewart (1954) se destacou nos estudos toponímicos nos Estados Unidos, pois procurou sistematizar de forma geral os topônimos



em categorias distributivas, baseando-se nos mecanismos da nomeação que especificou em nove itens: nomes descritivos, nomes possessivos, nomes comemorativos, nomes incidentais, nomes eufemísticos, nomes manufaturados, etimologias populares, nomes deslocados e nomes resultantes de erro em sua formulação.

Por seu turno, o venezuelano Adolfo Salazar-Quijada, em sua tese de doutorado “La Toponímia en Venezuela” (1985), considerou uma classificação baseada em cinco aspectos do nome: 1- seus elementos (simples e composto); 2 – sua extensão (microtopônimos, mesotopônimos e macrotopônimos); 3 – sua localização (terrestre e extraterrestres); 4 – sua aplicação (actinônimos, astinônimos, corônimos, insunônimos, hidrônimos, odônimos, orônimos, espeleônimos e selenônimos); 5 – seus motivos (fisiotopônimos, zootopônimos, fitotopônimos, mineratopônimos, epotopônimos, hagiotopônimos, somatopônimos, animotopônimos, cognotopônimos, animotopônimos, cognotopônimos, pragmatopônimos e toptopônimos). Essa classificação foi proposta devido à sua preocupação com os aspectos geo-históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos, que podem interferir na origem e manutenção dos topônimos.

No Brasil, Dick (1980) propôs um modelo taxonômico que foi criado baseando-se na realidade brasileira. O modelo dessa pesquisadora tem sido a referência para a maioria das pesquisas desenvolvidas no país sobre toponímia, por se tratar de uma nova forma de análise do objeto de estudo, sem limitá-lo apenas ao mapeamento dos lugares e à reconstituição etimológica. Dick afirma que

o sistema classificatório que elaboramos, em 1980, difere do de Stewart na finalidade. Possui uma visível base terminológica e se organizou no plano sincrônico das significações signicas, para evitar, na medida do possível, a recorrência à diacronia, na primeira etapa do processo. A pesquisa do material ilustrativo foi realizada no Índice dos Topônimos do Brasil, 1:1.000.000 (IBGE, 1968) e teve como objetivo reconhecer as características da nomenclatura Onomástica brasileira, determinando-lhe o padrão motivador e dando-lhe um tratamento semântico distribucional por áreas de ocorrência, segundo os parâmetros lexicais e terminológicos pertinentes. (DICK, 1999, p.141-142).

Na primeira versão, o modelo de classificação contava com dezenove categorias. Entretanto, em 1990, sofreu uma reformulação em que chegou a vinte e sete taxes, as quais foram divididas, segundo a sua natureza motivacional, em dois grupos: a) onze taxes de natureza física, cuja função é caracterizar o ambiente em todos os aspectos de sua formação tais como rios, córregos, dimensões, topografias etc. e b) dezesseis de natureza antropocultural, cuja caracterização se relaciona às manifestações psíquicas, sociais e culturais do homem, levando-se em conta o seu meio, sentimentos, títulos etc.

Dick (1990b, p.31-34)<sup>3</sup> apresenta um modelo de classificação taxionômica para os topônimos com 27 taxes, sendo 11 de natureza física e 16 de natureza antropocultural:

- a) Taxonomias de topônimos de natureza física:
- 1- Astrotopônimos:** topônimos relacionados aos corpos celestes em geral. Ex.: Rio da Estrela (ES);
  - 2- Cardinotopônimos:** topônimos relacionados às posições geográficas em geral. Ex.: Praia do Leste (PR);
  - 3- Cromotopônimos:** topônimos relacionados à escala cromática. Ex.: Ex. Rio Branco (AM);
  - 4- Dimensiotopônimos:** topônimos relacionados às características dimensionais de acidentes geográficos. Ex.: Ilha Comprida (AM);
  - 5- Fitotopônimos:** topônimos de índole vegetal. Ex.: Morro da Mata (MT);
  - 6- Geomorfotopônimos:** topônimos relacionados às formas topográficas. Ex.: Monte Alto (AH-SP);
  - 7- Hidrotopônimos:** topônimos resultantes de acidentes hidrográficos. Ex.: Água Boa (AH – MG);
  - 8- Litotopônimos:** topônimos de índole mineral, relativos também à constituição do solo. Ex.: Lagoa do Barro (BA);
  - 9- Meteorotopônimos:** topônimos relacionados a fenômenos atmosféricos. Ex.: Serra do Vento (PB);
  - 10- Morfotopônimos:** topônimos relacionados a formas geométricas. Ex.: Ilha Quadrado (RS);
  - 11- Zootopônimos:** topônimos de índole animal. Ex.: Lagoa da Onça (RJ).
- b) Taxonomias de natureza antropocultural:
- 1- Animotopônimos ou nootopônimos:** topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria-prima fundamental. Ex.: Cachoeira da Saudade (MT);
  - 2- Antropônimos:** topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex.: Antônio Dias (AH-MG);
  - 3- Axiotopônimos:** topônimos relativos aos títulos e dignidades acompanhadas de nomes próprios individuais. Ex.: Comendador José Farah (BH-MG);
  - 4- Corotopônimos:** topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex.: Rua Síria (BH-MG);
  - 5- Cronotopônimos:** topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos novo/nova, velho/velha. Ex.: Nova Viçosa (AH-BA);

---

<sup>3</sup> Os exemplos das taxes são da autora Maria Vicentina do Amaral Dick na sua obra “Toponímia e Antroponímia no Brasil” (1990, p. 31-34).

- 6- **Ecotopônimos:** topônimos relacionados às habitações de um modo geral. Ex.: Sobrado (AH-BA);
- 7- **Ergotopônimos:** topônimos relacionados aos elementos da cultura material. Ex.: Guarani (AH-PE);
- 8- **Etnotopônimos:** topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex.: Guarani (AH-PE);
- 9- **Dirrematotopônimos:** topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Valha-me Deus (AH-MA);
- 10- **Hierotopônimos:** topônimos relacionados aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maometana etc. Ex.: Cristo Rei (AH-PR) – às efemérides religiosas – Natal (AH-AC); - às associações religiosas – Cruz de Malta (AH-SC); aos locais de cultos: capela – Capela (AH-AL). Essa taxonomia apresenta duas subdivisões: Hagiotopônimos: topônimos relacionados aos santos e às santas do hagiológico romano. Ex.: Santa Tereza (AH-GO). Mitotopônimos: topônimos relativos às entidades mitológicas. Ex.: Ribeirão do Saco (ES);
- 11- **Historiotopônimos:** topônimos relacionados aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes. Ex.: Inconfidentes (AH-MG);
- 12- **Hidrotopônimos:** topônimos relacionados às vias de comunicação, rural ou urbana. Ex.: Avenida (AH-BA);
- 13- **Numerotopônimos:** topônimos relacionados aos adjetivos numerais. Ex.: Duas Barras (AH-BA);
- 14- **Poliotopônimos:** topônimos constituídos pelos vocábulos “vila”, “aldeia”, “cidade”, “povoado”, “arraial”. Ex.: Taubaté (AH-SP);
- 15- **Sociotopônimos:** topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade (largo, pátio, praça). Ex.: Serra dos Tropeiros (MG);
- 16- **Somatopônimos:** topônimos empregados em relação metafórica à parte do corpo humano ou do animal. Ex.: Pé de Galinha (AH-BA).

O modelo taxonômico é usado por muitos pesquisadores, devido ao fato de que a classificação de Dick oferece a possibilidade de adequação dos topônimos, no que se refere à amplitude de significados, fazendo com que possam ser classificados conforme a objetividade (natureza física) e com subjetividade (natureza antropocultural). Isso permite ao pesquisador adequá-lo à realidade de seu estudo toponímico.

## 1.2 Breve histórico dos estudos toponímicos

A toponímia é uma área investigativa de suma importância, não só para a linguística como também para outros campos dentro dos estudos científicos, uma vez que os

topônimos fazem parte do processo identitário de uma comunidade e os nomes de lugares simbolizam as marcas dos saberes culturais e históricos, os quais são disseminados por muitas gerações. De acordo com Dick (1990b), em 1878, na França, a Toponímia surgiu como um estudo disciplinar sistematizado quando foi introduzida na *École Pratique des Hautes-Études* e no Colégio de França por Auguste Longnon, sendo, em 1912, a obra *Les noms de lieu de la France* publicada postumamente por seus alunos. O pesquisador defendeu a Toponímia como uma ciência que permite ao investigador ter o conhecimento do processo de nomeação dos lugares, de acordo com a época e o meio social.

Em 1938, ocorreu o “I Congresso de Toponímia e Antroponímia” realizado por Dauzat, com a participação de estudiosos da língua provenientes de 21 países do mundo, com o objetivo de discutir metodologias e práticas relacionadas aos estudos toponímicos. Foram as pesquisas de Dauzat responsáveis por dar impulso aos estudos toponímicos e, segundo Zamariano (2010), aquele pesquisador concebeu a Toponímia como uma disciplina organizada cujo objetivo é investigar a origem e o significado dos nomes, considerando o método de área com duas grandes coordenadas: o tempo e o espaço. Esses dois aspectos assinalados pelo pesquisador mostram que o fato de o denominador pensar na denominação, que já constituía um nome, na verdade, isso consiste em apenas o elemento genérico ou o próprio acidente físico em si já existente no topônimo. Além disso,

o autor esclarece também que a classificação das designações inatas dos nomes de lugares pode ser estabelecida a partir de dois pontos de vista: i) a *formação externa* que abrange nomeações espontâneas (obra inconsciente da coletividade) ou sistemáticas (resultados de atos refletidos de autoridade, do fundador de uma cidade) e ii) os *sentidos intrínsecos* (sintetiza designações cujos elementos são emprestados da geografia, ou da reverência a homens ilustres (fundadores, proprietários), ou de ordem histórica (Zamariano, 2010, p.101).

As pesquisas de Dauzat foram relevantes, pois a partir das teorias toponímicas sistematizadas, os estudos realizados por ele despertaram o interesse e o envolvimento de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como Antropologia, Cartografia, Geografia, História etc, não se restringindo à área da Linguística.

A partir disso, os estudos toponímicos no Brasil passaram a apresentar uma outra configuração, pois, nos anos iniciais, os estudos sobre a área se focavam na análise dos topônimos de origem tupi, em que a obra clássica de Theodoro Sampaio, “O Tupi e a Geografia Nacional” foi o marco inicial das pesquisas em território brasileiro. Zamariano (2010) afirma que nessa obra há significativas orientações para as pesquisas da área toponímica, por conter vocabulário com sólida etimologia sobre a língua tupi e, além disso,

trazer ainda comentários acerca do predomínio do tupi na geografia nacional, apresentando, também, um resumo sobre a gramática da língua.

Em 1961, a partir do trabalho de Sampaio, Levy Cardoso desenvolveu sua pesquisa sobre a toponímica brasílica da amazônica intitulada “Toponímia Brasílica”, que difundiu a etimologia de topônimos da Amazônia de origem caribe e aruaque.

Em 1965, Carlos Drumond publica a obra “Contribuição do Bororo à toponímia brasílica”, a qual chamou a atenção para a questão de que os estudos toponímicos no Brasil necessitavam de metodologias mais apropriadas para descrever os topônimos, conforme ressalta Albino (2004, p. 44):

Para Drumond, aspectos importantes na análise dos fatos toponímicos, como a história das transformações dos nomes de lugares; a sua evolução fonética; as alterações de diversas ordens, o seu desaparecimento; a sua relação com as migrações, a colonização, os estabelecimentos humanos e o aproveitamento do solo; os nomes inspirados por crenças mitológicas visando algumas vezes a assegurar a proteção dos santos ou de Deus, seriam, assim, deixados de lado pelos estudiosos da área. Isso levou Drumond, em 1965, a concluir, com pessimismo, que efetivamente o Brasil ainda não possuía toponimistas.

Nos anos 80, orientada pelo professor Carlos Drumond, a professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick seguiu os seus passos. Baseou-se na teoria de Dauzat e desenvolveu sua tese “A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos”. Em 1990, publicou uma obra valiosa, “Toponímia e Antroponímia no Brasil”, cujo trabalho é considerado como norteador e impulsionador dos estudos toponímicos brasileiros.

Segundo Dick (1990b, p.46), a pesquisa toponímica brasileira deve estar pautada nestes dois aspectos importantes:

a – no estudo da natureza linguística dos topônimos que conformam a nomenclatura geográfica brasileira, provenientes das camadas linguísticas intercorrentes: a indígena, distribuída em suas diversas famílias; a portuguesa (ou brasileira propriamente dita); a africana; nomes de origem estrangeira, de filiação mais recente; análise dos fenômenos de linguagens pertinentes;

b – no estudo da motivação ou da natureza semântica dos nomes envolvidos no ordenamento onomástico brasileiro, de modo a se configurar as tipologias dominantes, segundo áreas específicas de ocorrências.

Tomando como ponto de partida os estudos de Dick, iniciaram-se vários projetos em diferentes universidades no Brasil como os que se citam a seguir:

A partir disso, os estudos da área no Brasil passaram a seguir os métodos de Dick, que se tornou líder do projeto ATB (Atlas Toponímico do Brasil) o qual originou

vários projetos que visam descrever a toponímia de diversos estados e regiões do Brasil, como os que se citam a seguir:

- ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo) – também coordenado pela professora Doutora Maria Vicentina do Amaral Dick;
- ATEPAR (Atlas Toponímico do Estado do Paraná) – coordenado pela professora Doutora Maria Antonieta Carbonari de Almeida;
- ATEMS (Atlas Toponímico do Mato Grosso do Sul) – coordenado pela professora Doutora Aparecida Negri Isquierdo;
- ATEMIG (Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais) – coordenado pela professora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra;
- ATITO (Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado de Tocantins) e ATT (Atlas Toponímico do Estado do Tocantins) – ambos coordenados pela professora Doutora Karylleila dos Santos Andrade Klinger;
- ATOBAH (Atlas Toponímico da Bahia) – coordenado pela professora Doutora Celina Márcia de Souza Abbade;
- ATAQB (Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira) e ATEC (Atlas Toponímico do Estado do Ceará) – ambos coordenados pelo professor Doutor Alexandre de Melo Sousa.

Esses projetos toponímicos têm como finalidade definir as características dos nomes regionais do país e também abordam estudos sobre o homem e a sociedade, tendo como base a teoria da linguagem e a investigação Onomástica.

Vinculada ao projeto ATEMIG, sediado na faculdade de Letras da UFMG, encontra-se esta pesquisa sobre o léxico toponímico motivado por nomes históricos.

### **1.2.1 O Projeto ATEMIG**

Nosso trabalho se insere, conforme já pontuado, no Projeto ATEMIG - Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais, em desenvolvimento na Faculdade de Letras da UFMG desde 2005.

Nesse Projeto, a metodologia utilizada segue:

- a) o “método das áreas” aplicado por Dauzat (1926) que propõe o remapeamento da divisão municipal, de acordo com as camadas dialetais presentes na língua padrão;
- b) a distribuição toponímica em categorias taxionômicas que representam os principais padrões motivadores dos topônimos no Brasil, sugerida por Dick (1990b).

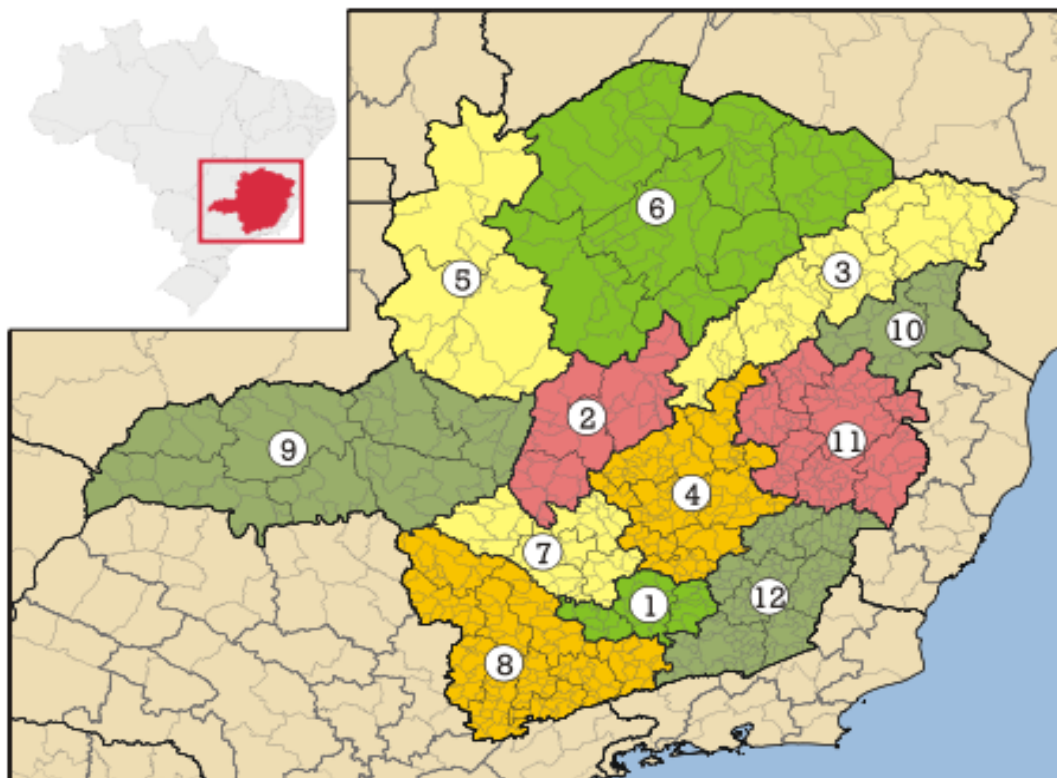
O Projeto ATEMIG tem 10 objetivos básicos, conforme Seabra (2012, p. 73-74):

1. Constituir um *corpus* com todos os topônimos presente nas cartas geográficas do IBGE, correspondentes aos 853 municípios mineiros;
2. Catalogar e reconhecer remanescentes lexicais na rede toponímica mineira cuja origem remonta a nomes portugueses, africanos, indígenas, dentre outros;
3. Classificar e analisar o padrão motivador dos nomes, resultante das diversas tendências étnicas registradas (línguas indígenas, africanas e de imigração);
4. Buscar a influência das línguas em contato no território (fenômenos gramaticais e semânticos);
5. Cartografar nomes de acidentes físicos e humanos do Estado de Minas Gerais;
6. Realizar gravações orais com o objetivo de coletar outros topônimos que não constam na rede toponímica oficial do estado;
7. Analisar a toponímia de mapas antigos que remetem ao território mineiro;
8. Realizar estudos diacrônicos a partir dos dados coletados;
9. Construir glossários toponímicos;
10. Estudar os nomes de logradouros (bairros, ruas, praças, becos etc) presentes em cidades mineiras.

Em um primeiro momento, visando constituir um *corpus* de dados contemporâneos para posteriores análises sincrônicas e diacrônicas, a equipe do Projeto ATEMIG coletou topônimos em todo o território mineiro, seguindo a divisão proposta pelo IBGE, que recorta o estado em 12 mesorregiões, conforme se visualiza no mapa apresentado a seguir; 1. Campo das Vertentes; 2. Central Mineira; 3. Jequitinhonha; 4. Metropolitana de Belo Horizonte; 5. Noroeste de Minas; 6. Norte de Minas; 7. Oeste de Minas; 8. Sul e Sudoeste de Minas; 9. Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; 10. Vale do Mucuri; 11. Vale do Rio Doce; 12. Zona da Mata.

### Figura 4 – Mesorregiões de Minas Gerais

MAPA 1 - Mesorregiões de Minas Gerais. Fonte: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em: 12 jun.2022.



Para cada região do território mineiro, foram feitos detalhamentos da realidade toponímica com o objetivo de se conhecer a denominação dos acidentes geográficos. Realizaram-se o levantamento dos nomes de povoados, fazendas, sítios e acidentes geográficos como rios, morros, serras etc., em mapas municipais - fontes do IBGE, com escalas de 1: 50.000 a 1: 100.000. Para cada fase, realizaram-se:

- a) coleta de dados;
- b) análise e tabulação dos dados;
- c) organização do conteúdo;
- d) apresentação dos resultados parciais.

A presente pesquisa se insere nos objetivos 1 e 8 desse Projeto: “Constituir um *corpus* (no nosso caso selecionando os historiotopônimos) com todos os topônimos presente nas cartas geográficas do IBGE, correspondentes aos 853 municípios mineiros” e “Realizar estudos diacrônicos a partir dos dados coletados”.

Dentre os trabalhos já realizados no âmbito do Projeto ATEMIG destacam-se trabalhos de conclusão de curso (TCC), monografias, dissertações de Mestrado e teses de doutorado:



#### Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC):

- *Estudo toponímico no Vale do Mucuri*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras), defendido por Sônia Maria Caldas MACHADO. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- *Toponímia de origem árabe em ruas de Belo Horizonte - MG*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras), defendido por Jéssica Nayra Sayão de PAULA - Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- *Edição e inventário toponímico de um manuscrito oitocentista da capitania de Minas Gerais*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras), defendido por Maria José Gouveia de Lana. - Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- *Projeto ATEMIG: Proposta para a criação de um software linguístico*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras), defendido por Paulo Roberto Boss Júnior - Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

#### Monografia:

- *Bravo Torres e Guardião de Ibituruna: pesquisa toponímica em Batalhões da PM da cidade de Governador Valadares*. Monografia apresentada por Cassiene Lopes Rezende ao curso de Especialização em Gramática da Língua Portuguesa - Universidade Federal de Minas Gerais, 2016

#### Dissertações:

- *O léxico toponímico nos domínios de Dona Joaquina de Pompéu*. Dissertação (Mestrado em Linguística), defendida por Joara Maria de Campos MENEZES – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- *Hidronímia da região do Rio das Velhas: de Ouro Preto ao Sumidouro*. Dissertação (Mestrado em Linguística), defendida por Leticia Rodrigues Guimarães MENDES - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- *O léxico toponímico de Diamantina: língua, cultura e memória*. Dissertação (Mestrado em Linguística), defendida por Tatiana Martins MENDES - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- *Língua e Cultura do Norte de Minas: a toponímia do município de Montes Claros*. Dissertação (Mestrado em Linguística), defendida por Mônica Emanuelle Ferreira de CARVALHO – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- *A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente*. Dissertação (Mestrado em Linguística), defendida por Zuleide Ferreira FILGUEIRAS - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

- *A toponímia africana em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado Linguística), defendida por Emanoela Cristina LIMA - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- *A Toponímia da região central de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Linguística), defendida por Patrícia de Cássia Gomes PIMENTEL - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- *História e Cultura do Centro-Oeste Mineiro retratadas na Antropotoponímia da Cidade de Bom Despacho*. Dissertação (Mestrado em Linguística), defendida por Fernanda Lellis Fernandes Loureiro GONTIJO. - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- *Geomorfotopônimos históricos* – Dissertação (Mestrado em Linguística), defendida por Marianna de Franco Gomes - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- *Axiotopônimos: um estudo dos logradouros públicos da cidade de Betim (MG)*. Dissertação (Mestrado em Linguística), defendida por Jeander Cristian da SILVA - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.
- *A toponímia rural no contexto cafeeicultor da Serra do Caparaó*. Dissertação (Mestrado em Linguística), defendida por Jacqueline Helen de LIMA. – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

Teses:

- *Marcas toponímicas em solo piauiense: seguindo as trilhas das águas*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos), defendida por Marcelo Alessandro Limeira dos ANJOS – DINTER-UFPI/Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos), defendida por Ana Paula Mendes Alves de Carvalho. - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- *Tradição e Memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova - Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Linguística), defendida por Glauciane da Conceição dos Santos FARIA - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- *Litotoponímia Mineira*. Tese (Doutorado Linguística), defendida por Maryelle Joelma CORDEIRO - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.
- *A Zootoponímia em Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Linguística), defendida por Cassiane Josefina de FREITAS - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

- *A antropotoponímia da cidade de São João del-Rei*. Tese (Doutorado em Linguística), defendida por Celso Reis MACEDO - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.
- *A Sociotoponímia em Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Linguística), defendida por Emanoela Cristina Lima COTTA - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.
- *Atlas Hidronímico de Origem Indígena do Estado Maranhão*. Tese (Doutorado em Linguística), defendida por Edson Lemos PEREIRA - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.
- *De Adelina Camelo a Zico Barbosa: língua, história e memória nos nomes de rua no município de Pedro Leopoldo/MG*. Tese (Doutorado em Linguística), defendida por Letícia Rodrigues Guimarães MENDES- Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.
- *A Toponímia Indígena de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Linguística), defendida por Patrícia de Cássia Gomes PIMENTEL - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

### 1.3 Antroponímia

A Antroponímia estuda os nomes próprios individuais no processo de nomeação, que permite categorizar nomes que podem ser classificados de acordo com as influências do mundo extralinguístico. Esses nomes podem ser parentais, alcunhas ou apelidos. A atividade de nomear é algo inerente aos seres humanos, pois desde os tempos antigos da humanidade, o homem sempre nomeou, desde pessoas a espaços, com a finalidade de identificá-los e conferir a eles um caráter de pertencimento, demarcando tudo que o rodeia. Os nomes próprios surgem de motivações distintas e são influenciados pelos processos históricos e culturais que estimulam o processo de designação em diversas áreas.

Os nomes próprios individuais e de pessoas podem ser examinados como formas de identificação e particularização do ser, fazendo com que seja parte do repertório lexical da língua que, além de constituir como parte do léxico comum por nomeações cotidianas, reúne nomes próprios diversos com carga cultural, ideológica, mitológica e referencial. Esses nomes apresentam uma função denotativa, devido ao seu valor simbólico que se constrói a partir de uma realidade representativa e motivacional.

Segundo Amaral e Seide (2020), a classe de nomes próprios possui uma série de membros heterogêneos e por isso há várias tentativas de classificá-los. Ainda segundo esses autores, os antropônimos poderiam ser divididos em dois grandes grupos: o dos ortônimos e

dos alônimos. O ortônimo é o “nome civil completo”, que apresenta o prenome e o sobrenome. Os alônimos são subdivididos em: hipocorísticos, apelido ou alcunha, pseudônimo ou codinome, heterônimo, nome artístico ou nome de palco e nome de guerra.

Os autores citados também afirmam que os antropônimos podem ser definidos com base nestas características que julgaram como importantes:

- a) Possibilitam a identificação direta de um referente único em um universo de conhecimento compartilhado por emissor e receptor;
- b) Possuem a capacidade de referir, independentemente da presença de determinante;
- c) Não apresentam traços semânticos identificadores de classe;
- d) São grafados com a maiúscula inicial (isso pode não se aplicar em todas as línguas).

Apresentamos a seguir um quadro-resumo com as definições dos tipos de antropônimos, conforme Amaral e Seide (2020, p.100).

### Quadro 3: Antropônimos

	Tipo	Definição e principais características
1	Prenome	Antropônimo que distingue o indivíduo dentro dos grupos sociais de maior intimidade. Antecede o sobrenome e pode ser simples, composto ou justaposto.
2	Sobrenome	Antropônimo que identifica o pertencimento do indivíduo a uma família. Geralmente provém dos genitores e sucede o prenome.
3	Agnome	Antropônimo que indica uma relação de parentesco com outro indivíduo, via de regra, por via patrilínea.
4	Apelido (ou alcunha, ou cognome)	Antropônimo que se atribui a um indivíduo geralmente por outra pessoa e que costuma aludir a uma característica física ou intelectual ou ainda a um fato ou comportamento social.
5	Hipocorístico	Antropônimo formado a partir de uma alteração morfológica (abreviação, diminutivo, aumentativo, etc.) de outro antropônimo. Geralmente criado em ambientes de maior intimidade.
6	Pseudônimo	Antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil e escolhido pelo próprio portador do nome próprio.
7	Codinome	Antropônimo empregado para ocultar a identidade de um indivíduo. Pode ser escolhido pelo próprio portador ou por outrem e frequentemente possui traço negativo.
8	Heterônimo	Antropônimo atribuído a um indivíduo fictício, criado pelo portador de outro antropônimo.
9	Nome artístico (e nome de palco)	Antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil e pelo qual se faz conhecido em sua atividade profissional, especialmente em áreas como música, cinema, teatro, televisão e afins.
10	Nome de guerra	Antropônimo empregado como substituto do nome civil em ambientes restritos, especialmente no meio militar, na maçonaria, na prostituição e no crime organizado.
11	Nome religioso	Antropônimo empregado por membros de comunidades religiosas em lugar do nome civil.
12	Nome social	Antropônimo pelo qual a pessoa, especialmente transexual e travesti, se identifica e é reconhecida socialmente.
13	Nome de urna	Antropônimo escolhido pelo candidato às eleições proporcionais para registrar-se na Justiça Eleitoral.
14	Nome parlamentar	Antropônimo escolhido pelo indivíduo eleito a cargo legislativo para ser usado em documentos oficiais da casa legislativa.

Fonte: (Amaral e Seide 2010, p.100).

Para Brito (2003), há uma diferença entre o nome de espécie e o nome próprio, no que se refere ao objetivo em que cada um é aplicado. Segundo o autor,

a diferença entre nome de espécie e um nome próprio poderia ser então formulada nos seguintes termos: um nome de espécie designa todo objeto, qualquer que ele seja, que, em função de um conjunto de qualidades, possa ser classificado como elemento da espécie. Tenha a espécie um ou mais membros (se algum membro tiver), todos serão designados pelo mesmo nome indiscriminadamente. Característico dos nomes próprios é, ao contrário, que por meio deles não é designado qualquer objeto de um certo tipo, mas um objeto singularmente determinado. Nomes de espécies podem referir-se a vários objetos sem se tornarem, por isso, ambíguos. O mesmo nome próprio pode nomear diferentes objetos, mas isso abre espaço para a instauração de ambiguidades na comunicação, pois nomes próprios servem para referir inequivocamente um objeto particular específico. (BRITO, 2003, p. 27).

A partir das concepções de Brito (2003), podemos dizer que o nome de espécie é generalizador, por se referir a qualquer objeto de uma espécie, sem gerar ambiguidades, ao passo que o nome próprio se refere a um objeto individualizado e pode ser ambíguo. Para se referir a algo nomeado por um nome próprio, é necessário que haja um conhecimento prévio das propriedades que o associam ao contexto social. De acordo com Mari (2003),

A primeira assegura que a condição básica para se referir (usar um nome próprio para apontar para um objeto) implica o conhecimento “a priori” de propriedades associadas a esse nome. Logo, quando usamos o nome Tiradentes, numa alusão a um personagem da nossa História, fazemo-lo em função do conjunto de propriedades que associamos a ele como “ter sido um alferes”, “ter morrido enforcado”, “ter sido esquartejado”, “ter sido o líder de um movimento pela independência do Brasil” etc. Esse arranjo de propriedades associadas a um nome constitui também a sua própria definição, de ordem analítica. A segunda visão se contrapõe a esse arranjo e considera que, a princípio, não existem definições analíticas possíveis para um nome próprio. O que nos habilita usar o nome Tiradentes, em circunstâncias apropriadas, para designar o conhecimento de uma rede causal de acontecimentos, que pode valer para uma época e não para outra (Tiradentes já não era “Tiradentes” mesmo antes dos acontecimentos lembrados!). Igualmente, podemos admitir que pessoas que não conheceram Tiradentes por esses fatos estivessem também habilitadas a fazer uso do nome, por certo, a partir de uma outra rede causal. (MARI, 2003, p. 14).

De acordo com Mari (2003), no emprego de um nome próprio, os formuladores descartam qualquer possibilidade de definições analíticas, fazendo com que haja uma impossibilidade temporal e espacial de fixar condições únicas e universais. Os aspectos semânticos dos nomes próprios mostram que os seus significados se interligam às motivações de cada contexto temporal ou regional, pois os antropônimos refletem as características de seu povo. Assim, de acordo com Guérios (1973), as causas que dão origem aos nomes são:

a -influências históricas, políticas e religiosas: As influências religiosas podem ser interpretadas como “preocupações de ordem mística”, de qualquer natureza, com a finalidade específica de convocar a proteção dos deuses sobre os recém-nascidos. [...] Como nomes históricos são citados Romeu, “peregrino que ia a Roma receber indulgência do Papa”; Percival “lembra o cavaleiro medievo”, que “atravessa vales à cata de aventuras”. Nomes políticos seriam devidos aos “entusiasmos políticos dos pais, mesmo os mais passageiros”, pela personalidade envolvida, no momento, com o poder.

b -Circunstâncias, tempo e lugar do nascimento do indivíduo, suas particularidades físicas (cor da pele, olhos ou cabelos), ou qualidades morais – Essas distinções particulares são responsáveis por nomes como Benoni, “filho da minha dor”; Servio, “o salvo, o livre (do parto atribulado)”; Agripa ou Agripino, “foi assim chamada a criança que, no parto anormal, apresentou primeiro os pés; Lucius, Lucia, “o que ou a que nasceu à luz do dia, ou ao romper d’alva” [...]

c – nomes relativos a profissões: aqueles que se referem a atividades desempenhadas pelo indivíduo, como George ou Jorge, “agricultor”; Licurgo, “caçador de lobos”; Taylor e Schneider, “alfaiate”; Cavalcante, “cavaleiro”.

d – nomes curiosos ou excêntricos: nomes que apresentam características distintas daqueles conhecidos ou usuais, em virtude de sua estrutura formal típica, tornando difícil a apreensão do seu significado: Edeluz, “espírito de luz”; Iguassuina, “nascida em Foz do Iguaçu”; Cancionilla, Damores, Roselle... (GUÉRIOS, 1973, p. 21-34)

Podemos perceber o quanto essa classe é ampla e a escolha do indivíduo para nomear determinado ser ou objeto se relaciona a questões históricas, culturais, políticas, sociais e até mesmo religiosas em uma comunidade. Além de ser ampla, ela se solidifica quando toponimizada, tornando-se um patrimônio imaterial da sociedade.

Em Faria (2017), encontra-se uma nova proposta de classificação toponímica mais detalhada para os antropotopônimos, axiotopônimos e historiotopônimos por se relacionarem a seres humanos. Os antropotopônimos são compreendidos em nomes de pessoas que passaram a nomear lugares, como “Rua David Nasser (BH)”. Levando-se em conta de que a história do Brasil possui suas singularidades e processos revolucionários, é necessário pensar que muitos indivíduos tiveram uma função importante no desenvolvimento de momentos, fatos e localidades.

Para se compreender a proposta da autora, precisamos delinear o caráter antropotoponímico nas taxes como axiotopônimos e historiotopônimos, devido à importância que os cidadãos comuns adquiriram ao possuir títulos e ofícios que lhes dessem notoriedade no meio municipal, nacional ou internacional devido aos seus feitos que os destacaram. Com isso, conforme a classificação de Dick (1990b) temos a importância dos axiotopônimos por serem topônimos relacionados aos títulos e dignidades que acompanham os nomes próprios individuais, como o nome “Rua Cônsul Antônio Cadar (BH)<sup>4</sup>” e os

---

<sup>4</sup> Os topônimos citados como exemplo foram retirados do corpus do trabalho monográfico “Toponímia de origem árabe nas ruas de Belo Horizonte”, de Sayão (2015).

historiotopônimos relacionados aos movimentos de cunho histórico-social e seus membros assim como as datas que correspondem a eles tendo como exemplo “Avenida Antônio Abrahão Caram (BH)”. De acordo com a autora, por se referirem a nomes próprios de pessoas, essas três taxes podem agregar a classificação taxionômica dos antropotopônimos que seria da seguinte maneira:

1. Antropotopônimos

1.1 Antro-axiotopônimos;

1.2 Antropo-historiotopônimos;

1.3 Antropo-axio-historiotopônimos

Os itens acima foram subdivididos pela linguista e segundo a sua classificação seriam descritos da seguinte maneira:

1. **Antropotopônimos:** sem modificações quanto à definição dada por Dick (1990b), a qual se remete aos nomes próprios de pessoas que se tornaram topônimos.
- 1.1 **Antropo-axiotopônimos:** nessa subdivisão mantém o conceito original, mas considera a importância de destacar o nome da pessoa juntamente com o título recebido.
- 1.2 **Antropo-historiotopônimos:** topônimos que não só prestam homenagem a uma pessoa (sendo, portanto, um antropotopônimo) como também o seu papel histórico exercido em sua área de atuação como cultura, educação, política, social etc.
- 1.3 **Antropo-axio-historiotopônimos:** topônimos que recebem as classificações das três taxes, antropotopônimos (por se referirem a nomes próprios de pessoas), axiotopônimos (por se relacionarem ao título recebido pela personalidade homenageada) e também historiotopônimos (por serem registrados e elevados à condição de figura histórica do país).

A autora justifica essa nova classificação pelo fato de que esses sujeitos que dão nomes aos lugares, antes eram cidadãos comuns, com nomes de batismo registrados em cartório e depois se tornaram conhecidos, em sua comunidade, em âmbito mais ampliado, como autoridades ou sujeitos históricos. Essa proposta de Faria (2017) será aplicada por nós para a análise dos nomes históricos desta pesquisa.

## 1.4 Historiotopônimos

Este trabalho parte do modelo proposto por Dick (1990b), pois a pesquisa presente nesta tese abarca especificamente o estudo dos historiotopônimos em Minas Gerais, uma taxa de natureza antropocultural.

De acordo com classificação da taxonomia toponímica de Dick (1990b), os historiotopônimos são nomes de lugares relacionados aos movimentos de cunho histórico-cultural e aos seus membros, assim como as suas datas correspondentes. Ex.: Independência (AC)<sup>5</sup>; Rio 7 de setembro (ES); Inconfidência (RJ); Inconfidentes (MG), rua Vinte e um de abril (SP).

A pesquisa proposta visa estudar como os movimentos histórico-sociais, assim como seus membros e as datas a eles relacionadas influenciaram o processo de nomeação de diferentes lugares em Minas Gerais. Desse modo, com o objetivo de relacionar o topônimo a fatores históricos e socioculturais da comunidade, partimos da hipótese de que, em Minas Gerais, tem-se um emprego significativo de historiotopônimos na nomeação dos acidentes, o qual se relaciona às personalidades homenageadas nos nomes de cidades, as quais estavam ligadas a movimentos histórico-culturais significativos não apenas na sociedade mineira, mas também em âmbito nacional.

### 1.4.1 Nomes históricos

No estudo dos nomes próprios podemos dizer que há um grande número de entidades que o recebem. O nome próprio tem a função de particularizar um ser, uma entidade, uma instituição, os logradouros etc, cujo processo de nomeação pode se ligar a questões históricas, jurídicas, sociais, culturais, administrativas e, inclusive, pessoais. Por ser uma classe heterogênea, ampla e que não se esgota, alguns pesquisadores têm realizado tentativas para classificá-los, mesmo sabendo que algumas classificações propostas por cada um não consigam abarcar todos os nomes próprios, conforme afirmam Amaral e Seide (2020). Alberton (1987) apresenta uma classificação semântica que inclui subvariedades, como seres humanos, navios, veículos e máquinas, lugares geográficos, organizações sociais, publicações e obras de arte, línguas e dialetos. Bajo Pérez (2008) apresenta uma classificação um pouco mais abrangente, na qual temos os seguintes itens: a) antropônimos,

---

<sup>5</sup> As siglas que aparecem juntamente com os topônimos se referem à localidade de origem cada logradouro, sendo AC - Acre, MG - Minas Gerais, RJ- Rio de Janeiro, SP- São Paulo e ES - Espírito Santo.



como Antônio, Mariana; b) entidades, como Armani, Apple; c) seres sobrenaturais e fantásticos, como Alá, São Joaquim; d) animais e plantas, como Castanheira, Leão, Oliveira; e) objetos, como Arcos, Prata f) topônimos ou geônimos, como Brasil, Síria; g) cromônimos, como Setembro, 1888; h) outros nomes próprios em algum grau, como a letra *a*; a operação *Q*.

Segundo Gary-Prieur (2001), o conteúdo do nome próprio detém em si uma memória histórica por meio de seu referencial inicial. O autor distingue a ideia de referente inicial do nome, como algo relacionado ao batismo exterior e o referente conhecido pelos interlocutores, do seu referente discursivo que se associa ao interior de seu enunciado, denominado de nome-capital. No primeiro temos a relação com o que se apresenta no dicionário e detém a crença que lhe é associado em sua significação e o segundo se relaciona apenas às imagens que se manifestam em torno do referente inicial, criando representações que se ligam a ele.

Nos nomes históricos, há conhecimentos que são compartilhados e permitem a eles os usos metafóricos e/ou metonímicos. Desse modo, esses usos estão ligados à interpretação de conhecimentos compartilhados entre os falantes e o seu referente inicial assim como da construção de significados que se baseia em um conjunto de propriedades atribuídas a ele. Essas propriedades se associam ao universo das crenças dos falantes que são projetadas a um referente que pode ser uma pessoa ou objeto, os quais sejam capazes de simbolizar algo significativo no meio social.

Nessa área temos o sistema onomástico, que se constitui pelos topônimos (nomes de lugares) e antropônimos (nomes de pessoas). Eles estão inseridos em categorias importantes e classes dentro do conjunto dos nomes próprios e nos estudos toponímicos brasileiros, os topônimos têm apresentado cada vez mais subclassificações. No signo linguístico, ao nomear os lugares, o homem estabelece relações ao demonstrar conhecer a realidade em que vive, utilizando-se de seu conhecimento de mundo para nomear um local e a relação com os outros falantes de sua comunidade, ao atribuir por meio do topônimo o real significado que lhe atribui. A partir disso, temos o signo toponímico que apresenta suas classificações e especificidades. Conforme Dick (2001),

passa-se [...] do eixo da imanência – através das etapas gerativas de um nome – à transcendência, que pode ser entendida, neste caso, como conhecimento ou uso coletivo da própria expressão criada (DICK, 2001, p. 79).

Na toponímia, temos 27 taxas estabelecidas por Dick, as quais correspondem aos padrões de motivação da denominação dos acidentes, de ordem física e antropocultural. Encontramos os topônimos, que possuem um caráter motivacional histórico-político, denominados de historiopotônimos, em que consistem em representar, de modo geral, uma homenagem a alguma personalidade ou fazem referência a fatos históricos ou políticos que podem ser de relevância local, regional ou nacional, como Barão de Cocais (MG), Praça 7 de Setembro, Rua dos Inconfidentes etc. Acerca disso, temos os nomes e datas históricas que designam os locais onde ocorreram diversos fatos de relevância local ou nacional e que, segundo Guimarães (2002), quando um fato histórico é escolhido para se tornar um signo toponímico, isso faz com que se torne memorável. Esta ação de nomear com tal motivação busca torná-lo como algo que mereça ter visibilidade na comunidade, atribuindo-se a ele grande importância, de modo que esse tipo de nome revele fatos sobre a constituição histórica, social e cultural de dada localidade.

No nome próprio, há um caráter convencional e simbólico e nomear lugares com nomes históricos é uma forma de defini-los e identificá-los. O termo do qual se constituirá o nome acaba sendo condicionado para o uso coletivo, de modo que a expressão nomeadora seja codificadora da existência de um lugar ou a personalidade social de um indivíduo.

As datas que se encaixam na categoria dos nomes históricos nos remetem a alguns acontecimentos nacionais e regionais que fazem parte da memória do povo, não só se configuram como referência a momentos importantes na história, como também podem ser aplicados em outras cidades, criando-se personagens que se vinculam a algum acontecimento da história nacional, relacionando-se a outros enunciados que ampliam as referências que construíram. Como exemplos, citamos os nomes inseridos no Quadro 4.

**Quadro 4 – Historiotopônimos**

Logradouro	Dados
Rua Gonçalves Dias Localidade: Bairro Funcionários de Belo Horizonte - MG	Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) Foi um poeta, professor, jornalista e teatrólogo brasileiro. Conhecido por ser o grande poeta da primeira fase Romântica da Literatura brasileira focada no Indianismo.
Praça 7 de Setembro Localidade: Bairro Centro de Belo Horizonte - MG	Data da Declaração de Independência do Brasil do Império Português que foi no dia 7 de setembro de 1822

Fonte: elaborado pela autora (2021).

A memória das cidades, ruas, avenidas entre outros logradouros, são uma referência por se remeterem a registros históricos ou até mesmo por contarem parte da construção da sociedade. Há muitos fatores que influenciaram e influenciam a nomeação dos

espaços públicos, pois há muitas denominações que fazem relação com algo comercial, religioso e até geográfico. Essas influências de personalidades, dos acontecimentos políticos e históricos proporcionaram mudanças, e, muitas vezes, a manifestação do povo é significativa ao batizar e legitimar novos nomes dos lugares que fazem parte de seu cotidiano.

Os nomes das cidades, quando se referem a personalidades importantes e significativas são classificados como *historiotopônimos*, e apresentam um grande valor na vida das pessoas por proporcionar a ideia de representatividade. Além disso, eles resgatam a história, especialmente, de caráter geral, favorecendo o resgate de membros que contribuíram nas transformações do município e ajudaram diretamente a população. Embora os moradores nem sempre atribuam um significado concreto aos nomes históricos que foram designadas as cidades, tais nomes podem dar visibilidade ao local, impulsionando o seu habitante a pensar e a analisar a sua própria história. Deve-se compreender que toda memória está fadada ao esquecimento e por isso a cidade é um espaço de lutas e diferentes significados culturais. O espaço público vai tendo significado a partir das diferentes formas de apropriação pela população.

Dessa forma, os *topônimos* não só fazem parte do cotidiano como também remetem a uma das dimensões importantes que conferem ao lugar a sua singularidade que é a sua história e o seu passado. O processo de nomeação das cidades com nomes de pessoas representa a relação com as suas raízes, as suas mudanças e a construção da sua memória para os moradores. Com isso, percebe-se o quanto ela é um elemento importante na identidade de um lugar, em que o tempo e o espaço não se perdem graças ao patrimônio imaterial que é o *topônimo*.

O nome histórico nos remete a uma pessoa que foi importante em um momento, que pode ter feito parte daquele espaço que nomeou que foi compartilhado por uma coletividade e se desenvolveu com o tempo. Dessa forma, esse nome passa a fazer parte da memória compartilhada de seus habitantes, vivendo na consciência de um grupo e fazendo parte de um conjunto de lembranças que transcende o indivíduo.

Greimas (1989) afirma que

Os *topônimos*, na qualidade de designações dos espaços por meio de nomes próprios, fazem parte da *Onomástica*, subcomponente da *figurativização*. Juntamente com os *antropônimos* e os *cronônimos*, permite uma ancoragem histórica que visa a constituir o simulacro de um referente externo e a produzir o efeito de sentido 'realidade'. (GREIMAS, 1989: 464).

Como dito na sessão 1.1.4, “Toponímia”, deste trabalho, o léxico toponímico, ao ser incorporado a um espaço geográfico é preservado, sendo uma forma importante para a permanência da memória urbana. Isso quer dizer que mesmo que a memória coletiva esteja sempre se redefinindo, conforme Halbwachs (1990), devido aos grupos se modificarem em uma determinada localidade e esquecer um pouco do passado que o construiu, que não se sustente na memória coletiva e possa ser esquecida, ela pode ser eternizada por meio da memória histórica presente no topônimo. Dessa forma,

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não têm mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajado ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhe são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (Halbwachs, 1990, p. 80-81).

Neste caso, vale ressaltar a diferença entre a memória coletiva e a histórica, de acordo com Halbwachs (1990), pois a primeira é memória viva que subsiste e não é fixa e a segunda é a lembrança do passado que se apaga ou decompõe permanecendo nos registros escritos. O sociólogo destaca que as memórias coletivas são melhor eternizadas por meio de registros, documentos, pois eles transformam a memória coletiva em memória histórica. Tais registros preservam a memória das cidades e são os que permitem que os indivíduos possam contextualizar os testemunhos que restaram no passado.

Pode-se dizer, portanto, que não há necessariamente uma lei que considera nomes históricos dessa forma, mas sim aqueles que residem em uma comunidade e possuem grande influência ao querer significar e ressignificar acontecimentos e pessoas para que sejam eternizados. Os nomes históricos fazem parte de uma história e se relacionam a pessoas e acontecimentos que marcaram épocas, tornando-se conhecidos através de diferentes gerações.

Para Guimarães (2002), os locutores são responsáveis pela nomeação das ruas de uma cidade, pois o ato de nomeação se dá por conta de processos enunciativos que ocorrem a partir de dois tipos de locutores:

- a) os que possuem poder e têm capacidade legal de nomear as ruas como políticos, chamadas de locutores-oficiais.
- b) os que ocupam lugar de quem enunciou a lei desencadeada na nomeação de um determinado logradouro, chamados de locutores *x*.

Segundo Dick (1990b, p.47), “o topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade”. Isso mostra que sua carga significativa traz consigo as próprias feições culturais de um lugar com suas manifestações diversificadas. No caso dos nomes históricos, podemos ver o acervo cultural do mundo, de pessoas de diferentes lugares e regiões que fizeram história, de fatos que foram e são transmitidos de uma geração após a outra para que as pessoas conheçam e saibam um pouco mais de sua própria história. As motivações designativas desse tipo de nomenclatura nos locais podem ser consideradas como espontâneas ou populares. Elas são algo que vem da vontade da população e não se relacionam a um interesse individual, pois fazem parte da memória coletiva e sistemática. Os nomes de lugares se tornam oficiais ao serem atribuídos por dirigentes, que legitimam a importância de personalidades e outras fontes motivadoras no meio social.

A responsabilidade institucional que legitima esses nomes históricos de tal forma em logradouros de uma cidade são os vereadores que, nas Câmaras Municipais, votam e instituem as escolhas feitas. Respondem também pelas modificações de nomes já instituídos por meio de novos questionamentos, acontecimentos e novas políticas. Isso faz com que determinadas personalidades e datas sejam enaltecidas e elevem os logradouros à condição de patrimônio imaterial. Geralmente, os vereadores usam como critério a relevância de um determinado nome para aquela região. Os nomes são sugeridos pelos moradores e é comum que se elejam para a nomeação das vias públicas figuras em âmbito estadual ou municipal, as quais, mesmo não sendo tão conhecidas, realizaram grandes feitos em determinadas regiões. Em alguns casos, os nomes históricos que não se localizam na área urbana, quem os nomeia são os proprietários que possuem um domínio econômico e político desses espaços.

A população também pode sugerir nomes que poderão ser analisados pela Câmara. No entanto, há uma regra resguardada pela Lei nº 6.454/77, nos municípios que impossibilita a atribuição de nomes de pessoas vivas a bens públicos que, no caso, são os logradouros. Segue abaixo um documento oficial sobre a Lei de Nº 182 de 13 de Outubro de 1919, que dispõe sobre a nomenclatura de ruas em Belo Horizonte sobre a nomeação da Avenida João Pinheiro, logradouro nomeado em homenagem ao político João Pinheiro, senador e presidente do estado de Minas Gerais.

### Quadro 5 - Nomenclatura de ruas

#### LEI Nº 182 DE 13 DE OUTUBRO DE 1919

(Revogada pela Lei nº 6370/1993)

#### DISPÕE SOBRE NOMENCLATURA DE RUAS.

O povo do município de Belo-Horizonte, por seus representantes, decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica restabelecida a nomenclatura das ruas, avenidas e praças da Capital, de acôrdo com a planta aprovada pelo decreto n. 817, de 15 abril de 1895.  
Parágrafo único. Ficarà o nome da avenida João Pinheiro, por estar essa avenida ligada à praça da liberdade, nome idêntico ao que tem essa avenida na planta aprovada pelo decreto citado.

**Art.2º** Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a quem o conhecimento a execução desta lei pertence, que a cumpra e faça cumprir tão inteiramente como nela se contem.

Belo-Horizonte, 13 de outubro de 1919.

Affonso Vaz de Mello  
Prefeito

Fonte: disponível em [leismunicipais.com.br/mg](http://leismunicipais.com.br/mg). Acesso: 20 out.2021<sup>6</sup>

Podemos afirmar que os nomes dos lugares, em especial, das cidades, têm um significado simbólico imenso, pois refletem o consenso social de que alguém ou algo deve ser homenageado e ter sua memória perpetuada. Os nomes históricos contribuem para a identidade dos espaços públicos, são pautados na história e nos revelam uma narrativa que é viva. Muitas pessoas tiveram uma trajetória e um papel importante em determinado meio social, ou mesmo atingiram reconhecimento em âmbito mundial, tornando-se conhecidas e se estabelecendo como referências em diversas áreas. Os seus nomes tornaram-se históricos graças às contribuições que efetuaram, são pessoas que trouxeram inovações e avanços que

<sup>6</sup> <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1919/19/182/leiordinaria-n-182-1919-dispoe-sobre-nomenclatura-de-ruas-1993-08-12-versao-consolidada>

não ficaram restritos apenas a uma localidade. Podemos ressaltar isso por meio de Faggion *et al.* (2009) que afirmam que

[...] os topônimos são reveladores da vida de uma comunidade, das escolhas feitas pelos homens e das vicissitudes por eles vividas. Eles informam a origem étnica do grupo, refletem a fidelidade para com seu universo cultural e/ou sua adesão ao novo ambiente e a tudo o que o cerca (FAGGION *et al.*, 2009: 295).

Podemos dividir os nomes históricos da seguinte maneira, de acordo com as motivações e descrições vistas no *corpus* deste trabalho:

- 1- **Nomes históricos internacionais:** nomes de pessoas que foram influentes e importantes oriundas de outros países e do Brasil cujas contribuições foram significativas no país e são reconhecidas internacionalmente.  
Ex.: Dona Maria Ana de Áustria, rainha de Portugal.
- 2- **Nomes históricos nacionais:** nomes de pessoas que tiveram destaque na história do Brasil ao longo dos anos e foram importantes no processo de construção do país.  
Ex.: Getúlio Vargas – político brasileiro que foi líder da Revolução de 1930, que findou a República Velha.
- 3- **Nomes históricos estaduais:** nomes de pessoas dos estados brasileiros que adquiriram reconhecimento por seus feitos em áreas diversas.  
Ex.: Augusto de Lima – foi presidente do estado de Minas Gerais, deputado federal e constitucional.
- 4- **Nomes históricos municipais:** nomes de pessoas que fizeram parte de municípios e se tornaram figuras de referência, não se restringindo apenas aos cargos políticos.  
Ex.: Cláudio – nome de escravo que viveu no município que recebeu esse nome em Minas Gerais.

Um dos meios que se encontra para valorizar tais personalidades é apropriar-se do nome delas para designar um espaço público para que permaneçam vivas. Ao nomear um lugar, o sujeito coloca no nome suas intenções, de acordo com o que valoriza no meio social. Conforme Faggion, Misturini, Dal Pizzol (2013, p.1),

o topônimo é um pequeno texto, é um pequeno discurso, depositário de toda uma situação de fala e das complexas relações que a sustentam, e depositário também do momento histórico, e do pensamento que configura esse momento histórico e/ou é por ele configurado. E esse pequeno discurso, diferente dos demais porque pode durar séculos ou milênios, ao mesmo tempo preserva e revela, ou apenas desvela, as ideologias que o engendraram ou que por ele perpassam.

No quadro abaixo, temos exemplos de pessoas que fizeram história, mudaram o contexto social de sua época e influenciaram o que construímos hoje. Mesmo que tenham vindo de outras partes do mundo, essas personalidades tornaram-se memoráveis, figuras históricas que foram e são eternizadas em homenagens diversas, podendo ser, entre elas, nos topônimos.

**Quadro 6 – Nomes históricos internacionais**

Nomes históricos internacionais <sup>7</sup>
1- Dom Bosco
2- Mariana

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Os nomes históricos nacionais homenageiam aquelas pessoas públicas que contribuíram para o desenvolvimento político, econômico, social e cultural do país. Foram indivíduos que quebraram os paradigmas e se tornaram referências em diversas áreas e mudaram o contexto de suas épocas, destacando-se em diversas áreas e, ainda, em períodos que modificaram a história do Brasil, muitas vezes assumindo cargos federais e funções, conforme ilustra o quadro abaixo:

**Quadro 7– Nomes históricos nacionais**

Nomes históricos nacionais
1- Carlos Chagas
2- Presidente Juscelino
3- Tiradentes
4- Wenceslau Braz

Fonte: elaborado pela própria autora (2021)

Nos estados brasileiros, tivemos pessoas memoráveis que ficaram conhecidas por trazerem contribuições importantes, tendo destaque não só no desenvolvimento político e econômico do local, mas também intelectual, de forma que representaram o estado em que atuaram e por isso foram homenageadas ao terem seus nomes como topônimos para que fossem lembradas pela sua atuação.

<sup>7</sup> Nomes históricos retirados do *corpus* desta pesquisa.



### Quadro 8 – Nomes históricos estaduais

Nomes históricos estaduais	
1-	Augusto de Lima
2-	Bias Fortes
3-	Bueno Brandão
4-	João Pinheiro

Fonte: elaborada pela própria autora (2021).

Nos municípios brasileiros, muitos cidadãos anônimos ganharam notoriedade pelo seu diferencial em influenciar os avanços do território que trabalharam, o qual se destacou, por ajudá-lo a se desenvolver e a se tornar promissor. Embora sejam nomes pouco conhecidos nacionalmente, eles foram importantes para cada município e são eternizados pela homenagem prestada pelos moradores, fazendo referências positivas à imagem que as personalidades construíram. Alguns deles tiveram o ofício também de uma função mais local como desbravadores e povoadores de uma determinada área.

### Quadro 9– Nomes históricos municipais

Nomes históricos municipais	
1-	Alfenas
2-	Brás Pires
3-	Curvelo
4-	Dona Eusébia

Fonte: elaborada pela própria autora (2021)

É possível notar que, em alguns historiotopônimos, a personalidade homenageada é reconhecida por um nome diferente de seu nome civil. Isso ocorre pelo fato de que algumas delas, ao se tornarem mais famosas e conhecidas no meio social, adotaram um nome paralelo, o qual é criado a partir de títulos que receberam ou de apelidos. Alguns deles podem também ter a alcunha conhecida devido à atividade profissional que exerciam. Há o caso de estrangeiros que vieram para o Brasil e tiveram adaptados na grafia e na pronúncia, muitas vezes pela falta de entendimento do que foi da sua língua de origem, fazendo com que fossem aportuguesados. Dessa forma, por essa escolha do usuário ou pela nomeação das pessoas, sua nomeação passa a se tornar popularmente conhecido, como é o caso de alguns listados abaixo, que fazem parte do *corpus* desta pesquisa.

### Quadro 10 - Nomes originais x Nomes históricos

Nome original	Nome histórico
1- José Feliciano Pinto Coelho da Cunha	Barão de Cocais
2- Benedito Valadares	Governador Valadares
3- Jean-Antoine Félix Dissandes de Monlevade	João Monlevade
4- Francisco Paula Cândido	Paula Cândido
5- Joaquim da Silva Xavier	Tiradentes

Fonte: elaborado pela autora (2021)

É possível perceber que os nomes históricos internacionais recebem essa nomenclatura pelo fato de serem personalidades que vieram para o Brasil, fizeram parte da história de forma significativa como a esposa de Dom Pedro II e outros tiveram objetivos diversos de se estabelecer no país, contribuindo direta ou indiretamente no processo de povoamento e progresso da nossa nação. Os nomes históricos nacionais fazem referência a pessoas que cujo nível de importância foi grande, a ponto de serem símbolos nacionais, sendo alguns citados em livros de história por participarem de movimentos revolucionários importantes na história do Brasil.

No entanto, os nomes históricos estaduais, regionais e municipais acabam sendo mais específicos, uma vez que tais personalidades ficaram restritas às suas contribuições do seu local de origem, como representantes de sua região, de seu estado e/ou de seu município. Eles são conhecidos por serem figuras mais locais, cujos moradores e políticos atribuíram a eles o significado de personalidades que fizeram parte da história daquela localidade específica. Há nomes históricos de pessoas que, de fato, contribuíram para o progresso da região, fazendo com que muitos municípios que foram arraiais, povoados, freguesias fossem elevados a distrito e outros nomes que nada tiveram relação com a região e a homenagem foi apenas por questões políticas, nomes em que os mudancistas apenas designaram ao seu bel-prazer para nomear o local, conforme seus interesses.

Podemos ver que esses nomes têm uma função simbólica ou representativa, em que se constrói um vínculo e um significado relacionado ao nome histórico, que pode passar a nomear um lugar. Esse nome indica algo que o representa, denomina e, mesmo que o tempo passe e a sociedade se modifique, ele permanece na língua como sendo o sistema de referência à visão de mundo do falante. Mesmo com as mudanças sociais, como o topônimo não é um vocábulo comum, ele permanece no meio social e se conserva. A conservação do historiotopônimo é importante por ser uma valiosa fonte de informação que permite ao indivíduo daquele lugar entender a organização social exercida pela pessoa histórica e o seu grau de importância politicamente. De acordo com Bordieu (2006),

o nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempo se dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais, *curriculum vitae*, *cursus honorum*, ficha judicial, necrologia ou biografia, que constituem a vida na totalidade finita, pelo veredicto dado sobre um balanço provisório ou definitivo (BOURDIEU,2006, p.187).

Pode-se afirmar que os nomes históricos não têm um significado isolado e possuem conotações no momento em que servem de referência para a nomeação de lugares,

constituindo-se como signos particulares. Tais signos se diferenciam de outros devido à sua motivação e a sua função, que vai além de apenas identificar um espaço. No que se refere a estes nomes específicos, quando se tornam topônimos, são adequados às intenções dos falantes de determinadas comunidades. Esses nomes passarão a circular pelo local, sejam eles conhecidos ou não, serão ouvidos, repetidos e perpetuados por várias gerações e em diferentes contextos históricos. A manutenção desse nome, com a sua referência original, faz dele um patrimônio, uma expressão linguístico-social que consiste em uma forma de refletir os aspectos culturais de um determinado núcleo humano.

Esse nome próprio é um fato da língua, por guardar significação precisa de aspectos antropoculturais. Pode-se afirmar que o estudo onomástico é uma fonte de conhecimento de dada região, uma vez que recupera fatos sócio-histórico-culturais, de modo parcial ou total, reavivando a memória de um povo. Ressaltamos que a função social do topônimo de origem histórica possui concepções dominantes em sua formação social, que são transferidas para as denominações, influenciam o meio social, revelam padrões de cada época e relações de poder. Com isso, Dick (1998) afirma que tais nomes

são recortes de uma realidade vivenciada, conscientemente ou não pelo denominador isolado ou pelo próprio grupo, numa absorção coletiva dos valores especiais que representam a mentalidade do tempo histórico ou ethos grupal. (DICK, 1998, p. 97).

No próximo capítulo, destacaremos os procedimentos teórico-metodológicos adotados.

## 2. PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos teórico-metodológicos adotados nesta pesquisa, os quais têm enfoque na descrição e análise dos historiotopônimos que nomeiam os municípios do estado de Minas Gerais. A pesquisa se baseia nos pressupostos teóricos lexicais, com ênfase na Onomástica e nos estudos de Variação e Mudança Linguística.

Conforme Sapir (1969), os fatores socioculturais são refletidos na linguagem, de modo que a influência do ambiente, assim como do contexto histórico e social que o ser humano vive, mostram relações com a imagem do que constrói no mundo, a qual tem amplo alcance nos padrões sociais, políticos e linguísticos.

A investigação toponímica tem como base os pressupostos teóricos de Dauzat (1926) e Dick (1990a; 1990b; 2004; 2006), que propõem um modelo teórico-metodológico toponímico de origem indutivo-dedutiva, de acordo com os procedimentos onomasiológico-semasiológicos da pesquisa lexical. O método construído por Dick (2006, p.100-101) que foi adotado na etapa inicial da pesquisa para a investigação toponímica envolve três etapas:

- a) formulação da hipótese de trabalho, ou de uma proposição de estudos, os quais apresentam uma finalidade em verificar as possibilidades da realização do tema escolhido, tendo as etapas admissíveis para esse exame;
- b) delimitação da área básica de estudos (toponímia) ou do objeto de investigação (Onomástica), detalhamento temático, em extensão areal (quantitativo) ou em profundidade (quantitativo), de acordo com a disponibilidade do pesquisador;
- c) tratamento dos dados ou do *corpus*;

A hipótese que norteou esta pesquisa é a de que, em Minas Gerais, teríamos um emprego significativo de historiotopônimos, os quais evocam personalidades que se destacaram não apenas no território mineiro, em uma maior ou menor dimensão, como, também, em outras partes do país.

Apresentamos, inicialmente uma análise sincrônica, com um *corpus* selecionado do banco de dados do projeto ATEMIG, que contempla todos os municípios mineiros. Assim os historiotopônimos coletados compõem um *corpus* de dados contemporâneos, com motivação histórica. A fase de tratamento e análise dos dados coletados ocorreram tendo em vista três enfoques:

- 1) análise descritiva, cujas ocorrências historiotoponímicas do *corpus* são sistematizadas em fichas lexicográficas;

- 2) análise quantitativa com explicitação do conteúdo das fichas no formato de gráficos e de tabelas, além de análises referente à estrutura morfológica dos historiotopônimos.
- 3) análise qualitativa.

A organização em fichas lexicográfico-toponímicas é importante porque, de acordo com Seabra (2004, p. 47), “a ficha lexicográfica pode ser descrita como um conjunto estruturado de informações sobre um topônimo, objetivando explicá-lo e classificá-lo”. Dessa forma, o *corpus* de uma pesquisa de caráter toponímico pode ser sistematizado por meio de fichas, proporcionando uma padronizada análise de dados, seguindo etapas prévias, de um conjunto de fases subsequentes, entradas lexicais etc, segundo a organização proposta por Dick (1990b).

Para as análises relacionadas à variação e mudança linguística, a pesquisa tem como embasamento os preceitos teóricos de Labov (1962), considerando a língua em sua dimensão social. A investigação do contexto social está condicionada ao ambiente, à sociedade e à cultura, de modo que a partir da influência elementos linguísticos e extralinguísticos, a língua sofre transformações. O modelo teórico metodológico proposto pelo pesquisador sistematiza a variação da língua ao longo de diferentes épocas, de acordo com a relação estabelecida entre língua e sociedade. Dessa forma, tendo-se em vista os dados dos nomes históricos dos municípios, percebe-se uma variação e mudança nos historiotopônimos que compõem os dados deste trabalho.

A pesquisa, portanto, engloba os seguintes procedimentos: coleta dos topônimos no Banco de Dados do Projeto ATEMIG; análise quantitativa e qualitativa. A análise descritiva dos topônimos é de grande importância e, nesse processo, é feita a análise quantitativa do *corpus*, que teve a quantificação de dados em gráficos e tabelas. A pesquisa conta com a consulta dos topônimos em fontes bibliográficas diversas para se buscar uma análise mais profunda que reflete na quantificação do *corpus*.

## **2.1 Construção dos corpora**

Trabalhamos com dois *corpora*: o primeiro, de dados contemporâneos, foi extraído do banco de dados do Projeto ATEMIG, retirado de cartas geográficas contemporâneas do IBGE – contempla todos os historiotopônimos nelas presentes. O segundo, de dados históricos, foi construído para esse estudo, selecionados de documentos e livros que tratam de denominações anteriores desses nomes de lugares.

### 2.1.1 *Corpus* de dados contemporâneos

Seguindo os pressupostos teórico-metodológicos de Dauzat (1926) e Dick (1990a e 1990b), o projeto ATEMIG (FALE/UFMG) fez o detalhamento e a análise dos topônimos de todo o território de Minas Gerais. Para isso foram coletados todos os nomes dos 853 municípios do estado, sendo contabilizados 119 historiotopônimos.

Os dados coletados tiveram como registro tabelas, que especificam a classificação dos nomes históricos, mostrando a variação e mudança, o nome atual, data de adoção do nome e as denominações anteriores. Além disso, os itens foram catalogados em fichas lexicográficas, de acordo com o modelo de Dick (2004), tendo os seguintes itens adequados à pesquisa: nome atual do município, motivação toponímica, denominações anteriores e documentos referentes ao seu processo de nomeação.

No *corpus* analisado, há muitos antropotopônimos que foram classificados como historiotopônimos, pois, conforme já mencionado, temos nomes próprios que se tornaram históricos por fazerem parte da história do município e pelo fato das personalidades terem sido antigos proprietários de terra que posteriormente cederam terras, ajudaram na elevação do município ao construir capelas e outras obras que fizeram e fazem parte do patrimônio público local. Mesmo com o desenvolvimento, processo de urbanização, elevação de arraiais, freguesias, povoados a municípios alguns nomes e sobrenomes foram mantidos, tornando-se, assim, nomes dos locais que conhecemos atualmente.

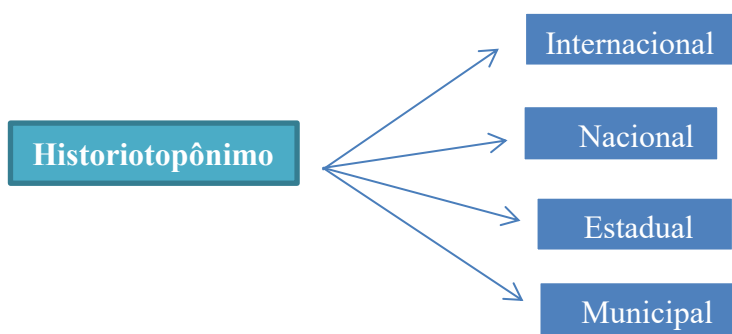
Segundo Dick (1990a, p. 33), os historiotopônimos são nomes de lugares relacionados aos movimentos de cunho histórico-cultural e aos seus membros, assim como as suas datas correspondentes. Nessa pesquisa, buscamos ampliar a taxa de Dick (1990a), primeiro, inserindo como historiotopônimos, os antropotopônimos e os axiotopônimos que nomeiam os municípios; em segundo lugar, aplicando a esse estudo a proposta de Faria (2017) para a classificação dos antropotopônimos e, em terceiro, propondo a subdivisão em 4 categorias. Os critérios escolhidos para essa divisão em categorias promovem uma ampliação no entendimento dos nomes dados aos municípios e a concepção de ser histórico pela sua motivação de acordo com cada contribuição realizada pela personalidade ou família homenageada que “elevou” o local. Conforme a autora citada, é necessário compreender que antes de se tornar um historiotopônimo, o topônimo é considerado como um antropotopônimo. Salientamos que, segundo a taxa dos historiotopônimos proposta por Dick (1990), o único nome de município que se relaciona a movimento histórico ocorrido no Brasil é “Inconfidentes”.

Nos municípios mineiros, os topônimos da taxa mencionada se referem a nomes históricos constituídos por nomes próprios individuais relativos a personalidades que foram importantes no meio social em âmbito internacional, nacional, estadual e municipal como mostrado no esquema apresentado a seguir:

Propomos, nesta pesquisa, dividir os historiotopônimos em quatro grupos:

- 1) Internacionais – topônimos referentes a nomes de personalidades que vieram do exterior e ficaram conhecidos nacionalmente por contribuírem de forma significativa no país e se tornaram símbolos conhecidos não só no Brasil. Referem-se também a brasileiros que tiveram notoriedade no exterior. Exemplo: Mariana, Dom Bosco e Santos Dumont.
- 2) Nacionais – topônimos referentes a nomes de personalidades que tiveram destaque na história do Brasil e ao longo dos anos se tornaram símbolos nacionais de grande importância. Além disso, referem-se também àqueles que exerceram cargos na época do Império como Guarda nacional entre outros e cargos políticos federais tais como presidente e vice, ministros, senadores e deputados federais. Exemplo: Tiradentes; Afonso Pena (cujo nome da cidade que o homenageou é Conselheiro Pena).
- 3) Estaduais – topônimos referentes a nomes de personalidades que contribuíram para o desenvolvimento do estado de Minas Gerais e outros estados, pessoas civis ou políticos que ocupavam cargos como governadores e vices, secretários, deputados estaduais. Exemplo: Mendes Pimentel; Governador Valadares.
- 4) Municipais – topônimos referentes a nomes de personalidades e famílias que foram homenageadas pelo destaque que tiveram no âmbito municipal, ajudaram no processo de povoamento e desenvolvimento, representando o local nomeado. São também aqueles que ocupam cargos municipais tais como os prefeitos etc. Exemplo: Alfenas, Brás Pires.

**Figura 5 – Os historiotopônimos e suas subdivisões**



### 2.1.2 *Corpus de dados históricos*

Para a construção do corpus de dados históricos, buscamos, inicialmente, a obra *As denominações urbanas de Minas Gerais: Cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa*, organizado pelo Instituto de Geociências Aplicadas (IGA / CETEC) e Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1997). O trabalho consiste em um catálogo de informações sobre os municípios e distritos mineiros, tendo como foco a sua evolução toponímica e administrativa. Segundo o diretor-geral do IGA/CETEC, Paulo Rogério Junqueira Alvim, dentre os resultados práticos propiciados por este documento, foram ressaltados os seguintes:

- 1) o estabelecimento de uma sequência padronizada oficial dos 853 municípios mineiros;
- 2) o esclarecimento final quanto a numerosas dúvidas referentes à forma e à grafia de todos os topônimos urbanos de Minas;
- 3) a apresentação da listagem completa dos distritos subordinados e dos adjetivos pátrios municipais do Estado, devidamente atualizada;
- 4) a informação referente a todos os casos de homônimos urbanos existentes em Minas Gerais, procedida por meio de pesquisa toponímica em âmbito nacional, indicando-se quais as cidades e vilas que, por sua condição hierárquica e antiguidade de uso da denominação, poderão ou não manter seus nomes mantendo-se a legislação federal que regulamenta o assunto.

Também foi consultado o *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais (1995)*, de Waldemar de Almeida Barbosa, que organizou uma obra sobre a formação histórica de algumas localidades, em que foi consultada a legislação mineira. O dicionário contém mais de 3.350 verbetes e só contém os topônimos de cidades, vilas, alguns povoados e uma ou outra paragem. É um estudo sobre a toponímia mineira que mostra também muitas mudanças ocorridas de topônimos devido às reformas da divisão administrativas de Minas Gerais.

Outra fonte de consulta foi o *site* do IBGE que nos forneceu dados sobre os municípios, assim como a quantificação atual dos municípios de Minas Gerais. Para as fontes biográficas dos nomes históricos recorreremos aos sites dos próprios municípios, do Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) e à dissertação de mestrado “Atas Novecentistas do IHGMG: edição e proposta de dicionário biográfico”, de Sayão (2017).

## 2.2 Tratamento e análise dos dados

Conforme exposto nos objetivos que constam na Introdução, apresentamos o tratamento e a análise dos dados em dois focos: análise descritiva e análise quantitativa.



## 2.1 Análise descritiva

Na análise descritiva, foi realizada a quantificação dos *corpora*, conforme as quatro subdivisões apresentadas. Os dados contemporâneos foram analisados sincronicamente, partindo-se de dados atuais do IBGE dos municípios mineiros, coletados e armazenados no banco de dados do Projeto ATEMIG, para, depois, qualificar cada historiotopônimo em sua categoria correspondente.

Como dito anteriormente, os historiotopônimos foram subdivididos em quatro categorias, de acordo com o papel exercido pela figura histórica em questão. Os topônimos foram organizados para verificar a sua variação e mudança, tendo-se em vista a denominação atual, a sua data de adoção e as suas denominações anteriores como ilustrado a seguir:

### Quadro 11 – Variação e mudança toponímica dos historiotopônimos

Nome atual/ adoção do nome	Denominações anteriores
Mariana/ 1745	Ribeirão do Carmo > Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão do Carmo > Vila de Albuquerque > Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque > Vila de Nossa Senhora do Carmo > Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo > Mariana

Fonte: elaborado pela própria autora (2021)

Os dados coletados foram classificados conforme a sua motivação toponímica, a qual descrevia a relação da personalidade homenageada e o local denominado, a sua importância de acordo com as suas atividades profissionais e ações realizadas que a individualizaram para ser elevada a nome de determinado município. Além disso, foram incluídas as denominações anteriores dos municípios mostrando as modificações toponímicas até a denominação atual.

## 2.2.2 Elaboração da ficha lexicográfica

Segundo Dick (1990b) a anotação dos nomes em fichas lexicográficas padronizadas constitui um conjunto de fases subsequentes como: quantificação dos topônimos e das taxonomias; estudos linguísticos dos sintagmas toponímicos, etimologia, estrutura morfológica, sufixação, derivação; conjuntos antroponímicos. Há as entradas lexicais; deslocamentos de topônimos de um acidente para outro; história dos municípios e origem dos nomes; estabelecimento de áreas toponímicas locais e regionais. As fichas são elementos importantes à pesquisa toponímica por possibilitar a concentração de dados e informações importantes sobre o topônimo, devido ao tratamento aplicado a ele e a sua padronização.

A pesquisa segue o padrão metodológico proposto pelo projeto ATEMIG elaborada por Seabra (2004) e o modelo de ficha lexicográfica-toponímica de Dick (1990b) para tratamento e análise do *corpus*, cujos dados foram levantados e organizados por meio de entradas léxicas, nas fichas adaptadas aos seus objetivos, tendo em vista o modelo abaixo:

**Quadro 12 – Ficha lexicográfica**

<b>Nome atual:</b>
<b>Origem:</b>
<b>Classificação</b>
<b>Motivação toponímica:</b>
<b>Denominações anteriores:</b>
<b>Documentos:</b>
<b>Referências:</b>

Fonte: elaborado pela autora (2021)

É importante ressaltar que o termo “entrada léxica”, de acordo com Seabra (2004), é usado para se referir ao nome principal da ficha lexicográfica. O detalhamento dos itens componentes das fichas toponímicas desta pesquisa, baseando-se na autora citada, é mostrado a seguir:

- *Entrada léxica*: corresponde ao nome atual do historiotopeônimo.
- *Origem*: registra a origem dos nomes de cada historiotopeônimo a partir da consulta a dicionários biográficos para constar o nome completo de cada figura histórica homenageada.
- *Classificação*: apresenta a classificação toponímica do nome histórico em internacional, nacional, estadual ou municipal, de acordo com a divisão proposta neste trabalho.
- *Categorização da motivação historiotopeonímica*: fatores que motivaram a escolha do nome dos municípios de acordo com o que cada figura representou nos locais. Isso não se restringe apenas ao seu título, atividades profissionais, mas também às contribuições significativas que foram importantes para a elevação de cada município.
- *Variantes*: as denominações anteriores, suas formas distintas, a partir de uma base léxica.
- *Documentos*: informações referentes ao processo de nomeação do local tais como as leis que legitimaram os topônimos como nomes de cada município.
- *Referências*: apresenta a fonte de onde foram retiradas as informações sobre o local.

No próximo capítulo, apresentaremos e descreveremos os dados.

## CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo, fazemos a apresentação e descrição dos dados classificados com a taxa *historiotopônimo*. Dos 853 municípios mineiros, de acordo com os dados atuais do IBGE, tabelados no banco de dados do Projeto ATEMIG, registram-se 119 municípios, cujos nomes tratamos como históricos. Apresentaremos, inicialmente, em 3.1, as fichas que contêm descrições que embasaram nossas análises; em 3.2 destacamos o *corpus I*, contendo todos os historiotopônimos e suas respectivas classificações em categorias; já em 3.3 apresentaremos o *corpus II*, que se refere aos dados históricos extraídos das fichas.

### 3.1 Fichas léxico-toponímicas

As fichas léxico-toponímicas apresentadas a seguir contemplam os 119 historiotopônimos do *corpus* contemporâneo. Foram organizadas em ordem alfabética, em quatro divisões, a saber: 1) historiotopônimos internacionais, 2) historiotopônimos nacionais, 3) historiotopônimos estaduais e 4) historiotopônimos municipais. Cada ficha apresenta informações sobre o topônimo em destaque, de acordo com as suas variantes (quando existem), motivação toponímica, data de nomeação, referência a documentos descritivos sobre a nomeação do município. Passemos às apresentações das fichas.

#### 1. Historiotopônimos internacionais

<b>1. Nome atual:</b> Dom Bosco (1995)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo internacional
<b>Origem:</b> João Melchior Bosco
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem a Dom Bosco, cujo nome é João Melchior Bosco. Nasceu em Castelnuovo Don Bosco em 16 de Agosto de 1815 e faleceu em Turim, em 31 de janeiro de 1888. Foi um sacerdote católico italiano que fundou a Pia Sociedade de São Francisco de Sales e proclamado santo em 1934. Aclamado pelo Papa João Paulo II como o “Pai e Mestre da Juventude”, também é conhecido por ser o padroeiro da capital do Brasil, Brasília.
<b>Denominações anteriores:</b> Vila Dom Bosco > Dom Bosco
<b>Documentos:</b> “O município de Dom Bosco, Estado de Minas Gerais, situado na região Noroeste de Minas. Foi remanescente de Bonfinópolis de Minas. Surgiu de um retiro de gado, às margens do Córrego Espinho. Com a criação da Comissão do Vale do São Francisco (C.V.S.F.) em 1948 e sua instalação em 1952 com o objetivo de estabelecer um núcleo de colonização que recebeu o nome de Colônia Agropecuária do Paracatu (CAP), pertencente à SUVALE - Superintendência do Vale do São Francisco, hoje

CODEVASF - Comissão do Vale do São Francisco. Com a chegada das famílias dos colonos que aqui vieram para trabalhar em seus lotes (atuais fazendas), e da religiosidade nascida da recitação do terço de um cruzeiro e a construção de uma pequena capela, onde, em 03 de maio de 1952, Frei Adolfo, pároco de João Pinheiro, acompanhado do Senhor Sinval, celebrou a primeira missa. A partir da construção da capela, deu-se início ao pequeno povoado denominado Forquilha do Espinho. Esse nome, conforme contam os antigos moradores, deve-se à grande quantidade de vegetação espinhosa aqui existente na época.”

**Referências:**

<https://dombosco.mg.gov.br/historia/>

**2. Nome atual:** Mariana (1745)

**Classificação:** historiopotônimo internacional

**Origem:**

Maria Ana Josefa Antônia Regina de Habsburgo foi uma monarca austríaca, filha do Imperador Leopoldo I, da Áustria e D. Maria Leonor, nascida em 1683 em Linz, na Áustria, e faleceu em 1754, em Belém, Lisboa – Portugal. Tornou-se rainha de Portugal aos 25 anos, ao se casar com D. João V.

**Motivação toponímica:**

“Esta povoação, que em 1711 recebeu o foro de vila, com o título de vila de Albuquerque, e que por carta régia deste mesmo ano foi mudado para o de Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo, obteve os foros de cidade por carta régia de 23 de abril de 1745, com o nome de cidade de Mariana, em obséquio à então rainha D. Mariana de Áustria. É de todas a mais antiga da província. Nela foi instalado o bispado em 27 de fevereiro de 1748.” (SILVA, 1997, p.81)

**Denominações anteriores:** Ribeirão do Carmo > Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão do Carmo > Vila de Albuquerque > Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque > Vila de Nossa Senhora do Carmo > Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo > Mariana

**Documentos:**

Segundo Cunha (1987, p. 412), *Mariana* tem sua origem relacionada à Virgem Maria ou ao seu culto. Do antropônimo Maria. É apontada como a primeira cidade de Minas, com o nome de *Vila do Carmo* ou *Ribeirão do Carmo*.

Seabra (2004, p. 231) arrola os seguintes documentos que mostram alterações nos nomes da cidade de Mariana:

Carta Régia confirmando a criação da Vila e seu nome:

“Oficiais da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo. Eu, El Rei, vos envio muito saudar. Viu-se a vossa carta de trinta e um de julho do ano passado em que me dais conta de ser essa a primeira que erigiu o Governador e Capitão Geral Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho com o nome de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, em que pedis haja por confirmada a ereção dessa Vila e que vos conceda os privilégios que tem a Câmara da Cidade do Porto. E pareceu-me dizer-vos que hei por confirmada essa Vila, porém que não há de ser com a denominação de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, mas somente o nome da... e vos concedo que possa intitular Leal Vila, e Qua... que pedis, espero de vós que obreis com tal... meu Real serviço que mereçais vo-los com... Podeis esperar de minha Real grandeza. Escrita em Lisboa, a quatorze de abril de mil setecentos e doze / Rei / para os oficiais da Câmara

da Vila de Nossa Senhora do Carmo. José de Freitas Serrão / João Teles da Silva.” (Termo de Mariana, 1998, p. 153)

“El-Rei aprovou a criação da vila por carta de 14 de abril de 1712, mas simplificou-lhe o nome para o de vila de Nossa Senhora do Carmo, e deu-lhe o título de Leal em memória de tê-lo sido às autoridades régias contra o governo usurpador de Manuel Nunes.” (VASCONCELOS, 2v, 1974, p. 97)

“Curiosamente, à futura cidade de Mariana, o rei concedera os privilégios da câmara da Cidade do Porto e o título de Leal Vila de Ribeirão do Carmo. Isso significava que os camaristas de Ribeirão do Carmo teriam direitos de usar armas ofensivas e defensivas durante o dia e anoite, não estavam obrigados a prestar serviço nas guerras, dar pousada, adega ou cavalos, salvo por sua própria vontade; poderiam fazer uso de espadas com bainha de veludo, trajes de seda e terços dourados, além de outras imunidades que davam condição de fidalguia aos vereadores. Os documentos selecionados deixam entrever a urdidura do pacto político patrimonialista entre a Coroa e os colonos da região mais cobiçada da América Lusitana.” (Termo de Mariana, 1998, p. 148)

#### Referências:

CUNHA, G. A. Dicionário etimológico da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikom editora digital, 1987, p.412.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*. Tese de doutorado (inédita). PosLin/FALE/UFMG, 2004.

VASCONCELOS, Diogo de. História Antiga das Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 2 v.

### 3. Nome atual: Santos Dumont (1932)

**Classificação:** historiotopônimo internacional

**Origem:** Alberto Santos Dumont

#### Motivação toponímica:

“Em 1932, foi sua denominação mudada para Santos Dumont, em homenagem ao filho ilustre, o pai da aviação, pelo decreto nº 10447, de 31 de julho.” (Barbosa, 1995, p.309)

Homenagem ao pai da aviação Alberto Santos Dumont (1873-1932), um inventor e aeronauta brasileiro. Foi o primeiro a projetar e construir um balão dirigível que contornou e decolou na Torre Eiffel, valendo-se somente da força de um motor à gasolina.

**Denominações anteriores:** Conceição do Formoso (ex-Nossa Senhora da Conceição do Formoso) > Dores do Paraibuna (ex-Nossa Senhora das Dores do Paraibuna) > Mantiqueira (ex-Rancho de Maria Cândida) > São João da Serra > Santos Dumont

#### Documentos:

“João Gomes era o nome do pequeno povoado com capela, filial da matriz do Engenho do Mato, município de Barbacena, ainda no século XVIII. Mas, ao que parece não possuía meios de se desenvolver. Daí a provisão de 27 de fevereiro de 1778, autorizando a remoção da capela de São Miguel e Almas do sítio de João Gomes para o de D. Clara Maria de Jesus. A capela de João Gomes foi restaurada por provisão de 27 de junho de 1827. Foi quando o povoado tomou algum impulso, foi crescendo, até que a lei Nº 1458, de 31 de dezembro de 1867, elevou o distrito de João Gomes à categoria de paróquia. Em 1889, a lei Nº 3712, de 27 de julho, criou o município desmembrado do de Barbacena e constituído de duas paróquias: a de João Gomes, como sede, elevada à categoria de vila, com o nome de Palmira, e a de Dores do Paraibuna. O decreto-lei Nº25, de 4 de março de 1890,

assinado por João Pinheiro da Silva, elevou Palmira à categoria de cidade. Em 1932, foi sua denominação mudada para Santos Dumont, em homenagem ao filho ilustre, o pai da aviação, pelo decreto nº 10447, de 31 de julho.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.309.

## 2. Historiotopônimos nacionais

**1. Nome atual:** Antônio Prado de Minas (1962)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Antônio da Silva Prado

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao Conselheiro do Império, Antônio da Silva Prado. Foi um advogado, agricultor, político e empresário brasileiro. Foi deputado provincial de São Paulo nos anos de 1862 a 1864, deputado federal em 1869 e 1872 pelo Partido Conservador. No ano de 1875, tornou-se inspetor especial de terras e colonização da província de São Paulo. Em 1888, tornou-se Conselheiro do Império e senador em 1886. Foi a favor da abolição e incentivador da imigração italiana.

**Denominações anteriores:** Antônio Prado > Antônio Prado de Minas

**Documentos:**

“No povoado e estação de Antônio Prado, município de Eugenópolis, foi criado o distrito, pela lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948. Com a denominação de Antônio Prado de Minas, foi o lugar elevado a cidade e criado o município desse nome, pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962. Fica na Zona da Mata, entre o município de Eugenópolis e o Estado do Rio de Janeiro.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.28.

**2. Nome atual:** Arinos (1923)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Maximiano Afonso Arinos de Melo Franco

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao político mineiro Maximiano Afonso Arinos de Melo Franco.

“Começou a carreira como promotor de justiça da Comarca de Belo Horizonte. Em 1936, iniciou a carreira de professor na antiga Universidade do Distrito Federal (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro) ministrando aulas de História do Brasil. Em 1947, foi eleito deputado federal por Minas Gerais, de 1947 a 1958. Foi líder da União Democrática Nacional de 1953 até 1956. Ocupou a cadeira 25 da Academia Brasileira de Letras, em que foi eleito em de 1958. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico de Ouro Preto.”

**Denominações anteriores:** Morrinhos > Arinos

**Documentos:**

“Município da zona do Alto Médio São Francisco, criado pela lei Nº 2764, 30 de dezembro de 1962, desmembrado do de São Romão. A denominação primitiva de Morrinhos; e foi o arraial elevado a distrito, no município de Paracatu, em 1846; foi elevado a freguesia,

pela lei Nº 472, 31 de maio de 1850. Foi o distrito transferido para o município de São Romão, pela lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, que mudou sua denominação para Arinos. O município de Arinos, no Alto Médio São Francisco, é constituído de um único distrito.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.36.  
SAYÃO, J.N.P. Atas novecentistas do IHGMG: edição e proposta de dicionário biográfico, 2017, p.238.

**3. Nome atual:** Astolfo Dutra (1938)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Astolfo Dutra Nicácio

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao advogado e político brasileiro Astolfo Dutra Nicácio.

Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1881 e se tornou juiz municipal em Cataguases de 1890 a 1891. Foi agente executivo, presidente da Câmara Municipal e vereador da cidade. Em 1900, foi eleito deputado estadual de Minas Gerais e se tornou presidente da Assembleia Legislativa estadual. Em 1904, foi eleito deputado federal pelo Estado e teve sua reeleição em várias legislaturas. Tornou-se presidente da Câmara dos Deputados, onde presidiu por duas vezes, nos períodos de novembro de 1914 a julho de 1917 e de julho de 1919 a maio de 1920.

**Denominações anteriores:** Santo Antônio do Porto Alegre de Ubá > Porto Alegre de Ubá > Porto de Santo Antônio > Astolfo Dutra

**Documentos:**

“O nome primitivo era Santo Antônio do Porto Alegre de Ubá, então na freguesia do Rio Pomba. Comumente era designado por Porto Alegre de Ubá. A capela primitiva foi erguida em 1816, dedicada a S. Antônio, conforme se verifica pelo seguinte atestado: “Atesto debaixo de juramento dos Santos Evangélicos que, em concorrência do povo do distrito do Santo Antônio do Porto Alegre de Ubá, com esmolas dos moradores, erigimos uma capela de Santo Antônio, na qual lhe demarcamos uma quarta de terra livre, para patrimônio da mesma capela, cujo lugar não tem senhorio algum. Barbacena, 30 de janeiro de 1816. Ângelo Gomes Moreira” (Rev. A.P.M. XIII, 867). Este atestado tem sua confirmação nas informações publicadas pelo Cônego Trindade, de que Ângelo Gomes Moreira fez patrimônio à capela, por escritura de 15 de janeiro de 1818. (Inst. De Igr. no Bisp. de Mariana). Já com a denominação de Porto de Santo Antônio, foi o distrito suprimido pela lei Nº 472, de 31 de maio de 1850. Cinco anos mais tarde, foi restaurado o distrito com a mesma denominação – Porto de Santo Antônio (lei Nº 1720, de 16 de maio de 1855). Em 1864, foi elevado à condição de freguesia; que é a lei Nº 1188, de 21 de junho de 1864, transferiu a sede da paróquia do Espírito Santo do Pomba para o arraial do Porto de Santo Antônio. Mas a lei Nº 1676, de 21 de setembro de 1870, fez voltar a sede da paróquia para o Espírito Santo do Pomba. A criação definitiva da freguesia veio com a lei Nº 2035 de 1º de dezembro de 1873.

(...) Em 1938, o decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro, elevou o distrito de Porto de Santo Antônio à categoria de cidade, com a denominação de Astolfo Dutra, criando o município, desmembrado do de Cataguases.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.36.

<b>4.Nome atual:</b> Augusto de Lima (1914)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo nacional
<b>Origem:</b> Antônio Augusto de Lima
<b>Motivação toponímica:</b> A denominação da cidade de “Augusto de Lima” é uma homenagem ao ex-presidente do Estado, a quem teve a iniciativa de mudar a capital para Belo Horizonte. Foi magistrado, presidente do estado, deputado federal e constitucional. (...) Em 18 de março de 1891, substituiu o desembargador Frederico Augusto Álvares da Silva na chefia de governo mineiro, cabendo-lhe reunir a Assembleia Constituinte estadual que, em 15 de junho, promulgou a Constituição e elegeu José Cesário de Faria Alvim presidente de Minas Gerais. Foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia, dos Institutos Históricos da Bahia e de São Paulo, do Instituto Histórico e Paleontológico de Pernambuco, da Academia do Ceará e da Associação Brasileira de Imprensa.
<b>Denominações anteriores:</b> Francisco Sá > Augusto de Lima
<b>Documentos</b> “Ao ser criado o município de Buenópolis, desmembrado do território de Diamantina, pelo decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, foi criado, pela mesma lei, o distrito de Augusto de Lima, que ficou fazendo parte do novo município. A lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, elevou Augusto de Lima a cidade, como novo município. Fica situado entre os municípios de Buenópolis, Diamantina, Monjolos, Corinto, Lassance e Santo Hipólito, na zona do alto do São Francisco.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.31-37. SAYÃO, J.N.P. Atas novecentistas do IHGMG: edição e proposta de dicionário biográfico, 2017, p.259.

<b>5. Nome atual:</b> Barão de Cocais (1943)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo nacional
<b>Origem:</b> José Feliciano Pinto Coelho da Cunha
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem ao Barão José Feliciano Pinto Cunha, que nasceu na antiga vila colonial de Cocais. Foi um nobre, militar e político brasileiro. Filho do brigadeiro Antônio Caetano Moniz Pinto Coelho da Cunha, 9º neto de Pêro Coelho e 16º neto de Egas Moniz e de Ana Casimira Furtado, bisneta de Maximiano de Oliveira Leme e tataraneta de Fernão Dias Paes Leme. Foi enviado pelos pais para estudar no Rio de Janeiro, onde ingressou no Exército Imperial e alcançou a patente de tenente-coronel. No ano de 1822, participou do movimento da Independência do Brasil e no ano de 1830 foi eleito como deputado geral do Império. No ano de 1833, fundou a Companhia de Mineração Brasileira da Serra de Cocais em associação com os ingleses da National Mining Company. Foi nomeado como Governador da Província de Minas Gerais, pelo regente Diogo Feijó, no ano de 1835 e votou pela maioria de Dom Pedro II no Brasil.
<b>Denominações anteriores:</b> Macacos > São João Batista do Morro Grande > São João do Morro Grande > Morro Grande > Barão de Cocais
<b>Documentos</b> “São João do Morro Grande foi a denominação primitiva. Nos princípios do século XVIII, alguns sertanistas se deslocaram pelo sertão a dentro, na ânsia de encontrar novas minas e, no local a que chamaram de Macacos, acharam boa pinta. Aí edificaram suas casas e



fizeram suas roças. Uma capela foi logo construída, sob a invocação de S. João Batista. O local ficava no sopé de um morro muito grande, extenso; assim, o arraial passou a ser designado como São João Batista do Morro Grande.”

“A denominação de São João Batista do Morro Grande, aos poucos, passou a São João do Morro Grande; e foi reduzida a Morro Grande, pelo decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, quando ainda era distrito de Santa Bárbara. O município com a denominação de Barão de Cocais, foi criado pelo decreto-lei Nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, desmembrado de Santa Bárbara. Ficou então constituído dos distritos de Barão de Cocais (ex-Morro Grande), Bom Jesus do Amparo e Cocais. Hoje, o município de Barão de Cocais consta de apenas dois distritos: Barão de Cocais e Cocais. Fica na zona Metalúrgica.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.41.

**6.Nome atual:** Bias Fortes (1938)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Crispim Jacques Bias Fortes

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao político de Barbacena Crispim Jacques Bias Fortes. Atuou como deputado provincial pelo Partido Liberal, Presidente da Assembleia, Governador do Estado, Prefeito de Barbacena, Senador, Promotor de Justiça e Juiz Municipal. Foi exonerado da Magistratura em 1879 para atuar na política, tendo-se filiado ao Partido Liberal. Em 1881, foi eleito deputado provincial para o restante da 23ª Legislatura. Ao ser instaurado o regime republicano, foi convidado por João Pinheiro da Silva para elaborar o Anteprojeto da Constituição Mineira e teve nomeações sucessivas do Marechal Deodoro da Fonseca que o fez exercer o Governo do Estado Provisório por quatro períodos: de 24 de julho a 5 de agosto de 1890, de 14 de agosto a 3 de outubro de 1890, de 18 de agosto a 27 de dezembro de 1890, e de 7 de janeiro a 11 de fevereiro de 1891.

**Denominações anteriores:** Quilombo > Dores do Quilombo > União > Bias Fortes

**Documentos**

“Município da zona da Mata, criado pelo decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, com território desmembrado do de Barbacena. A localidade primitiva chamava-se Quilombo. A primitiva capela das Dores do Quilombo foi erigida por provisão de 21 de julho de 1830. A Câmara Municipal de Barbacena, pelo decreto Nº 148, de 20 de maio de 1896, aprovou a resolução Nº 5, de 15 de fevereiro do mesmo ano, no Conselho Distrital, mudando a denominação de Quilombo para União. A paróquia foi aí criada em 1875, pela lei Nº 2149, de 30 de outubro. Esclarece-nos Côn. Trindade que foi instituída canonicamente a 17 de outubro de 1877 e teve como primeiro vigário Pe. João Batista Calvo. Foi criado pelo decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, como elevação do lugar a cidade, como denominação de Bias Fortes.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.49.

**7. Nome atual:** Bocaiúva (1890)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Quintino Bocaiúva

**Motivação toponímica:**

“Escreveu Max de Vasconcelos (op.cit.) que a denominação Bocaiúva foi dada em homenagem a Quintino Bocaiúva “por ter ele conseguido a transferência da sede da vila do Jequitaiá, onde era localizada, para o atual sítio em que se encontra a cidade.”

Quintino Bocaiúva (1836-1912) foi um político e jornalista brasileiro, um dos mais importantes propagandistas do regime republicano. Foi nomeado Ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório.

**Denominações anteriores:** Senhor do Bonfim de Montes Claros > Jequitaiá > Vila Nova de Jequitaiá > Bocaiúva

**Documentos:**

“Foi a princípio criada a freguesia do Senhor do Bonfim, com sede no arraial do mesmo nome, município de Montes Claros; seu primeiro vigário foi o Cônego José Maria Versiani. A freguesia foi suprimida pela lei Nº 288, de 12 de março de 1846. O vigário, Cônego Versiani, foi nomeado o vigário da vara da Diocese da Bahia, com todos os poderes episcopais, excetuando apenas o de conceder ordens. Foi restaurada a paróquia com a lei de Nº 472, 31 de maio de 1850. Ao ser criado o Bispado de Diamantina, em 1854, toda a região ficou subordinada ao novo Bispado; e o Cônego Versiani assumiu as funções de vigário forâneo. A lei Nº 1996, de 14 de novembro de 1873, criou o município de Jequitaiá, com sede no arraial do Senhor do Bonfim de Montes Claros. Mas a vila não foi instalada. E a lei Nº 2810, de 4 outubro de 1881, transferiu a sede do município para o arraial de Nossa Senhora da Conceição de Jequitaiá. Jequitaiá era distrito do município de Montes Claros, criado pela lei Nº 2145, de 29 de outubro de 1875. E a paróquia fora criada pela lei Nº 2214, de 3 de junho de 1876. Mas, em 1887, a lei Nº 3442, de 28 de setembro, revogou a lei de Nº 2810, de 4 de outubro de 1881 (mencionada acima), determinando o inteiro vigor da lei anterior, isto é, a de 1873, que criara o município com sede no arraial do Senhor do Bonfim de Montes Claros, com a denominação de Jequitaiá. Instalada a nova vila, foi seu primeiro Presidente da Câmara e primeiro Agente Executivo Municipal o capitão Leandro Baracho da Fonseca. O decreto Nº44, de 17 17 de abril de 1890, mudou a denominação de Jequitaiá para Vila Nova de Jequitaiá, a pedido da câmara local. Parece que isso foi uma grande vitória, resultado de uma campanha dos habitantes. E o decreto Nº 90, de 4 de junho de 1890, elevou Vila Nova de Jequitaiá, à categoria de cidade, com o nome atual, isto é, Bocaiúva.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.52.

**8. Nome atual:** Carlos Chagas (1938)

**Classificação:** historiopônimo nacional

**Origem:** Carlos Ribeiro Justiniano Chagas

**Motivação toponímica:**

Homenagem da população ao cientista brasileiro Carlos Ribeiro Justiniano Chagas.

Carlos Chagas (1879-1934) natural de Oliveira, Minas Gerais, foi um médico sanitário e pesquisador. Dedicou-se ao estudo das doenças tropicais e descobriu o protozoário causador da doença de Chagas, que o nomeou de Trypanosoma Cruzi ( em homenagem a Oswaldo Cruz).

**Denominações anteriores:** Urucu > Carlos Chagas

**Documentos:**

“Município criado pelo decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, com sede no distrito denominado Urucu, que passou a ter denominação de Carlos Chagas. Foi desmembrado do município de Teófilo Otoni. O distrito, com a denominação de Colônia de Urucu, foi criado pela lei Nº 2418, de 5 de novembro de 1877, na freguesia de

Filadélfia, município de Minas Novas. Foi criada a freguesia de Urucu, por lei provincial Nº 3442, de 28 de setembro de 1887 ( esta lei elevou o distrito a freguesia). O município de Carlos Chagas, denominação que passou a ter em 1938, ao ser criado, fica na zona do Mucuri; consta de três distritos: o da cidade, o de Epaminondas Otoni e o de Presidente Pena.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.80.

**9. Nome atual:** Conselheiro Pena (1938)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Afonso Augusto Moreira Pena

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao Afonso Augusto Moreira Pena, conselheiro do Império, Presidente do Estado e do Brasil.

Afonso Augusto Moreira Pena foi um advogado e político brasileiro. Iniciou a sua carreira política durante o Império, exercendo vários cargos como o de presidente de Minas Gerais, legislador, presidente do Banco da República e Ministro de Estado. Foi o sexto presidente da República, em 15 de novembro de 1906 até Julho de 1909.

**Denominações anteriores:** Barra do Cuieté (ex-Cuieté) > Bueno > Cuieté Velho (ex-Cuieté) > Ferruginha > Penha do Norte (ex-Nossa Senhora da Penha) > Conselheiro Pena

**Documentos:**

“Era, até 1938, o distrito denominado Lajão, no município de Itanhomi.O decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, elevou Lajão, a cidade de Conselheiro Pena, criando o município deste nome. Fica na zona do Rio Doce. Tem nove distritos: Conselheiro Pena, Aldeia, Barra do Cuieté, Bueno, Cuieté Velho, Cuparaque, Ferruginha, Goiabeira e Penha do Norte.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.98.

**10.Nome atual:** Couto de Magalhães de Minas (1962)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** José Vieira Couto de Magalhães

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao político, militar, escritor e folclorista, José Vieira Couto de Magalhães.

“Foi escritor, folclorista. Cursou o Seminário de Mariana e a Faculdade de Direito de São Paulo. Pesquisador de línguas estrangeiras e indígenas, onde despendeu boa parte da sua atividade; estudou com afinco astronomia, física e mecânica, tendo posteriormente, seus instrumentos para experiências científicas, doados ao Instituto Politécnico de São Paulo. Fundou o Clube de Caça e Pesca de São Paulo e organizou a Sociedade Paulista de Imigração. Colaborou com muitos jornais, com ênfase no Jornal do Comércio e o Diário Popular, tendo também pertencido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Deixou inédita uma gramática da língua geral. Exerceu o cargo de Secretário do Governo de Minas Gerais entre 1860 e 1861. Foi Presidente das Províncias de Goiás Pará, Mato Grosso e São Paulo. Suas obras mais importantes são: *O Selvagem, Uma Viagem do Araguaia; A Revolta de Felipe dos Santos em 1720*; “Os Guaianases (romance histórico) ou a

Fundação de São Paulo”. Na Academia Tocantinense de Letras é o Patrono da cadeira 31, cujo ocupante é Marco Anthony Villas Boas.”

**Denominações anteriores:** Couto de Magalhães > Rio Manso > Couto de Magalhães de Minas

**Documentos:**

“Município criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962. A capela primitiva, dedicada a N.Sr<sup>a</sup>. da Conceição, foi erigida por provisão episcopal de 9 de novembro de 1828. Formado o povoado, foi, em 1839, elevado a distrito, com a denominação de Rio Manso. A freguesia foi criada pela lei provincial Nº654, de 17 de junho de 1853, quando teve, como primeiro vigário, o Pe. Manuel José Lourenço de Seixas. Em 1938, ainda pertencendo ao município de Diamantina, teve sua denominação mudada para Couto de Magalhães (decreto-lei Nº1058, de 17 de dezembro). E a lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, criou o município, desmembrado do de Diamantina, com a denominação de Couto de Magalhães de Minas”.

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.105.

SAYÃO, J.N.P. Atas novecentistas do IHGMG: edição e proposta de dicionário biográfico,2017, p.275.

**11. Nome atual:** Cristiano Otoni (1883)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Cristiano Benedito Otoni

**Motivação toponímica:**

Homenagem a Cristiano Benedito Otoni que foi capitão-tenente da Marinha, engenheiro, professor, diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II, senador do Império e após a proclamação da República foi senador da República. Considerado como “pai das estradas de ferro do Brasil”, foi primeiro diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II e quem fez os trilhos subirem a Serra do Mar, em direção a Minas Gerais e a São Paulo entre os anos de 1855 e 1865. Além disso, é considerado como reformador do ensino de matemática no Brasil. Publicou muitos trabalhos tendo como destaque as seguintes obras: Teoria das máquinas a vapor (1844); Juízo crítico sobre o compêndio de geometria adotado pela Academia de Marinha do Rio de Janeiro (1845); Elementos de aritmética (1952); Estrada de Ferro D. Pedro II – Coleção de artigos de fundo do “Correio Mercantil” (1857); O futuro das estradas de ferro no Brasil (1859).

“(…)a denominação foi em homenagem ao Cons. Cristiano Benedito Otoni; organizador da primeira companhia que deu início à construção da Estrada e primeiro diretor da mesma estrada.”

**Denominações anteriores:** Não há denominações anteriores.

**Documentos:**

“Município da zona Metalúrgica, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do de Conselheiro Lafaiete. Consta dos distritos de Cristiano Otoni e São Caetano. O distrito de Cristiano Otoni foi criado pela lei Nº 556, de 30 de agosto de 1911, no povoado e estação do mesmo nome. O distrito de Cristiano Otoni foi criado pela lei Nº 556, de 30 de agosto de 1911, no povoado e estação do mesmo nome. Essa estação da E.F. Central do Brasil foi inaugurada a 15 de dezembro de 1883; a denominação foi em homenagem ao Cons. Cristiano Benedito Otoni; organizador da primeira companhia que deu início à construção da Estrada e primeiro diretor da mesma estrada.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.106.

**12. Nome atual:** Cristina (1850)

**Origem:** Tereza Cristina Maria de Bourbon, esposa de Dom Pedro II.

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Motivação toponímica:**

O nome Cristina foi uma homenagem a Imperatriz do Brasil, Tereza Cristina Maria de Bourbon, esposa de Dom Pedro II. O responsável pela articulação da mudança de nome foi Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, posteriormente nomeado Conselheiro do Império, o qual se destacou no cenário político nacional até a Proclamação da República. Foi amigo íntimo de Dom Pedro e ocupou vários cargos relevantes dentre eles o de Ministro da Justiça e da Guerra.

**Denominações anteriores:** Cumquibus > Espírito Santo do Cumquibus > Cristina

**Documentos:**

“Município do Sul de Minas, criado pela lei provincial Nº 485, de 19 de junho de 1850, com território desmembrado do de Itajubá. O distrito denominava-se Cumquibus. O curato era filial da paróquia do Carmo; e foi elevado a freguesia com a denominação de Espírito Santo dos Cumquibus, pela lei Nº 209, de 7 de abril de 1841; pertencia, então, ao município de Baependi, tendo sido desmembrada a freguesia da do Carmo. A freguesia do Espírito Santo dos Cumquibus foi elevada a vila, com a denominação de Cristina, pela lei Nº 485, de 19 de junho de 1850, que criou o município. Foi Cristina elevada à categoria de cidade pela lei Nº1885, de 15 de julho de 1872.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.106.

**13. Nome atual:** Delfim Moreira (1927)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Delfim Moreira da Costa Ribeiro

**Motivação toponímica:**

Homenagem a Delfim Moreira da Costa Ribeiro, advogado e político brasileiro. Faz parte da geração de republicanos históricos mineiros, em que atuou como deputado estadual de 1894 a 1902 e recebeu a nomeação de secretário do interior de Minas Gerais. Foi o 8º vice-presidente do Brasil na chapa de Rodrigues Alves, que teve posse em 15 de novembro de 1918 até 1 de julho de 1920.

**Denominações anteriores:** Soledade de Itajubá > Delfim Moreira

**Documentos:**

“Chamou-se a princípio de Itajubá, a mais antiga povoação do atual Bispado de Pouso Alegre. Sabe-se, por uma justificação feita em 1773, que o descobridor das minas de Itajubá foi o Sargento-mor Miguel Garcia. Essa descoberta foi antes de 1723, pois nesse ano já ali residia o Pe. João da Silva Caualo, dedicado à mineração. Há uma declaração do Pe. João da Silva Caualo, na qual afirma que entrou nas minas de Itajubá com Geraldo Cubas Ferreira; daí a um mês, entrou Gaspar Vás da Cunha, que o induziu a seguir para as minas do Sapucaí.”

“(…) Antônio Garcia Velho comprou o sítio de João Valente da Silva, em 1757 e, três anos depois, doou-o a N.Srª da Soledade, padroeira da “freguesia de Itajubá”. A freguesia só foi criada em 24 de novembro de 1762. Em 1764, recebeu a visita do governador Luís Diogo Lobo da Silva. Em 1770, foi o patrimônio enriquecido com nova doação feita pelo

guarda-mor Manuel Correia da Fonseca; doou ele, em 19 de agosto de 1770, um terreno de meia légua de frente por uma de fundo, além de 12 cabeças de gado vacum. Em 1771, o Juiz Ordinário reclamava do governo de Minas que Itajubá era a única localidade mineira ainda subordinada eclesiasticamente a São Paulo.”

“O primitivo povoado continuou com o nome de Itajubá Velho ou Soledade de Itajubá. Havendo perdido as regalias da paróquia em 1832, reconquistou essa condição com a lei provincial Nº239, de 30 de novembro de 1842, com o nome de Soledade de Itajubá. O progresso foi bastante lento. Só foi criado o município com a denominação de Delfim Moreira, pelo decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, com o território desmembrado do de Itajubá.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.111.

**14. Nome atual:** Diogo de Vasconcelos (1928)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Diogo Luís Pereira de Vasconcelos

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao político Diogo Luís Pereira de Vasconcelos.

Foi político, advogado, historiador e acadêmico. Fez Humanidades no Seminário de Mariana, os preparatórios no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, e o curso superior na FDSP, pela qual se formou em bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1867. Logo depois de formado, foi Secretário da Província de Minas Gerais durante as Presidências de Domingos de Andrada Figueira e de José Maria Correia de Sá e Benevides (1868-1870). Iniciando a carreira parlamentar como Deputado da Assembleia Geral (1872-1877), teve participação saliente em debates sobre a questão religiosa, em defesa dos bispos do Grão-Pará e de Olinda.

**Denominações anteriores:** São Domingos > Vasconcelos > Diogo de Vasconcelos

**Documentos:**

“Município da zona Metalúrgica, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado de Mariana. São Domingos era o nome do povoado que se formou ao redor da capela, que teve concessão de pia batismal em 22 de fevereiro de 1754. Foi, a princípio, filial da matriz do Sumidouro. O povoado foi elevado à freguesia por lei provincial Nº 2762 de 12 de setembro de 1881. Teve a paróquia instituição canônica por provisão episcopal de 3 de abril de 1884. Seu primeiro vigário foi Pe. José Maria Portas Crespo. Como distrito do município de Mariana, foi a denominação de São Domingos mudada para Vasconcelos, pela lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923. E em 1928, a lei Nº 1048, de 25 de setembro, mudou a denominação de Vasconcelos para Diogo Vasconcelos.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.115.

Sayão, J.N.P. Atas novecentistas do IHGMG: edição e proposta de dicionário biográfico,2017, p.360.

**15. Nome atual:** Dom Silvério (1938)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Silvério Gomes Pimenta

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao segundo Arcebispo da Arquidiocese do Episcopado brasileiro, Dom Silvério Gomes Pimenta.

Dom Silvério Gomes Pimenta foi sacerdote, professor, orador sacro, poeta, biógrafo, prelado e arcebispo de Mariana. Foi o primeiro bispo sagrado depois da Proclamação da República.

A sua personalidade literária foi marcada por seus livros e cartas pastorais e publicou várias poesias em latim. Possuía sua fama de poliglota por dominar as línguas como Latim, Grego, Hebraico e outras. Sua maior obra é a vida de D. Viçoso. Atuou como jornalista em Mariana, onde fundou e dirigiu “O Bom Ladrão”, “O Viçoso”, “O D. Viçoso” e o “D. Silvério”, editados sob sua orientação e dirigidos pelos padres Severiano de Resende e Luís Espechit. As publicações feitas de sua autoria como poesias latinas, cartas pastorais e artigos lhe trouxeram notoriedade e o fez ser comparado ao padre Manuel Bernardes e ao Frei Luís de Sousa. Por meio de sua fama, foi eleito em 30 de outubro de 1919, na sucessão de Alcindo Guanabara e recebido pelo acadêmico Carlos de Laet em 28 de maio de 1920 na Academia Brasileira de Letras.

**Denominações anteriores:** Nossa Senhora da Saúde > Saúde > Dom Silvério

**Documentos:**

“A capela primitiva, dedicada a N.Sr<sup>a</sup> da Saúde, foi erigida por provisão de 20 de outubro de 1761. Foi seu fundador o Pe. Domingos de Araújo, que também constituiu seu patrimônio, com terras de sua fazenda, conforme escritura datada de 23 de novembro de 1762 (Cônego Trindade). Em 1832, passou a pertencer à freguesia de Paulo Moreira, então criada. Foi o lugar elevado a freguesia pela lei N<sup>o</sup> 211, de 7 de abril de 1841, ficando desmembrada da de Paulo Moreira, então município de Mariana. O primeiro vigário foi Pe. Manuel Pedro de Alcântara.”

“Em 1839, foi iniciada a construção de nova Matriz e, segundo um relatório do vigário, de 1849, estava bem sólida, apesar de ser de madeira (Avulsos A.P.M.). Ao ser criado o município de Alvinópolis, o distrito, que se denominava Saúde, passou a fazer parte do novo município. O decreto-lei N<sup>o</sup>148, de 17 de dezembro de 1938, elevou o distrito a município, desmembrado do de Alvinópolis, quando teve a sua denominação mudada para Dom Silvério. (...) A denominação atual constitui homenagem a D. Silvério Gomes Pimenta, santo homem, membro da Academia Brasileira de Letras.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.119.

**16. Nome atual:** Faria Lemos (1923)

**Classificação:** historiopotônimo nacional

**Origem:** Francisco de Faria Lemos

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao presidente da província de Minas Gerais, Francisco de Faria Lemos. Foi presidente das províncias de Pernambuco ( nomeado em 8 de maio de 1872 – de 10 de junho de 1872 de novembro de 1872); do Ceará (nomeado em 12 de janeiro de 1876, de 22 de março de 1876 a 10 de janeiro de 1877); Rio Grande do Sul (nomeado em 28 de março de 1877 e exonerado em 30 de janeiro de 1878, no período de 21 de maio de 1877 a 10 de fevereiro de 1878) e de Minas Gerais (nomeado em 20 de março de 1886, de 10 de maio de 1886 a 8 de junho de 1886 e de 14 de junho de 1886 a 1 de janeiro de 1887).

**Denominações anteriores:** São Mateus > Faria Lemos

**Documentos:**

“A capela de S. Mateus, filial da freguesia de Tombos do Carangola, foi erigida por provisão de 20 de julho de 1887 (Cônego Trindade, op.cit.). O decreto N<sup>o</sup> 185, de 6 de

setembro de 1890, aí criou o distrito de paz com a denominação de Faria Lemos. Posteriormente, voltou a denominar-se São Mateus. Foi a lei N° 843, de 7 de setembro de 1923, que lhe restituiu a primitiva denominação do distrito, isto é, Faria Lemos. O município, formado com território desmembrado do de Carangola, foi criado pela lei N° 1039, de 12 de dezembro de 1953. Fica na zona da Mata. Tem o único distrito da cidade.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.131.

**17. Nome atual:** Francisco Badaró (1948)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Francisco Coelho Duarte Badaró

**Motivação toponímica:**

Homenagem a Francisco Coelho Duarte Badaró, político de Minas Novas. cursou humanidades em Ouro Preto e se formou em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito) pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1883. No ano de 1884, foi nomeado o Promotor da comarca de Minas Novas e em 21 de abril de 1885, foi promovido a Juiz de Direito. Em 1894 foi nomeado Juiz de Minas Novas, onde atuou por 16 anos. Foi Senador Estadual no ano de 1919 a 1921, Deputado Federal no ano de 1921 e fez parte da executiva do PRM. Foi deputado federal constituinte entre os anos de 1891 e 1893 e entre os anos de 1893 a 1894 foi Ministro Plenipotenciário do Brasil no Vaticano.

**Denominações anteriores:** Sucuriú > Nossa Senhora da Conceição do Sucuriú > Francisco Badaró

**Documentos:**

“Antigo Sucuriú, Francisco Badaró é o município do Alto do Jequitinhonha, criado pela lei N° 2764, de 30 de dezembro de 1962, desmembrado do de Minas Novas. O arraial de Sucuriú foi elevado a freguesia pela lei N° 312, de 8 de abril de 1846. Perdendo a regalia da paróquia, teve-a restaurada pela lei N° 910, de 4 de julho de 1858, com a mesma denominação de N.Sª da Conceição do Sucuriú. A lei N° 336, de 7 de setembro de 1948, mudou a denominação do antigo distrito de Minas Novas de Sucuriú para Francisco Badaró. Finalmente, em 1962, foi o distrito de Francisco Badaró elevado à categoria de cidade.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.111.

**18. Nome atual:** Francisco Sá (1938)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Francisco de Sá

**Motivação toponímica:**

Homenagem a Francisco de Sá, engenheiro local que foi ministro da Viação e Obras Públicas.

Francisco de Sá foi um engenheiro, jornalista e político brasileiro. cursou Engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1880, mas no ano posterior acabou se transferindo para a Escola de Minas de Ouro Preto, concluindo os estudos em 1884. Após isso, assumiu o cargo de secretário do Governo Provincial do Ceará, a convite do político mineiro Carlos Honório Benedito Otoni, que foi nomeado presidente da província em maio de 1884. Assumiu o cargo de deputado provincial por Minas Gerais, ministro de Viação e Obras



Públicas nos governos de Nilo Peçanha e Artur Bernardes e Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio no de Nilo Peçanha.

“A denominação de Francisco Sá representa homenagem a ilustre mineiro que, como Ministro da Viação, bateu a 1ª estaca na construção do ramal de Montes Claros, da E.F. Central do Brasil, em 1910.”

**Denominações anteriores:** Cruz das Almas > Brejo das Almas das Catingas do Rio Verde > São Gonçalo do Brejo das Almas > Brejo das Almas > Francisco Sá

**Documentos:**

“A região do antigo Brejo das Almas foi toda palmilhada pelo grande sertanista Antônio Gonçalves de Figueira, que tomou parte na bandeira de Fernão Dias, acompanhando Matias Cardoso de Almeida, seu cunhado. Percorreu todo o sertão do Verde, Pardo, Minas Novas, à procura das esmeraldas. A tradição local é que uma das expedições, seja a de Antônio Gonçalves Figueira, seja outra posterior, teria chegado no dia de Finados; e teriam homens colocado uma grande cruz, dando lugar a denominação de Cruz das Almas. (Rev. I.H.G.M.G. III) (...) A lei provincial N°147, de 6 de abril de 1839, elevou de Brejo das Almas das Catingas do Rio Verde a distrito de paz, no município de Minas Novas. A freguesia, com o título de São Gonçalo do Brejo das Almas, foi criada pela lei N° 1398, de 27 de novembro de 1867, quando já pertencia ao município de Grão Mogol. O município foi criado pela lei N°843, de 7 de setembro de 1923, com a denominação de Brejo das Almas. Foi instalada a 7 de setembro de 1924, tendo tido como primeiro Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal o sr. Cel. Jacinto Alves da Silveira. O decreto-lei N°148, de 17 de dezembro de 1938, deu-lhe a denominação atual de Francisco Sá.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.135.

**19. Nome atual:** Fernandes Tourinho (1962)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Sebastião Fernandes Tourinho

**Motivação toponímica:**

Homenagem a Sebastião Fernandes Tourinho, bandeirante, descendente do primeiro donatário da capitania de Porto Seguro, Pero de Campos Tourinho. Foi o primeiro português que desbravou o interior do país vindo da costa. Em 1573, ele partiu de Porto Seguro, subiu o Rio Doce até as proximidades de Vila Rica, percorrendo pelas terras de Minas Gerais.

**Denominações anteriores:** Itapiru > Itapiruna > Fernandes Tourinho

**Documentos:**

Segundo Barbosa (1990,p.132)

“Município criado pela lei N° 2764, de 30 de dezembro de 1962, desmembrado do de Tarumirim. Fica na zona do Rio Doce. Além do distrito da sede, tem outro: Senhora da Penha. A localidade primitiva, de nome Itapiru, foi elevada a distrito com a lei N° 1039, de 12 de dezembro de 1953, com a denominação de Itapiruna. Ao ser elevada a cidade, nova mudança se fez na denominação, que passou a Fernandes Tourinho.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.132.

<b>20. Nome atual:</b> Heliadora (1953)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo nacional
<b>Origem:</b> Bárbara Eliadora Guilhermina da Silveira
<b>Motivação toponímica:</b> Bárbara Eliadora Guilhermina da Silveira foi uma poetisa, mineradora e ativista mineira. Foi casada com o Inconfidente Alvarenga Peixoto. Por causa de seu casamento com Alvarenga e sua instantânea participação no movimento Inconfidência Mineira, ela ganhou o título de “Heroína da Inconfidência Mineira”. “O topônimo representa homenagem a Bárbara Eliadora Guilhermina da Silveira, que faleceu em São Gonçalo do Sapucaí; mas a heroína sempre assinava “Eliadora”, sem H.”
<b>Denominações anteriores:</b> Santa Isabel > Santa Isabel dos Coqueiros > Heliadora
<b>Documentos:</b> “O povoado primitivo, denominado Santa Isabel dos Coqueiros ( <i>3º anuário Eclesiástico da Diocese de Campanha</i> , 1941) foi, pela lei provincial Nº 2048, de 24 de dezembro de 1874, elevado a distrito de paz do termo de Campanha. Quatro anos depois, pela lei mineira Nº 2454, de 19 de outubro de 1878, foi elevado à categoria de paróquia. Esta última lei elevou São Gonçalo da Campanha à categoria de vila, passando o distrito de Santa Isabel a integrar no novo município, que se ficou chamando de São Gonçalo do Sapucaí. A lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, alterou a denominação de S. Isabel para Heliadora. Em 1948, teve sua autonomia municipal: a lei 336, de 27 de dezembro de 1948, criou o município, dando-lhe o nome de Senador Lemos. Mas a lei Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, restituiu-lhe a denominação de Heliadora.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.148.

<b>21. Nome atual:</b> Inconfidentes (1953)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo nacional
<b>Origem:</b> Inconfidentes
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem aos participantes da Inconfidência Mineira, movimento nativista revolucionário ocorrido em 1720, que teve como participantes Tiradentes, Alvarenga Peixoto, Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Inácio José de Alvarenga Peixoto e outros.
<b>Denominações anteriores:</b> Não há denominações anteriores
<b>Documentos:</b> “Município do Sul de Minas, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do de Ouro Fino. É constituído do único distrito da sede. O distrito de Inconfidentes foi criado pela lei Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.152.

<b>22. Nome atual:</b> Joaquim Felício (1912)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo nacional
<b>Origem:</b> Joaquim Felício dos Santos
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem ao jurista, professor, escritor e político Joaquim Felício dos Santos.

Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1882, publicou o “Projeto do Código Civil Brasileiro”. Durante o segundo Império (1864 – 1866), teve um mandato não concluído como deputado geral e posteriormente atuou como senador (1891 – 1895).

**Denominações anteriores:** Tábua > Joaquim Felício

**Documentos:**

“Município da zona do Alto São Francisco, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do de Buenópolis. Na povoação de Tábua, município de Diamantina, foi criado o distrito, pela lei Nº 280, de 6 de dezembro de 1890. A lei Nº 590, de 3 de setembro de 1912, deu ao distrito de Tábua a denominação de Joaquim Felício. Ao ser criado o município de Buenópolis, desmembrado do de Diamantina, com o decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, foi o distrito de Joaquim Felício incorporado ao novo município. E deste desmembrou-se, em 1962, quando foi elevado à categoria de cidade. Tem o único distrito da sede.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.176.

**23. Nome atual:** Leopoldina (1854)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Homenagem à segunda filha de Dom Pedro II, princesa Leopoldina de Bragança e Bourbon - Leopoldina Teresa Francisca Carolina Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga.

**Motivação toponímica:** Em 1854, o município de “Feijão Cru” teve a sua emancipação e com isso o topônimo foi substituído pelo nome de Leopoldina, em uma homenagem à princesa Leopoldina de Bragança e Bourbon, filha do Imperador D. Pedro II.

**Denominações anteriores:** Feijão Cru > São Sebastião do Feijão Cru > Leopoldina

**Documentos:**

Na Enciclopédia dos municípios brasileiros do IBGE (1959) atesta que a primeira denominação da cidade de Leopoldina, “Feijão Cru”, ocorreu nos primórdios do desbravamento, quando os primeiros brancos que buscavam por boas terras acamparam à margem de um ribeirão. O nome inicial ocorreu pelo descuido do cozinheiro da comitiva, que não prestou atenção ao fogo, por ter se distraído para espantar os animais ao redor, e ao verificar o alimento viu que o feijão estava muito duro. Em 1831, dois fazendeiros da redondeza, Francisco Pinheiro Lacerda e seu sogro Joaquim Ferreira de Brito, foram até “Feijão Cru” e fizeram doações para a construção de uma capela que tempos depois em seu em torno se consolidou o povoado.

“O antigo distrito de São Sebastião do Feijão Cru, no município de Mar de Espanha, conhecido também por arraial do Feijão Cru, foi, pelo art. 1º da lei Nº 666, de 27 de abril de 1854, elevado a freguesia; e pelo art. 2º da mesma lei, foi a freguesia elevada a vila, com a denominação de Leopoldina. A autonomia municipal trouxe estímulo à população; e a vila desenvolveu-se com rapidez. Em 1961, com a lei Nº 1116, de 16 de outubro, foi a vila Leopoldina elevada à categoria de cidade. A 4 de abril de 1886, era inaugurada a estrada ferroviária, que trouxe notável impulso à cidade. Por decreto do pontifício de 16 de julho de 1897, foi Leopoldina transferida da diocese do Rio para a de Mariana. E foi criado o Bispado de Leopoldina pelo decreto pontifício de 25 de abril de 1942, instalado a 5 de agosto do mesmo ano. D. Delfim Ribeiro Guedes foi o primeiro bispo da Diocese.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.187.

<b>24. Nome atual:</b> Lima Duarte (1884)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo nacional
<b>Origem:</b> José Rodrigues de Lima Duarte
<b>Motivação toponímica:</b> <p>“A denominação atual representa homenagem ao Dr. José Rodrigues de Lima Duarte, Ministro da Marinha no gabinete Saraiva (1880 – 1882), Conselheiro do Estado, deputado, depois Senador do Império e, em 1889, feito Visconde de Lima Duarte.”</p>
<b>Denominações anteriores:</b> Rio do Peixe > Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe > Lima Duarte
<b>Documentos:</b> <p>“A região de Lima Duarte foi percorrida, em 1692, pela bandeira que tinha, como capelão, o Pe. João de Faria Fialho. Essa região foi povoado intensamente, no século XVIII, apesar de ser considerada área proibida. Foi D. Rodrigo José de Meneses que, logo após sua posse, preocupado em melhorar a situação da capitania, dirigiu-se, em 1781, ao rio do Peixe, onde concedeu larga cópia de datas minerais e sesmarias.</p> <p>(...) E assim surgiu a povoação do Rio do Peixe. A primeira ermida “localizava-se em terras doadas por Dona Inácia Maria d’Assunção, mulher de José Delgado Mota, conforme despõem seus descendentes próximos, ainda vivos, e depositários das tradições orais de seus familiares.”(Alexandre Miranda Delgado, Memória Histórica sobre a cidade de Lima Duarte e seu Município).</p> <p>Em 1859, a lei Nº 991, de 27 de junho, criou a freguesia, com a denominação de Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe. O livro de que retiramos a maioria dessas notas (Alexandre de Miranda Delgado, op.cit.), menciona dois elementos locais, do que se destacaram, em seus esforços, para conseguir a criação do município: João de Deus Duque e Francisco Delgado Mota. E, afinal, foi sancionada a lei Nº 2804, de 3 de outubro de 1881, que elevou a freguesia do Rio do Peixe à categoria de vila, compondo-se o novo município da freguesia da vila e da Conceição de Ibitipoca. O município só foi instalado em 29 de dezembro de 1884, quando Rio do Peixe já estava elevado à categoria de cidade, com a lei Nº 3269, de 30 de outubro de 1884, lei que lhe deu a denominação de Lima Duarte.”</p>
<b>Referências:</b> <p>BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.188.</p>

<b>25. Nome atual:</b> Martinho Campos (1938)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo nacional
<b>Origem:</b> Martinho Álvares da Silva Campos
<b>Motivação toponímica:</b> <p>“A denominação atual foi dada em homenagem a um grande brasileiro, Martinho Álvares da Silva Campos, deputado, Senador do Império, Conselheiro de Estado, Presidente da Província do Rio de Janeiro, chefe do gabinete de 1882 e, sem dúvida, o maior líder oposicionista da monarquia.”</p>
<b>Denominações anteriores:</b> Abadia > Abadia de Pitangui > Martinho Campos
<b>Documentos:</b> <p>“O povoado de Abadia, no termo de Pitangui, deve ter surgido nos primeiros anos do século XIX. Segundo informa Cônego Trindade, a paróquia foi criada por ato episcopal, antes de 1822, tendo sido sanada a irregularidade por alvará de 16 de abril de 1822. Consideramos possível um engano do ilustre do historiador, dada a confusão de nomes semelhantes. A verdade é que a paróquia foi criada por lei provincial Nº 911, de 8 de junho</p>

de 1858. Só em 1870 veio a ter o primeiro vigário colado, na pessoa do Pe. Elias José de Barros. A lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, alterou o nome para Abadia de Pitangui. O município foi criado pelo decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, que também modificou a denominação para Martinho Campos.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.198.

**26. Nome atual:** Mesquita (1923)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Jerônimo José de Mesquita

**Motivação toponímica:**

Homenagem a Jerônimo José de Mesquita, conhecido como Barão de Mesquita. Foi o primeiro barão (título recebido em 13 de agosto de 1873), visconde com grandeza (19 de março de 1883) e conde de Mesquita (12 de agosto de 1885), que foi um fazendeiro empresário e político brasileiro. Atuou como vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1853, também membro da Caixa de Amortização, diretor do Banco do Brasil e presidente da Associação Comercial.

“O Barão de Mesquita retirou-se do local por volta de 1860, lhe tendo sucedido na ocupação das terras de Pedro Martins de Carvalho, vários outros membros das famílias de Lourenço Cocais, Manoel Miguel e outros.”

**Denominações anteriores:** Santo Antônio do Caratinga > Mesquita

**Documentos:**

“Santo Antônio do Caratinga era a denominação primitiva, onde foi criado o distrito policial, pela lei Nº 3798, de 16 de agosto de 1889. Pertencia, então, à freguesia de Joanésia, município de Santana dos Ferros. No ano seguinte, o decreto Nº 102, de 10 de junho de 1890, elevou o distrito policial de Santo Antônio do Caratinga a distrito de paz. Ao ser criado o município, desmembrado de Ferros, com a lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, foi a denominação mudada para Mesquita. A paróquia só foi criada por provisão episcopal de 15 de abril de 1941. O município de Mesquita fica na zona do Rio Doce, é constituído de dois distritos: Mesquita e Santana do Paraíso.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.202.

**27. Nome atual:** Paula Cândido (1953)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Francisco de Paula Cândido

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao médico do Paço Imperial, Francisco de Paula Cândido. Lecionou francês e física para princesas D. Isabel e D. Leopoldina. Após fazer parte do Conselho do Imperador, foi presidente da Junta Central de Higiene Pública. Fez parte da Academia Imperial de Medicina, em que foi membro titular e presidente.

**Denominações anteriores:** São José do Barroso > Paula Cândido

**Documentos:**

“Município da zona da Mata, criado pela lei Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, com território desmembrado do de Visconde do Rio Branco. Tem o único distrito da cidade. O sertanista Francisco Barroso Pereira organizou uma bandeira, para descobrir o ouro no Xopotó, obtendo, para isto, autorização de 29 de janeiro de 1772. Penetrando na região do

Xopotó, deu aí início ao arraial de São José do Barroso (Diogo, História Média de Minas Gerais, 190). Ao redor da capela de São José do Barroso, que era filial da matriz do Pomba e, mais tarde, a de S. Rita do Turvo, formou-se e desenvolveu-se o arraial. Com data de 23 de janeiro de 1853, os moradores da Aplicação de São José do Barroso, filial da matriz de Santa Rita do Turvo, município da vila do Presídio, dirigiram um abaixo-assinado ao governo, pedindo a criação da paróquia. (...) O primeiro signatário é João Fernandes Ribeiro da Costa (Avulsos, 1853, A.P.M.). Mas a freguesia só veio a ser criada pela lei Nº 1682, de 21 de setembro de 1870. Ao ser criado o município, pela lei Nº 1039, já citada, foi a denominação mudada de São José do Barroso para Paula Cândido.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.245.

**28. Nome atual:** Presidente Bernardes (1989)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Artur da Silva Bernardes

**Motivação toponímica:**

Homenagem a Artur Bernardes, um político brasileiro nascido em Viçosa, MG. Foi presidente da República de 1922 a 1926. Em 1904, foi eleito vereador pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Em 1907, deixou a Câmara Municipal da sua cidade e se tornou deputado estadual. Em setembro de 1910, assumiu a Secretaria de Finanças de Minas até o ano de 1914, no governo de Júlio Bueno Brandão. Tornou-se presidente de Minas Gerais, em setembro de 1918 com um governo que representou a ascensão de uma nova geração política no estado. Em 1922, concorreu à presidência da República, apoiado por Minas Gerais e São Paulo, enfrentando o ex-presidente Nilo Peçanha, que tinha o apoio dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Foi eleito no pleito realizado em março de 1922.

**Denominações anteriores:** Calambau > Santo Antônio do Calambau > Presidente Bernardes

**Documentos:**

“O povoado do Calambau surgiu em torno da capela de S. Antônio do Calambau, filial da freguesia do Guarapiranga. O patrimônio foi constituído com uma doação de João Cabral da Silva, conforme escritura de 19 de dezembro de 1733. D. Ana Cabral da Câmara, que ficou com o direito de padroado sobre a capela, conseguiu a concessão de pia batismal, por ato de 24 de agosto de 1755. Em 1770, os moradores resolveram construir outra igreja “em lugar mais cômodo”; obtiveram a necessária licença e, em 1775, foi bento o novo templo, realizando-se solenemente a transladação das imagens. A freguesia foi criada pela lei provincial Nº 1572, de 22 de julho de 1868, com título de Santo Antônio do Calambau. Mas não chegou a ser instruída canonicamente, sendo extinta, por lei de 1º de dezembro de 1873. Segundo informa Cônego Trindade, D. Viçoso, por ato de 22 de julho de 1868, criou ali o curato. Novamente foi criada a freguesia pela lei Nº 2086, de 24 de dezembro de 1874. A lei estadual Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, elevou o distrito de Calambau a cidade, com a denominação de Presidente Bernardes, criando o município desmembrado do de Piranga.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.111.

<b>29. Nome atual:</b> Presidente Juscelino (1962)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo nacional
<b>Origem:</b> Juscelino Kubitschek de Oliveira
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek que governou entre os anos de 1956 e 1961. Foi médico, oficial da Polícia Militar mineira. Concluiu o curso de humanidades do Seminário de Diamantina e em 1920 mudou-se para Belo Horizonte. Em 1927, formou em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Casou-se com Sarah Lemos, com quem teve a filha Márcia e a filha adotiva Maria Estela.
<b>Denominações anteriores:</b> São Sebastião do Paraúna > Paraúna > Ponte do Paraúna >Presidente Juscelino
<b>Documentos:</b> “Município da zona do Alto São Francisco, criado pela lei Nº2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado de Curvelo. Fica situado entre os municípios de Santo Hipólito, Santana de Pirapama, Curvelo e Inimutaba. O distrito de São Sebastião do Paraúna foi criado, segundo informação do Dicionário Corográfico de Minas Gerais, pela lei Nº 1294, de 30 de outubro de 1866; e foi a freguesia com a lei de Nº 1881, de 15 de junho de 1872. Embora o distrito fosse comumente designado por Paraúna, a lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, determinou a mudança de São Sebastião do Paraúna para Paraúna. O decreto-lei Nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, novamente alterou a denominação de Paraúna para Ponte do Paraúna. Finalmente, a lei Nº 2764, ao criar o município, deu-lhe a atual denominação, Presidente Juscelino. Consta de um único distrito.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.270.

<b>30. Nome atual:</b> Presidente Kubitschek (1962)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo nacional
<b>Origem:</b> Juscelino Kubitschek de Oliveira
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek que governou entre os anos de 1956 e 1961. Foi médico, oficial da Polícia Militar mineira. Concluiu o curso de humanidades do Seminário de Diamantina e em 1920 mudou-se para Belo Horizonte. Em 1927, formou em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Casou-se com Sarah Lemos, com quem teve a filha Márcia e a filha adotiva Maria Estela.
<b>Denominações anteriores:</b> Pouso Alto > Pouso Alto de Diamantina > Tijucal > Presidente Kubitschek
<b>Documentos:</b> Segundo Barbosa (1995, p. 270) “Município da zona do Alto do Jequitinhonha, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do de Diamantina. O distrito da paz foi criado pela lei Nº 1520, de 20 de julho de 1868, quando sua denominação era Pouso Alto. Mencionado o nome de Pouso Alto de Diamantina, a lei Nº 3442, de 28 de setembro de 1887, elevou o distrito a freguesia. Em 1923, a lei Nº 843, de 7 de setembro, mudou a denominação de Pouso Alto para Tijucal. E, ao ser criado o município, em 1962, recebeu o nome atual, Presidente Kubitschek.”
<b>Referências:</b>

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.270.

**31. Nome atual:** Resende Costa (1911)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** José Resende Costa Filho

**Motivação toponímica:**

Homenagem a José Resende Costa Filho, que foi um militar que participou da Inconfidência Mineira. Ocupou o posto de Capitão do Regimento de Cavalaria Auxiliar da vila de São João del Rei. O envolvimento no movimento mineiro lhe rendeu o degredo e o confisco de parte de seus bens.

**Denominações anteriores:** Laje > Nossa Senhora da Penha de França do Arraial da Laje > Resende Costa

**Documentos:**

“A primitiva capela de N.Sr<sup>a</sup> da Penha de França, no “lugar da Lage”, filial da Matriz de São José, foi erguida por provisão de 12 de dezembro de 1749, a pedido do João Francisco Malta e outros. Em 1802, o arraial de Lage era mencionado entre os do termo da vila de São José (Avulsos, A.P.M.). Em um censo realizado em 1831, verifica-se que a capela da Lage, pertencente ao termo da vila de S. José, tinha 581 livres, 662 cativos, com o total de 1243 habitantes (Avulsos, A.P.M.). Segundo publicações oficiais, foi o distrito criado em 1836, com a lei N<sup>o</sup> 184, de 3 abril de 1840, com o título de N.Sr<sup>a</sup> da Penha de França do Arraial da Lage. O primeiro vigário colado foi Pe. Joaquim Carlos de Resende Alvim. A lei N<sup>o</sup> 556, de 30 de agosto de 1911, criou o município com a denominação de Resende Costa e constituído do distrito de Lage. Foi instalado a 1<sup>o</sup> de junho de 1912. Como o distrito continuou sendo Lage, foi preciso a lei N<sup>o</sup> 843, de 7 de setembro de 1923, mudasse sua denominação para Resende Costa.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.279.

**32. Nome atual:** Senador Firmino (1938)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Firmino Rodrigues da Silva

**Motivação toponímica:**

Homenagem a Firmino Rodrigues da Silva, que foi juiz desembargador, deputado geral e senador do Brasil Imperial no período de 1861 a 1879. Atuou como juiz municipal em Valença e juiz de Direito em Ouro Preto (1841). Na Revolução Liberal de 1842, atuou como chefe de Polícia em Minas Gerais e depois como desembargador na relação da Corte, com exercício no Tribunal do Comércio. Foi deputado à Assembleia Geral Legislativa de Minas Gerais, nas 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> legislaturas nos anos de 1850 a 1856 e depois, em 1861, tornou-se Senador.

**Denominações anteriores:** Rocha > Nossa Senhora da Conceição do Turvo > Conceição do Turvo > Senador Firmino

**Documentos:**

“A cidade de Senador Firmino, na zona da Mata, é relativamente nova: foi o decreto-lei N<sup>o</sup> 148, 17 de novembro de 1938, que criou o município de Senador Firmino elevando a cidade o antigo distrito de Conceição do Turvo, então pertencente ao município de Ubá. Mas, se o município é novo, o núcleo populacional é antigo, pois data do século XVIII.



Algumas publicações informam erradamente que se iniciou nos primórdios do século XVIII. Não. O descobrimento, sim, data da era do bandeirismo.

(...) Não temos elemento para afirmar quando foi a capela elevada a curato; mas no começo do século XIX, entre as povoações do termo de Mariana, figurava o “Arraial e Curato de Conceição do Turvo.” Parece também que não houve ato criando o distrito; a verdade é que, em 1841, quando foi criado o município de Piranga (antigo Guarapiranga), desmembrado do de Mariana, a lei Nº 202, que criou o município, já mencionava entre os distritos que compunham o da Conceição do Turvo. Portanto, Conceição do Turvo era distrito em 1841, embora a Enciclopédia dos Municípios informe que o distrito fora criado pela lei Nº 1262, de 1865.

(...) Em 1871, Conceição do Turvo perdeu as regalias de paróquia, cuja sede foi transferida para o arraial de Dores do Turvo; mas a transferência foi logo tornada sem efeito. E Dores do Turvo foi elevada a freguesia pouco depois, desmembrando-se da de Conceição.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.333.

**33. Nome atual:** Senador José Bento (1948)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** José Bento Leite Ferreira de Melo

**Motivação toponímica:**

Segundo Barbosa (1990, p.334)

“A denominação do povoado primitivo e da atual cidade representa homenagem ao Senador Pe. José Bento Leite Ferreira de Melo, natural da cidade de Campanha, primeiro vigário e grande benfeitor de Pouso Alegre, membro da Junta Governativa do Governo da Província, em 1822, membro do Conselho Geral da Província, deputado à Assembleia Geral e Senador do Império.”

**Denominações anteriores:** Colônia Padre José Bento > Padre José Bento > Senador José Bento

**Documentos:**

“Município do Sul de Minas, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do de Congonhal. Na ex-colônia Pe. José Bento, formou-se o povoado com este nome, Pe. José Bento; e a lei Nº 336, de 27 de dezembro de 1948, elevou o povoado a distrito, com a denominação de Senador José Bento. Pertencia, então, ao município de Pouso Alegre. Em 1953, ao ser criado o município de Congonhal, desmembrado do de Pouso Alegre, foi o distrito de Senador José Bento transferido para o novo município, do qual se desmembrou, em 1962.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.334.

**34. Nome atual:** Tiradentes (1932)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Joaquim José da Silva Xavier - Tiradentes

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido pelo apelido de Tiradentes, líder da Inconfidência Mineira. Nascido na Fazenda de Pombal (localizada atualmente entre Tiradentes e São João Del Rei), foi tropeiro, minerador, comerciante e

também se dedicou às práticas farmacêuticas e aos exercícios da profissão de dentista, que foi a motivação de seu apelido Tiradentes.

**Denominações anteriores:** Ponta do Morro > Santo Antônio > Arraial Velho > São José del-Rei > Tiradentes

**Documentos:**

“O que posso informar a V. Revma. Sobre o que me ordena, é que, no ano de 1702, pouco mais ou menos, descobriu Tomé Portes del-Rei, junto ao sítio em que está a vila de São José, um ribeiro que ele, como substituto do guarda-mor, repartiu entre e alguns taubateanos, onde formaram todos um arraial a que deram o nome de Santo Antônio, levantando nele pequena capela...” (Ligeiras memórias sobre a Vila de São José del-Rei, Herculano Veloso). Acrescenta Herculano Veloso de que a denominação primitiva do arraial foi Ponta do Morro; mas Ponta do Morro continua existindo, ainda hoje, nas mediações da cidade.”

“D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, por ato de 19 de janeiro de 1718, criou a vila de São José del-Rei “no arraial de Santo Antônio a que chamavam de Arraial Velho...” Foram, em seguida, eleitos os primeiros juizes, capitão-mor, Manuel Carvalho Botelho e capitão Manuel Dias de Araújo; vereadores, Domingo Ramalho de Brito, Manuel da Costa e Souza e Constantino Alves de Azevedo; e procurador, Gonçalo Gomes da Cruz. A freguesia foi criada logo após a formação do arraial, tendo sido tornada colativa pelo alvará de 16 de fevereiro de 1724. O termo da vila de São José chegou a ter extensão muito grande, pois a Câmara ia tomando posse de todo povoado que se formava, como Tamanduá, Bambuí, Piuí, etc; chegaram os emissários da Câmara de São José a tomar posse de Piraquara, na margem direita do São Francisco, território atual município de Bom Despacho. (...)”

“Mais tarde, veio a decadência, chegando a vila a ser suprimida, pela lei Nº 360, de 30 de setembro de 1848, que incorporou seu território ao município de São João del-Rei. Foi, entretanto, restaurada a vila logo em seguida, pela lei Nº 452, de 20 de outubro de 1849. Foi elevada à categoria de cidade, pela lei Nº 1092, de 7 de outubro de 1860. Logo após a proclamação da República, o decreto Nº3, de 6 de dezembro de 1889, determinou que “a cidade e o município de São José del-Rei passem a ter a denominação de cidade e município de Tiradentes.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.351.

**35.Nome atual:** Visconde do Rio Branco (1943)

**Classificação:** historiopotônimo nacional

**Origem:** José Maria da Silva Paranhos

**Motivação toponímica:**

Homenagem a José Maria da Silva Paranhos, conhecido como o Visconde de Rio Branco. Foi um estadista, diplomata, militar e jornalista brasileiro. Foi membro do Conselho de Estado, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e honorário da Sociedade Anti-Escavidão.

**Denominações anteriores:** Presídio dos Índios Puris > Presídio de João Batista > São João Batista dos Índios Coropós > São João Batista do Presídio > Rio Branco > Visconde do Rio Branco

**Documentos:**

“O grande apóstolo dos índios, que foi Pe. Manuel de Jesus Maria, provisionado como vigário da freguesia do “Mártir São Manuel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe dos Índios Coropós e Coroados”, em 1767, depois de, com grandes dificuldades e incríveis

padecimentos, haver estabelecido a referida paróquia, tratou de fundar capelas filiais. Assim foi que, em 25 de agosto de 1787, requereu provisão para a capela dedicada a S. João Batista, no Presídio dos Índios Puris. Levantada a capela e constituído o povoado, ficou este conhecido por Presídio de São João Batista.”

“Aí foi criada a freguesia de São João Batista dos índios Coropós, desmembrada da de São Manuel do Pomba, por alvará de 13 de agosto de 1810. (...) A lei N° 134, de 16 de março de 1839, criou a vila e o município de São João Batista do Presídio; mas a lei N° 654, de 28 de junho de 1853, transferiu a sede da vila para o arraial de São Januário de Ubá. Foi restaurada a vila, com a lei N° 2785, de 22 de setembro de 1881. A vila foi elevada à categoria de cidade, pela lei N° 2995, de 19 de outubro de 1882, com a denominação de Visconde do Rio Branco ( A ideia do projeto que dava essa denominação à nova cidade, ocorreu ao deputado José Pedro Xavier da Veiga, no 11º aniversário da lei chamada Rio Branco, de 28 de setembro de 1871, lei comumente designada como “ do Ventre Livre”, embora sua parte mais importante fosse a formação de fundos para libertação de escravos). Na divisão administrativa de 1911, a cidade figura com o nome reduzido para Rio Branco. O decreto-lei N° 1058, de 31 de dezembro de 1943, mudou o nome Rio Branco para Visconde de Rio Branco.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.370.

**36. Nome atual:** Wenceslau Braz (1964)

**Classificação:** historiotopônimo nacional

**Origem:** Venceslau Brás Pereira Gomes

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao presidente do Brasil que atuou entre os anos de 1914 e 1918, na República Velha, Venceslau Brás, nascido em São Caetano da Vargem Grande, hoje Brasópolis, Minas Gerais.

**Denominações anteriores:** Bicas do Meio > Wenceslau Braz

**Documentos:**

Segundo Barbosa (1995, p. 372)

“O povoado de Bicas do Meio, pelo decreto-lei N° 1058, de 31 de dezembro de 1943, foi elevado a distrito do município de Itajubá, tendo sido desmembrado do seu território do distrito de Piranguçu. A lei N° 2764, de 30 de dezembro de 1962, elevou o distrito à cidade, com a criação do município. Posteriormente, a lei N° 3187, de 8 de setembro de 1964, promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado, mudou o topônimo Bicas do Meio para Wenceslau Brás. Fica este município do Sul de Minas, situado entre os de Piranguçu, Itajubá, Delfim Moreira e o Estado de São Paulo.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.372.

### 3. Historiotopônimos estaduais

**1. Nome atual:** Andradas (1928)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Antônio Carlos Ribeiro de Andrada

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao governador do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Em 1928, o topônimo Caracol foi alterado para Andradas, em homenagem ao ex-presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, natural de Barbacena<sup>[8]</sup>, uma estratégia para bajular o político e trazê-lo à cidade e satisfazer ao interesse do presidente da Câmara da época, Orestes Gomes de Carvalho, cujo efeito não teve o propósito estabelecido. A mudança foi, portanto, arbitrária e, ainda hoje, há quem chame a cidade de Caracol. Um grupo queria a volta do nome São Sebastião do Jaguari, fato destacado como um plebiscito estampado em 1932 pelo jornal *O Popular*.

**Denominações anteriores:** Samambaia > São Sebastião do Jaguari > Caracol > Andradas

**Documentos**

“Por volta de 1845, surgiu a ideia da capela. O local apontado como o mais conveniente tinha o nome de Samambaia; localizava-se na propriedade de Cândido José Mendes, um dos herdeiros de Felipe Mendes. Foi construída a capela e, por provisão de 3 de março de 1846, era o vigário da paróquia de Caldas autorizado a benzê-la. Para o patrimônio, Cândido José Mendes e sua mulher, Plácida Joaquina dos Reis, doaram um alqueire de terras, justamente no local onde fora levantada a capela.”

“A denominação primitiva do lugar, São Sebastião de Pirapetinga, aparece em diversos documentos referentes ao patrimônio. Mas a designação que prevaleceu foi a de São Sebastião do Jaguari. O curato de São Sebastião do Jaguari, subordinado à paróquia de Caldas, foi elevado a distrito, pela lei Nº 1098, de 17 de outubro de 1860. Meia dúzia de anos depois, isto é, em 1866, a lei provincial de Nº 1278, de 2 de janeiro, elevava o distrito à condição de freguesia. Em 22 de maio do mesmo ano, era a paróquia instituída canonicamente. Pe. Ângelo José Philidorg, que vinha dirigindo o curato, foi o primeiro vigário.”

“São Sebastião do Jaguari foi elevado a vila, com a denominação de Caracol, criando-se o município do mesmo nome, com a lei Nº 3656, de 1º de setembro de 1888. A denominação atual, Andradas, foi-lhe dada pela lei Nº 1035, de 20 de setembro de 1928, que elevou a vila à categoria de cidade.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.24.

**2. Nome atual:** Antônio Carlos (1948)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Antônio Carlos Ribeiro de Andrada

**Motivação toponímica:**

Nome adotado em homenagem a um estadista mineiro, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, ex-presidente do Estado de Minas Gerais. “Foi político, promotor, magistrado, advogado e professor. Estudou no Colégio Abílio de Barbacena e fez o curso superior na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se tornou bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1891. Na época de estudante, participou ativamente da propaganda republicana, filiando-se ao Clube Republicano Mineiro e ao Clube Republicano Acadêmico, colaborando também no jornal propagandista Vinte e Um de Abril.”

“[...] De regresso da Europa, foi indicado pelo PRM como candidato à Presidência de Minas. Eleito e empossado a 7 de setembro de 1926, realizou um governo focado em iniciativas de grande alcance dentre elas destacam-se: a fundação da Universidade de Minas Gerais; a expansão do ensino primário e medi; a reforma educacional; a fundação da Escola de Sargentos; a remodelação dos serviços de saúde pública e da Polícia Civil etc. Pertenceu ao PRM e ao Partido Progressista. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.”

**Denominações anteriores:** Curral > Bias Fortes > Sítio > Antônio Carlos

**Documentos:**

“O povoado e estação do Sítio fazia parte do distrito de Bias Fortes, município de Barbacena. A capela de Sítio era, primitivamente, filial da igreja de Barbacena, tendo sido promovida a curato, por provisão de 10 de Outubro de 1910. O primeiro cura foi Pe. Avelino Antônio Pereira. Em 1938, o distrito de Bias Fortes passou a denominar-se Sítio, em virtude do decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938. Foi a freguesia criada por provisão de 30 de abril de 1941. Sítio foi levada à categoria de cidade, com a denominação de Antônio Carlos, com a lei de Nº 336, de 27 de dezembro de 1948, que criou o município do mesmo nome, desmembrado do de Barbacena. Situa-se na zona dos Campos das Vertentes.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.27.  
SAYÃO, J.N.P. Atas novecentistas do IHGMG: edição e proposta de dicionário biográfico, 2017, p.181.

**3. Nome atual:** Barão do Monte Alto (1962)

**Classificação:** historiotoponímico estadual

**Origem:** Francisco Alves da Silva Pereira – o Barão do Monte Alto

**Motivação toponímica:**

Homenagem a Francisco Alves da Silva Pereira, conhecido como o Barão do Monte Alto. Teve grande importância na vida política, foi vereador e seguiu carreira militar. Foi nomeado por Dom Pedro II com o título de Barão com o seguinte documento:

"Querendo distinguir e honrar Francisco Alves da Silva Pereira, hei por bem fazer-lhe mercê do título de Barão de Monte Alto. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte e cinco de setembro de mil oitocentos e oitenta e nove, sexagésimo oitavo da Independência do Império.”

**Denominações anteriores:** Cachoeira Alegre (ex-São Sebastião da Cachoeira Alegre) > Silveira Carvalho > Barão do Monte Alto

**Documentos:**

“Município da zona da Mata, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, desmembrado do de Palma. O distrito, com a denominação de Morro Alto, no município de Palma, foi criado pela lei Nº 556, de 30 de agosto de 1911. A denominação foi mudada para Barão do Monte Alto, pela lei que criou o município. É constituído de três distritos: o da cidade, Cachoeira Alegre e Silveira Carvalho.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.42.

**4. Nome atual:** Belmiro Braga (1962)

**Classificação:** historiotoponímico estadual

**Origem:** Belmiro Ferreira Braga

**Motivação toponímica:**

Homenagem a Belmiro Ferreira Braga, um poeta brasileiro, membro da Academia Mineira de Letras, nascido em Vargem Grande.

**Denominações anteriores:** Porto das Flores > Três Ilhas (ex-São José do Rio Preto; ex-Torreão) > Belmiro Braga

**Documentos:**

Segundo Barbosa (1990, p.46)

“No município de Paraibuna (Juiz de Fora), foi a povoação de Virgem Grande elevada a distrito de paz, pela lei Nº 818, de 4 de julho de 1857. Em 1882, a lei Nº 2921, de 26 de setembro, criou a paróquia. O decreto-lei Nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, mudou a denominação de Vargem Grande para Ibitiguaiá. O distrito de Ibitiguaiá foi elevado a município, desmembrado do de Juiz de Fora, pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com a denominação de Belmiro Braga.”

**5. Nome atual:** Bueno Brandão (1938)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Júlio Bueno Brandão

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao ex-governador do Estado de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão, nascido em Ouro Fino (MG). Em 1882, foi eleito por anos seguidos como vereador e em 1883 atuou durante muito tempo como agente executivo municipal. Nomeado como presidente do Conselho de Intendência de Ouro Fino em 1891, durante o governo de Bias Fortes e em 1891 foi presidente da Câmara Municipal. Após a morte de João Pinheiro, Bueno Brandão foi eleito presidente estadual atual do ano de 1908 a 1909, dando continuidade ao governo do antigo presidente.

**Denominações anteriores:** Senhor Bom Jesus do Ribeirão das Antas > Senhor Bom Jesus do Campo Místico > Campo Místico > Bueno Brandão

**Documentos:**

“Município do Sul de Minas, criado pelo decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, desmembrado de Ouro Fino. Chamava-se primitivamente Senhor Bom Jesus do Ribeirão das Antas; a lei Nº 471, de 1º de junho de 1850, elevou o curato do Senhor Bom Jesus do Ribeirão das Antas a paróquia, com a denominação de Senhor Bom Jesus do Campo Místico. Na divisão administrativa de 1911, o distrito figura no município de Ouro Fino, apenas como Campo Místico. E o decreto-lei Nº 148, ao criar a cidade e o município, mudou a denominação para Bueno Brandão.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.60.

**6. Nome atual:** Cisneiros (1892)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Bernardo Cisneiro da Costa Reis

**Motivação toponímica:**

“A câmara Municipal de Palma, em sessão de 11 de junho de 1892, mudou a denominação do distrito para Cisneiro (no singular), como homenagem ao dr. Bernardo Cisneiro (no singular), como homenagem ao dr. Bernardo Cisneiro da Costa Reis, ali residente, e a cujo trabalho se devia a criação não só do distrito, como do próprio município de Palma (Rev. A.P.M., XIII, 850). As publicações oficiais passaram a grafar Cisneiros (no plural) e, assim, ficou sendo chamado.”

Foi político, médico e fazendeiro. Clinicou em sua terra natal, onde também era fazendeiro, participou da campanha republicana. Foi Senador Constituinte Estadual de 1891 e na 1ª legislatura (1891-1895).

**Denominações anteriores:** Aliança > Cisneiros

**Documentos:**

“Distrito do município de Palma. Denominava-se Aliança; e com esta denominação, foi criado o distrito de paz pelo decreto Nº 87, de 2 de junho de 1890, então no município de Cataguases. Ao ser criado o município de Palma, foi transferido para este município.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.89.

SAYÃO, J.N.P. Atas novecentistas do IHGMG: edição e proposta de dicionário biográfico, 2017, p.324.

**7. Nome atual:** Cônego Marinho (1923)

**Classificação:** historiotoponímico estadual

**Origem:** José Antônio Marinho

**Motivação toponímica:**

“A denominação atual foi dada em homenagem à memória do Cônego José Antônio Marinho, um dos homens mais ilustres e mais cultos de seu tempo. Nasceu ali, no pequeno povoado, à beira do rio São Francisco, a 7 de outubro de 1803, filho de humildes lavradores. Foram tais dotes de inteligência revelados pelo menino, que seu padrinho, abastado fazendeiro, resolveu custear-lhe os estudos no seminário de Olinda. Tendo sido um dos líderes da Revolução Liberal de 1842, homiziou-se numa fazenda, então no município de Conselheiro Lafaiete, depois da derrota; aí escreveu a “História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais”. Cônego Marinho notabilizou-se também por moral rígida e apego às causas justas.”

**Denominações anteriores:** Saco dos Bois > Cônego Marinho

**Documentos:**

“Distrito do município de Januária. O distrito do Cônego Marinho foi criado pela lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, com sede do povoado de Saco dos Bois.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.94.

**8. Nome atual:** Conselheiro Lafaiete (1934)

**Classificação:** historiotoponímico estadual

**Origem:** Lafayette Rodrigues Pereira

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira.

“Foi político, jurista e escritor. Fez o curso de Humanidades no Colégio de Congonhas do Campo e o superior na FDSP, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas em 1857. Na época de estudante, foi presidente da Associação acadêmica Ensaio Filosófico, em cuja revista foi colaborador assíduo. Após finalizar os estudos, retornou a Minas Gerais e exerceu a Promotoria Pública em Ouro Preto e em seguida (1860). Passou a advogar na Capital do Império, inicialmente no escritório de Teixeira de Freitas e depois no de Domingos de Andrade Figueira.”

**Denominações anteriores:** Carijós > Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre dos Carijós > Queluz > Conselheiro Lafaiete

**Documentos:**

“ A mais antiga notícia que temos do arraial dos Carijós, primitiva denominação de Conselheiro Lafaiete, que festejou a 2 de janeiro de 1996 o centenário de sua elevação à categoria de cidade, é-nos dada por Saint-Adolphe. Segundo este escritor, mineiros que lavraram na serra do Ouro Branco, uniram-se aos Carijós, constituindo o arraial.

Indubitavelmente, a região dos Carijós foi das primeiras de Minas a ser devassada pelas bandeiras, que se enfurnaram pelo sertão, à cata de ouro, antes mesmo do descobrimento no vale do Tripuí. Segundo Basílio de Magalhães, por aí esteve, em 1691, José Gomes de Oliveira, que foi encontrar ouro em Itaverava. De acordo com as informações de Bento Fernandes Furtado de Mendonça, transcrita por grande número de historiadores, Antônio Rodrigues Arzão percorreu aquele sertão e teria descoberto o primeiro ouro.”

“(…) É fora de dúvida que, nos primeiros anos do século XVIII, já existia o arraial, onde foi erigida a capela de N.Sr<sup>a</sup> da Conceição, subordinada à Matriz de Furquim. A freguesia foi instituída em 1709, pelo bispo do Rio de Janeiro, e foi a 13<sup>a</sup> de Minas, em ordem cronológica. Temos lido que o arraial teria surgido em terreno de Jerônimo Pimentel Salgado; ora, sua sesmaria, concedida em 1711, quando o arraial já estava construído, principiava no “ribeiro da Casa Branca, pelo caminho do povoado, até a Igreja de N. Sr<sup>a</sup> da Conceição”. Ao ser concedida a sesmaria, em 1711, ‘o caminho do povoado’ era sinal de referência. Outra circunstância para a qual convém chamar atenção é a de mencionar “Igreja” e não capela, corroborando a informação do Cônego Trindade, de que era a freguesia desde 1709. Já outros fazendeiros estavam por ali estabelecidos, como João da Silva da Costa, Amaro Ribeiro etc. Jerônimo Pimentel Salgado, ao requerer sua sesmaria, faz referência ao sítio dos Carijós, à freguesia de N. Sr<sup>a</sup> da Conceição e também ao povoado, como vimos. Em alguns documentos, é a freguesia assim designada: ‘Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre dos Carijós’; e, segundo nos informa Cônego Trindade, foi elevada à condição colativa, por alvará régio de 19 de janeiro de 1752 (não criada nesta data como indica a Enciclopédia dos Municípios).”

“(…) Ao governador da Capitania, Visconde de Barbacena, representaram os moradores do Campo Alegre dos Carijós, alegando a considerável distância em que se achavam das vilas de S. João, S. José, Vila Rica e Mariana, a cujas justiças eram sujeitos, com grandes prejuízos e incômodos; alegaram ainda ser o Campo Alegre dos Carijós o ponto mais central entre as freguesias de N.Sr<sup>a</sup>. da Conceição, Congonhas do Campo e Itaverava, e ainda o fato de estar o povoado situado na Estrada Real que vinha do Rio de Janeiro. Suplicavam fosse o arraial elevado à categoria de vila, “com corpo de Câmara e Justiças competentes”. E o sr. Visconde, a 19 de setembro de 1790, no próprio arraial, onde se achava, acompanhado de luzida comitiva, assinou o auto da criação da vila, no arraial dos Carijós, “o qual de hoje em diante se denominará Real Vila de Queluz.”

“A lei Nº 1276, de 2 de janeiro de 1866, determinava em seu artigo primeiro: “Fica elevada à categoria de cidade a Vila de Queluz, conservando o mesmo nome.” É este o ato cujo centenário a cidade de Conselheiro Lafaiete comemorou festivamente. Conselheiro Lafaiete foi dada à cidade, ao município e à comarca, pela lei Nº 11274, de 27 de março de 1934.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.96.

SAYÃO, J.N.P. Atas novecentistas do IHGMG: edição e proposta de dicionário biográfico, 2017, p.312.

**9. Nome atual:** Coronel Murta (1948)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Inácio Carlos Moreira Murta

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao fundador da cidade, Coronel Murta.



“Foi político, fazendeiro e Coronel da Guarda Nacional. Fez o curso preparatório em Ouro Preto, mas não prosseguiu os estudos. Foi Deputado Provincial na 26ª Legislatura (1886-1887) e na 27ª (1888-1889) e Deputado Estadual Constituinte (1891-1930). Exerceu o mandato parlamentar durante 45 anos ininterruptos. Pertenceu ao Partido Conservador, no Império, e ao PRM, na República. Chefe político no Nordeste mineiro, obteve melhoramentos para a região como a criação da Escola Normal de Araçuaí, o prolongamento da linha telegráfica de Diamantina a todo extremo norte do Estado, a construção do estabelecimento balneário em Água Quente, município do Rio Prado, e instalação da Comarca de Salinas e do município do Jequitinhonha.”

**Denominações anteriores:** Boa Vista do Jequitinhonha > Itaporé > Coronel Murta

**Documentos:**

“Município do Médio Jequitinhonha, criado pela lei Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, desmembrado do de Virgem da Lapa. O distrito, com a denominação de Coronel Murta, foi criado na localidade de Itaporé, pela lei Nº 336, de 27 de dezembro de 1948. Mas a denominação primitiva do povoado era Boa Vista do Jequitinhonha. A denominação Itaporé fora dada ao povoado pela lei Nº 805, de 22 de setembro de 1921, quando ainda se localizada dentro do distrito de Pontal, no município de Araçuaí.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.102.  
SAYÃO, J.N.P. Atas novecentistas do IHGMG: edição e proposta de dicionário biográfico, 2017, p.293.

**10. Nome atual:** Dom Cavati (1948)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** João Batista Cavati

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao bispo da diocese em Caratinga, Dom João Batista Cavati. Ordenado presbítero a 20/03/1920, bispo a 30/10/1938, dirigiu a Diocese de 13/11/1938 a 30/10/1956, quando o Santo Padre aceitou a sua renúncia por motivo de doença. Foi o Bispo das Vocações Sacerdotais e das Escolas Católicas.

**Denominações anteriores:** Macaquinho > Dom Cavati

**Documentos:**

“Município da zona do Rio Doce, criado pela lei Nº 2764, de 30 de novembro de 1962, desmembrado do de Inhapim. A povoação fora elevada a distrito pela lei Nº 336, de 27 de novembro de 1948.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.118.

**11. Nome atual:** Dom Joaquim (1938)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Joaquim Silvério de Souza

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao Arcebispo Dom Joaquim Silvério de Souza da Arquidiocese de Diamantina.

Foi o segundo bispo de Diamantina, Bispo Coadjutor. Nascido em São Miguel de Piracicaba (Minas Gerais). No dia 02 de fevereiro de 1902, foi consagrado como Bispo por S. Exma Revma. Dom Silvério Gomes Pimenta, 9º Bispo e 1º Arcebispo de Mariana,

depois tornou-se Bispo Coadjutor e em 1905, Bispo Diocesano. No dia 06 de abril de 1906, foi comunicado de sua nomeação como Arcebispo Auxiliar de S.Em<sup>a</sup>, cardeal Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, Arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro.

**Denominações anteriores:** São Domingos do Rio do Peixe > Dom Joaquim

**Documentos:**

“Município da zona do Rio Doce, criado pelo decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, com território desmembrado do de Conceição do Mato Dentro. É constituído de dois distritos: Dom Joaquim e Gororós. A denominação – Dom Joaquim – foi dada pelo decreto-lei acima mencionado. Chamava-se, antes São Domingos do Rio do Peixe. Por volta de 1750, Domingos José da Silva, português, depois de explorar o rio do Peixe, apossou-se de uma sesmaria de mata virgem, perto da atual cidade, aí erigiu a capela dedicada a S. Domingos, tendo mandado vir a imagem de Portugal. Ao redor da capela, formou-se o arraial de São Domingos do Rio do Peixe. Anos depois, em 1818, ressentia-se o arraial de falta d’água; e como se achava localizado no alto de uma colina, acordaram os moradores em muda-lo para o ponto em que se acha hoje a cidade. O nome patrimônio, onde se ergueu o segundo arraial, foi doado por João Lopes de Albuquerque (Ver. A.P.M., IV, 670). O distrito de São Domingos do Rio do Peixe foi elevado a freguesia por lei Nº 1718, de 5 de outubro de 1870; por provisão de 29 de junho de 1874, foi designada do seu primeiro vigário, Pe. Firmiano Gonçalves da Costa (Ver. A.P.M., IV, 669).”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.118.

**12. Nome atual:** Dom Viçoso (1911)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Antônio Ferreira Viçoso

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao primeiro e único conde de Conceição, Dom Antônio Ferreira Viçoso. Foi o sétimo bispo da Diocese de Mariana, indicado, no regime do padroado, por Dom Pedro II para ser bispo de Mariana no dia 12 de Janeiro de 1844, quando tinha 57 anos e escreveu diversas obras de caráter religioso como “O romano”.

“O nome atual lembra o do grande bispo de Mariana, D. Antônio Ferreira Viçoso, cujo processo de beatificação continua em andamento.”

**Denominações anteriores:** Virgínia > Nossa Senhora do Rosário de Dom Viçoso > Dom Viçoso

**Documentos:**

“Município do Sul de Minas, criado pela lei Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, com território desmembrado do de Carmo de Minas. O distrito denominava-se Virgínia; e quando pertencia ainda ao município de Baependi, foi elevado a paróquia, pela lei Nº1306, de 5 de novembro de 1866. O nome atual lembra o do grande bispo de Mariana, D. Antônio Ferreira Viçoso, cujo processo de beatificação continua em andamento.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.119.

**13. Nome atual:** Engenheiro Caldas (1962)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Felipe Moreira Caldas

<b>Motivação toponímica:</b> Segundo o site do IBGE, foi uma homenagem a Felipe Moreira Caldas, engenheiro que participou da construção antiga da Rio-Bahia (BR 116).
<b>Denominações anteriores:</b> Santa Bárbara > Engenheiro Caldas
<b>Documentos:</b> “Município da zona do Rio Doce, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do de Tarumirim. É constituído de dois distritos: Engenheiro Caldas e São José do Acácio. A povoação de Santa Bárbara, no município de Tarumirim, foi elevado a distrito pela lei Nº 336, de 27 de dezembro de 1948. Ao ser o distrito elevado a município, foi a denominação de Santa Bárbara mudada para Engenheiro Caldas.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.124.

<b>14. Nome atual:</b> Ewbank da Câmara (1962)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo estadual
<b>Origem:</b> José Felipe Neri Ewbank da Câmara
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem a José Felipe Neri Ewbank da Câmara, que foi um engenheiro pioneiro no plano estratégico de ferrovias gaúchas. Atuou também como deputado provincial e diretor da ferrovia Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, onde morreu aos quarenta e seis anos. “A denominação foi homenagem ao engenheiro José Ewbank da Câmara, diretor da estada de 1884 a 1889.”
<b>Denominações anteriores:</b> Tabuões > Ewbank > Eubanque > Ewbank da Câmara
<b>Documentos:</b> “Município da zona da Mata, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do de Santos Dumont. É constituído unicamente do distrito da sede. Com o nome de Ewbank da Câmara, foi inaugurada a estação da Central, a 12 de outubro de 1890. A denominação foi homenagem ao engenheiro José Ewbank da Câmara, diretor da estada de 1884 a 1889. Havia, ali, pequeno povoado com o nome de Tabuões. Com a estrada, o povoado desenvolveu-se. Em 1923, a lei Nº 843, de 7 de setembro, ali criou o distrito com o nome de Ewbank. Na divisão administrativa de 1938 e nas que se lhe seguiram, figura o distrito com o nome de Eubanque. Ao ser elevado o distrito a cidade, com a criação do município, a lei Nº 2764 deu-lhe a denominação primitiva da estação, isto é, Ewbank da Câmara, esclarecendo: “Ex-Eubanque”.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.129.

<b>15. Nome atual:</b> Felício dos Santos (1953)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo estadual
<b>Origem:</b> Joaquim Felício dos Santos
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem ao político Joaquim Felício dos Santos. Foi político, advogado, jornalista, industrial, escritor, juriconsulto e historiador. Fez os preparatórios no Colégio dos Lazaristas em Congonhas do Campo e se formou em bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP, em 1850. Formado, passou a residir em Diamantina, onde se dedicou à advocacia e ao magistério no Ateneu São Vicente de Paulo e no Seminário Episcopal. Em 1860 fundou com seu cunhado Joseficio Vieira

Machado, Barão de Guacuí, o periódico *O Jequitinhonha*, através do qual difundiu o ideal republicano. Em 1861, candidatou-se a Deputado Provincial por Diamantina, mas não obteve êxito. Em 1863, indicado pelo Partido Liberal, foi eleito Deputado Geral pela Província de Minas pela 12ª legislatura (1864-1866). Na Câmara integrou as Comissões de Poderes e de Orçamentos e Contas.

**Denominações anteriores:** Grotta Grande > Felício dos Santos

**Documentos:**

“Município do Alto do Jequitinhonha, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962. Desmembrado do de Diamantina. O distrito, município de Diamantina, foi criado pela lei Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, no povoado de Grotta Grande. E, em 1962, foi o distrito elevado à categoria de cidade, com a criação do município.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.132.

SAYÃO, J.N.P. Atas novecentistas do IHGMG: edição e proposta de dicionário biográfico, 2017, p.338.

**16. Nome atual:** Frei Gaspar (1938)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Gaspar de Módica

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao Frei Gaspar de Módica, que foi enviado para Itambacuri e se incumbiu de percorrer por todos os povoados. Foi um Capuchinho Italiano, nascido em Módica, na Itália, em 20 de novembro de 1879. Tornou-se sacerdote aos 22 anos, devido a sua devoção a Nossa Senhora. Pertenceu ao exército depois de se ordenar sacerdote, por ser obrigatório aos padres naquele país. Chegou ao Rio de Janeiro no dia 07 de agosto e veio para Itambacuri 4 meses depois. Pregou o seu primeiro sermão em português no local no dia 22 de janeiro de 1905. Fundou o Colégio Santa Clara, em Conceição do Mato Dentro, e prestou muitos serviços à sociedade como o zelo e dedicação pelo asilo dos índios e ajudou no progresso geral do município.

**Denominações anteriores:** Conceição > Frei Gaspar

**Documentos:**

“Município da zona do Mucuri, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, desmembrado do de Itambacuri. O distrito foi criado pelo decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.136.

**17. Nome atual:** Governador Valadares (1938)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Benedito Valadares Ribeiro

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao político Benedito Valadares Ribeiro, político influente na época de Getúlio Vargas que ocupou os cargos de vereador e prefeito de Pará de Minas e tempos depois governador de Minas Gerais, de 15 de dezembro de 1933 até 4 de novembro de 1945.

**Denominações anteriores:** Quartel de Dom Manuel > Porto da Figueira > Porto da Figueira do Rio Doce > Baguari > Figueira > Santo Antônio da Figueira > Governador Valadares

**Documentos:**

Segundo Barbosa (1990, p.141)

“Porto da Figueira do Rio Doce ou simplesmente Porto da Figueira, como era às vezes chamado, não passava de pequeno amontoado de casas. A lei Nº 3077, de 6 de novembro de 1882, criou o distrito de paz “no pequeno comércio do Porto da Figueira do Rio Doce, com a denominação de Baguari”. Pertencia, então, ao município de Suaçuí; a lei Nº 3198, de 23 de setembro de 1884, elevou o distrito de Baguari a freguesia, mudando-lhe a denominação para Figueira. Em nenhum ato apareceu o nome de Santo Antônio da Figueira; entretanto, a lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, determinou que Santo Antônio da Figueira, distrito do município de Peçanha, tivesse a denominação mudada para Figueira. Com esta denominação foi criado o município desmembrado do de Peçanha, em 31 de dezembro de 1937. O decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, mudou a denominação para Governador Valadares.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.141.

**18. Nome atual:** João Pinheiro (1911)

**Classificação:** historiopônimo estadual

**Origem:** João Pinheiro da Silva

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao ex-presidente do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva.

“Foi político e industrial. Optou pela carreira de engenheiro, matriculando-se na Escola de Minas de Ouro Preto em 1881. Mas já em 1883 decidia estudar Direito em São Paulo, onde concluiu o curso em 1887. (...) De 1906-1910 foi eleito para a presidente do estado em que se dedicou às tarefas administrativas, buscando colocar em prática as estratégias que julgava apropriadas para tirar Minas da situação de estagnação econômica que se encontrava. Deu início à reforma do ensino primário e técnico-profissional. Impulsionou também a construção de ramais ferroviários e tomou as primeiras providências para a implementação de rodovias permanentes no Estado, que substituíssem as estradas carroçáveis, intransitáveis na época das chuvas.”

**Denominações anteriores:** Caatinga ( ex-Santana da Catinga) > Cana-Brava (ex-Santo Antônio da Cana-Brava) > Luislândia do Oeste (ex-Luislândia) > Olhos- d’Água do Oeste (ex-Olhos-d’Água) > Santa Luiza da Serra (ex-Santa Luzia) > Veredas > João Pinheiro

**Documentos:**

“Antigo arraial de Santana dos Alegres, foi elevado a freguesia por consulta de 25 de agosto de 1813 e Resolução de 10 de setembro de 1814 (Ver. A.P.M., XIII, 624). (...) A lei Nº 1713, de 15 de outubro de 1870, determinou fosse a freguesia de Santana dos Alegres incorporada ao município de Paracatu. A lei Nº 1993, de 13 de novembro de 1873, elevou o arraial a vila, com o nome de Alegres. Ignoro se chegou a ser instalada; provavelmente, não, pois a criação definitiva do município deu-se com a lei Nº 556, de 30 de agosto de 1911, com a denominação de João Pinheiro; era, então, constituído dos distritos de Santana dos Alegres (sede), Caatinga, Canabrava, Veredas, desmembrados do município de Paracatu. Como a lei Nº 556 não determinou a mudança da denominação do distrito-sede, a lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, determinou a mudança do nome do distrito de Santana dos Alegres para João Pinheiro.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.176.  
 SAYÃO, J.N.P. Atas novecentistas do IHGMG: edição e proposta de dicionário biográfico, 2017, p.345.

**19. Nome atual:** Martins Soares (1948)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Luís Martins Soares

**Motivação toponímica:**

Homenagem a Luís Martins Soares, que foi um político brasileiro, filho de Manuel Olímpio Soares, presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova por 25 anos. Formou-se em bacharelado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1914. Foi Chefe político de Ponte Nova ao longo da década de 1920, deputado estadual em Minas Gerais, de 1927 até a Revolução de 1930, quando os órgãos legislativos foram suprimidos do país. Integrou na primeira comissão executiva do Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, fundado sob a liderança de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, em fevereiro de 1933.

**Denominações anteriores:** Pouso Alegre > Martins Soares

**Documentos:**

“Distrito do município de Manhumirim. A povoação primitiva denominava-se Pouso Alegre; e com a denominação de Martins Soares, foi elevada a distrito pela lei N° 336, de 27 de dezembro de 1948.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.198.

**20. Nome atual:** Matias Cardoso (1923)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Matias Cardoso de Almeida

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao desbravador da região, Matias Cardoso de Almeida. Foi o sertanista que acompanhava o pai desde adolescente em bandeiras de caça aos índios. Por conhecer as trilhas que levavam de São Paulo ao norte, passou por Minas Gerais, passando por Atibaia e Sapucaí, de onde guerreou contra os índios. Eleito capitão-mor e adjunto do Governador Fernão Dias, foi encarregado da conquista dos índios Mapaxos e do descobrimento das esmeraldas, devido a sua grande experiência.

**Denominações anteriores:** Morrinhos > Matias Cardoso

**Documentos:**

“Distrito do município de Manga. Essa denominação de Matias Cardoso foi dada ao distrito de Morrinhos, pela lei N° 843, de 7 de setembro de 1923. Embora o nome lembre o do grande sertanista, convém desde logo esclarecer: “O arraial de Morrinhos que hoje é a sede do distrito de Matias Cardoso, nada tem com o bandeirante e guerreiro; o Morrinhos, “antigo povoado de Matias Cardoso”, não é Morrinhos, distrito, que passou a chamar-se Matias Cardoso, pois este “valoroso sertanista paulistano o que fundou foi o Morrinhos da caatinga, à margem do rio Verde, que desapareceu com as enchentes” (Salomão de Vasconcelos, Rev. I.H.G.M.G., IV, 19). O antigo arraial de Morrinhos, que hoje se chama Matias Cardoso, é o mais antigo da beira do São Francisco.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.200.

<b>21. Nome atual:</b> Mendes Pimentel (1953)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo estadual
<b>Origem:</b> Francisco Mendes Pimentel
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem a Francisco Mendes Pimentel, o primeiro reitor da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi um político, advogado, professor e primeiro reitor da Universidade de Minas Gerais. Fez os estudos secundários nos Colégios Providencia e Abílio, em Barbacena, os preparatórios em Ouro Preto e no Rio de Janeiro. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1889, na FDSP, na turma em que faziam parte Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto, Afonso Arinos de Melo Franco, João Luís Alves, Herculano de Freitas, Paulo Prado e Edmundo Pereira Lins.
<b>Denominações anteriores:</b> Bom Jesus do Mantena > Mendes Pimentel
<b>Documentos:</b> “Município da zona do Rio Doce, criado pela lei Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, desmembrado do de Mantena. O município é constituído de 2 distritos: Mendes Pimentel e Frei Jorge. A localidade chamava-se Bom Jesus de Mantena e pertencia ao município de Itambacuri; o decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, criou o distrito e anexou-o ao município de Conselheiro Pena. Com o decreto-lei Nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, passou a integrar o município de Mantena, então criado. E a lei Nº 1039, de 1953, criou o município, elevando Bom Jesus de Mantena à categoria de cidade, com a denominação de Mendes Pimentel.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.201. SAYÃO, J.N.P. Atas noventaistas do IHGMG: edição e proposta de dicionário biográfico, 2017, p.316.

<b>22. Nome atual:</b> Nacip Raydan (1962)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo estadual
<b>Origem:</b> Nacip Raydan Coutinho
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem ao político brasileiro de Minas Gerais, Nacip Raydan, que foi deputado estadual na 4ª legislatura (1959 a 1963).
<b>Denominações anteriores:</b> Bananal > Nacip Raydan
<b>Documentos:</b> Segundo Barbosa (1990, p. 214) “Município da zona do Rio Doce, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do de Virgolândia. O povoado de Bananal, com a lei acima, foi elevado a sede distrital e sede municipal, com a denominação de Nacip Raydan.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.214.

<b>23. Nome atual:</b> Pompéu (1893)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo estadual
<b>Origem:</b> Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco Oliveira Campos
<b>Motivação toponímica:</b>

Homenagem a Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco Oliveira Campos, chamada de “A dama do Sertão e Heroína Mineira da Independência do Brasil.” Casou-se com o Capitão Inácio de Oliveira Ramos e depois se mudaram para a fazenda de Nossa Senhora da Conceição, que pertenceu a Antônio Pompeu Taques, com uma sede precária. O casal teve de construir uma nova residência e os trabalhos para a construção do Sobrado do Pompéu se iniciaram no final do século XVIII pelo construtor Tomé Dias. O capitão Inácio ficou paraplético em uma das suas viagens ao sertão do Paracatu e isso fez com que Dona Joaquina assumisse a liderança da fazenda do Pompéu e fizesse florescer o seu instinto empreendedor. Por causa disso, ganhou destaque nos negócios e passou a ser conhecida como “Dona Joaquina do Pompéu”. O seu pioneirismo foi reconhecido pelas autoridades reais, de modo que solidificou o seu nome após fazer doações de mantimentos para auxiliar a corte portuguesa recém-chegada ao Brasil em 1808. Isso fez com que as doações recebidas pelo Príncipe Regente Dom João (posteriormente Dom João VI) ajudasse em sua imagem comercial, expandindo-se para o Rio de Janeiro e firmando a venda de gado e de outros mantimentos vindos de Pompéu.

**Denominações anteriores:** Buriti da Estrada > Conceição do Pompéu > Pompéu

**Documentos:**

“Povoado com menos de 100 moradas no distrito de Mestre Caetano, município de Sabará. Já foi bastante florescente, como se verifica na seguinte nova:

“Entre as duas (refere-se a Sabará e Caeté), vê-se o Cuiabá e o Pompéu, localidades outrora florescentes e ricas e das quais só a primeira conserva sinais de vida, graças à exploração de uma das suas velhas minas de ouro que ali faz, há anos, a Companhia do Morro Velho (Antônio Olinto dos Santos Pires, A Serra da Piedade, Rev. A.P.M, VII, 818).”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.203.

**24.Nome atual:** Raul Soares (1924)

**Classificação:** historiotopeônimo estadual

**Origem:** Raul Soares de Moura

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao político ex-presidente do Estado, Raul Soares. Foi promotor de Justiça de Santa Luzia de Carangola (atual cidade de Carangola), Vereador de Visconde do Rio Branco, Presidente da Câmara Municipal, Deputado estadual, Secretário da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas no governo estadual de Delfim Moreira, Secretário de Interior do governo estadual de Artur Bernardes, Ministro da Marinha no Governo de Epitácio Pessoa. Em 7 de setembro de 1922, tomou posse do cargo de Presidente do Estado de Minas Gerais, pelo Partido Republicano Mineiro (PRM).

“Era uma homenagem ao Presidente do Estado, empossado a 7 de setembro de 1922, e falecido antes do término de seu período governamental.”

**Denominações anteriores:** São Sebastião de Entre-Rios > Matipó > Raul Soares

**Documentos:**

“Consta que os primitivos moradores foram Casimiro e Domingos Lana, que, em 1841, venderam suas terras a Francisco Alves do Vale, que aí se fixou com sua família. Os filhos deste, José, Jacó, Francisco e Manuel Alves do Vale, depois da morte do pai doarem parte de suas terras ao patrimônio da capela de São Sebastião (Minas Gerais em 1925). A primitiva capela foi fundada pelo Pe. Francisco Antônio de Carvalho, que era vigário de São Pedro dos Ferros e passou a residir junto à capela que criara. Por escritura de 29 de outubro de 1873, João Pinto de Oliveira aumentou o patrimônio, doando cinco alqueires de terras. O povoado que aí se formou chamou-se São Sebastião de Entre Rios, pelo fato



de localizar-se entre os rios Matipó e Santana. A povoação foi crescendo lentamente e, em 1902, a Câmara Municipal de Ponte Nova, pela lei municipal de Nº 146, de 3 de fevereiro, criou o distrito de São Sebastião de Ente Rios. Na divisão administrativa de 1911, o distrito de São Sebastião de Ente Rios já figura no município de Rio Casca. A autonomia municipal veio-lhe com a lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, que elevou o distrito a vila, criando o município, com a denominação de Matipó.”

“No ano seguinte, a lei Nº 862, de 19 de setembro de 1924, mudou a denominação do município de Matipó e do distrito de São Sebastião de Ente Rios (sede) para Raul Soares, atendendo à representação dos moradores.(...) Raul Soares foi elevada à categoria de cidade pela lei Nº 893, de 10 de setembro de 1925.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.278.

**25. Nome atual:** Senador Amaral (1948)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Eduardo Carlos Vilhena do Amaral

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao político Senador Eduardo Carlos Vilhena do Amaral. Iniciou sua vida política em sua cidade, Pouso Alegre, tendo atuado como vereador e presidente da Câmara Municipal. Foi deputado estadual no ano de 1911 a 1914 e senador estadual de 1915 a 1922.No período dos ano de 1918 a 1922, também atuou como vice-presidente do estado de Minas Gerais, na presidência de Artur Bernardes.

**Denominações anteriores:** São Sebastião dos Campos > Senador Amaral

**Documentos:**

“Distrito do município de Cambuí. Foi criado pela lei Nº 336, de 27 de dezembro de 1948, com sede no povoado de São Sebastião dos Campos.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.333.

**26. Nome atual:** Senador Cortes (1943)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Agostinho Cesário de Figueiredo Cortes

**Motivação toponímica:**

Homenagem a Agostinho Cesário de Figueiredo Cortes, filho do Comendador Francisco Cesário de Figueiredo. Formou-se em Medicina no ano de 1887 no Rio de Janeiro. Em 1889, foi eleito Senador Estadual em Minas Gerais. Foi responsável pela fundação de Santa Casa de Misericórdia em Mar de Espanha.

**Denominações anteriores:** São Sebastião do Monte Verde > Monte Verde > Senador Cortes

**Documentos:**

Segundo Barbosa (1990, p. 333)

“Município da zona da Mata, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do de Mar de Espanha. Fica situado entre os municípios de Mar de Espanha, Guarará, Argirita e Santo Antônio Aventureiro, na zona da Mata. Com a denominação de São Sebastião do Monte Verde, foi criado o distrito, a primeira vez, pela lei Nº 2843, de 24 de outubro de 1881, no termo de Mar de Espanha. A lei acima, porém,

foi revogada pela de Nº 2938, de 23 de setembro de 1882. Foi novamente criado o distrito de São Sebastião do Monte Verde, pela lei Nº 3221, de 11 de outubro de 1885. Na divisão administrativa de 1911, o distrito já figura com o nome reduzido de Monte Verde. O decreto-lei Nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe a denominação para Senador Cortes. E, com esta denominação, surgiu o município, em 1962, desmembrado do de Mar de Espanha.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.333.

**27. Nome atual:** Senador Modestino Gonçalves (1962)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Modestino Carlos Gonçalves Moreira

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao político, advogado provisionado e oficial da Guarda Nacional Brasileira, Modestino Carlos Gonçalves Moreira. Em 1893, foi nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Santa Luzia, cargo que exerceu durante quatro anos. Foi Promotor de Justiça da Comarca de Piranga e, em 1897, retornou a Santa Luzia e se candidatou a presidente da Câmara Municipal. Ingressou no Senado Estadual de Minas Gerais e tornou-se um de seus mais destacados escritores e oradores. Extinto o Senado Estadual, em 1930, recebeu a nomeação de primeiro Prefeito de Santa Luzia.

**Denominações anteriores:** Araçuaí > Mercês do Araçuaí > Nossa Senhora das Mercês do Araçuaí > Calabar > Mercês de Diamantina > Senador Modestino Alves

**Documentos:**

“Araçuaí, Mercês do Araçuaí, Nossa Senhora das Mercês do Araçuaí eram designações comuns a esse distrito de Diamantina, sediado na margem direita do Rio Araçuaí. O local foi descoberto por Antônio de Magalhães de Barros, em 1744; encantado com a beleza do sítio, aí fixou residência, convidou outros a que se estabelecessem e, em seguida, foi edificada a capela em honra de Nossa Senhora das Mercês, em torno da qual se formou o povoado (Rev. A.P.M., III, 622; Ver. A.P.M., IV, 644). O povoado foi elevado a freguesia, em 1843, com a lei Nº 1143, com o título de Nossa Senhora das Mercês do Araçuaí. A mais infeliz de todas as trocas de denominação se verificou em 1923, com a lei Nº 843, que alterou quase toda a toponímia antiga mineira e na qual se notou a preocupação de destruir toda a denominação de origem religiosa; Mercês do Araçuaí passou, então, a chamar-se Calabar. Em 1930, a lei 1160, de 19 de setembro, restituiu-lhe o nome antigo, um pouco alterado; passou a ser Mercês de Diamantina. E, em 1962, a lei Nº 2674, de 30 de dezembro, elevou Mercês de Diamantina a cidade, criando o município desmembrado do de Diamantina, dando-lhe a denominação de Senador Modestino Gonçalves.”

**Referência:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.334.

**28. Nome atual:** Teófilo Otoni (1878)

**Classificação:** historiotopônimo estadual

**Origem:** Teófilo Benedito Otoni

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao político Teófilo Benedito Otoni.

Foi político e engenheiro. Iniciou os estudos humanísticos no Serro – MG e prosseguiu nos Colégios Kopke, em Petrópolis – RJ e Vitória. Fez em seguida o curso geral da Escola

Politécnica do Rio de Janeiro (1878-1880) e o de engenheiro civil e de minas na EMOP. Na capital, foi professor de Geometria no Liceu Mineiro e tomou parte na propaganda abolicionista, como faria mais tarde na campanha republicana, através do Jornal *Movimento* de João Pinheiro da Silva. Ainda em Ouro Preto, auxiliou Chrockat de Sá, Diretor de Obras Públicas, na organização do Liceu de Artes e Ofícios. De 1885 a 1890, exerceu o cargo de Engenheiro de Obras Públicas do Estado no distrito sediado em Montes Claros. Passando a dedicar-se à engenharia ferroviária, apresentou ao governo os estudos da Estrada de Ferro Extrema a Monte Claros. Foi eleito deputado federal (1900-1902). De 1901 a 1906, foi presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal de Sete Lagoas, onde fundou o jornal Reflexo. Em 1912, foi eleito novamente vereador à Câmara Municipal de Sete Lagoas. Mais tarde foi nomeado engenheiro da Central do Brasil. “Teófilo Benedito Otoni, o fundador da cidade, que hoje tem seu nome, foi extraordinário exemplar de homem público, homem de visão e grande patriota.”

**Denominações anteriores:** Crispim Jacques (ex-Bias Fortes) > Mucuri > Pedro Versiani > Rio Pretinho (ex-São João do Paraíso) > Topázio (ex-Jardinópolis) > Teófilo Otoni

**Documentos:**

“O município foi criado pela lei Nº 2486, de 9 de novembro de 1878, que elevou a freguesia à categoria de cidade, dando-lhe a denominação de Teófilo Otoni. Teófilo Otoni fica na zona do Mucuri; o município consta de sete distritos: Teófilo Otoni, Crispim Jaques, Frei Gonzaga, Pedro Versiani, Topásio, Mucuri e Rio Pretinho, os dois últimos criados em 1976.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.349.  
SAYÃO, J.N.P. Atas novecentistas do IHGMG: edição e proposta de dicionário biográfico, 2017, p.303.

#### 4. Historiotopônimos municipais

**1. Nome atual:** Alfenas (1871)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Família dos Alfenas

**Motivação toponímica:**

O nome “Alfenas” surgiu como referência a uma família pioneira do local. O local da “Fazenda Pedra Branca” foi propriedade do Capitão Joaquim Martins Borralho e depois o local veio a ser chamado como “dos Alfenas” e não como propriedade “dos Vieiras”, que possivelmente foram os donos antigos.

“No início do século XIX, Francisco de Sequeira e sua mulher, Mariana Ferreira Araújo, tomaram a iniciativa de erigir uma capela dedicada a S.José e N.Sr<sup>a</sup> das Dores, para o que fizeram a doação de um patrimônio. Membros da família “Alfena” edificaram a capela, ao redor da qual se formou o povoado. Existe em Portugal o topônimo “Alfena”, aldeia do Concelho de Valongo, Bispado do Porto. De lá provavelmente terão vindo os irmãos João Martins de Alfena e José Martins de Alfena. No livro 3º de casamentos de Campanha, fl.93, encontra-se o registro de casamento de José Martins Alfena, filho de Joaquim Martins Alfena, com Maria Francisca Umbelina. O arraial passou a ser designado, o que era comum, pelo nome da família, “os Alfenas”.”

**Denominações anteriores:** São Jose de Alfenas > São Jose e Dores dos Alfenas > Vila Formosa > Formosa de Alfenas > Alfenas

**Documentos**

“Por ato da Regência, de 14 de Julho de 1832, foi aí criada a freguesia, com o título de São José de Alfenas. Realmente, o ato da Regência refere-se à freguesia de S. José de Alfenas; mas o nome da freguesia que se vê comumente, em documentos da época, é freguesia de S. José e Dores dos Alfenas.”

“O povoado cresceu e, pela lei provincial Nº 1090, de 7 de outubro de 1860, foi a freguesia elevada a vila, com a denominação de Vila Formosa. Foi a vila elevada à categoria de cidade, com a lei Nº 1611, de 15 de outubro de 1869, com a denominação de Formosa de Alfenas. Com data de 7 de julho de 1871, a Câmara Municipal da cidade de Formosa de Alfenas dirigiu um apelo ao governo, no sentido de se chamar a cidade simplesmente de Alfenas, sob a alegação de que tem havido muito extravio de correspondência, até de ordens importantes, para a vila Formosa de Goiás (Cod. 1107, A.P.M.). O apelo foi prontamente atendido, pois a lei Nº 1791, de 23 de setembro de 1871, determinou: “Fica a cidade de Formosa de Alfenas simplesmente denominada cidade de Alfenas”.

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.21.

**2. Nome atual:** Alfredo de Vasconcelos (1896)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Alfredo de Barros Vasconcelos

**Motivação toponímica:**

Alfredo Vasconcelos, antigo Ribeirão de Alberto Dias, nome que foi dado à Estação de Trem batizada com o nome de Estação de Alfredo Vasconcelos que servia à cidade de Ressaquinha, em homenagem ao engenheiro ferroviário Dr. Alfredo Barros de Vasconcelos, morto sob um bloco de pedra quando inspecionava o túnel 15 da ferrovia, próximo à cidade de Barra do Piraí – RJ. Esta estação foi inaugurada em 01-02-1896.

**Denominações anteriores:** Não há denominações anteriores

**Documentos:**

“(…) Foi inaugurada em 1º de fevereiro de 1896. A povoação que se formou ao redor da estação, foi elevada a distrito do município de Ressaquinha, pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.21.

**1. Nome atual:** Antônio Dias (1918)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Antônio Dias de Oliveira

**Motivação toponímica:**

“O grande sertanista Antônio Dias de Oliveira, natural de Taubaté, depois de fazer os descobrimentos de Ouro Pretos, dos ribeiros de Antônio Dias e Padre Faria, em 1698, dirigiu-se a São Paulo.”

**Denominações anteriores:** Antônio Dias Abaixo > Antônio Dias

**Documentos:**

“O grande sertanista Antônio Dias de Oliveira, natural de Taubaté, depois de fazer os descobrimentos de Ouro Preto, dos ribeiros de Antônio Dias e Padre Faria, em 1698, dirigiu-se a São Paulo. Voltando, depois, a seu descoberto, encontrou-o tomado por números mineiros. Por volta de 1700 ou 1701, resolveu descer o Rio Piracicaba. Aí erigiu

modesta capela, dedicada a N.Sr<sup>a</sup>. de Nazaré, em 1706, dando origem ao arraial de Antônio Dias Abaixo, que se tornou grande centro de mineração. Essa é a informação colhida em Francisco de Assis de Carvalho Franco (Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil), que se baseou em Diogo de Vasconcelos. Acontece, porém, que numa memória sobre o arraial de São Miguel do Piracicaba, publicada na Rev. do A.P.M., vol. VII, a fundação do arraial de Antônio Dias Abaixo é atribuída ao mesmo fundador de São Miguel, o capitão-mor João dos Reis Cabral, isto depois do afastamento do descobridor Antônio Dias de Oliveira.

(...) Em 1738, Antônio Dias Abaixo tinha já a sua Companhia de Ordenanças. Em 1750 ou 1751, foi ali instituída a paróquia, por Dom Frei Manuel da Cruz, que mandou, como primeiro vigário, Pe. Luís Antônio de Meneses. Mas não obteve confirmação régia; e, por resolução de 2 de abril de 1752, foi ordenado ao bispo fizesse retornar o lugar à condição de capela filial. Em vez de obedecer, Dom Frei Manuel da Cruz apresentou as razões que justificavam a criação da freguesia. A resposta foi ordem terminante de 22 de maio de 1753, para que tornasse sem efeito sua provisão. A paróquia só foi criada por decreto da Regência, de 14 de julho de 1832, desmembrada da de São Miguel de Piracicaba, com o título de N. Sr<sup>a</sup> do Nazaré. Foi criado o município de Antônio Dias Abaixo, com a lei N<sup>o</sup> 556, de 30 de agosto de 1911, que elevou o distrito a vila. Em 1918, a lei N<sup>o</sup> 716, de 16 de setembro, reduziu a denominação para Antônio Dias.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.27.

**4. Nome atual:** Araújos (1938)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Alves de Araújo

**Motivação toponímica:**

Homenagem à família de sobrenome “Alves de Araújos” que desbravou a região e formou o arraial.

**Denominações anteriores:** Não há denominações anteriores

**Documentos:**

“Município da Zona do Alto do São Francisco, criado pela lei N<sup>o</sup> 1039, de 12 de dezembro de 1953, desmembrado do de Bom Despacho. Só tem o distrito da sede. Este distrito foi criado pelo decreto-lei N<sup>o</sup> 148, de 17 de dezembro de 1938.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.30.

**5. Nome atual:** Baldim (1917)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Nome do português Ubaldino ou Balduino que morou no município.

**Motivação toponímica:**

Segundo IBGE, o nome “Baldim” surgiu a partir da deturpação feita do nome Ubaldino ou Balduino. É o nome de um dos primeiros moradores do extremo do município durante muito tempo e era de origem portuguesa.

**Denominações anteriores:** Pau Grosso > Baldim

**Documentos:**

“A povoação de Pau Grosso foi elevada a distrito do município de Santa Luzia do Rio das Velhas, por Lei N<sup>o</sup> 1893, de 17 de julho de 1872 (informação do Dicionário Corográfico

de Minas Geras, publicação do Dep. Estadual de Estatística). Foi o distrito elevado à categoria de paróquia pela lei N° 2002, de 15 de novembro de 1917, determinou que aquele distrito passasse a denominar-se Baldim. Com esta denominação, foi criado o município pela lei N° 336, de 27 de dezembro de 1948, desmembrado do de Jabuticubas, passando Baldim à categoria de cidade. Fica na chamada Zona Metalúrgica. É constituído de três distritos: Baldim, Amanda e São Vicente.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.39.

**6. Nome atual:** Bandeira (1938)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** José Bandeira

**Motivação toponímica:**

Homenagem a José Bandeira, morador das proximidades da foz de um córrego sem nome. Com a sua morte, o córrego ficou conhecido como Córrego Bandeira e com o surgimento do povoado nas suas redondezas foi dado o nome de Bandeira.

**Denominações anteriores:** Não há denominações anteriores

**Documentos:**

“Município da zona do médio Jequitinhonha, criado pela lei N° 2764, de 30 de dezembro de 1962, desmembrado do de Almenara. É constituído de um único distrito, o da sede.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.41.

**7. Nome atual:** Botelhos (1923)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Joaquim Botelho de Carvalho

**Motivação toponímica:**

Homenagem a Joaquim Botelho de Carvalho, que construiu a capela de São José, a santo de quem era devoto.

**Denominações anteriores:** São José dos Botelhos > Botelhos

**Documentos:**

Segundo Barbosa (1990, p.58)

“Na capela de S. José dos Botelhos, termos de Caldas, foi criado o distrito, pela lei N° 998, de junho de 1859. O distrito de São José dos Botelhos foi elevado a freguesia, pela lei N° 2031, de 1° de dezembro de 1873, quando já fazia parte do termo de Cabo Verde. A lei N° 556, de 30 de agosto de 1911, criou o município, desmembrado do de Cabo Verde, elevando S. José dos Botelhos à categoria de vila. A lei N° 843, de 7 de setembro de 1923, determinou que o distrito e o município passassem a chamar Botelhos.”

**8. Nome atual:** Brás Pires (1850)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Brás Pires Farinho

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao capitão Brás Pires Farinho, descendente de portugueses que se fixou nas terras do município, que levou o seu nome.

**Denominações anteriores:** Não há denominações anteriores

**Documentos:**

“Segundo informa Cônego Trindade, o arraial de Brás Pires formou-se ao redor da capela construída pelo capitão Brás Pires Farinho, na sua fazenda, na antiga freguesia de Guarapiranga. O arraial foi elevado a distrito, em 1850, com a lei Nº 141. A freguesia foi instituída a 24 de fevereiro de 1913. O primeiro vigário foi Pe. Bernardo Valoni. Foi criado o município de Brás Pires com a lei de Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953. Fica na zona da Mata. Só tem o distrito como sede.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.58.

**9. Nome atual:** Capitão Andrade (1962)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Capitão Andrade

**Motivação toponímica:**

Não encontrada

**Denominações anteriores:** Café > Capitão Andrade

**Documentos:**

“Distrito do município de Itanhomi, criado pela lei Nº 1764, de 30 de dezembro de 1962, com sede no povoado denominado, até então, Café.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.77.

**10. Nome atual:** Capitão Enéias (1965)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Enéas Mineiro de Souza

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao Capitão Enéas Mineiro de Souza. Foi primeiro prefeito da cidade nos anos de 1963 a 1965. Montou a Fazenda Burarama e desenvolveu atividades agropecuárias e industriais ajudando na expansão do local. O Capitão fez um planejamento de crescimento nos moldes de Brasília, optando por longas e espaçosas avenidas na cidade.

**Denominações anteriores:** Sapé > Burarama de Minas > Capitão Enéias

**Documentos:**

“Município da zona de Montes Claros, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com a denominação de Burarama de Minas, e constituído dos distritos de Burarama de Minas e Caçarena. O primeiro foi desmembrado do distrito de Francisco Sá; a localidade de Burarama foi elevada a sede distrital e, ao mesmo tempo, a sede municipal, com a denominação de Burarama de Minas; e o segundo foi formado com o território desmembrado do distrito de Canabrava, do município de Francisco Sá. A lei Nº 3793, de 16 de dezembro de 1965, mudou o nome para Capitão Eneas.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.77.

**11. Nome atual:** Cláudio (1912)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Cláudio

**Motivação toponímica:**

Homenagem feita a um escravo chamado Cláudio, que servia às famílias de João Ferreira e Manuel Borges, que saiu logo no primeiro domingo em sondagem pelos arredores e descobriu um ribeirão, ao fim do córrego.

**Denominações anteriores:** Aparecida do Cláudio > Cláudio

**Documentos:**

“A primitiva capela de N.Sr<sup>a</sup>.Aparecida de Cláudio deve ter sido construída em 1761, de acordo com um registro no Livro de Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, abaixo transcrito. Em 1802, já figurava Cláudio entre os arraiais do termo da Vila de S. José. O arraial se desenvolveu bastante. Em 1825, recebeu a visita do Bispo de Mariana, que deixou o seguinte registro sobre a capela de Aparecida de Cláudio:

“Está decente o Santuário, mas muito pequeno para a população...A pia baptismal, que deve ser de pedra, está assim mesmo de pau, desde 1761, apesar de haverem obtido esse tempo de relaxação interina, com a cominação de a fazerem de pedra o mais breve possível, o que esperamos...” (Livro de Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, Arquivo Eclesiástico de Mariana).

A paróquia desmembrada da de S. José, foi criada pela lei provincial N° 913, de 8 de junho de 1858, com a denominação de N.Sr<sup>a</sup>. Aparecida do Cláudio; foi canonicamente instalada em 1860, tendo o primeiro vigário colado o Pe. João Teixeira Pinto. O município de Aparecida de Cláudio surgiu com a lei N° 556, de 30 de agosto de 1911, desmembrando-se do de Oliveira. O município e o distrito passaram a chamar-se simplesmente Cláudio, aliás, o nome primitivo, com a lei estadual N° 843, de 7 de setembro de 1923.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.89.

**12. Nome atual:** Carvalhos (1903)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Família Carvalho

**Motivação toponímica:**

Homenagem à família Carvalho, de origem judaico-marroquina, cujo nome original era Nahom. Essa família se assentou na região e construiu uma igreja dedicada a Nossa Senhora Aparecida, em um terreno que foi doado pela dona da fazenda na região.

**Denominações anteriores:** Não há denominações anteriores

**Documentos:**

“No município de Aiuroca, havia um distrito de nome Guapiara criado pela lei mineira N° 334, de 1847. Em 1911, a lei N° 556, de 30 de agosto, transferiu a sede do distrito para a povoação de Carvalhos, sendo instalado a 12 de outubro do mesmo ano. A lei N° 336, de 27 de dezembro de 1948, elevou o distrito a município, desmembrando-o de Aiuroca.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.83.

**13. Nome atual:** Comendador Gomes (1923)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Antônio Gomes da Silva

**Motivação toponímica:**

Homenagem a Antônio Gomes da Silva, jornalista, musicista e político, que foi importante para emancipação do município.

**Denominações anteriores:** São Sebastião das Areias > Comendador Gomes



<p><b>Documentos:</b> Segundo Barbosa (1990, p.90) “Município do Triângulo, criado pela lei Nº 336, de 27 de dezembro de 1948, desmembrado do de Frutal. Tem apenas o distrito da cidade. A povoação primitiva denominava-se São Sebastião das Areias; e foi elevada a distrito do município de Frutal, pela lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, que modificou a denominação para Comendador Gomes.”</p>
<p><b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.90.</p>

<p><b>14. Nome atual:</b> Coronel Fabriciano (1938)</p>
<p><b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal</p>
<p><b>Origem:</b> Fabriciano Felisberto Carvalho de Brito</p>
<p><b>Motivação toponímica:</b> Homenagem a um dos políticos mais influentes de Antônio Dias, Fabriciano Felisberto Carvalho de Brito. Em 1888, recebeu do Imperador Dom Pedro II, o título de Tenente-coronel da Guarda Nacional para a Comarca de Piracicaba.</p>
<p><b>Denominações anteriores:</b> Calado &gt; Santo Antônio do Piracicaba &gt; Melo Viana &gt; Coronel Fabriciano</p>
<p><b>Documentos:</b> “Município da zona Metalúrgia, criado pela lei Nº 336, de 27 de dezembro de 1948, desmembrado do de Antônio Dias. Santo Antônio do Piracicaba era o nome do município de Antônio Dias, que foi elevado a sede distrital, com a lei de Nº843, de 7 de setembro de 1923, com a denominação de Melo Viana. Esta denominação foi mudada para Coronel Fabriciano, pelo decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938.” “A estação de Vitória a Minas, inaugurada em 9 de junho de 1924, recebeu inicialmente o nome de Calado; depois foi o nome mudado para Raul Soares; finalmente recebeu o nome de Coronel Fabriciano, como homenagem à memória de Cel. Fabriciano Felisberto de Brito, pai do Dr. Manuel Tomás de Carvalho Brito, que foi Secretário do Estado e Ministro do Estado.”</p>
<p><b>Referência:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.102.</p>

<p><b>15. Nome atual:</b> Coronel Pacheco (1883)</p>
<p><b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal</p>
<p><b>Origem:</b> José Manoel Pacheco</p>
<p><b>Motivação toponímica:</b> Homenagem ao Coronel José Manoel Pacheco que foi vereador em Juiz de Fora nas legislaturas de 1873 – 1876, 1898 – 1900 e 1905 – 1907. Possuía várias fazendas, em que nelas constituiu a Campanha Agrícola de Juiz de Fora. Foi idealizador e construtor da Estrada de Ferro Juiz de Fora - Piauí.</p>
<p><b>Denominações anteriores:</b> Água Limpa &gt; Coronel Pacheco</p>
<p><b>Documentos:</b> “No município de Juiz de Fora, o povoado de Água Limpa foi, pelo decreto Nº 158, de 31 de julho de 1890, elevado à categoria de sede de distrito. Pelo decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, passou o distrito de Água Limpa a integrar o município de Rio Novo. Havia, no distrito, a estação de Coronel Pacheco. O movimento ferroviário trouxe</p>

bastante desenvolvimento para o povoado que se formou ao redor da estação, que teve seu nome mudado para Água Limpa. A lei Nº 336, de 27 de dezembro de 1948, inscreveu o distrito novamente no município de Juiz de Fora, com o nome de Coronel Pacheco. Finalmente, foi criado o município de Coronel Pacheco, pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962. Fica entre os municípios de Piau, Rio Novo, Chácara e Juiz de Fora, na zona da Mata.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.103.

**16. Nome atual:** Coronel Xavier Chaves (1962)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Francisco Rodrigues Xavier Chaves

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao Coronel Francisco Rodrigues Xavier Chaves que se casou com Joana de Mendonça Chaves, tornando-se herdeiro da Fazenda do Mosquito. Era bisneto de Antônia Rita de Jesus Xavier, irmã caçula de Tiradentes. Foi responsável por fazer um traçado urbanístico onde se construíram 20 moradias para familiares, padres e outros membros da população local.

**Denominações anteriores:** Mosquito > Coroas > São Francisco Xavier > Coronel Xavier Chaves

**Documentos:**

“Município da zona dos Campos das Vertentes, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do de Prados. O distrito, com a denominação de São Francisco Xavier, foi criado no povoado de Mosquito, então município de Tiradentes, pela lei Nº 556, de 30 de agosto de 1911, que o incorporou ao município de Prados. Em 1943, o decreto-lei Nº 1058, de 31 de dezembro, mudou a denominação de São Francisco Xavier para Coroas. Finalmente, a lei Nº 2764, de 1962, ao criar o município, deu-lhe a denominação de Coronel Xavier Chaves. Tem apenas o distrito da cidade.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.103.

**17. Nome atual:** Curvelo (1831)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Antônio Ávila Curvelo

**Motivação toponímica:**

“Curvelo deve o nome ao fundador, Padre Antônio Ávila Curvelo, e da cidade foi núcleo o povoado de Santo Antônio da Estrada, antigo pouso na estrada da Bahia.”

“(…) Padre Curvelo, natural de Rio Real, Bahia, veio para esta zona na terceira década de 1700 e faleceu, em seu sítio de Santo Antônio, aos 20 de setembro de 1749. Era vigário colado da freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso e Almas, com matriz na Barra do rio das Velhas. A zona de sua residência que, mais tarde, constituiu o município de Curvelo, era jurisdicionada àquela freguesia.”

**Denominações anteriores:** Santo Antônio da Estrada > Santo Antônio do Curvelo > Curvelo

**Documentos:**

O trabalho que se segue, sobre Curvelo foi escrito especialmente para a 1ª edição desta obra, pelo historiador Antônio Gabriel Diniz:

“Está o município de Curvelo situado no planalto central de Minas Gerais. Foi criado por decreto da Regência, de 13 de outubro de 1831. Limita-se ao nascente com o rio das Velhas; a Sudeste, com o rio de Paraopeba; a oeste, com o município de Felixlândia; ao norte, com os de Morro da Garça, Corinto e Inimutaba, que também é limítrofe, na parte leste, ao sul, com os municípios de Cordisburgo e Paraopeba. Todos os municípios limítrofes foram desmembrados de Curvelo (o de Cordisburgo, em parte, pertenceu ao município de Paraopeba, antigo distrito de Tabuleiro Grande, desmembrado, em 1867, de Curvelo). Formou o município de Curvelo o distrito de Santo Antônio do Curvelo, desmembrado de Sabará. Ao município, em 1834, foi incorporado o distrito de São Gonçalo das Tabocas, o qual andou, em contradança, desmembrado e reincorporado, até que se firmou no município de Curvelo.

(...) Curvelo deve o nome ao fundador, Padre Antônio Ávila Curvelo, e da cidade foi núcleo o povoado de Santo Antônio da Estrada, antigo pouso na estrada da Bahia. Constituída em 1730 a capela dedicada a Santo Antônio, iniciou-se, em torno dela, o povoado de Santo Antônio da Estrada, depois conhecido por Santo Antônio de Curvelo, futuro distrito do município de Sabará, e, hoje, sede do município de Curvelo.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.108.

**18. Nome atual:** Dionísio (1923)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Dionísio

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao soldado chamado Dionísio, foragido da polícia, após ter matado o pai de sua esposa, a fim de viver com ela. Tempos depois sua esposa faleceu e o soldado estabeleceu-se como primeiro habitante do lugar. Adotou a agricultura como forma de subsistência e ao longo do tempo teve de adquirir mantimentos em povoados próximos, tendo de se relacionar com os moradores.

**Denominações anteriores:** São Sebastião do Dionísio > Dionísio

**Documentos:**

“A capela de São Sebastião, filial da antiga freguesia ao Alfié, surgiu em meado do século passado. Seu patrimônio foi doado por João Gonçalves de Lima e Joaquim Silvério Gonçalves da Costa, conforme escritura de 20 de março de 1854. (Cônego Trindade, op.cit.). Formado o povoado a lei Nº 2876, de 20 de setembro de 1882, criou a paróquia do Santíssimo Sacramento, com território desmembrado da de Santana do Alfié, termo de Itabira, “fazendo parte da mesma a povoação de Dionísio, que será a sede.” Entretanto, a freguesia só foi instituída canonicamente, em 1897, por provisão de 20 de maio desse ano, com a declaração de que o orago do lugar é São Sebastião, e não em Santíssimo Sacramento, como constou a lei provincial. O primeiro vigário foi Pe. Antônio Fernandes Lélis. Realmente, o arraial passou a ser conhecido por São Sebastião do Dionísio, e o próprio ficou com esta denominação. Foi a lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, que mudou a denominação do distrito de São Sebastião do Dionísio para Dionísio, município de São Domingos do Prata. O município foi criado com a lei Nº 336, de 27 de dezembro de 1948, desmembrado de São Domingos do Prata, quando Dionísio chegou à categoria de cidade.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.115.

<b>19. Nome atual:</b> Dona Eusébia (1938)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Eusébia Joaquina
<b>Motivação toponímica:</b> “(…) o nome constitui homenagem a D. Eusébia Joaquina de S. José, esposa do fazendeiro Domingos José de Souza Lima, que criara facilidades para a via férrea (Afrânio de Melo Franco – Guido Tomás Marlière, B.H., Imprensa Oficial, 1914, p. 132/134).”
<b>Denominações anteriores:</b> Astolfo Dutra > Dona Eusébia
<b>Documentos:</b> “Município da Zona da Mata, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do de Astolfo Dutra. Eis que a origem da cidade: a E.F Lepoldina inaugurou, em 28 de fevereiro de 1880, a estação de D. Eusébia; o nome constitui homenagem a D. Eusébia Joaquina de S. José, esposa do fazendeiro Domingos José de Souza Lima, que criara facilidades para a via férrea (Afrânio de Melo Franco – Guido Tomás Marlière, B.H., Imprensa Oficial, 1914, p. 132/134). O povoado formou-se ao redor da estação e com o mesmo nome. Essa povoação, então no município de Cataguases, foi elevada a distrito, com a lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, que lhe deu a denominação de Astolfo Dutra. Em 1938, um outro distrito de Cataguases, Porto de Santo Antônio, foi elevado a município com a denominação de Astolfo Dutra (Decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938). Este mesmo ato mudou a denominação do distrito de Astolfo Dutra para Dona Eusébia, nome primitivo; e inclui-o no novo município de Astolfo Dutra, do qual se desmembrou em 1962, para constituir o município de Dona Eusébia.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.119.

<b>20. Nome atual:</b> Durandé (1928)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Nome francês Durand que foi aportuguesado para Durandé.
<b>Motivação toponímica:</b> “Em meados do século XIX, o francês Durand chega e toma os rumos do Rio José Pedro, e vai localizar-se junto ao córrego que, posteriormente, tomaria o seu nome. Como o povo tem inclinação natural para aportuguesar os nomes estrangeiros, adaptando-os à nossa fonética, o nome de Durand passou a ser pronunciado Durandé.” História de Manhumirim - Município e Paróquia, vol.I,II,III.
<b>Denominações anteriores:</b> Dores do Rio José Pedro > Dores do José Pedro > Durandé
<b>Documentos:</b> “Distrito do município de Manhumirim, Dores do Rio José Pedro era um povoado do município de Manhumirim, que foi elevado a distrito pela lei Nº2407, de 5 de novembro de 1877. Mas a lei acima ficou sem efeito e só em 1890, com o decreto Nº170, de 22 de agosto, foi o distrito policial de Dores do Rio José Pedro, ainda no município de Manhumirim, elevado à categoria de distrito de paz. Em 1923, como distrito de Manhumirim, teve a denominação de Dores do Rio José Pedro mudada para Dores do José Pedro (lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923). Finalmente, a lei Nº 1035, de 20 de setembro de 1928, transferiu a sede do distrito de Dores do José Pedro para o povoado de Durandé, no mesmo distrito, continuando o distrito com a denominação de Dores do José Pedro. Foi a lei Nº 1128, de 19 de outubro de 1929, que mudou a denominação para Durandé.”
<b>Referências:</b>

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.122.

<b>21. Nome atual:</b> Francisco Dumont (1962)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Francisco Dumont
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem a um dos grandes fazendeiros do local, Francisco Dumont.
<b>Denominações anteriores:</b> Barreiro > Barreiros > Vargem Mimosa > Conceição do Barreiro > Francisco Dumont
<b>Documentos:</b> “Município da zona de Montes Claros, criado pela lei Nº2764, de 30 de dezembro de 1962, desmembrado do de Bocaiúva. Tem apenas o distrito da sede. A denominação primitiva era Barreiro; e foi aí criado distrito pela Câmara Municipal de Bocaiúva em 1892, instalado em 1906. A lei Nº 556, de 30 de agosto de 1911, confirmou sua criação. O decreto-lei Nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, determinou a mudança do nome Barreiros (no plural) para Vargem Mimosa. E a lei Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, mudou de novo o topônimo Vargem Mimosa para Conceição do Barreiro. E, ao ser criado o município, mais uma vez foi mudada a denominação para Francisco Dumont.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.135.

<b>22. Nome atual:</b> Frei Inocêncio (1953)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Inocêncio
<b>Motivação toponímica:</b> “(…) o Dr. João de Souza Lima e o Prefeito de Itambacuri, Sr. Lauro Lopes da Silva, conseguiram junto aos representantes do Estado que o povoado se chamasse Frei Inocêncio.”
<b>Denominações anteriores:</b> Não há denominações anteriores
<b>Documentos:</b> “Município da zona da Mucuri, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, desmembrado do de Itambacuri. É constituído do único distrito da sede. O distrito de Frei Inocêncio foi criado no município do qual, em 1962, se desmembrou, pela lei Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.136.

<b>23. Nome atual:</b> Frei Lagonegro (1962)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Bernardino Lagonegro
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem ao Frei Lagonegro, mais conhecido pelo povo como “Capuchinho Vigário”. Segundo Barbosa (1990, p.136). “A denominação é uma homenagem à memória de Frei Bernardino Lagonegro, primeiro vigário de São José do Jacuri e grande incentivador de seu progresso.”

<b>Denominações anteriores:</b> Bom Sucesso > Frei Lagonegro
<b>Documentos:</b> Segundo Barbosa (1990, p.136) “Distrito do município de São José do Jacuri, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, na localidade de Bom Sucesso. Ao ser elevada à condição de sede distrital, a localidade de Bom Sucesso recebeu a denominação de Frei Lagonegro, por sugestão do então presidente da Câmara de São José do Jacuri, Geraldo Nunes Ferreira (carta do sr. Paulo Barbosa de Souza, secretário da Prefeitura de São José do Jacuri, de 9 de agosto de 1967). A denominação é uma homenagem à memória de Frei Bernardino Lagonegro, primeiro vigário de São José do Jacuri e grande incentivador de seu progresso.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.136.

<b>24. Nome atual:</b> Gonçalves (1902)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Antônio Gonçalves, Maria Gonçalves e Mariana Gonçalves
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem aos três colonos mestiços e solteiros, que residiam no local Antônio Gonçalves, Maria Gonçalves e Mariana Gonçalves. Não deixaram herdeiros, mas deixaram os seus nomes para denominação da capela popularmente conhecida como Capelas das Dores dos Gonçalves.
<b>Denominações anteriores:</b> Não há denominações anteriores
<b>Documentos:</b> “Município do Sul de Minas, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, desmembrado do de Paraisópolis. Consta do único distrito da sede. O distrito de Gonçalves foi criado pela lei municipal Nº 98, de 10 de julho de 1902, e foi instalado em 1º de abril de 1909.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.140.

<b>25. Nome atual:</b> Gonzaga (1938)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Joaquim Gonzaga.
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem a um dos primeiros povoadores que chegou às margens do ribeirão no início do século, Joaquim Gonzaga. Ele doou as terras à Igreja e ao São Sebastião, que foi o santo de sua devoção. A partir disso, surgiu o povoado de São Sebastião Gonzaga.
<b>Denominações anteriores:</b> Gonzaga de Guanhões > São Sebastião > Gonzaga
<b>Documentos:</b> “Município da zona do Rio Doce, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962. O distrito do Gonzaga, município de Guanhões, foi criado pela lei Nº 556, de 30 de agosto de 1911, com sede na povoação de São Sebastião (art.9º, item XCVI). Foi instalado a 13 de julho de 1912. Ao ser criado o município de Virginópolis, em 1923, passou a integrar o novo município; foi quando teve (lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923) sua denominação mudada para Gonzaga de Guanhões. O decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, devolveu-lhe a primitiva denominação do distrito: Gonzaga. Em 1962, foi elevado à

categoria de cidade. O município de Gonzaga tem dois distritos: Gonzaga e Conceição da Bejaúba.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.140.

**26. Nome atual:** Gouveia (1738)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Maria de Gouveia

**Motivação toponímica:**

Homenagem a Dona Maria de Gouveia.

A primeira povoação recebeu o nome de "Arraial de Santo Antônio de Gouveia" em decorrência do fato histórico da imagem de Santo Antônio que era venerada na capela que foi erigida por dona Maria de Gouveia. Mais tarde, foi elevada à categoria de Vila, permanecendo somente o nome de Gouveia, em homenagem a dona Maria de Gouveia.

**Denominações anteriores:** Santo Antônio do Gouveia > Gouveia

**Documentos:**

“Surgiu no século XVIII o arraial da Gouveia. A capela de Santo Antônio da Gouveia, filial da Matriz da vila do Príncipe, foi edificada por provisão de 11 de fevereiro de 1765; e o patrimônio para o Santíssimo Sacramento da Capela S. Antônio da Gouveia, foi doado por Luís Antônio da Costa Lima, conforme escritura de 16 de junho de 1775. (Côn. Trindade, op. cit.). Parece, entretanto, que o arraial é bem mais antigo, pois segundo se vê na “Capitania de Minas Gerais”, de Augusto de Limas Júnior, pág.63, o povoado existia, no termo do Serro Frio, em 1738, e surgiu nas lavras da viúva Francisca Gouveia (o. cit. Pág. 87).

(...) Já pertencendo ao distrito de Diamantina, foi o curato elevado a freguesia, com o título de Santo Antônio do Gouveia, por lei provincial N° 209, de 7 de abril de 1841. Seu primeiro vigário foi o Pe. Vicente Ferreira Brasão. Pouco depois, perdeu essa regalia, tendo sido a sede da paróquia transferida para a capela do Paraúna, pela lei n° 371, de 9 de outubro de 1843. Voltou a sede da freguesia, transferida novamente para o arraial da Gouveia, pela lei N° 507, de 4 de julho de 1850. A lei N° 1994, de 13 de 1873, elevou Gouveia a vila criando o município: não chegou, porém a ser a vila instalada, pois os moradores não se interessavam pela causa. Só veio a ser criado o município, desmembrado do de Diamantina, com elevação de Gouveia a cidade com a lei estadual N° 1039, de 12 de dezembro de 1953.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.141.

**27. Nome atual:** Guidoal (1938)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** O nome Guidoal é uma homenagem a Guido Tomás Marlière e é uma junção de Guido com Wald, que significa “Vale do Guido”.

**Motivação toponímica:**

A denominação atual, Guidoal, foi tirada da fazenda que existiu no local, de propriedade do civilizador dos índios, Guido Tomás Malière, onde existiu e faleceu o desbravador do sertão.

A população da cidade ergueu um monumento em sua homenagem exatamente na antiga fazenda de Guidoal, cuja localização ficava à beira da estrada que liga Ubá a Cataguases.

Na face do obelisco, cuja face se direciona a Cataguases, há a seguinte inscrição: “Na colina em frente existiu um cemitério dos índios onde foi sepultado o grande patriota.” E na voltada para Ubá: “Neste sítio, fazenda Guidoal, existiu a casa de sua residência.” O monumento também contém o texto: “A memória de Guido Tomás Marlière, o desbravador das selvas e civilizador dos índios, abrindo estradas e semeando núcleos de população, as Câmaras municipais de Ubá, Cataguases, Rio Branco e Pomba fizeram erigir este monumento, símbolo de gratidão ao pioneiro de progresso de Minas. Inaugurado em 1928.”

**Denominações anteriores:** Sapé > Sapé de Ubá > Santana do Sapé > Guidoal

**Documentos:**

“Sapé era o nome primitivo. Também se costumava dizer Sapé de Ubá. O curato de Sapé, então no município de Presídio, foi elevado a distrito de paz, pela lei Nº 533, de 10 de outubro de 1851. Foi elevado o povoado a paróquia pela lei Nº 758, de 2 de maio de 1856, com o título de Santana do Sapé. Já pertencia, então, ao município de Ubá. No Dicionário Corográfico de Minas Gerais, publicação do Departamento Estadual de Estatística, figura o distrito com a denominação de Santana do Sapé. Era o título da paróquia que se transferia para o distrito. Realmente, a lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, determinou a mudança do nome do distrito de Santana do Sapé para Sapé, sendo que Sapé era a denominação com que fora criado. O primeiro vigário da paróquia foi o Pe. José Francisco Baião. O decreto-lei Nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, mudou a denominação de Sapé para Guidoal. E a lei Nº 336, de 27 de dezembro de 1948, elevou Guidoal à categoria de cidade, criando o município desmembrado de Ubá.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.146.

**28. Nome atual:** João Monlevade (1936)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Jean-Antoine Félix Dissandes de Monlevade

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao francês especialista em mineração Jean-Antoine Félix Dissandes de Monlevade, que chegou ao Brasil em 1817 e fundou em 1825 a primeira siderúrgica do país, encomendada pelo governo português. A usina utilizou mão-de-obra escrava e tinha como objetivo produzir ferramentas para a agricultura e para os engenhos. O município mineiro o homenageou e aportuguesou o seu nome para João Monlevade.

**Denominações anteriores:** Carneirinhos > João Monlevade

**Documentos:**

Segundo Barbosa (1990, p.175)

“João Monlevade foi o nome dado à comunidade criada pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, com o estabelecimento de sua usina, então no município de Rio Piracicaba. A poucos quilômetros de distância, havia um pequeno povoado denominado Carneirinhos. Este povoado formou-se no final do século XIX; nos princípios do século XX, havia aí pequena escola dirigida pelo mestre Luís Prisco. A única coisa que distinguia o arraial era a criação. Entre seus primeiros moradores, distinguia-se Antônio Pedro, grande criador de porcos e fabricante de polvilho; outro era José Rabelo, mercador, que adquiria bestas e ia vendê-las na mata. O córrego de Carneirinhos banha os dois núcleos, Carneirinhos e João Monlevade, indo desaguar no rio Piracicaba, nas proximidades da usina. A lei Nº 336, de 27 de dezembro de 1948, criou o distrito de João Monlevade, no município de Rio Piracicaba. E a lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, criou o município de João Monlevade, constituído de único distrito.”



**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.175.

**29. Nome atual:** José Gonçalves de Minas (1962)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** José Gonçalves da Mota

**Motivação toponímica:**

Homenagem a José Gonçalves da Mota, um dos proprietários da Fazenda das Gangorras que trouxe novos rumos para a localidade, por meio das ideias inovadoras que impulsionaram o seu crescimento e atraiu novos moradores.

**Denominações anteriores:** Gangorras > José Gonçalves de Minas

**Documentos:**

“Distrito do município de Berilo, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com sede no povoado chamado, até então, Gangorras.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.177.

**30. Nome atual:** José Raydan (1953)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** José Raydan

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao fazendeiro sírio, político e influente na região, naturalizado brasileiro, José Raydan.

**Denominações anteriores:** Folha Larga > José Raydan

**Documentos:**

“Distrito do município de Santa Maria do Suaçuí. O distrito foi criado na povoação de Folha Larga, com território desmembrado do de Santa Maria do Suaçuí, município de Peçanha, pela lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923. Passou a pertencer ao município de Santa Maria do Suaçuí, por determinação do decreto-lei Nº 1058, de 31 de dezembro de 1943. A denominação de José Raydan foi-lhe dada pela lei Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.177.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/jose-raydan/historico>

**31. Nome atual:** Juiz de Fora (1865)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Juiz de Fora

**Motivação toponímica:**

O nome gera dúvidas sobre a sua origem, mas é certo que o Juiz de Fora foi um juiz nomeado pela Coroa Portuguesa para atuar em locais que não havia Juiz de Direito. Segundo Barbosa (1990, p.177)

“No Caminho Novo que ligava Minas ao Rio, ficava a fazenda do Juiz de Fora. Muita pesquisa tem sido realizada, no sentido de identificar quem teria sido esse Juiz de Fora. Lindolfo Gomes, Albino Esteves, Abílio Barreto, Edelweiss Teixeira, Dr. Múcio de Abreu

Lima, Salomão de Vasconcelos, etc. Já tentaram esclarecer o assunto. Miguel Costa Filho lembrou que a edição primitiva de Cultura e Opulência do Brasil de Antonil (nas outras edições há omissão de uma linha), há menção da roça “Juiz da Alfândega Manuel Correia”, que teria sido, não o Juiz de Fora, mas para a região, um juiz de fora.

Há alguns anos, foram encontrados por Antônio Tristão, na fazenda da Tapera, documentos firmados por João Carlos Ribeiro e Silva, que teria sido o primeiro proprietário da fazenda de Juiz de Fora, isto é, o próprio Juiz de Fora, que dera nome à fazenda. Não nos consta que tenha existido nenhum Juiz de Fora com tal nome. A Rev. do I.H.G. de Juiz de Fora publica, no N° 1, diversos documentos firmados por “João Carlos Ribeiro e Silva, Juiz de Fora”. O primeiro documento, datado de 1712, faz referência a João Carlos Ribeiro e Silva, “douto Juiz de Fora”. ”

**Denominações anteriores:** Santo Antônio do Paraibuna > Paraibuna > Santo Antônio do Juiz de Fora > Juiz de Fora

**Documentos:**

“A denominação da cidade de Juiz de Fora foi dada à cidade e ao município de Paraibuna, antiga vila de Santo Antônio do Paraibuna, sem qualquer justificação histórica, arbitrariamente, como, aliás, têm sido feitas quase todas as alterações de topônimos de Minas. (...) Com data de 8 de março de 1844, o Presidente da Província expediu provisão autorizando a erigir-se a capela de Santo Antônio ( de Juiz de Fora). (...) O arraial de Santo Antônio do Paraibuna surgia de modo auspicioso, independente da capela existente na fazenda. A lei provincial de N° 472, de 31 de maio de 1850, elevou a paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora à categoria de vila, com a denominação de Santo Antônio do Paraibuna. (...) A lei N° 759, de 2 de maio de 1856, elevou a vila à categoria de cidade, com a denominação de Paraibuna. Foi a cidade instalada oficialmente a 7 de setembro de 1856. A lei N° 1202, de 19 de dezembro de 1865, determinou a mudança da denominação para Juiz de Fora.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.177.

**32. Nome atual:** Lamim (1760)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** José Pires Lamin

**Motivação toponímica:**

Homenagem de Francisco de Souza Rego ao seu amigo José Pires Lamin, que faleceu em torno de 25 anos.

“O lugar tomou o nome de seu povoador, José Pires Lamin, que erigiu a primeira capela com provisão de 4 de julho de 1760.”

**Denominações anteriores:** Não há denominações anteriores

**Documentos:**

“O lugar tomou o nome de seu povoador, José Pires Lamin, que erigiu a primeira capela com provisão de 4 de julho de 1760. Mais tarde, outros proprietários da fazenda do Lamim, seus sucessores provavelmente, Francisco de Souza Rego e sua mulher, Ana Maria da Assunção, erigiram outra capela dedicada a Espírito Santo, em virtude de ter-se arruinado a primeira. A provisão para esta segunda capela tem a data de 6 de junho de 1767. Neste mesmo ano, o casal constituiu o patrimônio da capela. Mais tarde, em 1781, a 12 de setembro, foi benta a capela (Cônego Trindade, op. cit.). Com toda a probabilidade, o povoado se formou depois da constituição do patrimônio.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.185.

<b>33. Nome atual:</b> Lassance (1908)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Ernesto Antônio Lassance Cunha
<b>Motivação toponímica:</b> “(…) a denominação de Lassance, em homenagem a Ernesto Antônio Lassance Cunha, chefe da construção da estrada, em 1894.”
<b>Denominações anteriores:</b> São Gonçalo das Tabocas > Lassance
<b>Documentos:</b> “No velho povoado de São Gonçalo das Tabocas foi inaugurada, em 27 de fevereiro de 1908, a estação da Central, a que foi dada a denominação de Lassance, em homenagem a Ernesto Antônio Lassance Cunha, chefe da construção da estrada, em 1894. Naturalmente, passou o povoado a ser designado pelo nome da estação. Lassance foi elevada a distrito do município de Pirapora, com a lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923. O município foi criado pela lei Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, com o território desmembrado do de Pirapora. Consta de um único distrito.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.186.
<b>34. Nome atual:</b> Leandro Ferreira (1938)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Leandro Ferreira
<b>Motivação toponímica:</b> O mais antigo morador foi Leandro Ferreira da Silva, que construiu às margens do ribeirão das Areias uma fazenda, denominada pelo povo do lugar de Moinho de Leandro Ferreira.
<b>Denominações anteriores:</b> Leandro > Leandro Ferreira
<b>Documentos:</b> “Município criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do de Pitangui. O povoado de Leandro Ferreira, criado em torno da estação do mesmo nome, da antiga E.F. Oeste de Minas ( hoje R.F. Centro-Oeste), foi elevado a distrito pelo decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938. Fica no Alto do São Francisco e consta de apenas um distrito da sede.”  “Os primeiros habitantes da região foram os bandeirantes, que nela se fixaram por causa das propícias condições para se iniciar um povoado. A primeira capela foi instalada por Domingos Rodrigues da Silva, na qual ele entronizou a imagem de São Sebastião. Por volta de 1822, foi criada a freguesia, que primeiramente pertenceu ao bispado de Mariana, sendo depois incorporada à freguesia de Pitangui. O distrito de Leandro Ferreira foi criado em 17 de dezembro de 1938, sendo também transformado em vila. A sua emancipação data de 30 de dezembro de 1962, desmembrando-se do município de Pitangui.”
<b>Referências:</b>

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.187.

**35. Nome atual:** Marliéria ( 1923)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Homenagem a Guido Tomaz de Marlière.

**Motivação toponímica:**

O nome “Marliéria” é uma homenagem prestada pelo governo da época ao colonizador e civilizador de índio do Rio Doce, Guido Tomaz de Marlière, benemérito francês que prestou serviços a Minas e ao Brasil, no primeiro quartel do século passado.

**Denominações anteriores:** Onça Grande > Babilônia > Dores da Babilônia > Marliéria

**Documentos:**

O povoado que originou a cidade de Marliéria se chamava “Onça Grande”. Em 1865, Germano de Sousa Baltazar chegou ao povoado e em pouco tempo tornou-se um grande proprietário local. Ele doou três alqueires de terra para a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora das Dores. Por ter se transferido para outra região, as obras da capela foram abandonadas. Em 1891, o povoado de “Onça Grande” foi elevado à categoria de distrito com o nome de Babilônia.

“Babilônia era o nome da localidade que, no município de São Domingos do Prata, foi elevada a distrito, por ato da Câmara Municipal, lei Nº 32, de 1891; este ato foi mantido pelo governo estadual. A lei estadual Nº 556, de 30 de agosto de 1911, que dispôs sobre a divisão administrativa do Estado, registrou aquele distrito. Babilônia tinha capela, que era filial da matriz de Alfíé. Foi aí criada a paróquia, por provisão de 25 de março de 1922, tendo sido instalada solenemente a 30 de novembro do mesmo ano. Seu primeiro vigário foi Pe. Raimundo Rodolgo Correia. A lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, alterou a denominação do distrito de Babilônia para Marliéria. Foi criado o município de Marliéria, com território desmembrado do de São Domingos do Prata, pela lei de Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, que elevou Marliéria à categoria de cidade.

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995,p.198.

**36. Nome atual:** Maria da Fé (1891)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Maria Vilas Boas Machado

**Motivação toponímica:**

“D. Maria Vilas Boas Machado, senhora de grande piedade, passou à história com o nome de Maria da Fé, que passou à cidade. Em 1815, com seu marido e seus filhos, foram residir na fazenda dos Campos, que ocupava quase todo o território do atual município. Distinguiu-se D. Maria não apenas por sua fé profunda, mas por extraordinário gênio administrativo, grande iniciativa, coragem e destemor.”

**Denominações anteriores:** Campos de Maria da Fé > Maria da Fé

**Documentos:**

“(…) A residência de Maria da Fé situava-se na parte da cidade que hoje é conhecida com a denominação de Turquia. Ao redor da sede da fazenda foram surgindo diversas casas; eram escravos, agregados, meeiros, capataz, negros forros, trabalhadores diversos, os chamados “camaradas”. D. Maria não cogitou construir capela, pois que periodicamente vinha um padre celebrar na própria sede da fazenda. Aquele conjunto da sede da fazenda, casas e casebres era designado geralmente pelo nome de Campos de Maria da Fé. A

própria fazenda dos Campos era comumente designada por aquele nome. Graças aos esforços do Pe. Custódio Monterazzo, vigário encomendado do Espírito Santo dos Cunquibus, foi criado o distrito de Campos de Maria da Fé, no município de Cristina, pela lei Nº 998, de 27 de junho de 1859. Maria da Fé ainda vivia e veio a falecer por volta de 1875. A fazenda dos Campos, inventariada depois da morte da fazendeira, foi adquirida dos herdeiros por José Ribeiro de Paiva e Luz.”

“(…) Surgiu, certa ocasião, uma animosidade entre a gente do distrito de Maria da Fé e a sede municipal de Pedra Branca, à qual o distrito passara a pertencer, desde 1891. Foi o decreto Nº 362, de 3 de fevereiro de 1891, que transferiu o distrito de Maria da Fé do município de Cristina para o de Pedra Branca. Começou, então um movimento em prol da autonomia de Maria da Fé; esse movimento era liderado por Arlindo Zaroni, Joaquim Franqueira e Francisco Carneiro. Sobretudo o primeiro Arlindo Zaroni, empregou todos os esforços para tornar vitoriosa a campanha. Afinal, com a boa vontade do deputado estadual Frederico Schumann, foi criado, pela lei Nº 556, de 30 de agosto de 1911, o município de Maria da Fé, com território desmembrado do de Pedra Branca.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.195.

**37. Nome atual:** Mário Campos (1944)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Mário Campos

**Motivação toponímica:**

Homenagem prestada ao médico Mário Campos, que trabalhou, no início da década de 30, na Fundação Estadual de Assistência aos Lázaros (FEAL), órgão que cuidava dos leprosários.

**Denominações anteriores:** Carlos Chagas > Mário Campos

**Documentos:**

O município de Mário Campos é o antigo distrito criado em 1982 e subordinado ao de Ibitité, foi elevado à condição de distrito pela lei nº 8.285, de 08 de outubro de 1982, mas sua instalação de distrito se deu somente no dia 05 de maio de 1985. Nesta época foi instalado o primeiro cartório de registro e notas da cidade. Elevado a categoria de município pela lei estadual nº 12030 em 31 de dezembro de 1995, foi desmembrado do município de Ibitité.

**Referências:**

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mario-campos/historico>

**38. Nome atual:** Mateus Leme (1710)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Mateus Leme

**Motivação toponímica:**

“Dos vários Mateus Leme que existiram, parece que o iniciador do povoamento local que conservou seu nome, foi o paulista que, depois de minerar por aqui, passou-se para a Bahia, onde combateu índios ferozes, desde 1715 até depois de 1717 (Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*).” Na sesmaria concedida em 1710 a Borba Gato, já o Mateus Leme é mencionado:

“...O Ten. General Manuel Borba Gato, que há muitos anos está em mansa e pacífica posse de uma sorte de terras entre o rio Paraopeba e a Cordilheira do Itatiaia e de Mateus Leme até fechar na barra...” (Rev. A.P.M., II, 258).”

<b>Denominações anteriores:</b> Azurita > Serra Azul (ex-Tinocos; ex-Boturobi) > Mateus Leme
<b>Documentos:</b> “(…) O povoado surgiu em pleno século XVII, pois a igreja do Rosário, geralmente uma capela construída quando o arraial já possui desenvolvimento, teve provisão datada de 29 de março de 1832. Foi canonicamente instituída em 9 de agosto do ano seguinte. A paróquia, desmembrada da de Curral del-Rei, foi criada por ato da Regência de 14 de julho de 1832. Foi canonicamente instituída em 9 de agosto do ano seguinte; teve, como primeiro vigário, Pe. Antônio Mendes da Cunha Jardim. Pelo decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, foi criado o município de Mateus Leme, com território desmembrado do de Pará de Minas.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.199.

<b>39. Nome atual:</b> Matias Lobato (1990)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Mathias Lobato
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem ao fundador e ao doador do terreno para a construção do povoado, Mathias Lobato.
<b>Denominações anteriores:</b> Vila Matias > Matias Lobato
<b>Documentos:</b> O município situado no Vale do Rio Doce, inicialmente conhecido como Suaçuí. Foi uma das últimas minas gerais a serem colonizadas, mesmo tendo sido desbravada no século XVIII. O povoado pertencia a Governador Valadares e surgiu a partir de um núcleo de acampamento na construção da estrada Rio-Bahia (atual rodovia BR116). Em 1953, tornou-se distrito com a denominação de Vila Matias, pela lei nº 1039 de 12 de dezembro. Em 30 de dezembro de 1962, o distrito se emancipou e se tornou Município de Vila Matias e em 20 de dezembro de 1990 sua denominação foi alterada para Mathias Lobato, por meio de plebiscito popular.
<b>Referências:</b> <a href="https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mathias-lobato/historico">https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mathias-lobato/historico</a>

<b>40. Nome atual:</b> Medeiros (1938)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Irmãos Medeiros – Manuel e Jacinto Medeiros
<b>Motivação toponímica:</b> Homenagem aos irmãos Medeiros, proprietários da fazenda. Foram doadas a eles vinte sesmarias confiadas a Manuel e Jacinto Medeiros (João e José Medeiros para alguns historiadores), conhecidos como os irmãos Medeiros e Inácio Correa Pamplona.
<b>Denominações anteriores:</b> Não há denominações anteriores
<b>Documentos:</b> “Município do Alto São Francisco, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, desmembrado do de Bambuí. O distrito de Medeiros foi criado pelo decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.201.

<b>41. Nome atual:</b> Monsenhor Paulo (1943)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Paulo Emílio Moinhos de Vilhena
<b>Motivação toponímica:</b> “O decreto-lei Nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, mudou a denominação de Ponte Alta para Monsenhor Paulo, como homenagem a Monsenhor Paulo Emílio Moinhos de Vilhena, primeiro vigário-geral do Bispado de Campanha e Cura da Catedral.”
<b>Denominações anteriores:</b> Ponte Alta > Volta Grande > Nossa Senhora da Conceição da Ponte Alta > Monsenhor Paulo
<b>Documentos:</b> “Município do Sul de Minas, criado pela lei Nº 336, de 27 de dezembro de 1948, com território desmembrado do de Campanha. O nome primitivo da povoação era Ponte Alta e, segundo informa o 18º Anuário Eclesiástico da Diocese de Campanha, também se chamou de Volta Grande. No município de campanha, foi distrito criado pela lei Nº 556, de 30 de agosto de 1911, com a denominação de Nossa Senhora da Conceição da Ponte Alta. O decreto-lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, reduziu a denominação para Ponte Alta. Por provisão de 27 de dezembro de 1941, foi criada a paróquia. O decreto-lei Nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, mudou a denominação de Ponte Alta para Monsenhor Paulo, como homenagem a Monsenhor Paulo Emílio Moinhos de Vilhena, primeiro vigário-geral do Bispado de Campanha e Cura da Catedral. Foi criado o município com esta denominação, em 1948, quando Monsenhor Paulo teve as regalias da cidade.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.207.

<b>42. Nome atual:</b> Olímpio Noronha (1948)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Olímpio Noronha
<b>Motivação toponímica:</b> Segundo o IBGE, foi uma homenagem a Olímpio Noronha, que se destacou por participar da Guerra do Paraguai.
<b>Denominações anteriores:</b> Santa Catarina > Olímpio Noronha
<b>Documentos:</b> “Município do Sul de Minas, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do de Cristina. É constituído de um único distrito, que foi criado pela lei Nº 336, de 27 de dezembro de 1948, “no povoado e estação de mesmo nome.”
<b>Referências:</b> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.226.

<b>43. Nome atual:</b> Oliveira Fortes (1836)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Francisco José de Oliveira Fortes
<b>Motivação toponímica:</b> “A denominação atual – Oliveira Fortes – foi dada à estação da Central, inaugurada em 2 de julho de 1911, como homenagem a Francisco José de Oliveira Fortes, pai do Dr. Crispim Jacques Bias Fortes, presidente do Estado, no período 1894-1898 (Max de Vasconcelos, <i>A Estrada de Ferro Central do Brasil</i> ).”
<b>Denominações anteriores:</b> Livramento > Santana do Livramento > Oliveira Fortes

**Documentos:**

“Município da zona da Mata, criado pela lei Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, com território desmembrado do de Barbacena. É constituído de um único distrito. Chamava-se, a princípio, Livramento ou Santana do Livramento. A primitiva capela, depois matriz, informa Cônego Trindade (op.cit.), foi construída em 1822, por iniciativa de José da Silva de Andrade. O distrito de Livramento pertenceu, até 1846, ao município de Pomba, quando foi transferido para o de Barbacena (Ver. A.P.M., XIII, 39).

(...) A lei Nº 533, de 10 de outubro de 1851, suprimiu o distrito, que foi restaurado pouco depois, com a lei Nº 693, de 24 de maio de 1854. Em 1880, a lei Nº 2712, de 30 de novembro, criou a paróquia, com o nome de Santana do Livramento; só veio a ser instituída canonicamente, seis anos mais tarde, tendo o primeiro vigário, o Pe. José Violin (Côn. Trindade, op.cit.). O decreto lei Nº 148, de 17 de dezembro de 1938, reduziu a denominação de Santana do Livramento (nome da paróquia que se estendeu ao distrito) para Livramento. O decreto-lei Nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, mudou o nome do distrito para Oliveira Fortes. E, dez anos depois, foi Oliveira Fortes elevado à categoria de cidade, com a criação do município.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.228.

**44. Nome atual:** Padre Carvalho (1962)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** José Francisco de Carvalho

**Motivação toponímica:**

“Eis aqui um caso verdadeiramente raro: por lei, é dado a uma localidade o nome de seu fundador e não o de figura de certa importância na sede municipal. Pe. José Francisco de Carvalho foi uma espécie de pioneiro, desbravador do sertão. Foi vigário de Grão Mogol de julho de 1904 a 19 de junho de 1912. Em 1905, viajando pelas margens do rio Vacaria, planejou fundar um povoado, onde mais facilmente pudesse atender aos moradores do sertão localizado dentro de sua paróquia. (...) Padre Carvalho deu assistência constante e permanente ao povoado, até vê-lo com bastante desenvolvimento.”

**Denominações anteriores:** Marianópolis > Padre Carvalho

**Documentos:**

“Distrito do município de Grão Mogol, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com sede no povoado chamado, até então, Marianópolis. Eis aqui um caso verdadeiramente raro: por lei, é dado a uma localidade o nome de seu fundador e não o de figura de certa importância na sede municipal. Pe. José Francisco de Carvalho foi uma espécie de pioneiro, desbravador do sertão. Foi vigário de Grão Mogol de julho de 1904 a 19 de junho de 1912. Em 1905, viajando pelas margens do rio Vacaria, planejou fundar um povoado, onde mais facilmente pudesse atender aos moradores do sertão localizado dentro de sua paróquia. Continuando seu percurso, encontrou, numa chapada, um grupo arranchado; perguntou-lhes o padre que pretendiam. Um dos presentes, de nome Sabino José dos Santos, respondeu ao Padre: Chegamos aqui ontem e aqui pretendemos estabelecer-nos. O virtuoso e culto padre Carvalho esclareceu-lhes que ali não havia água; e convidou-os a que o acompanhassem. A um quilômetro de distância, em local aprazível, com abundância de água, estacionaram. Aí deu Pe. Carvalho início ao uma povoação, a que denominou de Marianópolis. Padre Carvalho deu assistência constante e permanente ao povoado, até vê-lo com bastante desenvolvimento. O velho Sabino José dos Santos, um dos primeiros moradores do lugar faleceu em 1958. A lei Nº 2764, de 1962, elevando o lugar a distrito, deu-lhe a denominação de Padre Carvalho.”



**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.233.

**45. Nome atual:** Padre Paraíso (1948)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Agostinho Francisco Mendonça de Paraíso

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao primeiro desbravador, que nos anos de 1875, visitou a mata como pregador, catequisando os índios de lá, Padre Agostinho Francisco Mendonça de Paraíso.

**Denominações anteriores:** Água Vermelha > São João da Água Vermelha > Padre Paraíso

**Documentos:**

“Município criado pela lei Nº 3764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado de Carai. Situa-se entre os de Itinga, Carai e Araçuaí, na zona do Médio Jequitinhonha. O povoado primitivo chamava-se São João da Água Vermelha. O distrito de Padre Paraíso, no município de Carai, foi criado com o território do distrito de Carai e com sede no povoado de São João da Água Vermelha.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.234.

**46. Nome atual:** Paiva (1914)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** João Ferreira de Paiva

**Motivação toponímica:**

Segundo Barbosa (1990, p.234)

“A estação de Paiva, da E.F.C.B., inaugurada em 6 setembro de 1914, no município de Barbacena, foi construída em terras doadas à estrada pelo proprietário da fazenda de Santa Rosa, João Ferreira de Paiva, apelidado de João Menino. Em sua homenagem, foi dada à estação o nome de Paiva.

**Denominações anteriores:** Não há denominações anteriores

**Documentos:**

Segundo Barbosa (1990, p.234)

“A estação de Paiva, da E.F.C.B., inaugurada em 6 setembro de 1914, no município de Barbacena, foi construída em terras doadas à estrada pelo proprietário da fazenda de Santa Rosa, João Ferreira de Paiva, apelidado de João Menino. Em sua homenagem, foi dada à estação o nome de Paiva. Ao redor, foi-se formando o povoado, que a lei Nº 336, de 27 de dezembro de 1948, elevou a distrito. Em 1953, a lei Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, elevou Paiva a cidade, criando o município desmembrado do de Barbacena.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.234.

**47. Nome atual:** Pedro Leopoldo (1895)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Pedro Leopoldo da Silveira

**Motivação toponímica:**

“Quando foi construída a linha da E.F. Central do Brasil, em 1895, nas proximidades da Cachoeira Grande, foi levantada a estação, a que foi dado o nome de Pedro Leopoldo, em homenagem ao engenheiro Pedro Leopoldo da Silveira, chefe da seção de construção da Estrada, morto em 1894.”

**Denominações anteriores:** Cachoeira das Três Moças > Pedro Leopoldo

**Documentos:**

“Embora seja antigo o povoamento da região, a verdade é que o arraial é relativamente recente. Quando foi construída a linha da E.F. Central do Brasil, em 1895, nas proximidades da Cachoeira Grande, foi levantada a estação, a que foi dado o nome de Pedro Leopoldo, em homenagem ao engenheiro Pedro Leopoldo da Silveira, chefe da seção de construção da Estrada, morto em 1894. A região denominava-se Cachoeira Grande, por causa da cachoeira. Aí havia a fazenda Cachoeira, de propriedade de quatro moças e que, por isso, era comumente designada por Cachoeira das Moças. Os engenheiros que construíram a estrada registraram que, no terreiro da fazenda da Cachoeira das Moças, havia um cruzeiro e ostentava, em baixo relevo, a data de 1702 (Max de Vasconcelos, A Estrada de Ferro Central do Brasil, 3ª edição, 1928, pág. 157). O distrito de Pedro Leopoldo foi criado por lei municipal de 10 de julho de 1901 (Santa Luzia). E o município foi criado pela lei Nº 843, de 7 de setembro de 1923, com território desmembrado de Santa Luzia.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.248.

**48. Nome atual:** Pedro Teixeira (1911)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Pedro Teixeira

**Motivação toponímica:**

“A denominação que recebeu, Pedro Teixeira, representou homenagem a um chefe político de Barbacena, Presidente da Câmara, nesse município, no período de 1853-1856. Foi também um dos líderes da Revolução Liberal de 1842 (Alexandre Miranda Delgado. op.cit.)”

**Denominações anteriores:** Boa Vista > Pedro Teixeira

**Documentos:**

“Município da zona da Mata, criado pela lei Nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do de Lima Duarte. Tem apenas o distrito da sede. O distrito de Pedro Teixeira foi criado, no município de Barbacena, com território desmembrado de União, e composto do povoado de Boa Vista, pela lei Nº 556, de 30 de agosto de 1911. Em 1923, a lei Nº 843 transferiu-o para o município de Lima Duarte, do qual se desmembrou em 1962.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.248;

**49. Nome atual:** Simão Pereira (1943)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Simão Pereira de Sá

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao primeiro donatário, colonizador das terras municipais e fundador do arraial, Simão Pereira.

<b>Denominações anteriores:</b> Rancharia > São Pedro de Alcântara > Simão Pereira
<b>Documentos:</b> <p>“No sítio de Simão Pereira foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Glória, em 1718. Cônego Trindade cita dois documentos que confirmam a criação da freguesia da Nossa Senhora da Glória, em 1718 “na fazenda que foi de Simão Pereira e Estrada Geral do Rio de Janeiro”. Foi tomada colativa por alvará de 1752. Em meado do século passado, o lugar deveria achar-se em franca decadência. Lei de 31 de maio de 1850 transferiu a sede da freguesia para a capela de Juiz de Fora. Foi restaurada a paróquia pela lei N° 576, de 5 de maio de 1852. Perdeu definitivamente a regalia de paróquia com a lei N° 858, de 14 de maio de 1858, que transferiu a sede para o povoado denominado Rancharia, e com a denominação de São Pedro de Alcântara. O distrito de São Pedro de Alcântara, com a criação do município de Matias Barbosa, pela lei N° 843, de 7 de setembro de 1923, foi transferido para esse município. O decreto-lei N° 1058, de 31 de dezembro de 1943, mudou a denominação do distrito de São Pedro de Alcântara para Simão Pereira. E a lei N° 2764, de 30 de dezembro de 1962, elevou o distrito de Simão Pereira a município, desmembrado do de Matias Barbosa.”</p>
<b>Referências:</b> <p>BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.345.</p>

<b>50. Nome atual:</b> Teixeira (1943)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Antônio Serafim Teixeira
<b>Motivação toponímica:</b> <p>Homenagem ao fundador Antônio Serafim Teixeira e sua família, que mandou construir uma Capela dedicada a Santo Antônio, nas terras que eram sua propriedade.</p>
<b>Denominações anteriores:</b> Santo Antônio dos Teixeiras > Teixeiras
<b>Documentos:</b> <p>Segundo Barbosa (1990, p.349)  “Município da zona da Mata, criado pelo decreto-lei N°148, de 17 de dezembro de 1938, com território desmembrado do de Viçosa. A povoação primitiva, Santo Antônio dos Teixeiras, foi elevado a distrito pela lei N° 3171, de 18 de outubro de 1883, no município de Viçosa. A capela, filial da freguesia de São Sebastião da Pedra do Anta, foi elevada a curato pela provisão de 30 de julho de 1891. O primeiro cura foi Pe. Joaquim José Fernandes de Godói. Em 1938, o decreto-lei N° 148, ao elevar o distrito a município, reduziu sua denominação para Teixeiras. A paróquia foi criada por provisão de 12 de abril de 1941, do Arcebispo D. Helvécio Gomes de Oliveira.”</p>

<b>51. Nome atual:</b> Veríssimo (1938)
<b>Classificação:</b> historiotopônimo municipal
<b>Origem:</b> Veríssimo
<b>Motivação toponímica:</b> <p>Homenagem ao primeiro desbravador da região, Veríssimo.</p>
<b>Denominações anteriores:</b> São Miguel do Veríssimo > Veríssimo
<b>Documentos:</b> <p>“Município do Triângulo, criado pelo decreto-lei N°148, de 17 de dezembro de 1938, com território desmembrado do de Uberaba. O mesmo decreto-lei N° 148, reduziu a sua denominação que era São Miguel do Veríssimo para Veríssimo. O distrito de São Miguel do Veríssimo foi criado pelo decreto N°332, de 15 de janeiro de 1891 (Informação do</p>

Dicionário Corográfico de Minas Gerais). O município de Veríssimo tem o único distrito da sede.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.367.

**52. Nome atual:** Vieiras (1948)

**Classificação:** historiotopônimo municipal

**Origem:** Lucas Vieira

**Motivação toponímica:**

Homenagem ao desbravador, Tenente Lucas Vieira.

**Denominações anteriores:** Santo Antônio do Glória > Vieiras

**Documentos:**

Segundo Barbosa (1990, p.369)

“No município de Miradouro, o povoado da Babilônia foi elevado à categoria de vila e sede de distrito, pela lei estadual Nº 336, de 27 de dezembro de 1948. A mesma lei mudou-lhe para Vieiras. E a lei Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, elevou Vieiras à categoria de cidade, criando o município.”

**Referências:**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995, p.369.

### 3.1 *Corpus I: Dados contemporâneos*

Nesta seção, apresentamos em ordem alfabética a relação dos 119 historiotopônimos contemporâneos estudados, nomeados, após consulta aos dados das fichas, em 4 categorias: internacionais, nacionais, estaduais e municipais.

**Quadro 13 - Historiotopônimos**

Nome atual	Categoria
1. Dom Bosco	Internacional
2. Mariana	Internacional
3. Santos Dumont	Internacional
1. Antônio Prado de Minas	Nacional
2. Arinos	Nacional
3. Astolfo Dutra	Nacional
4. Augusto de Lima	Nacional
5. Barão de Cocais	Nacional
6. Bias Fortes	Nacional
7. Bocaiúva	Nacional
8. Carlos Chagas	Nacional
9. Conselheiro Pena	Nacional
10. Couto de Magalhães de Minas	Nacional
11. Cristiano Otoni	Nacional
12. Cristina	Nacional

13. Delfim Moreira	Nacional
14. Diogo de Vasconcelos	Nacional
15. Dom Silvério	Nacional
16. Faria Lemos	Nacional
17. Francisco Badaró	Nacional
18. Francisco Sá	Nacional
19. Fernandes Tourinho	Nacional
20. Heliadora	Nacional
21. Inconfidentes	Nacional
22. Joaquim Felício	Nacional
23. Leopoldina	Nacional
24. Lima Duarte	Nacional
25. Martinho Campos	Nacional
26. Mesquita	Nacional
27. Paula Cândido	Nacional
28. Presidente Bernardes	Nacional
29. Presidente Juscelino	Nacional
30. Presidente Kubitschek	Nacional
31. Resende Costa	Nacional
32. Senador Firmino	Nacional
33. Senador José Bento	Nacional
34. Tiradentes	Nacional
35. Visconde do Rio Branco	Nacional
36. Wenceslau Braz	Nacional
1. Andradas	Estadual
2. Antônio Carlos	Estadual
3. Barão do Monte Alto	Estadual
4. Belmiro Braga	Estadual
5. Bueno Brandão	Estadual
6. Cisneiros	Estadual
7. Cônego Marinho	Estadual
8. Conselheiro Lafaiete	Estadual
9. Coronel Murta	Estadual
10. Dom Cavati	Estadual
11. Dom Joaquim	Estadual
12. Dom Viçoso	Estadual
13. Engenheiro Caldas	Estadual
14. Ewbank da Câmara	Estadual
15. Felício dos Santos	Estadual
16. Frei Gaspar	Estadual
17. Governador Valadares	Estadual
18. João Pinheiro	Estadual
19. Martins Soares	Estadual
20. Matias Cardoso	Estadual
21. Mendes Pimentel	Estadual
22. Nacip Raydan	Estadual
23. Pompeu	Estadual

24. Raul Soares	Estadual
25. Senador Amaral	Estadual
26. Senador Cortes	Estadual
27. Senador Modestino Gonçalves	Estadual
28. Teófilo Otoni	Estadual
1. Alfenas	Municipal
2. Alfredo Vasconcelos	Municipal
3. Antônio Dias	Municipal
4. Araújos	Municipal
5. Baldim	Municipal
6. Bandeira	Municipal
7. Botelhos	Municipal
8. Brás Pires	Municipal
9. Capitão Andrade	Municipal
10. Capitão Enéias	Municipal
11. Cláudio	Municipal
12. Carvalhos	Municipal
13. Comendador Gomes	Municipal
14. Coronel Fabriciano	Municipal
15. Coronel Pacheco	Municipal
16. Coronel Xavier Chaves	Municipal
17. Curvelo	Municipal
18. Dionísio	Municipal
19. Dona Eusébia	Municipal
20. Durandé	Municipal
21. Francisco Dumont	Municipal
22. Frei Inocêncio	Municipal
23. Frei Lagonegro	Municipal
24. Gonçalves	Municipal
25. Gonzaga	Municipal
26. Gouveia	Municipal
27. Guidoal	Municipal
28. João Monlevade	Municipal
29. José Gonçalves de Minas	Municipal
30. José Raydan	Municipal
31. Juiz de Fora	Municipal
32. Lamim	Municipal
33. Lassance	Municipal
34. Leandro Ferreira	Municipal
35. Marliéria	Municipal
36. Maria da Fé	Municipal
37. Mário Campos	Municipal
38. Mateus Leme	Municipal
39. Matias Lobato	Municipal
40. Medeiros	Municipal
41. Monsenhor Paulo	Municipal
42. Olímpio Noronha	Municipal

43. Oliveira Fortes	Estadual
44. Padre Carvalho	Municipal
45. Padre Paraíso	Municipal
46. Paiva	Municipal
47. Pedro Leopoldo	Municipal
48. Pedro Teixeira	Municipal
49. Simão Pereira	Municipal
50. Teixeiras	Municipal
51. Veríssimo	Municipal
52. Vieiras	Municipal

Fonte: elaborado pela própria autora (2021)

### 3.3 *Corpus II: Dados históricos*

Após o registro dos 119 historiотopônimos, procuramos observar se esses nomes passaram ou não por variações ou mudanças ao longo do tempo. Registramos nos quadros abaixo, do lado esquerdo, a data de adoção do nome e do lado direito as denominações anteriores, as quais foram justificadas em cada ficha léxico-toponímica na sessão 3.1 deste trabalho.

**Quadro 14 – Historiотopônimos Internacionais e denominações anteriores**

<b>Nome atual/ adoção do nome</b>	<b>Denominações anteriores</b>
1. Dom Bosco / 1995	Vila Dom Bosco > Dom Bosco
2. Mariana/ 1745	Ribeirão do Carmo > Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão do Carmo > Vila de Albuquerque > Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque > Vila de Nossa Senhora do Carmo > Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo > Mariana
3. Santos Dumont / 1932	Conceição do Formoso (ex-Nossa Senhora da Conceição do Formoso) > Dores do Paraibuna (ex-Nossa Senhora das Dores do Paraibuna) > Mantiqueira (ex-Rancho de Maria Cândida) > São João da Serra > Santos Dumont

Fonte: elaborado pela própria autora (2021)

**Quadro 15 - Historiотopônimos nacionais e denominações anteriores**

<b>Nome atual/ adoção do nome</b>	<b>Denominações anteriores</b>
1. Antônio Prado de Minas / 1962	Antônio Prado > Antônio Prado de Minas
2. Arinos / 1923	Morrinhos > Arinos
3. Astolfo Dutra / 1938	Santo Antônio do Porto Alegre de Ubá > Porto Alegre de Ubá > Porto de Santo Antônio > Astolfo Dutra
4. Augusto de Lima / 1914	Francisco Sá > Augusto de Lima
5. Barão de Cocais / 1943	Macacos > São João Batista do Morro Grande > São João do Morro Grande > Morro Grande > Barão de Cocais
6. Bias Fortes / 1938	Quilombo > Dores do Quilombo > União > Bias Fortes
7. Bocaiúva / 1890	Senhor do Bonfim de Montes Claros > Jequitai > Vila Nova de Jequitai > Bocaiúva
8. Carlos Chagas / 1938	Urucu > Carlos Chagas
9. Conselheiro Pena / 1938	Barra do Cuieté (ex-Cuieté) > Bueno > Cuieté Velho (ex-Cuieté) > Ferruginha > Penha do Norte (ex-Nossa Senhora da Penha) > Conselheiro Pena
10. Couto de Magalhães de Minas / 1962	Couto de Magalhães > Rio Manso > Couto de Magalhães de Minas
11. Cristiano Otoni / 1883	Não tinha nomes anteriores
12. Cristina / 1850	Cumbuquibus > Espírito Santo do Cumbuquibus > Cristina
13. Delfim Moreira / 1927	Soledade de Itajubá > Delfim Moreira
14. Diogo de Vasconcelos/ 1928	São Domingos > Vasconcelos > Diogo de Vasconcelos



15. Dom Silvério / 1938	Nossa Senhora da Saúde > Saúde > Dom Silvério
16. Faria Lemos/ 1923	São Mateus > Faria Lemos
17. Francisco Badaró / 1948	Sucuriú > Nossa Senhora da Conceição do Sucuriú > Francisco Badaró
18. Francisco Sá / 1938	Cruz das Almas > Brejo das Almas das Catingas do Rio Verde > São Gonçalo do Brejo das Almas > Brejo das Almas > Francisco Sá
19. Fernandes Tourinho / 1962	Itapiru > Itapiruna > Fernandes Tourinho
20. Heliodora / 1953	Santa Isabel > Santa Isabel dos Coqueiros > Heliodora
21. Inconfidentes / 1953	Não há denominações anteriores.
22. Joaquim Felício / 1912	Tábua > Joaquim Felício
23. Leopoldina/1854	Feijão Cru > São Sebastião do Feijão Cru > Leopoldina
24. Lima Duarte / 1884	Rio do Peixe > Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe > Lima Duarte
25. Martinho Campos / 1938	Abadia > Abadia de Pitangui > Martinho Campos
26. Mesquita / 1923	Santo Antônio do Caratinga > Mesquita
27. Paula Cândido / 1953	São José do Barroso > Paula Cândido
28. Presidente Bernardes / 1989	Calambau > Santo Antônio do Calambau > Presidente Bernardes
29. Presidente Juscelino/ 1962	São Sebastião do Paraúna > Paraúna > Ponte do Paraúna > Presidente Juscelino
30. Presidente Kubitschek / 1962	Pouso Alto > Pouso Alto de Diamantina > Tijucal > Presidente Kubitschek
31. Resende Costa / 1911	Laje > Nossa Senhora da Penha de França do Arraial da Laje > Resende Costa
32. Senador Firmino / 1938	Rocha > Nossa Senhora da Conceição do Turvo > Conceição do Turvo > Senador Firmino
33. Senador José Bento / 1948	Colônia Padre José Bento > Padre José Bento > Senador José Bento
34. Tiradentes /1889	Ponta do Morro > Santo Antônio > Arraial Velho > São José del-Rei > Tiradentes
35. Visconde do Rio Branco/ 1943	Presídio dos Índios Puris > Presídio de João Batista > São João Batista dos Índios Coropós > São João Batista do Presídio > Rio Branco > Visconde do Rio Branco
36. Wenceslau Braz / 1964	Bicas do Meio > Wenceslau Braz

Fonte: elaborado pela própria autora (2021)

### Quadro 16 - Historiotopônimos estaduais e denominações anteriores

Nome atual/ adoção do nome	Denominações anteriores
1. Andradas / 1928	Samambaia > São Sebastião do Jaguari > Caracol > Andradas
2. Antônio Carlos / 1948	Curral > Bias Fortes > Sítio > Antônio Carlos
3. Barão do Monte Alto / 1962	Cachoeira Alegre (ex-São Sebastião da Cachoeira Alegre) > Silveira Carvalho > Barão do Monte Alto
4. Belmiro Braga / 1962	Porto das Flores > Três Ilhas (ex-São José do Rio Preto; ex-Torreão) > Belmiro Braga

5. Bueno Brandão / 1938	Senhor Bom Jesus do Ribeirão das Antas > Senhor Bom Jesus do Campo Místico > Campo Místico > Bueno Brandão
6. Cisneiros / 1892	Aliança > Cisneiros
7. Cônego Marinho / 1923	Saco dos Bois > Cônego Marinho
8. Conselheiro Lafaiete/1934	Carijós > Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre dos Carijós > Queluz > Conselheiro Lafaiete
9. Coronel Murta / 1948	Boa Vista do Jequitinho > Itaporé > Coronel Murta
10. Dom Cavati / 1948	Macaquinho > Dom Cavati
11. Dom Joaquim / 1938	São Domingos do Rio do Peixe > Dom Joaquim
12. Dom Viçoso / 1911	Virgínia > Nossa Senhora do Rosário de Dom Viçoso > Dom Viçoso
13. Engenheiro Caldas / 1962	Santa Bárbara > Engenheiro Caldas
14. Ewbank da Câmara / 1962	Tabuões > Ewbank > Eubanque > Ewbank da Câmara
15. Felício dos Santos / 1953	Grota Grande > Felício dos Santos
16. Frei Gaspar / 1938	Conceição > Frei Gaspar
17. Governador Valadares / 1938	Quartel de Dom Manuel > Porto da Figueira > Porto da Figueira do Rio Doce > Baguari > Figueira > Santo Antônio da Figueira > Governador Valadares
18. João Pinheiro/1911	Caatinga ( ex-Santana da Catinga) > Cana-Brava (ex-Santo Antônio da Cana-Brava) > Luislândia do Oeste (ex-Luislândia) > Olhos- d'Água do Oeste (ex-Olhos-d'Água) > Santa Luiza da Serra (ex-Santa Luzia) > Veredas > João Pinheiro
19. Martins Soares / 1948	Pouso Alegre > Martins Soares
20. Matias Cardoso / 1923	Morrinhos > Matias Cardoso
21. Mendes Pimentel / 1953	Bom Jesus do Mantena > Mendes Pimentel
22. Nacip Raydan / 1962	Bananal > Nacip Raydan
23. Pompéu/ 1893	Buriti da Estrada > Conceição do Pompéu > Pompéu
24. Raul Soares/ 1924	São Sebastião de Entre-Rios > Matipó > Raul Soares
25. Senador Amaral / 1948	São Sebastião dos Campos > Senador Amaral
26. Senador Cortes / 1943	São Sebastião do Monte Verde > Monte Verde > Senador Cortes
27. Senador Modestino Gonçalves / 1962	Araçuaí > Mercês do Araçuaí > Nossa Senhora das Mercês do Araçuaí > Calabar > Mercês de Diamantina > Senador Modestino Alves
28. Teófilo Otoni / 1878	Crispim Jacques (ex-Bias Fortes) > Mucuri > Pedro Versiani > Rio Pretinho (ex-São João do Paraíso) > Topázio (ex-Jardinópolis) > Teófilo Otoni

Fonte: elaborado pela própria autora (2021)

### Quadro 17 - Historiotopônimos municipais e denominações anteriores

Nome atual/ adoção do nome	Denominações anteriores
1. Alfenas / 1871	São Jose de Alfenas > São Jose e Dolores dos Alfenas > Vila Formosa > Formosa de Alfenas > Alfenas
2. Alfredo Vasconcelos / 1896	Não há denominações anteriores

3. Antônio Dias / 1918	Antônio Dias Abaixo > Antônio Dias
4. Araújo / 1938	Não há denominações anteriores
5. Baldim/1917	Pau Grosso > Baldim
6. Bandeira /1938	Não há denominações anteriores
7. Botelhos / 1923	São José dos Botelhos > Botelhos
8. Brás Pires / 1850	Não há denominações anteriores
9. Capitão Andrade / 1962	Café > Capitão Andrade
10. Capitão Enéias / 1965	Sapé > Burarama de Minas > Capitão Enéias
11. Cláudio/ 1912	Aparecida do Cláudio > Cláudio
12. Carvalhos /1903	Não há denominações anteriores
13. Comendador Gomes / 1923	São Sebastião das Areias > Comendador Gomes
14. Coronel Fabriciano/ 1938	Calado > Santo Antônio do Piracicaba > Melo Viana > Coronel Fabriciano
15. Coronel Pacheco / 1883	Água Limpa > Coronel Pacheco
16. Coronel Xavier Chaves / 1962	Mosquito > Coroas > São Francisco Xavier > Coronel Xavier Chaves
17. Curvelo / 1831	Santo Antônio da Estrada > Santo Antônio do Curvelo > Curvelo
18. Dionísio / 1882-1897; 1923	São Sebastião do Dionísio > Dionísio
19. Dona Eusébia / 1938	Astolfo Dutra > Dona Eusébia
20. Durandé/1928	Dores do Rio José Pedro > Dores do José Pedro > Durandé
21. Francisco Dumont / 1962	Barreiro > Barreiros > Vargem Mimosa > Conceição do Barreiro > Francisco Dumont
22. Frei Inocêncio / 1953	Não há denominações anteriores
23. Frei Lagonegro / 1962	Bom Sucesso > Frei Lagonegro
24. Gonçalves / 1902	Não há denominações anteriores
25. Gonzaga / 1938	Gonzaga de Guanhões > São Sebastião > Gonzaga
26. Gouveia / 1738	Santo Antônio do Gouveia > Gouveia
27. Guidoal / 1943	Sapé > Sapé de Ubá > Santana do Sapé > Guidoal
28. João Monlevade / 1936	Carneirinhos > João Monlevade
29. José Gonçalves de Minas/1962	Gangorras > José Gonçalves de Minas
30. José Raydan / 1953	Folha Larga > José Raydan
31. Juiz de Fora / 1865	Santo Antônio do Paraibuna > Paraibuna > Santo Antônio do Juiz de Fora > Juiz de Fora
32. Lamim / 1760	Não há denominações anteriores
33. Lassance / 1908	São Gonçalo das Tabocas > Lassance
34. Leandro Ferreira / 1938	Leandro > Leandro Ferreira
35. Marliéria/1923	Onça Grande > Babilônia > Dores da Babilônia > Marliéria
36. Maria da Fé / 1891	Campos de Maria da Fé > Maria da Fé
37. Mário Campos / 1944	Carlos Chagas > Mário Campos
38. Mateus Leme / 1710	Azurita > Serra Azul (ex-Tinocos; ex-Boturobi) > Mateus Leme
39. Matias Lobato / 1990	Vila Matias > Matias Lobato
40. Medeiros / 1938	Não há denominações anteriores
41. Monsenhor Paulo / 1943	Ponte Alta > Volta Grande > Nossa Senhora da Conceição da Ponte Alta > Monsenhor Paulo
42. Olímpio Noronha / 1948	Santa Catarina > Olímpio Noronha

43. Oliveira Fortes / 1836	Livramento > Santana do Livramento > Oliveira Fortes
44. Padre Carvalho / 1962	Marianópolis > Padre Carvalho
45. Padre Paraíso / 1948	Água Vermelha > São João da Água Vermelha > Padre Paraíso
46. Paiva / 1914	Não há denominações anteriores
47. Pedro Leopoldo / 1895	Cachoeira das Três Moças > Pedro Leopoldo
48. Pedro Teixeira / 1911	Boa Vista > Pedro Teixeira
49. Simão Pereira / 1943	Rancharia > São Pedro de Alcântara > Simão Pereira
50. Teixeiras / 1943	Santo Antônio dos Teixeiras > Teixeiras
51. Veríssimo / 1938	São Miguel do Veríssimo > Veríssimo
52. Vieiras / 1948	Santo Antônio do Glória > Vieiras

Fonte: elaborado pela própria autora (2021)

No próximo capítulo, daremos um enfoque maior à análise dos dados.

## CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DE DADOS

No capítulo 3, por meio de fichas léxico-toponímicas e, ainda, de quadros, expusemos os *corpora* que integram esta pesquisa, apresentando já algumas classificações e análises. Neste capítulo 4, apresentaremos resultados qualitativos e quantitativos, por meios de quadros, gráficos e discussões.

### 4.1 Dados contemporâneos

Como já mencionado, o *corpus* contemporâneo deste trabalho é composto por dados fornecidos pelo IBGE, organizados no banco de dados do Projeto ATEMIG. Estudamos 119 topônimos, de natureza antropocultural, aqui classificados como historiotopônimos, divididos em 4 categorias:

- 1) *Historiotopônimos internacionais*: abarcam aqueles topônimos que homenageiam personalidades que estrangeiras e brasileiras que foram reconhecidas internacionalmente. Contabilizamos 3 ocorrências, correspondendo a 2% dos dados totais, a saber: *Dom Bosco, Mariana e Santos Dumont*.
- 2) *Historiotopônimos nacionais*: referem-se àqueles topônimos que homenageiam pessoas que tiveram destaque na história do Brasil ou que exerceram cargos como presidente e vice-presidente do Brasil, ministros, senadores, deputados federais. Foram contabilizadas 36 ocorrências, ou 36% dos dados: *Antônio Prado de Minas, Arinos, Astolfo Dutra, Augusto de Lima, Barão de Cocais, , Bias Fortes, Bocaiúva, Carlos Chagas, Conselheiro Pena, , Couto de Magalhães de Minas, Cristiano Otoni, Cristina, Delfim Moreira, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Faria Lemos, Francisco Badaró, Francisco Sá, Fernandes Tourinho, Heliadora, **Inconfidentes**<sup>8</sup>, Joaquim Felício, Leopoldina, Lima Duarte, Martinho Campos, Mesquita, Paula Cândido, Presidente Bernardes, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Resende Costa, Senador Firmino, Senador José Bento, Tiradentes, Visconde do Rio Branco, Wenceslau Braz*.

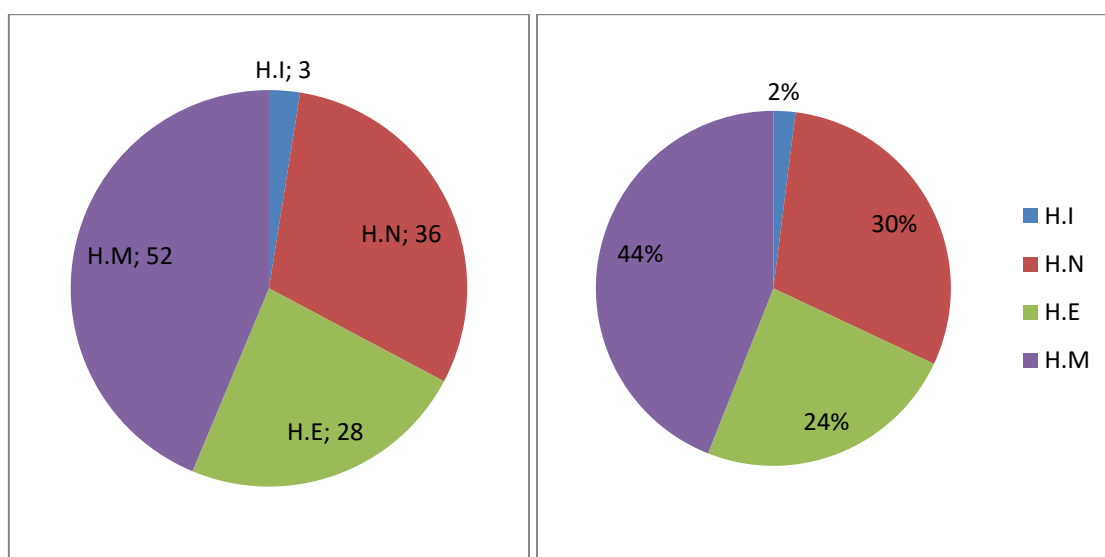
---

<sup>8</sup> Em nossa análise, o topônimo “Inconfidentes” é o único topônimo histórico, motivado por movimento social, que figura entre os nomes de municípios mineiros.

- 3) *Historiotopônimos estaduais*: nesta categoria entram os nomes de personalidades que se destacaram em âmbito estadual ou que ocupavam cargos como governador e vice-governador, secretários estaduais, bispos. Foram contabilizadas 28 ocorrências, correspondendo a 24% dos dados em números percentuais: *Andradas, Antônio Carlos, Barão do Monte Alto Belmiro Braga, Bueno Brandão, Cisneiros, Cônego Marinho, Conselheiro Lafaiete, Coronel Murta, Dom Cavati, Dom Joaquim, Dom Viçoso, Engenheiro Caldas, Ewbank da Câmara, Felício dos Santos, Frei Gaspar, Governador Valadares, João Pinheiro, Martins Soares, Matias Cardoso, Mendes Pimentel, Nacip Raydan, Pompeu, Raul Soares, Senador Amaral, Senador Cortes, Senador Modestino Gonçalves, Teófilo Otoni.*
- 4) *Historiotopônimos municipais*: evidenciam-se nomes de personalidades e famílias que tiveram destaque no âmbito municipal, ou que ajudaram no processo de povoamento e desenvolvimento da região. Foram contabilizadas 52, totalizando 44% dos dados percentuais: *Alfenas, Alfredo Vasconcelos, Antônio Dias, Araújo, Baldim, Bandeira, Botelhos, Brás Pires, Capitão Andrade, Capitão Enéias, Cláudio, Carvalhos, Comendador Gomes, Coronel Fabriciano, Coronel Pacheco, Coronel Xavier Chaves, Curvelo, Dionísio, Dona Eusébia, Durandé, Francisco Dumont, Frei Inocêncio, Frei Lagonegro, Gonçalves, Gonzaga, Gouveia, Guidoal, João Monlevade, José Gonçalves de Minas, José Raydan, Juiz de Fora, Lamim, Lassance, Leandro Ferreira, Marliéria, Maria da Fé, Mário Campos, Mateus Leme, Matias Lobato, Medeiros, Monsenhor Paulo, Olímpio Noronha, Oliveira Fortes, Padre Carvalho, Padre Paraíso, Paiva, Pedro Leopoldo, Pedro Teixeira, Simão Pereira, Teixeiras, Veríssimo, Vieiras.*

Em destaque no gráfico 1, apresentam-se:

- 1- Historiotopônimos internacionais (H.I): 3 topônimos
- 2- Historiotopônimos nacionais (H.N): 36 topônimos
- 3- Historiotopônimos estaduais (H.E): 28 topônimos
- 4- Historiotopônimos municipais (H.M): 52 topônimos

**Gráfico 1 – Dados numéricos e percentuais dos historiotopônimos**

Fonte: elaborado pela própria autora (2021)

Nos números apresentados no Gráfico 1, percebemos a predominância dos historiotopônimos municipais, com 52 ocorrências, correspondendo, em porcentagem a 44% dos dados. Podemos inferir, a partir desses números, que há uma valorização da sociedade local, representada aqui pelos antropônimos que nomeiam municípios.

Interessante observar que, seguindo os historiotopônimos municipais, constam, em maior número de ocorrências, os historiotopônimos nacionais; talvez isso se explique pelo fato de essa categoria ter uma maior visibilidade, contendo, portanto, personalidades mais populares. Já os nomes que integram os “historiotopônimos estaduais”, terceiro lugar em maior número de ocorrências, são mais conhecidos em âmbito regional, como “bispos, secretários e deputados estaduais”.

Em se tratando dos antropônimos aqui classificados como historiotopônimos internacionais, constam os nomes de “Mariana”, que homenageia a rainha D. Mariana de Áustria<sup>9</sup>, esposa de D. João V<sup>10</sup>, nome adotado em 1745, em substituição a “Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo”; e, 250 anos depois, em 1995, o topônimo “Dom Bosco”, homenageando o religioso, italiano, João Melchior Bosco, fundador da Congregação

<sup>9</sup> A 27 de outubro de 1708, Maria Ana casou-se com o rei D. João V de Portugal afim de selar uma aliança entre Áustria e Portugal contra a França e Espanha durante a Guerra da Sucessão Espanhola. Descrita como muito devota, bonita e culta, foi regente de Portugal em duas ocasiões, a 1716, quando o rei realizou uma viagem para Alentejo, e a 1742, quando o rei adoeceu gravemente.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria\\_Ana\\_de\\_%C3%81ustria,\\_Rainha\\_de\\_Portugal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Ana_de_%C3%81ustria,_Rainha_de_Portugal)> acesso em 20/11/2022.

<sup>10</sup> João V (Lisboa, 22 de outubro de 1689 – Lisboa, 31 de julho de 1750), apelidado de O Magnânimo, foi Rei de Portugal e Algarves de 1706 até a sua morte.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o\\_V\\_de\\_Portugal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_V_de_Portugal)> acesso em 20/11/2022.

Salesiana, aclamado pelo Papa João Paulo II como o "Pai e Mestre da Juventude", padroeiro da capital federal do Brasil, Brasília e no ano de 1932 o topônimo da cidade de Santos Dumont, homenageia o aeronauta e aviador brasileiro amplamente reconhecido como “Pai da aviação”.

Há de se salientar, ainda, que dos 119 topônimos estudados, que figuram na atualidade, há alguns que possuem denominações distintas, mas referem-se à mesma pessoa, qual sejam, homenageando o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o governador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e o desbravador Guido Tomaz Marlière.

O antropônimo Juscelino Kubitschek de Oliveira, ex-presidente do Brasil (governou de 1956 a 1961), foi a motivação para a nomeação de dois municípios mineiros: *Presidente Juscelino* e *Presidente Kubitschek*. Os dois municípios, até 1961 eram distritos e tinham outras denominações – *Presidente Juscelino* se chamava *São Sebastião do Paraúna* e *Presidente Kubitschek* era conhecido como *Pouso Alto*. Emancipados em 1962, pela Lei 2.764, de 30/12/1962, adotaram o topônimo histórico atual<sup>11</sup>.

O ex-governador de Minas Gerais, *Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*<sup>12</sup> é outro político que tem seu nome perenizado como topônimo em dois municípios mineiros: *Andradas* e *Antônio Carlos*. *Andradas* já era município desde 1888, com o nome de *Caracol*. Em 1928, passou a se chamar *Andradas*<sup>13</sup> (Lei 1.035, de 20/9/1928). Já *Antônio Carlos* emancipou-se em 1948 (Lei 336, de 27/12/1948); antes chamava-se *Sítio*.

*Guidoval* e *Marliéria*<sup>14</sup> homenageiam o desbravador *Guido Tomaz Marlière*<sup>15</sup>. *Marliéria* foi adotado em 1923 (Lei 843, de 7/9/1923), quando ainda era distrito, substituindo o topônimo *Dores de Babilônia*. *Santana do Sapé*, município da Zona da Mata Mineira, quando ainda distrito, em 1943, passa a se chamar *Guidoval* (D.L. 1.058, de 31/12/1943), homenageando, também, o desbravador francês.

---

<sup>11</sup> Ainda em vida do Presidente Juscelino, que veio a falecer em 1975.

<sup>12</sup> Viveu entre 1870-1846.

<sup>13</sup> Nessa época Antônio Carlos exercia o cargo de ‘Presidente de Minas Gerais’ (1926-1930).

<sup>14</sup> Marliéria corresponde a Marlière.

<sup>15</sup> Viveu entre 1767-1833.



#### 4.1.1 Sobre as profissões/ocupações dos homenageados

Buscamos, em nossas fichas toponímicas, as profissões e/ou ocupações que as personalidades homenageadas, que hoje figuram como nome de municípios em Minas Gerais, exerceram em suas vidas, em destaque no quadro apresentado a seguir:

**Quadro 18 – Os Historiotopônimos e as profissões**

<b>Topônimo</b>	<b>Nome(s) do(s) homenageado(s)</b>	<b>Ocupação</b>
1. Alfenas	João Martins de Alfena e José Martins de Alfena	Proprietários de terras
2. Alfredo Vasconcelos	Alfredo de Barros Vasconcelos	Engenheiro
3. Andradas	Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	Governador
4. Antônio Carlos	Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	Governador
5. Antônio Dias	Antônio Dias de Oliveira	Sertanista
6. Antônio Prado de Minas	Antônio da Silva Prado	Conselheiro do Império / Jornalista
7. Araújo	Alves Araújo	Desbravadores
8. Arinos	Maximiano Afonso Arinos de Melo Franco	Promotor de justiça
9. Astolfo Dutra	Astolfo Dutra Nicácio	Presidente da Câmara Municipal
10. Augusto de Lima	Antônio Augusto de Lima	Governador
11. Baldim	Ubaldo	Desbravador
12. Bandeira	José Bandeira	Não encontrado
13. Barão de Cocais	José Feliciano Pinto Coelho da Cunha	Governador
14. Barão do Monte Alto	Francisco Alves da Silva Pereira	Vereador
15. Belmiro Braga	Belmiro Ferreira Braga	Poeta
16. Bias Fortes	Crispim Jacquer Bias Fortes	Governador
17. Bocaiúva	Quintino Antônio Ferreira de Sousa / Quintino Bocaiúva	Jornalista/ Primeiro Ministro das relações exteriores
18. Botelhos	Joaquim Botelho de Carvalho	Não encontrado
19. Brás Pires	Brás Pires Farinho	Capitão
20. Bueno Brandão	Júlio Bueno Brandão	Governador
21. Capitão Andrade	Capitão Andrade	Capitão
22. Capitão Enéias	Enéas Mineiro de Souza	Prefeito
23. Carlos Chagas	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas	Médico
24. Carvalhos	Não encontrado	Não encontrado
25. Cisneiros	Bernardo Cisneiros Costa	Senador
26. Cláudio	Cláudio	Escravo

27. Comendador Gomes	Antônio Gomes da Silva	Comendador
28. Cônego Marinho	José Antônio Marinho	Fazendeiro
29. Conselheiro Lafaiete	Lafayette Rodrigues Pere	Promotor
30. Conselheiro Pena	Afonso Augusto Moreira Pena	Conselheiro do Império/ Presidente do Brasil e de Minas Gerais
31. Coronel Fabriciano	Fabriciano Felisberto Carvalho de Brito	Tenente-coronel da Guarda Nacional
32. Coronel Murta	Inácio Carlos Murta	Fazendeiro, Coronel
33. Coronel Pacheco /	José Manuel Pacheco	Vereador
34. Coronel Xavier Chaves	Francisco Rodrigues Xavier	Fazendeiro
35. Couto de Magalhães de Minas	José Vieira Couto de Magalhães	Militar, escritor, folclorista
36. Cristiano Otoni	Cristiano Benedito Otoni	Engenheiro, Senador do Império e da República
37. Cristina	Tereza Cristina Maria de Bourbon	Imperatriz do Brasil
38. Curvelo	Antônio Ávila Curvelo	Padre
39. Delfim Moreira	Delfim Moreira da Costa Ribeiro	Vice-presidente do Brasil
40. Diogo de Vasconcelos	Diogo Luís Pereira de Vasconcelos	Deputado da Assembleia Geral
41. Dionísio	Dionísio	Soldado
42. Dom Bosco	João Melchior Bosco	Bispo – padroeiro de Brasília
43. Dom Cavati	João Batista Cavati	Bispo
44. Dom Joaquim	Joaquim Silvério de Souza	Bispo de Diamantina
45. Dom Silvério	Silvério Gomes Pimenta	Bispo
46. Dom Viçoso	Antônio Ferreira Viçoso	Bispo
47. Dona Eusébia	Eusébia Joaquina	Sem ocupação
48. Durandé	Durand	Desbravador
49. Engenheiro Caldas	Felipe Moreira Caldas	Engenheiro
50. Ewbank da Câmara	José Felipe Neri Ewbank da Câmara	Engenheiro
51. Faria Lemos	Francisco de Faria Lemos	Governador
52. Felício dos Santos	Joaquim Felício dos Santos	Deputado Provincial
53. Fernandes Tourinho	Sebastião Fernandes Tourinho	Desbravador
54. Francisco Badaró	Francisco Coelho Duarte Badaró	Ministro Plenipotenciário do Brasil no Vaticano/ Deputado Federal
55. Francisco Dumont	Francisco Dumont	Fazendeiro
56. Francisco Sá	Francisco de Sá	Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio
57. Frei Gaspar	Gaspar de Módica	Frei
58. Frei Inocêncio	Inocêncio	Frei

59. Frei Lagonegro	Bernardino Lagonegro	Frei
60. Gonçalves	Antônio, Maria, Mariana Gonçalves	Colonos
61. Gonzaga	Joaquim Gonzaga	Povoador
62. Gouveia	Maria de Gouveia	Proprietária de terra
63. Governador Valadares	Benedito Valares Ribeiro	Governador
64. Guidoal	Guido Tomás Marlière	Desbravador
65. Heliodora	Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira	Ativista, Poetisa, Mineradora
66. Inconfidentes	Participantes da Inconfidência	Profissões variadas
67. João Monlevade	Jean-Anotoine Félix Dissandes de Monlevade	Minerador
68. João Pinheiro	João Pinheiro da Silva	Governador
69. Joaquim Felício	Joaquim Felício dos Santos	Escritor / Senador
70. José Gonçalves de Minas	José Gonçalves da Mota	Proprietário de terra
71. José Raydan	José Raydan	Fazendeiro
72. Juiz de Fora	Juiz de Fora	Juiz
73. Lamim	José Pires Lamim	Povoador
74. Lassance	Ernesto Antônio Lassance Cunha	Chefe de construção de estrada
75. Leandro Ferreira	Leandro Ferreira	Não encontrado
76. Leopoldina	Leopoldina de Bragança e Bourbon	Princesa do Brasil
77. Lima Duarte	José Rodrigues de Lima Duarte	Senador do Império
78. Maria da Fé	Maria Vila Boas Machado	Proprietária de terra
79. Mariana	Maria Ana Josefa Antônia Regina de Habsburgo	Rainha de Portugal
80. Mário Campos	Mário Campos	Médico
81. Marliéria	Guido Tomás Marlière	Desbravador
82. Martinho Campos	Martinho Alvares da Silva	Conselheiro do Estado / Senador do Império
83. Martins Soares	Luís Martins Soares	Deputado Estadual
84. Mateus Leme	Mateus Leme	Povoador
85. Matias Cardoso	Matias Cardoso	Sertanista
86. Matias Lobato	Mathias Lobato	Sem informação
87. Medeiros	Jacinto e Manuel Medeiros	Proprietários de terra
88. Mendes Pimentel	Francisco Mendes Pimentel	Advogado / Ex-reitor da UFMG
89. Mesquita	Jerônimo José de Mesquita	Empresário / Vereador
90. Monsenhor Paulo	Paulo Emílio Moinhos de Vilhena	Vigário
91. Nacip Raydan	Nacyp Raydan Coutinho	Deputado estadual
92. Olímpio Noronha	Olímpio Noronha	Guerrilheiro
93. Oliveira Fortes	Francisco José de Oliveira Fortes	Capitão da Guarda Nacional

94. Padre Carvalho	José Francisco de Carvalho	Padre
95. Padre Paraíso	Agostinho Francisco de Paraíso	Padre
96. Paiva	João Ferreira Paiva	Proprietário de terras
97. Paula Cândido	Francisco Paula Cândido	Médico
98. Pedro Leopoldo	Pedro Leopoldo	Engenheiro
99. Pedro Teixeira	Pedro Teixeira	Presidente da Câmara
100. Pompéu	Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco Oliveira Campos	Proprietária de terras
101. Presidente Bernardes	Artur da Silva Bernardes	Presidente
102. Presidente Juscelino	Juscelino Kubitschek de Oliveira	Presidente
103. Presidente Kubitschek	Juscelino Kubitschek de Oliveira	Presidente
104. Raul Soares	Raul Soares de Moura	Governador
105. Resende Costa	José Resende Costa	Capitão do Regimento de Cavalaria
106. Santos Dumont	Alberto Santos Dumont	Inventor Aeronauta
107. Senador Amaral	Eduardo Carlos Vilhena do Amaral	Senador / Vice-governador
108. Senador Cortes	Agostinho Cesário Cortes	Senador
109. Senador Firmino	Firmino Rodrigues da Silva	Senador
110. Senador José Bento	José Bento Leite Ferreira de Melo	Senador do Império
111. Senador Modestino Gonçalves	Modestino Carlos Gonçalves Moreira	Oficial da Guarda Nacional / Senador / Prefeito
112. Simão Pereira	Simão Pereira de Sá	Colonizador
113. Teixeiras	Antônio Serafim Teixeira	Sem informação
114. Teófilo Otoni	Teófilo Benedito Otoni	Engenheiro das Obras Públicas do Estado
115. Tiradentes	Joaquim José da Silva Xavier	Alferes e dentista
116. Veríssimo	Veríssimo	Desbravador
117. Vieiras	Lucas Vieira	Desbravador
118. Visconde do Rio Branco	José Maria da Silva Prado	Conselheiro do Estado / Diplomata
119. Wenceslau Braz	Venceslau Brás Pereira Gomes	Presidente

Fonte: elaborada pela própria autora (2021)

Dentre as profissões/ocupações encontradas temos as seguintes qualificação e quantificação: Governador (10), Senador (9), Engenheiro (6), Desbravador (5), Deputado (5), Fazendeiro (5), Conselheiros do Império (4), Bispo (3), Capitão (3), Frei (3), Padre (3), Presidente do Brasil (3), Colonizador (2), Escritor (2), Jornalista (2), Ministro (2), Poeta (2), Prefeito (2). Com 1 ocorrências, constam Alferes, Comendador, Coronel, Dentista, Empresário, Escravo, Folclorista, Guerrilheiro, Imperatriz, Inventor, Oficial da Guarda Nacional, Tenente, Soldado, Vice-presidente. Para três personalidades, não identificamos profissões.

Se computarmos só as personalidades homenageadas que assumiram cargos como presidente, senador, governador, deputado federal, deputado estadual, ministro, conselheiro, promotor, presidente da câmara, prefeito e vereador e hoje nomeiam municípios minérios, teremos 41 destaques:

**Quadro 19- Historiotopônimos em destaque**

<b>Historiotopônimo</b>	<b>Nome completo</b>	<b>Cargo</b>
1. Andradas	Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	Governador
2. Antônio Carlos	Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	Governador
3. Antônio Prado de Minas	Antônio da Silva Prado	Conselheiro do Império
4. Arinos	Maximiano Afonso Arinos de Melo Franco	Promotor de justiça
5. Astolfo Dutra	Astolfo Dutra Nicácio	Presidente da Câmara Municipal
6. Augusto de Lima	Antônio Augusto de Lima	Governador
7. Barão de Cocais	José Feliciano Pinto Coelho da Cunha	Governador
8. Barão do Monte Alto	Francisco Alves da Silva Pereira	Vereador
9. Bocaiúva	Quintino Antônio Ferreira de Sousa / Quintino Bocaiúva	Primeiro Ministro das relações exteriores
10. Bueno Brandão	Júlio Bueno Brandão	Governador
11. Capitão Enéias	Enéas Mineiro de Souza	Prefeito
12. Cisneiros	Bernardo Cisneiros Costa	Senador
13. Conselheiro Lafaiete	Lafayette Rodrigues Pere	Promotor
14. Conselheiro Pena	Afonso Augusto Moreira Pena	Conselheiro do Império / 6º Presidente do Brasil e de Minas Gerais
15. Coronel Pacheco	José Manuel Pacheco	Vereador
16. Cristiano Otoni	Cristiano Benedito Otoni	Senador do Império e da República

17. Delfim Moreira	Delfim Moreira da Costa Ribeiro	Vice-presidente do Brasil de Rodrigues Alves / 10º Presidente da República
18. Diogo de Vasconcelos	Diogo Luís Pereira de Vasconcelos	Deputado da Assembleia Geral
19. Faria Lemos	Francisco de Faria Lemos	Governador
20. Felício dos Santos	Joaquim Felício dos Santos	Deputado Provincial
21. Francisco Badaró	Francisco Coelho Duarte Badaró	Ministro Plenipotenciário do Brasil no Vaticano / Deputado Federal
22. Francisco Sá	Francisco de Sá	Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio
23. Governador Valadares	Benedito Valares Ribeiro	Governador
24. João Pinheiro	João Pinheiro da Silva	Governador
25. Joaquim Felício	Joaquim Felício dos Santos	Senador
26. Lima Duarte	José Rodrigues de Lima Duarte	Senador do Império
27. Martinho Campos	Martinho Alvares da Silva	Conselheiro do Estado / Senador do Império
28. Martins Soares	Luís Martins Soares	Deputado Estadual
29. Mesquita	Jerônimo José de Mesquita	Empresário / Vereador
30. Nacip Raydan	Nacyp Raydan Coutinho	Deputado estadual
31. Pedro Teixeira	Pedro Teixeira	Presidente da Câmara
32. Presidente Bernardes	Artur da Silva Bernardes	12º Presidente da República do Brasil
33. Presidente Juscelino	Juscelino Kubitschek de Oliveira	21º Presidente da República do Brasil
34. Presidente Kubitschek	Juscelino Kubitschek de Oliveira	21º Presidente da República do Brasil
35. Raul Soares	Raul Soares de Moura	Governador
36. Senador Cortes	Agostinho Cesário Cortes	Senador
37. Senador Firmino	Firmino Rodrigues da Silva	Senador
38. Senador José Bento	José Bento Leite Ferreira de Melo	Senador do Império
39. Senador Modestino Gonçalves	Modestino Carlos Gonçalves Moreira	Senador / Prefeito
40. Visconde do Rio Branco	José Maria da Silva Prado	Conselheiro do Estado / Diplomata/ Deputado Provincial do RJ
41. Wenceslau Braz	Venceslau Brás Pereira Gomes	9º Presidente da República do Brasil

Fonte: elaborado pela própria autora (2022)

## 4.2 Dados históricos

Conforme apresentado em 3.3 e descrito nos quadros 14, 15 16 e 17, a maior parte dos historiotopônimos aqui considerados tiveram outras nomeações em épocas pretéritas.

Dos 119 topônimos contemporâneos, 107 tiveram denominações anteriores que podemos classificar como espontâneas, cujas motivações decorrem de nomes de plantas, animais, pessoas, nomes religiosos que caíram no esquecimento com o passar do tempo. Comparando os dados presentes e pretéritos, podemos observar que essas denominações costumam ser alteradas total ou parcialmente e podem ser pedidas pela população local ou impostas pela administração do município.

Sobre essa mudança, Barbosa reflete:

(...) o nome de uma localidade, por mais feio que possa parecer a estranhos, está intimamente ligado à alma do povo que a adotou, à sua história, às suas lendas; não deixa de ser uma forma de crueldade inventar um nome sonoro e poético para substituir o primeiro, sem qualquer consulta aos moradores. Às vezes, uma sede distrital é elevada à categoria de cidade; os chefes políticos do município a que pertencia aquele distrito, julgam-se no direito de criar e impor uma bela denominação para o povo do município. (Barbosa, 1995. p.11)

Barbosa (1995) afirma que a lei nº 2764, de 30 de dezembro de 1962 apresentou a tendência nas homenagens a determinadas pessoas que teoricamente deveriam ter ligações com história local. Há casos em que o nome histórico tem relação com a sede do município, mas há outros em que o nome do chefe político inserido a um município nem sempre possui uma representação significativa aos seus moradores. Desse modo, o topônimo espontâneo perde o seu valor, pelo fato de que os mudancistas pouco se importaram com as motivações e inspirações que faziam parte da realidade daqueles que sugeriram o nome primitivo. Esses nomes primitivos de cada município representaram claramente o cotidiano de uma população e embora muitos de seus moradores atuais não percebam, são valiosas fontes da memória social do local. Um exemplo de um topônimo que foi modificado sem justificativa foi “Juiz de Fora” como atesta Barbosa (1990, p. 177)

“A denominação da cidade de Juiz de Fora foi dada à cidade e ao município de Paraibuna, antiga vila de Santo Antônio do Paraibuna, sem qualquer justificativa histórica, arbitrariamente, como, aliás, têm sido feitas quase todas as alterações de topônimos de Minas.”

Outros exemplos demonstram como o cotidiano reflete na nomeação primitiva e como a mudança de nome perde histórias significativas para a região em destaque. Citamos,

três exemplos retirados de nossas fichas, a saber: “Francisco Sá”, “Pedro Leopoldo” e “Maria da Fé”.

**Quadro 20 – As motivações dos topônimos espontâneos**

<b>Topônimo oficial</b>	<b>Topônimo espontâneo</b>	<b>Motivação do topônimo espontâneo</b>
Francisco Sá	Cruz das Almas	“A região do antigo Brejo das Almas foi toda palmilhada pelo grande sertanista Antônio Gonçalves de Figueira, que tomou parte na bandeira de Fernão Dias, acompanhando Matias Cardoso de Almeida, seu cunhado. Percorreu todo o sertão do Verde, Pardo, Minas Novas, à procura das esmeraldas. A tradição local é que uma das expedições, seja a de Antônio Gonçalves Figueira, seja outra posterior, teria chegado no dia de Finados; e teriam homens colocado uma grande cruz, dando lugar a denominação de Cruz das Almas. (Rev. I.H.G.M.G. III)
Pedro Leopoldo	Cachoeira das moças	A região denominava-se Cachoeira Grande, por causa da cachoeira. Aí havia a fazenda Cachoeira, de propriedade de quatro moças e que, por isso, era comumente designada por Cachoeira das Moças. Os engenheiros que construíram a estrada registraram que, no terreiro da fazenda da Cachoeira das Moças, havia um cruzeiro e ostentava, em baixo relevo, a data de 1702 (Max de Vasconcelos, A Estrada de Ferro Central do Brasil, 3ª edição, 1928, pág. 157).
Maria da Fé	Campos de Maria da Fé	A residência de Maria da Fé situava-se na parte da cidade que hoje é conhecida com a denominação de Turquia. Ao redor da sede da fazenda foram surgindo diversas casas; eram escravos, agregados, meeiros, capataz, negros forros, trabalhadores diversos, os chamados “camaradas”. D. Maria não cogitou construir capela, pois que periodicamente vinha um padre celebrar na própria sede da fazenda. Aquele conjunto da sede da fazenda, casas e casebres era designado geralmente pelo nome de Campos de Maria da Fé. A própria fazenda dos Campos era comumente designada por aquele nome.

Fonte: elaborado pela própria autora (2021)



Incluídos nesses 107 topônimos que tiveram denominações anteriores, 93 tiveram mudanças totais como “Água Vermelha”, contemporaneamente nomeada “Padre Paraíso”. Os outros 14 tiveram alterações parciais, aqui listados, segundo o século e o ano da alteração do nome antigo para o atual:

Século XVIII:

1. *Santo Antônio do Gouveia* → *Gouveia* (1738)

Século XIX:

1. *São José de Alfenas* → *Alfenas* (1871)
2. *Campos de Maria da Fé* → *Maria da Fé* (1891)

Século XX:

1. *Aparecida de Cláudio* → *Cláudio* (1912)
2. *Antônio Dias Abaixo* → *Antônio Dias* (1918)
3. *São José dos Botelhos* → *Botelhos* (1923)
4. *São Sebastião do Dionísio* → *Dionísio* (1923)
5. *Gonzaga de Guanhões* → *Gonzaga* (1938)
6. *Leandro* → *Leandro Ferreira* (1938)
7. *São Miguel Veríssimo* → *Veríssimo* (1938)
8. *Santo Antônio dos Teixeiras* → *Teixeiras* (1943)
9. *Colônia Padre José Bento* → *Senador José Bento* (1948)
10. *Couto de Magalhães de Minas* → *Couto de Magalhães* (1962)
11. *Vila Dom Bosco* → *Dom Bosco* (1995)

Ao analisar os nomes citados, podemos notar que muitos deles se referem a pessoas e/ou famílias que foram importantes para a construção do município, seja pela doação de terrenos para construção de capelas, pelas atividades prestadas à Igreja e também à comunidade. Como os povoados surgiam em torno de capelas, o fato de famílias ou membros terem sido os antigos donos dos terrenos doados e ajudado em suas edificações fez com que seus nomes fossem associados aos hagiônimos, que davam nomes às capelas, integrando-os (o nome da pessoa ou da família) na composição “nome de santo + antropônimo”.

#### 4.2.1 Sobre as datas de alterações dos topônimos.

De acordo com os dados, podemos perceber que as nomeações dos historiotopônimos ocorreram nos séculos XVIII, XIX e XX, sendo a maior parte das mudanças nesse último século. Contabilizamos:

- 1) Historiotopônimos que adquiriram a nomeação atual dada no século XVIII são apenas 4 nomes – 3% dos dados.
- 2) Historiotopônimos que adquiriram a nomeação atual no século XIX totalizam 18 nomes – 15% dos dados.
- 3) Historiotopônimos que adquiriram a nomeação atual no século XX totalizam 97 nomes – 82% dos dados.

**Quadro 21 -Datas e denominações dos historiotopônimos/ séculos XVIII e XIX**

<b>Município mineiro</b>	<b>Adoção do nome atual (nome histórico)</b>
<b>Século XVIII</b>	
Mateus Leme	1710
Gouveia	1738
Mariana	1745
Lamim	1760
<b>Século XIX</b>	
Curvelo	1831
Oliveira Fortes	1836
Brás Pires	1850
Cristina	1850
Leopoldina	1854
Juiz de Fora	1865
Alfenas	1871
Teófilo Otoni	1878
Cristiano Otoni	1883
Coronel Pacheco	1883
Lima Duarte	1884
Tiradentes	1889
Bocaiúva	1890
Maria da Fé	1891
Cisneiros	1892
Pompéu	1893
Pedro Leopoldo	1895
Alfredo Vasconcelos	1896

Fonte: elaborado pela própria autora (2022)

Com base nesses dados, pode-se perceber que grande parte dos nomes contemporâneos referentes aos municípios mineiros tiveram o seu processo de nomeação mais intenso no século XX. Nessa época, muitos deles se tornaram independentes,

emancipando-se. Os anos de 1938 e 1962 apontam um número maior de mudanças, com nomes de pessoas substituindo as denominações anteriores.

**Quadro 22 - Datas e denominações dos historiotopônimos/ século XX**

<b>Município mineiro</b>	<b>Adoção do nome atual (nome histórico)</b>
Gonçalves	1902
Carvalhos	1903
Lassance	1908
Dom Viçoso	1911
João Pinheiro	1911
Pedro Teixeira	1911
Resende Costa	1911
Cláudio	1912
Joaquim Felício	1912
Augusto de Lima	1914
Paiva	1914
Baldim	1917
Antônio Dias	1918
Arinos	1923
Comendador Gomes	1923
Cônego Marinho	1923
Dionísio	1923
Faria Lemos	1923
Marliéria	1923
Matias Cardoso	1923
Mesquita	1923
Monsenhor Paulo	1943
Delfim Moreira	1927
Andradas	1928
Diogo de Vasconcelos	1928
Durandé	1928
Gonzaga	1928
Santos Dumont	1932
João Monlevade	1936
Araújos	1938
Astolfo Dutra	1938
Bandeira	1938
Bias Fortes	1938
Bueno Brandão	1938
Carlos Chagas	1938
Conselheiro Lafaiete	1938
Conselheiro Pena	1938
Coronel Fabriciano	1938
Dom Joaquim	1938
Dom Silvério	1938
Dona Eusébia	1938
Francisco Sá	1938

Frei Gaspar	1938
Governador Valadares	1938
Leandro Ferreira	1938
Martinho Campos	1938
Medeiros	1938
Senador Firmino	1938
Veríssimo	1938
Barão de Cocais	1943
Guidoval	1943
Senador Cortes	1943
Simão Pereira	1943
Mário Campos	1944
Antônio Carlos	1948
Dom Cavati	1948
Francisco Badaró	1948
Martins Soares	1948
Olímpio Noronha	1948
Padre Paraíso	1948
Senador Amaral	1948
Senador José Bento	1948
Vieiras	1948
Felício dos Santos	1953
Frei Inocência	1953
Heliodora	1953
Inconfidentes	1953
José Raydan	1953
Mendes Pimentel	1953
Paula Cândido	1953
Antônio Prado de Minas	1962
Barão do Monte Alto	1962
Belmiro Braga	1962
Engenheiro Caldas	1962
Ewbank da Câmara	1962
Francisco Dumont	1962
Fernandes Tourinho	1962
Frei Lagonegro	1962
Nacip Raydan	1962
Padre Carvalho	1962
José Gonçalves de Minas	1962
Presidente Juscelino	1962
Presidente Kubitschek	1962
Senador Modestino Gonçalves	1962
Wenceslau Braz	1964
Capitão Enéias	1965
Presidente Bernardes	1989
Matias Lobato	1990
Dom Bosco	1995

Fonte: elaborado pela própria autora (2022)

#### 4.2.2 O apagamento cultural no processo de nomeação dos municípios

Ao longo da pesquisa, percebemos que as variantes nos nomes dos logradouros trazem não só um novo topônimo, mas, também, um apagamento da história local que fica esquecida, não sendo passada às gerações vindouras. Conforme Dick (1998), os topônimos

são recortes de uma realidade vivenciada, conscientemente ou não pelo denominador isolado ou pelo próprio grupo, numa absorção coletiva dos valores especiais que representam a mentalidade do tempo histórico ou *ethos* grupal. (DICK, 1998, p. 97)

Como já afirmado, o topônimo traz consigo a história de cada lugar, de um povo, de uma cultura e, com isso, demonstra a formação da sociedade, uma vez que tem como força motivacional todo o seu entorno, seja físico, seja antropocultural. Em se tratando do Brasil, índios, povos escravizados oriundos do continente africano, portugueses, imigrantes de diversas nacionalidades contribuíram para a construção da sociedade e cultura brasileiras.

A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil, emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado por características próprias, mas atado geneticamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente. (RIBEIRO, 1995, p.20)

O processo de nomeação dos logradouros gera discussões acerca das mudanças de nomes ocorridas ao longo do processo de modernização da sociedade. Embora possa ser considerado como patrimônio imaterial, por conter a memória e a história de um povo de uma determinada região, sabemos que com as mudanças não só o topônimo é esquecido, como, também, a história e os povos que habitaram uma região e foram responsáveis por sua formação.

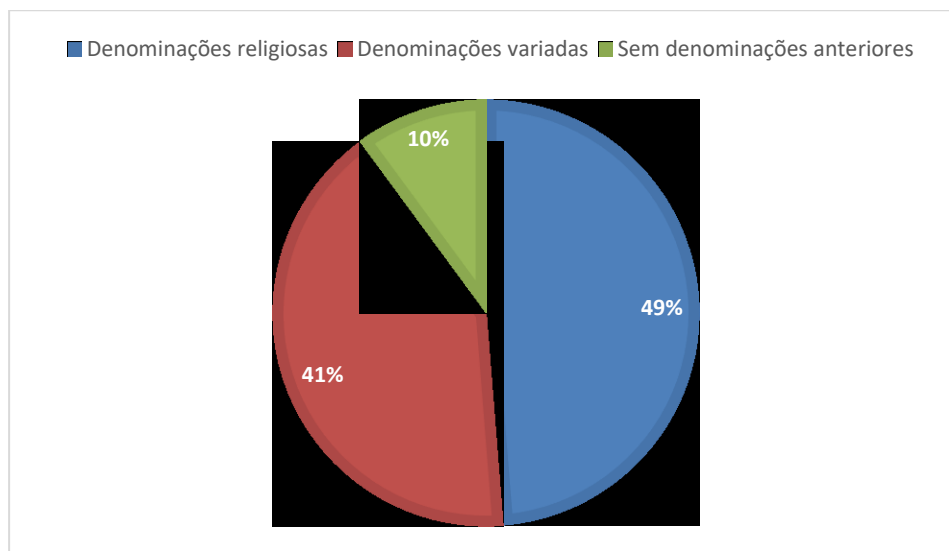
De acordo com, Barbosa (1995 p.10),

Em Minas Gerais, é simplesmente alarmante a preocupação iconoclasta dos legisladores de acabar com aquelas denominações locais tão características e tão tradicionais, sem a menor atenção à vontade popular. Ultimamente, então, nota-se a propensão de homenagear certas pessoas, cujos nomes possivelmente terão algum significado local, batizando com eles cidades e vilas. A tendência mudancista, porém, vem de longa data.

Dentre os quais há 119 historiotopônimos aqui analisados, 58 (49%) tiveram, como motivação, em suas denominações anteriores nomes religiosos, 49 (41%) tiveram nomes de motivações variadas e 12 (10%) não tiveram denominações anteriores, sendo a nomeação atual a única que foi recebida ao longo dos anos. No caso das localidades que tiveram nomeações anteriores que passaram por variações, percebemos apagamentos de

nomes religiosos, indígenas e africanos. O gráfico abaixo apresenta o cômputo em dados percentuais dos tipos de denominações anteriores de cada historiotopônimo atual desta pesquisa.

**Gráfico 2 – Os tipos de denominações anteriores dos historiotopônimos**



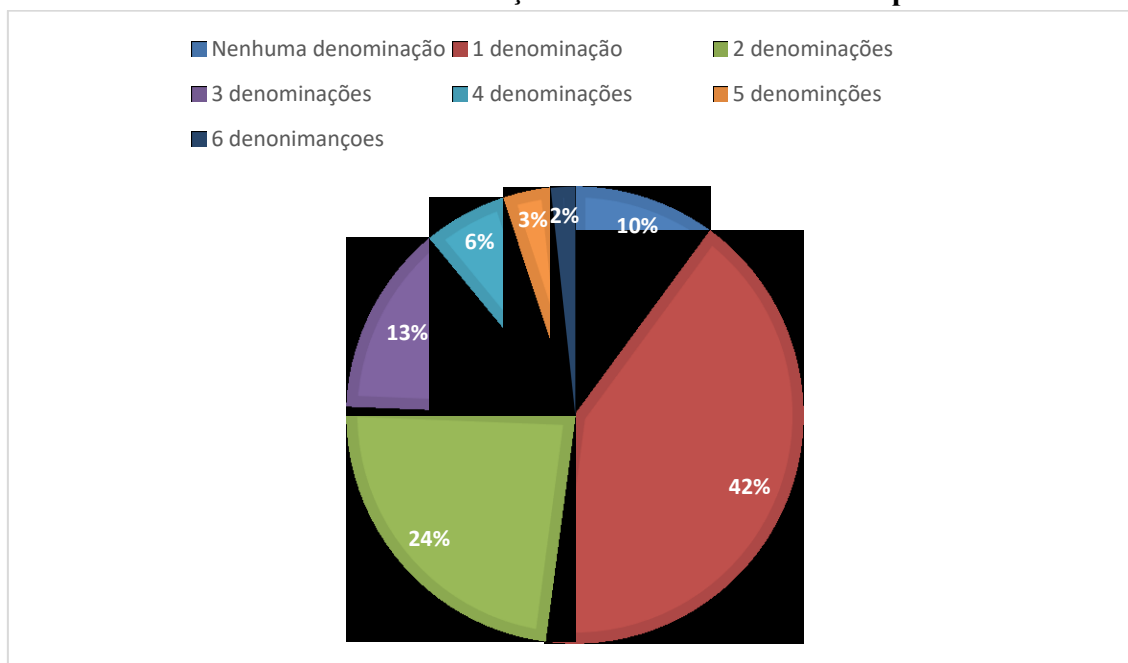
Fonte: elaborado pela própria autora (2022)

De acordo com Barbosa (1995), em todas as reformas ocorridas da divisão administrativa de Minas Gerais, podemos ver uma infinidade de mudanças nos topônimos. O excesso de mudanças que, segundo o autor, foi considerada como condenável, foi na divisão administrativa que resultou a lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, por ter havido 324 trocas de denominações de sedes distritais. Dos 214 municípios existentes no ano de 1923, quase todos sofreram alterações, as quais foram consideradas, na maioria dos casos, como injustificáveis. Pelo fato do estado mineiro ter a sua formação religiosa, isso parece ter influenciado na grande quantidade de topônimos de origem religiosa. A partir da lei mencionada, foram retiradas das sedes municipais e distritais 177 denominações cristãs, conforme a decisão do legislador.

Na divisão administrativa resultante da lei nº 1039, de 12 de dezembro de 1953, houve apenas 81 alterações em nossos topônimos. Já na última divisão, que resultou na lei nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962, verificaram-se 109 alterações, algumas bem infelizes. Às vezes, há reação por parte dos moradores, pedidos, abaixo-assinados, e, então, volta a denominação anterior. Temos localidades que já ganharam seis denominações diferentes, diversas tiveram 5; e muitas, 4. (Barbosa, 1995, p.10)

A análise de cada topônimo descrita nas fichas toponímicas mostra a quantidade de nomeações anteriores recebidas pelos municípios em análise, apontadas no Gráfico 3.

**Gráfico 3 – As denominações anteriores dos historiotopônimos**



Fonte: elaborado pela própria autora (2022)

No cômputo dos dados, há doze topônimos sem denominações anteriores (10%), cinquenta com uma denominação (43%), vinte e oito com duas denominações (24%), dezesseis com três denominações (14%), sete com quatro denominações (6%), quatro com cinco denominações (3%) e dois com seis denominações (2%).

Destacamos os historiotopônimos com maiores números de denominações, isto é, que passaram por:

a) quatro denominações anteriores:

- *Alfenas*

Denominações anteriores: São Jose de Alfenas > São Jose e Dores dos Alfenas > Vila Formosa > Formosa de Alfenas > *Alfenas*

- *Francisco Sá*

Denominações anteriores: Cruz das Almas > Brejo das Almas das Catingas do Rio Verde > São Gonçalo do Brejo das Almas > Brejo das Almas > *Francisco Sá*

- *Santo Dumont*

Denominações anteriores: Conceição do Formoso (ex-Nossa Senhora da Conceição do Formoso) > Dores do Paraibuna (ex-Nossa Senhora das Dores do Paraibuna) > Mantiqueira (ex-Rancho de Maria Cândida) > São João da Serra > *Santos Dumont*

- *Senador Modestino Gonçalves*

Denominações anteriores: Araçuaí > Mercês do Araçuaí > Nossa Senhora das Mercês do Araçuaí > Calabar > Mercês de Diamantina > *Senador Modestino Alves*

- *Tiradentes*

Denominações anteriores: Ponta do Morro > Santo Antônio > Arraial Velho > São José del-Rei > *Tiradentes*

- *Barão de Cocais*

Denominações anteriores: Macacos > São João Batista do Morro Grande > São João do Morro Grande > Morro Grande > *Barão de Cocais*

- *Francisco Dumont*

Denominações anteriores: Barreiro > Barreiros > Vargem Mimosa > Conceição do Barreiro > *Francisco Dumont*

b) cinco denominações anteriores

- *Governador Valadares*

Denominações anteriores: Quartel de Dom Manuel > Porto da Figueira > Porto da Figueira do Rio Doce > Baguari > Figueira > Santo Antônio da Figueira > *Governador Valadares*

- *Visconde do Rio Branco*

Denominações anteriores: Presídio dos Índios Puris > Presídio de João Batista > São João Batista dos Índios Coropós > São João Batista do Presídio > Rio Branco > *Visconde do Rio Branco*

- *Conselheiro Pena*

Denominações anteriores: Barra do Cuieté (ex-Cuieté) > Bueno > Cuieté Velho (ex-Cuieté) > Ferruginha > Penha do Norte (ex-Nossa Senhora da Penha) > *Conselheiro Pena*

- *Teófilo Otoni*

Denominações anteriores: Crispim Jacques (ex-Bias Fortes) > Mucuri > Pedro Versiani > Rio Pretinho (ex-São João do Paraíso) > Topázio (ex-Jardinópolis) > *Teófilo Otoni*

c) seis denominações anteriores

- *Mariana*

Denominações anteriores: Ribeirão do Carmo > Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão do Carmo > Vila de Albuquerque > Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque > Vila de Nossa Senhora do Carmo > Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo > *Mariana*

- *João Pinheiro*

Denominações anteriores: Caatinga (ex-Santana da Catinga) > Cana-Brava (ex-Santo Antônio da Cana-Brava) > Luislândia do Oeste (ex-Luislândia) > Olhos- d'Água do Oeste (ex-Olhos-d'Água) > Santa Luiza da Serra (ex-Santa Luzia) > Veredas > *João Pinheiro*

É importante entender o processo de construção do Brasil desde o período colonial, apropriando-se dos conceitos de Darcy Ribeiro sobre *aculturação* e *deculturação*, para refletirmos que a nomeação de um logradouro e suas variações envolve não só



homenagens, mas também apagamentos de um povo e de uma cultura para que uma outra se sobressaísse, devido à imposição política e de mudancistas que aplicavam novas nomeações com motivações, muitas vezes, pessoais ao invés de considerar o coletivo. A nomeação de um logradouro nem sempre ocorre de acordo com a aceitação dos moradores locais e, no que se refere aos historiotopônimos, é possível pensar no poder exercido por aqueles que oficializaram a nomeação do local.

Com isso, a homenagem aos nomes que fizeram história no território mineiro e brasileiro fez com que os nomes ligados a outras culturas fossem segregados e esquecidos para atender interesses que não foram totalmente ligados à população que viveu e vive naquele local. Segundo Darcy Ribeiro (1978), a *deculturação* consiste no caráter compulsório aplicado no esforço por inviabilizar a manifestação cultural própria e por impossibilitar a sua transmissão e a natureza de procedimento deliberado de incorporação de pessoas já integradas a uma tradição em algo novo que se cristaliza a uma nova cultura. O antropólogo caracteriza a *deculturação* como um processo mais geral e a *aculturação* como um desenraizamento em que as etnias se conformam e transfiguram. Portanto,

Esta transfiguração torna-se imperativa para as populações deculturadas dada a necessidade de plasmar novos corpos de compreensões comuns e co-participadas para viabilizar o convívio humano e a participação na vida social. (RIBEIRO, 1978, p. 131).

As variações e mudanças dos nomes dos logradouros nos dizem muito não só sobre atos dos mudancistas, como também sobre o que seria contemplado ao adotar cada nome. Podemos perceber nos municípios analisados que tiveram mais de uma nomeação no quanto cada mudança foi distanciando a sua população atual da formação daquele local e daqueles que foram importantes para a sua construção.

Em se tratando dos conceitos mencionados “aculturação” e “deculturação”, empregamos para refletir que a formação municipal envolve vários fatores que não se resumem apenas na modernização local, na elevação de uma freguesia/comarca a cidade.

É preciso pensar que há nomes que nos fazem compreender sobre a história local de Minas Gerais, na colonização em que houve a fixação do poder de Portugal para dominar o território brasileiro, impondo seus costumes e religiões aos povos originários como índios, escravos africanos e outros. Assim, Ribeiro (1978, p.20) afirma que “A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis.”

Para compreendermos os processos mencionados, os apagamentos ocorridos por meio de mudanças nas nomeações, focaremos em três municípios *Conselheiro Lafaiete, Bias Fortes e Visconde do Rio Branco*.

Começamos com o município de *Conselheiro Lafaiete* cuja adoção do nome ocorreu em 1934 e teve três denominações anteriores antes da atual. A primeira denominação foi “Carijós”, referente à tribo indígena que ocupava o território. O termo “carijós” era utilizado genericamente pelos colonos portugueses para designar os índios em geral. Foi empregado para designar índios que nasceram da mistura de índios goiases e caribas, do extremo norte do Brasil, de onde migraram para o sul para ocupar uma grande extensão territorial. Barbosa (1995, p.96) pontua que com o decorrer dos tempos, o vocábulo passou a ser empregado no sentido de nomear os “mamelucos”.

A segunda denominação do município mencionado foi “Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre dos Carijós”, que demonstra a dissolução da referência principal aos povos que inicialmente ocuparam a região, mas em função das ações das bandeiras, foi se apagando aos poucos e o nome “Carijós” fez parte da formação de um topônimo de significado religioso, tendo em vista que foi erigida a capela de Nossa Senhora da Conceição no local, para a formação da freguesia, tornando-se a referência no local.

Embora o nome inicial ainda estivesse presente completando a denominação, a identificação principal seria à divindade religiosa e não a “Carijós”. Podemos perceber aqui a situação de deculturação, pela segunda nomeação já caracterizar uma ruptura na transmissão cultural dos povos que viveram ali em função da imposição de um nome religioso, relacionado ao catolicismo, para se formar uma cultura baseada na tradição portuguesa e aculturação por romper com as raízes culturais indígenas daquele espaço.

O segundo município a ser analisado é *Bias Fortes*, que teve a adoção do nome em 1938 e, antes contou com três denominações, sendo a primeira “Quilombo”.

Assim foi na Venezuela com os cumbes; na Colômbia com os palenques; no Caribe inglês e EUA com os maroons; no Caribe Francês com a marronage e em Cuba com os cimarrones. No Brasil, desde o período colonial, tais comunidades de fugitivos escravos receberam as denominações de quilombos e/ou mocambos (GOMES, 2005, p. 449)

O termo quilombo<sup>16</sup> é o nome dado às comunidades formadas, em sua maioria, por escravos africanos fugidos. Era uma forma de resistência ao sistema escravocrata que eles encontraram para fugir das senzalas. Mesmo após a abolição da escravidão, essas

---

<sup>16</sup> O conceito de “Quilombo” foi ressemantizado na atualidade, uma vez que foi reconhecido por lei que evoca a sua identidade histórica e apresenta garantias de titulação territorial.

comunidades rurais continuaram a existir, mas foram negligenciadas e subestimadas pelo poder público.

Esse conceito, composto de elementos descritivos, foi formulado como uma “resposta ao rei de Portugal” em virtude de consulta feita ao Conselho Ultramarino, em 1740. Quilombo foi formalmente definido como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados e nem achem pilões nele” (ALMEIDA, 2002, p. 47).

Em 21 de julho de 1830, o município mudou a sua denominação para “Dores do Quilombo” devido a capela que foi erguida para a elevação do território a um distrito. Além disso, segundo Barbosa (1995, p.49), “A Câmara Municipal de Barbacena, pelo decreto Nº 148, de 20 de maio de 1896, aprovou a resolução Nº 5, de 15 de fevereiro do mesmo ano, no Conselho Distrital, mudando a denominação de Quilombo para União.” A partir daí podemos pensar em um apagamento que se refere à vivência do negro no Brasil.

Examinando a carreira do negro no Brasil se verifica que, introduzido como escravo, ele foi desde o primeiro momento chamado à execução das tarefas mais duras, como mão-de-obra fundamental de todos os setores produtivos. Tratado como besta de carga exaurida no trabalho, na qualidade de mero investimento destinado a produzir o máximo de lucros, enfrentava precaríssimas condições de sobrevivência. Ascendendo à condição de trabalhador livre, antes ou depois da abolição, o negro se viajulgado a novas formas de exploração que, embora melhores que a escravidão, só lhe permitiam integrar-se na sociedade e no mundo cultural, que se tornaram seus, na condição de um subproletariado compelido ao exercício de seu antigo papel, que continuava sendo principalmente o de animal de serviço. (Ribeiro, 1979, p.232)

Partindo-se da data em que o local fora nomeado, em 1830, podemos supor que, dessa data até os anos de 1988, esse tipo de nomeação fazia referência a comunidades afrodescendentes relacionadas à ilegalidade e com o tempo isso foi relativizado e ressemantizado. No entanto, para a época, se tal nomeação passou por modificações foi não só para questões de progresso da região, como, também, de apagamento religioso e político, uma vez que posteriormente foi denominado como “Dores do Quilombo” que também pode ser compreendido como “Nossa Senhora das Dores do Quilombo”, tendo ocultamento do termo religioso. Esse processo de mudanças ocorridas até que o nome do município se tornasse um historiotopônimo, corrobora a deculturação, por romper com uma transmissão da cultura originalmente construída na região e posteriormente ter sido apagada em virtude da cultura do colonizador, o qual transferiu suas crenças e valores à região colonizada, cristalizando uma nova cultura a ser disseminada; e aculturação por romper com as raízes africanas presentes no local.

O terceiro município destacado é *Visconde do Rio Branco*, cuja denominação atual foi adotada em 1938 e dentre as cinco denominações anteriores recebidas temos a primitiva “Presídio dos índios Puris” e a terceira “São João Batista dos Índios Coropós” que

nos chama atenção por conter referências a tribos indígenas e por expressar a sua relação com os povos que viveram no território do município. Apoiando-se em Barbosa (1995,p.70)

Com data de 30 de outubro de 1834, o Presidente da Província dirigia um ofício, pedindo informações perto da localidade; da resposta dada pelo capitão-mor Antônio Alves Pereira, acompanhada de um atestado o vigário Pe. Marcelino Rodrigues Ferreira, resposta e atesta do mesmo ano de 1834, verifica-se que o arraial foi construído dentro de uma sesmaria doada aos índios; essa sesmaria foi medida e demarcada, em 15 de junho de 1804 (...)

Com base nesse fragmento, é possível afirmar que inicialmente a terra pertencia aos índios e com o decorrer do tempo a relação com os colonizadores passou a ser conflituosa, devido à disputa territorial. O nome “Presídio dos índios Puris” nos sugere que ao longo de sua formação, muitos índios foram aprisionados e retirados da posse de suas terras para que ocorresse a dominação dos colonos para a construção de um novo povoado, dentro dos preceitos da colonização portuguesa.

Ainda citando Barbosa (1995), depois de grandes dificuldades e padecimentos, estabeleceu-se a paróquia dedicada a São João Batista, no local denominado de “Presídio dos índios Puris”. As modificações nas denominações do município foram: Presídio dos Índios Puris > Presídio de João Batista > São João Batista dos Índios Coropós > São João Batista do Presídio > Rio Branco > Visconde do Rio Branco. Com a finalidade apagar as mortes ocorridas nos conflitos com os índios, pensaram em fazer uma homenagem a São João Batista conduzidas pelo Padre Manuel Jesus Maria, conhecido como “o grande apóstolo dos índios”.

Conforme Carvalho (2014), as nomeações de nomes religiosos dadas aos locais ressaltam ainda a preocupação do homem português de deixar a sua crença registrada na toponímia local. Isso demonstra que para diluir a influência indígena, usaram figuras religiosas para nomear os locais e reduzir o peso do extermínio realizado na região no processo de sua construção como sede distrital. No caso das nomeações anteriores de “Visconde de Rio Branco”, percebemos uma tentativa, na verdade, de apagar o passado obscuro da região que ficou marcada pela dizimação de povos indígenas ocupantes do local.

A colônia é, geralmente, composta de um ou alguns desses conjuntos regionais (preexistentes ou criados pelo colonizador). Porém, o território colonial vai além dessas unidades, incorporando também áreas de trânsito sem ocupação perene, e os lugares recém-ocupados com uma colonização não consolidada. Boa parte da vida colonial ocorre nestes espaços, que têm por marca o uso transitório e ocupação efêmera, realizada por agentes sociais que têm por qualidade o deslocamento espacial contínuo (MORAES, 2008, p. 69).

A *aculturação* ocorreu em virtude do apagamento das etnias indígenas em que muitos morreram e outros podem ter se adaptado aos costumes impostos para sobreviver e a *deculturação* pelos povos primários da região terem a sua manifestação cultural própria inviabilizada e sobreposta aos valores dos portugueses que trouxeram uma nova cultura obrigatoriamente a ser seguida por povos distintos.

Além de apagamentos relacionados aos povos indígenas, africanos e religiosos, tivemos também o apagamento de nomes que inicialmente foram inspirados em acontecimentos realizados com os desbravadores ao longo da vivência no município e outras nomeações de motivações diversas. Podemos citar como exemplo o município de Leopoldina (1854). A *Enciclopédia dos municípios brasileiros do IBGE (1959)* atesta que a primeira denominação da cidade de Leopoldina, “Feijão Cru”, ocorreu nos primórdios do desbravamento, quando os primeiros brancos que buscavam por boas terras acamparam à margem de um ribeirão. O nome inicial ocorreu pelo descuido do cozinheiro da comitiva, que não prestou atenção ao fogo, por ter se distraído para espantar os animais ao redor, e ao verificar o alimento viu que o feijão estava muito duro. A denominação do local posteriormente foi mudada para “São Sebastião do Feijão Cru”, acrescentando à denominação primitiva, em primeira posição, o nome de um santo, posteriormente substituído por “Leopoldina”.

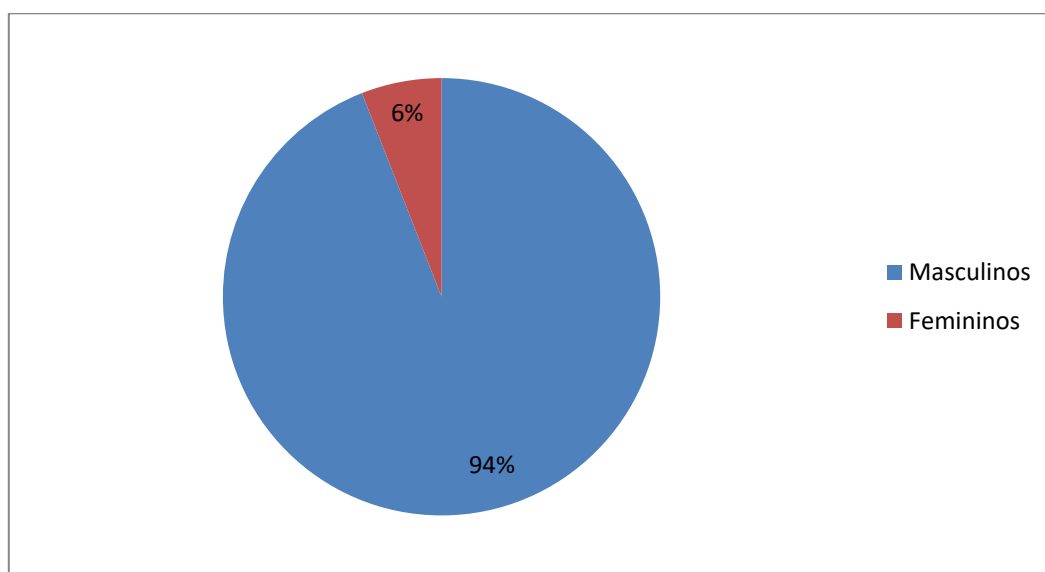
É importante ressaltar que o topônimo, além de prestar homenagens e valorizar tradições, também dá voz a um povo, constitui-se, assim, um instrumento de pesquisa que retrata a sociedade em suas diferentes épocas.

O topônimo é um pequeno texto, é um pequeno discurso, depositário de toda uma situação de fala e das complexas relações que a sustentam, e depositário também do momento histórico, e do pensamento que configura esse momento histórico e/ou é por ele configurado. E esse pequeno discurso, diferente dos demais porque pode durar séculos ou milênios, ao mesmo tempo preserva e revela, ou apenas desvela, as ideologias que o engendraram ou que por ele perpassam. (FAGGION, MISTURINI, DAL PIZZOL, 2013, p. 1)

### 4.3 O gênero dos historiopotônimos

Sobre o gênero dos topônimos registrados, percebemos que há predominância de historiopotônimos do gênero masculino, os quais totalizam 111 em dados numéricos, correspondendo a 94% em números percentuais. Contabilizamos 8 ocorrências do gênero feminino, correspondendo a 6% de dados percentuais, quais sejam: *Mariana* (H.I), *Cristina* (H.N), *Heliadora* (H.N), *Leopoldina* (H.N), *Pompeu - Joaquina Bernarda da Silva* (H.N), *Dona Eusébia* (H.M), *Maria da Fé* (H.M.), *Gouveia – Francisca Gouveia* (H.M). O gráfico 2 registra essa parca, porém representativa ocorrência de historiopotônimos femininos.

**Gráfico 4 – Gêneros dos historiopotônimos**



Fonte: elaborado pela própria autora (2021)

#### 4.3.1 Sobre os nomes históricos femininos

Precisamos entender que, desde muito tempo, o Brasil reduziu ou até mesmo anulou a presença das mulheres devido aos valores culturais patriarcais e excludentes que restringiam suas atuações, fazendo com que ficassem à sombra da história. A sua função estava relacionada ao convívio da vida em família e afazeres do lar, tendo, muitas vezes, abordagens superficiais sobre o seu papel social. Para refletirmos melhor sobre isso, citamos Margareth Rago que discorre de maneira pertinente sobre o tema.

A recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente para pensar o sujeito universal, ou ainda as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas (RAGO, 199.p.81)

Por meio das afirmações de Rago (1999), podemos aplicar à realidade dos topônimos históricos, cujas homenagens prevalecem relacionadas aos homens, demonstrando sempre a sua relevância maior nos meios cultural, econômico, social, e político, os quais conduziram a história, especialmente em Minas Gerais, por ser uma região mais tradicional, marcada pela religiosidade e pelos costumes de uma sociedade na qual as mulheres não costumavam ter papéis de destaque.

Conforme destacamos, em 4.3, são oito o número de mulheres que foram homenageadas dando nome a municípios mineiros. Três pertenceram à realeza – *Cristina*, *Leopoldina* e *Mariana*; uma foi poetisa, mineradora e ativista política em cenário nacional, participou de um importante movimento nativista/separatista conhecido como Inconfidência Mineira, a qual foi uma das Inconfidentes, Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira – *Bárbara Heliadora*, casada com o também Inconfidente Alvarenga Peixoto. Dona Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco Souto Mayor de Oliveira Campos, conhecida como *Joaquina de Pompéu* foi fazendeira e senhora de escravos. *Dona Eusébia*, também foi possuidora de terras junto ao marido. Maria da Fé e Francisca Gouveia foram homenageadas, sobretudo pela força da fé.

Como representantes dos nomes históricos femininos, temos três personalidades femininas pertencentes à realeza, com parentesco entre si, que foram importantes para a história do Brasil colonial e imperial: Maria Ana de Áustria (rainha de Portugal que inspirou o nome do município mineiro “Mariana”), Imperatriz consorte Tereza Cristina (inspiração para nomeação do município mineiro como “Cristina”) e Princesa Leopoldina (filha de Dom Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina, inspiração para a nomeação do município mineiro “Leopoldina”).

Dona Maria Ana de Áustria (devido à sua origem) motivou o nome da cidade mineira de Mariana. Nasceu em 7 de setembro de 1683 e faleceu em 14 de agosto de 1754, foi esposa do rei Dom João de Portugal e Rainha consorte do país de 1708 a 1750. Além disso, foi regentes por duas vezes, em 1716 e 1742, devido às inviabilidades do marido. Foi arquiduquesa da Áustria, por ser filha do Imperador Leopoldo I do Sacro Império Romano-germânico com sua terceira esposa Leonor Madalena de Neuburgo.

**Figura 6 - D. Maria Ana de Áustria – rainha de Portugal**



Fonte: Jean Ranc – Museu Del Prado<sup>17</sup>

Era conhecida por ser uma mulher bonita, culta, devota e virtuosa, mas que foi infeliz no casamento devido à infidelidade do marido. Além disso, foi uma rainha empreendedora em reformas na corte portuguesa e os seus costumes, devido ao seu comportamento classista e uma das grandes influências foi a segregação entre homens e mulheres, assim como a entre servos e senhores. Ao se tornar a regente mostrou sua competência e justiça. Foi responsável pela fundação do convento de São João Nepomuceno em Lisboa, para as carmelitas alemão, onde foi ser sepultada. Recomendou ao seu filho D. José I que nomeasse o Sebastião José de Carvalho e Mello para ser ministro. Devido aos seus atributos e a sua importância em Portugal que a tornaram inspiração para nomear o município mineiro em 1745.

O nome do município de “Cristina” foi escolhido para homenagear a Imperatriz Dona Teresa Cristina de Bourbon-Sicílias, esposa de Dom Pedro II. Nascida em Nápoles, capital do Reino das Duas Sicílias, foi a nona filha dos doze filhos do Rei Francesco I, das Duas Sicílias, com a sua segunda esposa, a Infanta Maria Isabel da Espanha. Foi casada por procuração com seu primo Dom Pedro II aos 21 anos e tiveram quatro filhos: Dom Afonso Pedro (Príncipe Imperial), Dona Isabel (Princesa Imperial), Dona Leopoldina (Princesa Imperial) e Dom Pedro Afonso (Príncipe Imperial).

---

<sup>17</sup> Jean Ranc - museodelprado.es / Pintura de por Pompeo Batoni no Palácio Nacional da Ajuda.



Conhecida como a italiana com coração brasileiro, a Imperatriz tem uma grande relevância na história do Brasil por ter contribuído para o desenvolvimento cultural e social no país embora a história lhe desse estereótipos de uma imperatriz silenciosa, durante décadas. Sua presença foi importante para que Dom Pedro confiasse em sua função como monarca constitucional e consolidasse uma monarquia com bases mais sólidas, de maneira que colocasse a família real em uma posição fundamental para a nação brasileira, sendo um modelo que todos iriam se espelhar. Foi expulsa do Brasil em 1889, após a proclamação da República, a qual deixou um grande legado que foi redescoberto na história, desconstruindo alguns estereótipos que não foram condizentes com suas verdadeiras ações.

**Figura 7 - Princesa napolitana Teresa Cristina de Bourbon.**



Fonte: Revista de história da Biblioteca Nacional (2007)<sup>18</sup>

Dentre muitos adjetivos utilizados para qualificar a Imperatriz, Dona Tereza Cristina ficou conhecida como a “Imperatriz Arqueóloga”, devido ao seu apreço pelas civilizações antigas e pela cultura material que possuíam, por ter nascido em uma região, Nápoles, que foi conhecida na antiguidade conhecida “Magna Grécia” e os seus avós terem comissionado escavações de Pompéia e Herculano. A Imperatriz tinha um sítio arqueológico no quintal de sua casa e deu continuidade ao trabalho desenvolvido por seus antepassados, nas terras brasileiras assim como compartilhava seus interesses científicos e tecnológicos com Dom Pedro II.

---

<sup>18</sup> José Correia de Lima - Revista de História da Biblioteca Nacional. Issue 17, Year 2, February 2007. Pintado em 1843 pelo artista brasileiro José Correia de Lima.

**Figura 8 - Imperatriz Teresa Cristina**

Fonte: Artnet<sup>19</sup>

Ficou conhecida como “mãe dos brasileiros” devido ao seu retrato aos 27 anos, no qual apareceu junto aos seus três filhos, Princesa Leopoldina, de 2 anos, Pedro Afonso, nascido um ano antes da pintura e a Princesa Isabel, com 3 anos em um cenário tropical. A imagem continha um apelo romântico que transmitiu a ideia de que a imperatriz fosse uma mãe amorosa que tivesse um grande apego aos filhos. Isso, na verdade, mostrou um certo apelo político, pois era comum pintar as soberanas cercadas de seus filhos como uma forma de simbolizar a nação, representada pelos príncipes e pelas princesas, e a monarca rodeada por eles era enaltecida como a figura materna do reino.

Ao longo dos estudos históricos, foi possível ver que a sua figura teve grande importância para o Brasil e trouxe grandes contribuições no contexto de seu reinado junto a Dom Pedro II. Devido ao seu destaque, um município mineiro recebeu a nomeação em sua homenagem apenas pelo nome “Cristina”, o qual foi nomeado no ano de 1850. A princípio, é possível pensar que se trata de um nome avulso, mas quando recorremos à história do município e o que o inspirou no processo de nomeação, podemos ver que foi a Imperatriz Tereza Cristina, uma figura histórica no nosso país.

---

<sup>19</sup> Fonte: [http://www.artnet.com/Artists/LotDetailPage.aspx?lot\\_id=1E5039FDAA99691B](http://www.artnet.com/Artists/LotDetailPage.aspx?lot_id=1E5039FDAA99691B). Pintura de 1849 por Ferdinand Krumholz.

Outro historiotopônimo da realeza que motivou o nome de um município mineiro foi “Leopoldina” para homenagear a princesa Leopoldina Teresa Francisca Carolina Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga, segunda filha do Imperador Dom Pedro II e da Imperatriz consorte Tereza Cristina, pertencente à Casa de Bragança. Nasceu no dia 7 de setembro de 1847, no Palácio de São Cristóvão, e o seu nome foi em homenagem a sua avó paterna, Maria Leopoldina da Áustria. Foi bem instruída desde cedo para ser uma mulher culta e independente pela Condessa de Barral, amante de Dom Pedro II. Teve um sistema de educação particular rigoroso e vigiado pelo Imperador, que se preocupava com a formação cultural de sua família. Dominava diversas línguas e áreas do conhecimento como álgebra, astronomia, desenho, filosofia, mineralogia, botânica, música etc.

**Figura 9 - Princesa Dona Leopoldina (1864)**



Fonte: “Uma crônica fotográfica”<sup>20</sup>

Renunciou aos seus títulos ao se casar com o príncipe Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gota assumindo os títulos de Princesa de Saxe-Coburgo-Gota e Duquesa de Saxe. Foi a segunda na linha de sucessão ao trono do Império do Brasil, mesmo com o casamento de sua irmã mais velha, Princesa Isabel, por causa de suas dificuldades em gerar herdeiros. Morreu aos 23 anos, em 7 de fevereiro de 1871, devido a uma doença que a fez ter delírios e convulsões. Em 1854, o município mineiro nomeado de São Sebastião do Feijão Cru, passou a ser nomeado “Leopoldina” em homenagem à princesa. Segundo o memorialista Barroso (1943) em “Leopoldina e seus primórdios”, a cidade foi visitada por Dom Pedro II e sua esposa, a Imperatriz Tereza Cristina.

<sup>20</sup> Augusto Stahl (1828-1877) - Ermakoff, George. Rio de Janeiro - 1840-1900 - Uma crônica fotográfica. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2006 ISBN 85-98815-05-5

(...) no dia 30 de abril, Leopoldina marcava nos seus faustos a visita altamente desvanecedora das Suas Majestades Imperiais D. Pedro II e D. Cristina que em sua pequena comitiva, concluíram naquela cidade, sua longa peregrinação pela província de Minas. (JUNIOR, Barroso, 1943, p.51)

Embora vindas de uma realeza tradicional, a qual tinham de manter os preceitos morais que as tornavam uma imagem a ser espelhada pela população, essas três mulheres puderam mostrar que não foram meras figuras decorativas, exercendo papéis sociais significativos. Maria Ana manteve tradições classistas, mas foi rainha regente; a Imperatriz Tereza Cristina tinha ligação com a ciência, as artes e ganhou alcunhas como “Mãe dos brasileiros”, “Imperatriz Arqueóloga”, que mostraram o quanto era ativa socialmente, deixando uma imagem forte no Brasil. A Princesa Leopoldina, mesmo tendo uma morte prematura, foi uma mulher culta e independente. De acordo com TAPIOCA Neto (2016) p.5, as mulheres da realeza eram

Educadas desde pequenas para representarem o seu país de origem numa corte distinta, poucas foram as que tiveram a sorte (ou o azar) de casar com um homem da sua escolha. Uma vez rainhas, deveriam zelar pela reputação do governo através de atos que engrandecessem a imagem dos reis, como a caridade e o patrocínio de instituições. A figura bíblica de Maria, virgem e mãe ao mesmo tempo, deveria ser, portanto, o ideal máximo de uma soberana. A sua principal tarefa, contudo, era gerar uma prole de herdeiros saudáveis para o trono, assegurando, deste modo, a continuidade da dinastia. Se falhasse nesse requisito, estaria a colocar a sua posição em grande perigo. Não obstante, uma conduta recatada e virtuosa era essencial para que qualquer dúvida quanto à legitimidade da prole fosse dissipada, pois a mancha do adultério poderia ser suficiente para condenar uma soberana.

Mesmo mantendo as condutas impostas pela época e pelas tradições reais, não deixaram de ter voz e de mostrar interesses e preceitos que defendiam. Com certeza não viviam uma vida fácil, apesar de serem mulheres da realeza – elas tinham grande responsabilidade perante à sociedade e ao sistema em que viviam, fazendo parte de casamentos por interesse que mantinham sua linha de sucessão viva e sempre ativa no poder.

Contemplado com um topônimo feminino também, o município “Heliadora” remete a um antropônimo histórico que faz homenagem a Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira, a Bárbara Heliadora – conhecida por ser a “heroína da Inconfidência Mineira”, nome que carrega por ter sido a primeira mulher que participou de um movimento político no Brasil.

Nascida em 3 de dezembro de 1759, em São João del-Rei – Minas Gerais, era filha de José da Silveira e Souza, português de Tomar e de Dona Maria Josefa Bueno da Cunha, neta do bandeirante Amador Bueno, o “Anhanguera”, o rei de São Paulo em 1641. Conhecida por ter sido bela, prendada (de acordo com os costumes da época), ter tido uma grande formação cultural, religiosa e social, tinha grande ligação com as letras e os autores

clássicos, dedicou-se à poesia e à música e frequentou os salões aristocráticos da época. Casou-se com Inácio José Alvarenga Peixoto, participante da Inconfidência mineira, e ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, sede em São João del-Rei, o qual dedicou várias poesias a ela como o poema “Bárbara Bela”.

Bárbara Bela  
do Norte estrela  
que o meu destino  
sabes guiar,  
de ti ausente,  
triste, somente  
as horas passo  
a suspirar.  
Isto é castigo  
que o amor me dá.<sup>21</sup>

**Figura 10 – Bárbara Heliodora**



Fonte: Wikipedia<sup>22</sup>

Bárbara Heliodora participou de algumas reuniões dos inconfidentes e foi considerada como heroína do movimento mineiro citado por sua consciência, coragem em não deixar que o esposo vacilasse. Após degredado o seu marido, ela lutou para receber seus bens, pois ficou sem recursos para educar seus filhos. Viveu seus últimos anos na vila Campanha da Princesa, onde atualmente é o município de São Gonçalo do Sapucaí. Seguiu a vida mantendo as propriedades de mineração e agricultura, tendo como sócio João Rodrigues de Macedo, amigo de Alvarenga Peixoto. Faleceu no dia 24 de maio de 1819 e

<sup>21</sup> In: LAPA, M. Rodrigues. Vida e obra de Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: INL, 1960.

<sup>22</sup> Óleo sobre tela em poder de Olga Bueno  
Pintura de Bárbara Heliodora em óleo sobre tela, cerca de 1790

foi sepultada na Igreja Matriz de São Gonçalo do Sapucaí. A sua atuação no movimento da Inconfidência Mineira nos faz refletir sobre vários aspectos, dentre eles o modo como eram retratadas naquele período como musas ou mulheres que causavam desavenças entre os homens por causa de questões amorosas, como afirma Reis (1989 p.88).

De forma geral quando a mulher lembrada na Inconfidência, surge a imagem da musa inspiradora de poetas: Maria Doroteia "era objeto de atenções poético-amorosas do ouvidor Gonzaga". Maria Joaquina Anselma de Figueiredo, primeira paixão e amante de Gonzaga foi o seu "amor ( ) roubado" pelo governador da capitania Luís da Cunha Meneses (o "Fanfarrão Minosio") alvo de críticas do dito poeta, autor das famosas Cartas Chilenas.

Embora Alvarenga Peixoto fizesse versos sobre sua esposa, isso não quer dizer que ela tenha assumido o papel de musa, idealizada como era nos poemas da época. Como reconhecimento de sua importância, o seu segundo nome designou um município mineiro, que anteriormente foi chamado de Santa Isabel para atribuir a nomeação que prestasse homenagem em 1953.

O município de Pompéu traz muitas histórias dentre elas a de Joaquina do Pompéu que motivou a perpetuação da nomeação do município mineiro, incorporando o nome Pompéu. Dona Joaquina Bernarda da Silva Abreu Castelo Branco Souto Maior de Oliveira, nasceu no ano de 1752 e faleceu no ano de 1824. Foi conhecida por ter sido uma grande fazendeira e produtora agropecuária na região do Centro Oeste de Minas Gerais, cujos feitos influenciam até hoje na cultura local devido à memória presente no local que levou o seu nome e na região influenciada por sua família, segundo Noronha (2006)

A atualidade e a força dessa memória estão expressas em pelo menos duas circunstâncias importantes: a) no discurso das pessoas do Alto São Francisco, como constituinte do seu universo simbólico; b) na importância dada a essa lembrança que funciona como um ícone representativo de certos valores e situações para aqueles que se lembram. Essa última se encontra evidenciada na preocupação e no empenho – daqueles que se consideram descendentes de Joaquina do Pompéu – em registrar sua memória e a cobrança, muitas vezes implícita, de uma abordagem ‘digna’ de sua história.

Dona Joaquina viveu um período marcado por transformações econômicas, sociais e políticas no Brasil como a descoberta, a ascensão e o declínio da produção do ouro, o povoamento do interior do país, o comércio de bens primários, o abastecimento da Colônia pela pecuária, a criação de gado, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil e a sua independência.

Ficou conhecida como a “Dama do sertão” devido a sua grande influência na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX, a qual chegou a participar nas lutas pela independência do Brasil. Em uma sociedade patriarcal, em que era difícil para uma

mulher ter uma ascensão profissional por serem consideradas incapazes de assumirem o controle comercial e político, Joaquina se tornou uma referência por se impor e se igualar à figura do homem ao instituir o seu matriarcado, tornando-se uma mulher de negócios. Com a sua atitude empreendedora, foi capaz de aumentar o patrimônio de sua família e ganhou prestígio junto às figuras políticas importantes no contexto da época, ao ponto de autoridades pedirem o seu auxílio em tempos difíceis. Dedicou-se a produção de gêneros básicos para alimentação da Colônia.

### **Figura 11 – Joaquina do Pompéu**



*Joaquina do Pompéu*

Fonte: Portal Patrocínio<sup>23</sup>

Casada com o Capitão Inácio de Oliveira Campos, Comandante da Companhia de Ordenanças, parte da Milícia dos Dragões de Minas Gerais, adquirem a fazenda Lavapés, localizada na época, próxima a Vila de Pitangui, onde se produzia milho e feijão, além da criação de gado. Posteriormente, adquiriram a fazenda Nossa Senhora da Conceição, cujo dono era o fazendeiro Antônio Pompeu Taques – senhor Pompeu – influenciando no nome pela qual Joaquina ficou conhecida, Dona Joaquina do Pompéu, pois se referia a fazenda do dono anterior. De acordo com Souza (2016), que cita Lenharo, Dona Joaquina do Pompéu se estabeleceu no mercado de gado e fez inúmeras contribuições para a Coroa Portuguesa. Os memorialistas Coriolano Ribeiro e Jacinto Guimarães apresentaram uma carta que descobriram os biógrafos da personalidade mencionada, com a data de 28 de agosto de 1808,

---

<sup>23</sup> <http://www.portal.patrocínio.mg.gov.br/pm/index.php/municipio/historia>

escrita por Diogo Pereira de Vasconcelos, conhecido como representante comercial da fazendeira Vila Rica, a qual tinha considerações sobre a atividade empreendedora realizada por ela.

Dizia (...) estar satisfeito com a doação de D. Joaquina, pois conseguiria também encaminhar uma carta da proprietária mineira ao príncipe regente, gesto que ‘abonava o seu patriotismo’. Essa carta-documento é demonstrativa de uma situação muito curiosa e reveladora das condições operacionais do empresariado ligado ao abastecimento da Corte. Segundo o representante, não estava fácil, naquele momento, de se encontrar compradores para que fossem providenciadas novas remessas de gado. Fazendo doações ao regente, a proprietária mineira estava, portanto, comprimindo as suas próprias possibilidades de mercado. Ela passaria, no entanto, a receber favores do Estado e, do ponto de vista comercial aproveitava-se para sedimentar as suas bases comerciais na praça do Rio de Janeiro, familiarizando-se com as condições de funcionamento do mercado.

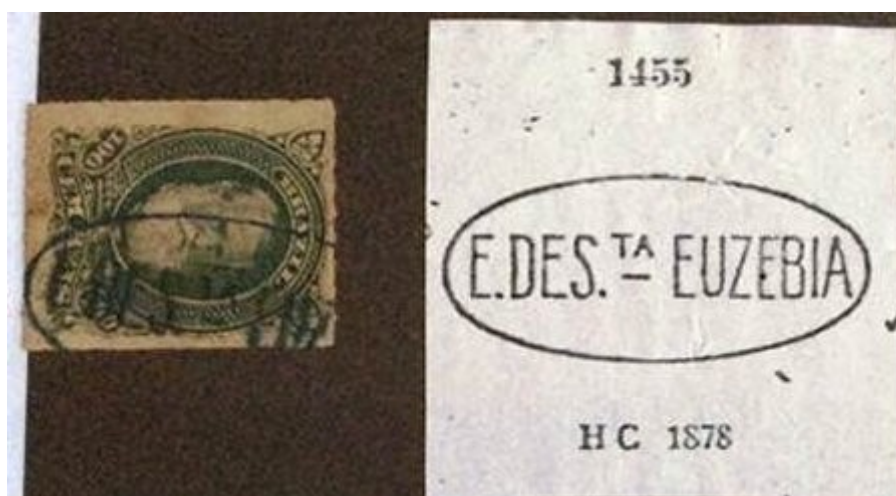
É inegável o papel exercido por Dona Joaquina no desenvolvimento de uma economia local. Sua importância foi tamanha na região, devido ao seu pioneirismo, que recebeu a nomeação do município mineiro, antes denominado Buriti da Estrada, como Pompéu em 1893. Podemos corroborar que é mais uma grande mulher que entrou para a história e que merece ser conhecida por tudo o que realizou, fazendo com que a motivação toponímica para a nomeação do local se justifique pela contribuição realizada para o progresso da região.

As três personalidades femininas que seguem possuem importância local, todavia não há muitas informações sobre elas. Elas serão apresentadas com informações restritas em relação às que foram apresentadas anteriormente.

O município de Dona Eusébia é uma homenagem a Dona Eusébia Joaquina de São José, ou no nome de casada Eusébia Joaquina de Souza Lima, esposa do fazendeiro Domingos José de Souza Lima. Nasceu em Lamim, no ano de 1805 e faleceu em Leopoldina, no ano de 1890. Conhecida como uma mulher bondosa, que contribuiu para o desenvolvimento local, doando terras para a construção da via férrea. Em decorrência desse ato, a estação ferroviária local tinha o seu nome em 28 de fevereiro de 1880, já o nome do município que presta a homenagem a essa figura histórica ocorreu em 1938.



**Figura 12 - 1879 - Carimbo postal da estação com o nome de Santa Euzebia**



Fonte: Estações ferroviárias<sup>24</sup>

O município de “Maria da Fé” presta homenagem a Dona Maria Vilas Boas Machado, destacada como uma senhora de grande piedade e de uma fé profunda, por isso a alcunha de Maria da Fé. Além de ser uma mulher devota, conforme exposto pelo nome que a tornou popular, possuía um jeito empreendedor para administrar os negócios, com sua iniciativa e coragem. Mudou-se com o seu marido e seus filhos para a fazenda dos Campos, em 1815, local que ocupava grande parte do território que corresponde ao município atual, que anteriormente se chamava Campos de Maria da Fé e em 1891 passou denominar-se “Maria da Fé”.

O município de “Gouveia” homenageia Dona Maria de Gouveia, destacando seu sobrenome “Gouveia” – uma mulher de origem portuguesa, uma das primeiras habitantes da região, dona de uma pensão localizada em Arraial Velho. Deliberou a transferência dos moradores do local para sua fazenda e conseguiu erigir uma capela em homenagem a Santo Antônio, santo de quem era devota, fazendo com que a denominação primitiva do município fosse “Santo Antônio do Gouveia”. Tempos depois, a capela foi elevada a categoria de Vila, apenas com a denominação de Gouveia em 1738, em sua homenagem. Foi responsável diretamente pelo desenvolvimento da povoação local, devido a sua aptidão comercial e política. Por meio de sua influência nessas áreas, conseguiu fazer com que o Arraial tivesse um grande progresso, atraindo mais famílias para contribuir para o crescimento populacional e o desenvolvimento do povoado na época.

<sup>24</sup> [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl\\_mg\\_linhadocentro/daeuzebia.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_mg_linhadocentro/daeuzebia.htm) //(reprodução do selo: Fabio Monteiro).

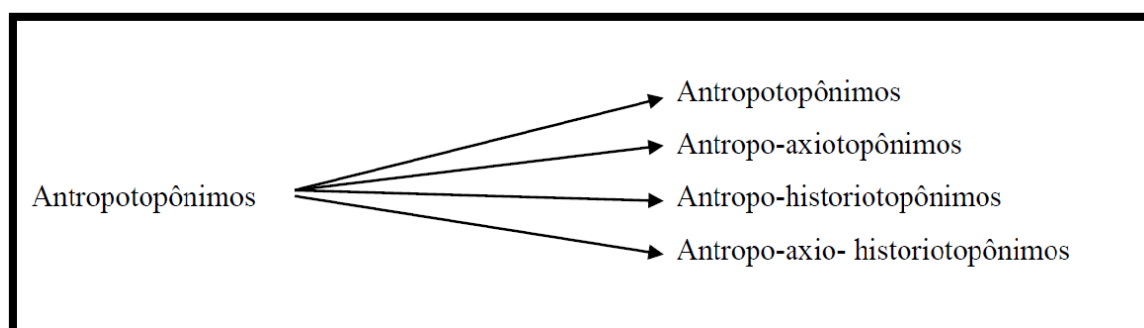
De acordo com as informações apresentadas sobre as oito personagens históricas femininas, foi possível ter a noção da importância de cada uma e de suas funções no contexto em que viviam – todas se mostraram mulheres destemidas, fortes, com capacidades de liderança. Há que se destacar que todas as mulheres que nomeiam municípios mineiros viveram por volta do século XVIII e XIX.

Os historiopotônimos de gênero feminino são significativos, mesmo sendo pouco numerosos, pois mostram a ruptura de padrões patriarcais da época, a valorização e o reconhecimento do papel da mulher na sociedade.

### 4.3 Aplicando a proposta de classificação de Faria

Nesta seção, faremos uma análise da classificação toponímica dos historiopotônimos, tendo em vista a sua composição morfológica e semântica, aplicando a proposta de classificação toponímica de Faria (2017) que inclui antropopotônimos, axiotopônimos e historiopotônimos. De acordo com a linguista, como as taxes citadas remetem à categoria dos antropônimos, seria possível agrupá-las em uma única taxe, englobando as demais, como se ilustra a seguir:

**Figura 13 – Classificação dos Topônimos, conforme Faria (2017)**



Fonte: Faria (2017, p.112)

Faria (2017) justifica sua proposta argumentando que, antes de uma pessoa receber um determinado título, ela já era conhecida por seu nome de batismo, o que nos leva a corroborar essa afirmativa, concordando que um nome antes de ser categorizado como histórico, faz referência a um cidadão comum. Nas palavras de Faria (2017),

Consideramos que todos os indivíduos que se incluem nas taxonomias de axiotopônimos e parte dos historiopotônimos – topônimos que destacam pessoas que receberam títulos e que possuem reconhecimento local, regional, nacional ou internacional – antes de serem reconhecidos como autoridades ou históricos, foram cidadãos comuns que tiveram seus nomes registrados em pia batismal e em cartório. Desse modo, propomos a seguinte divisão: Antropopotônimos; Antropo-axiotopônimos; Antropo-historiotopônimos; Antropo-axio- historiotopônimos. (FARIA,2017. p,111)

As classificações taxonômico-toponímicas de Dick (1990) direcionam os estudos que integram o Projeto ATEMIG, no qual se vincula esta pesquisa, mas novas reflexões sobre os dados, como as sugeridas por Carvalho (2014) e Faria (2017) têm sido importantes e têm gerado ampliações para algumas taxes inicialmente propostas pela toponimista em 1990.

No caso dos historiotopônimos que nomeiam os 119 municípios mineiros, a classificação proposta por Faria (2017) é bastante adequada e traz reflexões sobre nossos dados, conforme ilustramos no quadro apresentado a seguir:

### Quadro 23- Classificação dos topônimos, conforme Faria (2017)

<p>1- <i>Governador Valadares</i>  Estrutura: formado pelo axiônimo “Governador” + sobrenome.  Classificando segundo,  Dick (1990) → Axiotopônimo  Sayão(2023) → Historiotopônimo estadual  Tomando como base a análise de Sayão(2023), esta seria a taxe proposta por Faria (2017) → Antropo-axio-historiotopônimo (ao antropônimo <i>Valadares</i>, cidadão comum, acrescentou-se, posteriormente, o axiônimo <i>Governador</i>, que se tornou um nome histórico no estado de Minas Gerais)</p> <p>.....</p> <p>2- <i>Afonso Arinos</i>  Estrutura: nome + sobrenome  Classificando segundo,  Dick (1990) → Antropotopônimo  Sayão (2023) → Historiotopônimo estadual  Tomando como base a análise de Sayão (2023), esta seria a taxe proposta por Faria (2017) → Antropo-historiotopônimo (o antropônimo passou a ser reconhecido como de valor histórico)</p>
---

Fonte: elaborado pela própria autora (2023)

Baseando-se nos exemplos, vemos que os 119 historiotopônimos do *corpus* desta pesquisa podem figurar em mais de uma taxe, afirmamos que as duas subdivisões propostas por Faria (2017) que mais são adequadas ao trabalho são as de “antropo-historiotopônimo” e “antropo-axio-historiotopônimo”. A primeira taxonomia proposta pela autora consiste nos topônimos que além de homenagear uma pessoa (antropotopônimo – nome próprio individual), também homenageia o papel histórico desempenhado por ela. Os topônimos do quadro abaixo classificam-se dessa forma, pois além de serem historiotopônimos, foram em um primeiro momento antropotopônimos. Em ordem de classificação, internacional, nacional, estadual, e municipal, computamos 83 antropo-historiotopônimos.

**Quadro 24 - Os antroponímicos**

1	Alfenas	43	Araújos
2	Cristina	44	Astolfo Dutra
3	Leopoldina	45	Baldim
4	Mariana	46	Bandeira
5	Bocaiúva	47	Belmiro Braga
6	Carlos Chagas	48	Botelhos
7	Delfim Moreira	49	Brás Pires
8	Diogo de Vasconcelos	50	Cláudio
9	Francisco Badaró	51	Carvalhos
10	Francisco Sá	52	Curvelo
11	Lima Duarte	53	Dionísio
12	Santos Dumont	54	Durandé
13	Tiradentes	55	Ewbank da Câmara
14	Wenceslau Braz	56	Felício dos Santos
15	Alfredo Vasconcelos	57	Francisco Dumont
16	Antônio Carlos	58	Gonçalves
17	Andradas	59	Gonzaga
18	Arinos	60	Gouveia
19	Augusto de Lima	61	Guidoval
20	Bias Fortes	62	João Monlevade
21	Bueno Brandão /	63	José Gonçalves de Minas
22	Cisneiros	64	José Raydan
23	Faria Lemos	65	Lamim
24	João Pinheiro	66	Lassance
25	Raul Soares	67	Leandro Ferreira
26	Teófilo Otoni	68	Marliéria
27	Antônio Prado de Minas	69	Maria da Fé
28	Couto de Magalhães de Minas	70	Mário Campos
29	Cristiano Otoni	71	Mateus Leme
30	Fernandes Tourinho	72	Matias Cardoso
31	Heliodora	73	Matias Lobato
32	Inconfidentes	74	Medeiros
33	Joaquim Felício	75	Nacip Raydan
34	Martins Soares	76	Paiva
35	Martinho Campos	77	Paula Cândido
36	Mendes Pimentel	78	Pedro Leopoldo
37	Mesquita	79	Pedro Teixeira
38	Olímpio Noronha	80	Simão Pereira
39	Oliveira Fortes	81	Teixeiras
40	Pompéu	82	Veríssimo
41	Resende Costa	83	Vieiras
42	Antônio Dias		

Fonte: elaborado pela própria autora (2022)

Nos 83 antroponímicos, há nomes históricos que apresentam diferenças entre o seu nome original, nome de registro e o nome que ficaram conhecidos socialmente para posteriormente serem homenageados na nomeação do município. Alguns nomes não fazem referência necessariamente a uma única personalidade, mas a famílias como os topônimos “Alfenas” (homenagem a João Martins de Alfena e José Martins de Alfena), “Gonçalves” (homenagem a Antônio, Maria, Mariana Gonçalves), “Medeiros” (homenagem a Jacinto e Manuel Medeiros) e “Teixeiras”, sendo representados no plural para indicar que se trata de uma referência a mais de uma pessoa. Há alguns nomes como “Cisneiros”, “Vieiras” que, de fato, são um sobrenome de uma pessoa só.

Outro topônimo que indica ideia de coletividade e não se refere a uma personalidade histórica específica é o “Inconfidentes”, que designa o nome dos participantes que fizeram parte da revolta separatista chamada de “Inconfidência Mineira”.

Há historiotopônimos também que são compostos apenas pelo sobrenome da pessoa homenageada como ocorre em “Gouveia” (Maria de Gouveia), “Mesquita” (Jerônimo José Mesquita) entre outros. O nome “Heliadora” (Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira), no caso, faz parte do nome composto da poetisa e não é considerado o seu sobrenome assim como “Cristina” (Tereza Cristina Maria de Bourbon), nome composto da Imperatriz. Um nome que foi aportuguesado foi “João Monlevade”, pois era o nome do francês Jean-Antoine Félix Dissandes de Monlevade.

Um outro historiotopônimo que deve ser destacado, cujo nome da cidade nada tem a ver com o nome de registro da pessoa homenageada é Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco, conhecida pelo nome de “Joaquina do Pompéu”. A história adotou esse nome pelo fato de Dona Joaquina ter residido junto com o seu marido na fazenda que pertenceu a Antônio Pompeu Tanques, “Sobrado do Pompeu”. Há, também, o topônimo “Tiradentes” nome pelo qual ficou conhecido um dos símbolos nacionais Joaquim José da Silva Xavier.

Isso mostra que nem todo topônimo que nomeia determinado logradouro usa o nome de registro de quem foi homenageado. O nome que faz referência à pessoa pode ser por meio de seu apelido, ter uma só parte do nome, nome artístico que o fez conhecido em vista do outro. Além disso, nem todo nome histórico presta homenagem apenas a uma pessoa e sim à família, o que pode ocorrer quando o sobrenome sofre flexão de número.

Vale ressaltar que as motivações toponímicas são diversas e os antroponímicos que migram para topônimos, muitas vezes são alterados. Para melhor visualização de todos os

nomes originais e os nomes históricos, que os tornaram conhecidos, apresentamos os antroponímicos no quadro abaixo.

**Quadro 25- Nomes originais x antroponímicos**

<b>Nomes originais</b>	<b>Nomes históricos</b>
1- João Martins de Alfena e José Martins de Alfena	Alfenas
2- Alfredo de Barros Vasconcelos	Alfredo Vasconcelos
3- Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	Andradas
4- Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	Antônio Carlos
5- Antônio Dias de Oliveira	Antônio Dias
6- Antônio da Silva Prado	Antônio Prado de Minas
7- Alves Araújo	Araújo
8- Maximiano Afonso Arinos de Melo Franco	Arinos
9- Astolfo Dutra Nicácio	Astolfo Dutra
10- Antônio Augusto de Lima	Augusto de Lima
11- Ubaldino	Baldim
12- José Bandeira	Bandeira
13- Brás Pires Farinho	Brás Pires
14- Belmiro Ferreira Braga	Belmiro Braga
15- Crispim Jacquer Bias Fortes	Bias Fortes
16- Quintino Bocaiúva	Bocaiúva
17- Joaquim Botelho de Carvalho	Botelhos
18- Júlio Bueno Brandão	Bueno Brandão
19- Carlos Ribeiro Justiniano Chagas	Carlos Chagas
20- Cláudio	Cláudio
21- Não encontrado	Carvalhos
22- Bernardo Cisneiros Costa	Cisneiros
23- Tereza Cristina Maria de Bourbon	Cristina
24- Cristiano Benedito Otoni	Cristiano Otoni
25- José Vieira Couto de Magalhães	Couto de Magalhães de Minas
26- Antônio Ávila Curvelo	Curvelo
27- Delfim Moreira da Costa Ribeiro	Delfim Moreira
28- Diogo Luís Pereira de Vasconcelos	Diogo de Vasconcelos
29- Dionísio	Dionísio
30- Durand	Durandé
31- José Felipe Neri Ewbank da Câmara	Ewbank da Câmara
32- Francisco de Faria Lemos	Faria Lemos
33- Francisco Coelho Duarte Badaró	Francisco Badaró
34- Francisco Dumont	Francisco Dumont
35- Francisco de Sá	Francisco Sá
36- Joaquim Felício dos Santos	Felício dos Santos
37- Sebastião Fernandes Tourinho	Fernandes Tourinho
38- Antônio, Maria, Mariana Gonçalves	Gonçalves
39- Joaquim Gonzaga	Gonzaga
40- Maria de Gouveia	Gouveia
41- Guido Tomás Marlière	Guidoval
42- Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira	Heliadora
43- Participantes da Inconfidência	Inconfidentes

44- Jean-Anotoine Félix Dissandes de Monlevade	João Monlevade
45- João Pinheiro da Silva	João Pinheiro
46- Joaquim Felício dos Santos	Joaquim Felício
47- José Gonçalves da Mota	José Gonçalves de Minas
48- José Raydan	José Raydan
49- José Pires Lamim	Lamim
50- Ernesto Antônio Lassance Cunha	Lassance
51- Leandro Ferreira	Leandro Ferreira
52- Leopoldina de Bragança e Bourbon	Leopoldina
53- José Rodrigues de Lima Duarte	Lima Duarte
54- Maria Vila Boas Machado	Maria da Fé
55- Maria Ana Josefa Antônia Regina de Habsburgo	Mariana
56- Guido Tomás Marlière	Marliéria
57- Mário Campos	Mário Campos
58- Martino Alvares da Silva	Martinho Soares
59- Luís Martins Soares	Martins Soares
60- Mateus Leme	Mateus Leme
61- Matias Cardoso	Matias Cardoso
62- Mathias Lobato	Matias Lobato
63- Jacinto e Manuel Medeiros	Medeiros
64- Francisco Mendes Pimentel	Mendes Pimentel
65- Jerônimo José de Mesquita	Mesquita
66- Nacyp Raydan Coutinho	Nacip Raydan
67- Olímpio Noronha	Olímpio Noronha
68- Francisco José de Oliveira Fortes	Oliveira Fortes
69- João Ferreira Paiva	Paiva
70- Francisco Paula Cândido	Paula Cândido
71- Pedro Leopoldo	Pedro Leopoldo
72- Pedro Teixeira	Pedro Teixeira
73- Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco Oliveira Campos	Joaquina de Pompeu
74- Raul Soares de Moura	Raul Soares
75- José Resende Costa	Resende Costa
76- Alberto Santos Dumont	Santos Dumont
77- Simão Pereira de Sá	Simão Pereira
78- Teófilo Benedito Otoni	Teófilo Otoni
79- Antônio Serafim Teixeira	Teixeiras
80- Joaquim José da Silva Xavier	Tiradentes
81- Veríssimo	Veríssimo
82- Lucas Vieira	Vieiras
83- Wenceslau Brás Pereira Gomes	Wenceslau Brás

Fonte: elaborado pela própria autora (2022)

A outra subdivisão proposta por Faria (2017) que podemos aqui adotar é a sub-taxa “antropo-axio-historiotopônimos” que agregam três taxas para classificar os topônimos de nomes históricos do *corpus*. A linguista apresenta que essa classificação consiste nos topônimos que se originam de nomes próprios de pessoas (antropotopônimos), se tornam acompanhados por títulos (axiotopônimos), tornando-se, posteriormente históricos (historiotopônimos). Segue o quadro que os apresentam, de acordo com o levantamento realizados nos nomes históricos presentes.

#### Quadro 26 - Os antropo-axio-historiotopônimos

1	Conselheiro Pena
2	Coronel Fabriciano
3	Dom Bosco
4	Dom Silvério
5	Presidente Bernardes
6	Presidente Juscelino
7	Presidente Kubitschek
8	Senador Amaral
9	Senador Cortes
10	Senador Firmino
11	Senador José Bento
12	Senador Modestino Gongalves
13	Barão de Cocais
14	Conselheiro Lafaiete
15	Governador Valadares
16	Visconde do Rio Branco
17	Barão do Monte Alto
18	Coronel Murta
19	Dom Joaquim
20	Engenheiro Caldas
21	Capitão Andrade
22	Capitão Enéias
23	Comendador Gomes
24	Cônego Marinho
25	Coronel Pacheco
26	Coronel Xavier
27	Dom Cavatti
28	Dom Viçoso
29	Dona Eusébia
30	Frei Gaspar
31	Frei Inocência
32	Frei Lagonegro
33	Juiz de Fora
34	Monsenhor Paulo
35	Padre Carvalho
36	Padre Paraíso

Fonte: elaborado pela própria autora (2023)



De acordo com a proposta de Faria (2017), contabilizamos 83 antropo-historiotopônimos, os quais são nomes próprios individuais e históricos e 36 antropo-axio-historiotopônimos, que se caracterizam por serem nomes próprios individuais que são históricos e acompanhados por títulos como *Barão, Capitão, Comendador, Cônego, Conselheiro, Coronel, Dom, Dona, Engenheiro, Frei, Governador, Juiz, Monsenhor, Padre, Presidente, Senador e Visconde*.

**Quadro 27-Nomes originais x antropo-axio-historiotopônimos**

<b>Nome original</b>	<b>Nome histórico</b>
1- José Feliciano Pinto Coelho da Cunha	Barão de Cocais
2- Francisco Alves da Silva Pereira	Barão do Monte Alto
3- Não encontrado	Capitão Andrade
4- Enéas Mineiro de Souza	Capitão Enéias
5- Antônio Gomes da Silva	Comendador Gomes
6- José Antônio Marinho	Cônego Marinho
7- Lafayette Rodrigues Pereira	Conselheiro Lafaiete
8- Afonso Augusto Moreira Pena	Conselheiro Pena
9- Fabriciano Felisberto Carvalho de Brito	Coronel Fabriciano
10- Inácio Carlos Moreira Murta	Coronel Murta
11- José Manoel Pacheco	Coronel Pacheco
12- Francisco Rodrigues Xavier Chaves	Coronel Xavier
13- João Melchior Bosco	Dom Bosco
14- João Batista Cavati	Dom Cavati
15- Joaquim Silvério de Souza	Dom Joaquim
16- Silvério Gomes Pimenta	Dom Silvério
17- Antônio Ferreira Viçoso	Dom Viçoso
18- Eusébia Joaquina	Dona Eusébia
19- Felipe Moreira Caldas	Engenheiro Caldas
20- Gaspar de Módica	Frei Gaspar
21- Inocêncio	Frei Inocêncio
22- Bernardino Lagonegro	Frei Lagonegro
23- Não encontrado	Juiz de Fora
24- Benedito Valadares Ribeiro	Governador Valadares
25- Paulo Emílio Moinhos de Vilhena	Monsenhor Paulo
26- José Francisco de Carvalho	Padre Carvalho
27- Agostinho Francisco Mendonça de Paraíso	Padre Paraíso
28- Artur da Silva Bernardes	Presidente Bernardes
29- Juscelino Kubitschek de Oliveira	Presidente Juscelino/ Presidente Kubitschek
30- Eduardo Carlos Vilhena do Amaral	Senador Amaral
31- Agostinho Cesário de Figueiredo Cortes	Senador Cortes
32- Firmino Rodrigues da Silva	Senador Firmino
33- José Bento Leite Ferreira de Melo	Senador José Bento
34- Modestino Carlos Gonçalves Moreira	Senador Modestino Gonçalves
35- José Maria da Silva Paranhos	Visconde do Rio Branco

Fonte: elaborado pela própria autora (2023)

Apresentamos, a seguir, os axiônimos que acompanham os nomes próprios individuais que se tornaram nomes históricos e são classificados como antropo-axio-historiotopônimos.

**Quadro 28 - Axiônimos presentes nos nomes históricos**

<b>Título</b>	<b>Significado</b>
Barão	Título nobiliárquico da baixa nobreza existente em muitas monarquias, sendo inferior ao visconde e superior ao baronete ou ao senhor.
Capitão	Posto de oficial existente na maioria dos exércitos do mundo.
Comendador	Titular de ordem militar ou honorífica, cuja dignidade é hierarquicamente superior à do cavaleiro e inferior à da grã-cruz.
Cônego	É o presbítero que vive sob uma regra que o obriga a realizar as funções litúrgicas mais solenes na igreja catedral ou colegiada.
Coronel	Há duas acepções: i) pessoa influente no meio rural que controla o poder público, social e econômico daquela região; ii) patente militar de oficial existente em quase todos os exércitos do mundo.
Conselheiro	Título de honra dado a certas pessoas na época da Monarquia e do Império, no Brasil.
Dom	Pronome de tratamento concedido a monarcas, príncipes, infantes, nobres, a bispos católicos, abades e sacerdotes beneditinos.
Dona	i) Tratamento que precede os nomes próprios das senhoras; ii) Título que, no Brasil e em Portugal, era usado como tratamento honorífico, precedendo o nome próprio de mulheres pertencentes às famílias reais.
Engenheiro	indivíduo que se especializou ou se diplomou em Engenharia.
Frei	Título dado a um católico consagrado que pertence a uma congregação e segue suas regras e ideais.
Governador	Cargo político, geralmente eletivo, que detém a autoridade máxima do poder executivo em uma província, distrito ou estado de uma federação.
Juiz	Membro do poder judiciário e na função de administrador da justiça do Estado é responsável por julgar.
Monsenhor	Título eclesiástico de honra conferido pelo Papa a sacerdotes por serviços prestados à Igreja ou pelo exercício de funções eclesiásticas.
Padre	Título atribuído ao ministro religioso na Igreja Católica, Ortodoxa e Anglicana.
Senador	Parlamentar representante dos Estados ou do Distrito Federal eleito pelo sistema majoritário para o Senado Federal.
Visconde	Título de nobreza superior ao de barão e inferior ao de conde.

Fonte: elaborado pela própria autora (2022)

Uma vez concluída as análises dos dados apresentados no Capítulo 3 e discutidos neste Capítulo 4, passemos às considerações finais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o estudo dos nomes históricos possibilita compreender e conhecer mais sobre a cultura e a história do estado de Minas Gerais ao esclarecer o que motivou a nomeação de cada um dos municípios. Por meio deste estudo, é possível perceber a importância de reconstruir o passado e manter a memória por meio desses nomes que constituem um referencial memorialístico coletivo.

Devemos compreender a importância do léxico, perceber os topônimos como parte da história, uma vez que as mudanças ocorridas no vocabulário no decorrer do tempo relacionam-se às mudanças culturais e também políticas de uma sociedade, definindo a sua estrutura e o grau de importância de cada pessoa, aliada, muitas vezes, a um acontecimento histórico. Como reflexo do ambiente social de seus falantes, o topônimo de cunho histórico pode ser considerado patrimônio imaterial de uma comunidade por expressar o universo cultural de uma sociedade, que é compartilhado, constituindo uma herança para as gerações futuras.

Posto isso, o principal objetivo deste trabalho foi fazer a descrição dos historiotopônimos, em uma perspectiva linguística e cultural, buscando informações significativas, a fim de compreender o motivo da escolha para nomear um município, tendo em vista o processo de povoamento do estado, procurando identificar as pessoas homenageadas, destacando sua importância social, política e cultural.

A historiotoponímia abordada nesta pesquisa tem como base não só o conceito proposto por Dick (1990), mas também busca expandi-lo dentro da realidade da nomeação dos municípios do estado mineiro. Consideramos historiotopônimos, os antropônimos que dão nome a municípios, de acordo com a sua importância por contribuir com a memória de uma sociedade, seja ela de cunho municipal, estadual, nacional ou internacional. Aplicamos, ainda, aos historiotopônimos motivados por nomes de pessoas, a proposta sugerida por Faria (2017), para os antropotopônimos.

Nossa pesquisa está vinculada ao Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico de Minas Gerais - e foi elaborada a partir de dois *corpora*, o de dados históricos, os quais foram avaliados de acordo com o período de nomeação, com informações de qual século e qual ano o município recebeu a denominação atual; e o *corpus* de dados contemporâneos, constituído pelos topônimos coletados no banco de dados do Projeto ATEMIG.

Em *Considerações Iniciais*, buscamos apresentar os objetivos deste trabalho que está pautado no estudo do léxico toponímico, tendo em vista a relação entre cultura, língua e sociedade.

No capítulo 1, *Fundamentação teórica*, apresentamos os aportes teóricos que nortearam a pesquisa, trazendo discussões sobre abordagens pertinentes que envolvem os conceitos de língua, cultura, identidade e sociedade, uma vez que a relação entre esses conceitos constitui uma base importante para os estudos do léxico. Além de abordar questões fundamentais sobre os estudos do léxico, expusemos os pressupostos teóricos da Onomástica, em destaque a Toponímia, que foi o nosso foco de estudos.

Para o estudo dos nomes históricos dos municípios de Minas Gerais, observamos que o caráter social da língua foi fundamental para se desvendar a designação dos nomes de lugares no território do estado, levando-se em consideração os elementos sociais, culturais, econômicos e políticos.

No capítulo 2, *Procedimentos teórico-metodológicos*, destacamos a construção dos *corpora* – o *corpus* contemporâneo e o *corpus* histórico –, assim como os procedimentos adotados no tratamento e análise descritiva dos dados dos nomes históricos. Foram analisados todos os nomes relativos aos 853 municípios do estado e selecionados para estudo 119 dados que, nesta pesquisa, consideramos pertencer à taxa dos historiotopônimos. As análises seguiram os conceitos propostos por Dick (1990a e 1990b) e Faria (2017). Os topônimos, selecionados em fichas léxicas foram organizados, foram examinados sincrônica e diacronicamente; observando variações, mudanças e manutenção. A elaboração da ficha lexicográfica seguiu o padrão metodológico proposto pelo projeto ATEMIG, baseado em Seabra (2004), inspirado no modelo de ficha lexicográfica-toponímica proposto por Dick (1990b).

No capítulo 3, *Apresentação e descrição dos dados*, apresentamos as fichas lexicotoponímicas do *corpus* contemporâneo, organizadas em ordem alfabética, nas quatro divisões feitas sobre os historiotopônimos. Cada ficha possui informações sobre o topônimo, a sua classificação, origem, motivação toponímica, denominação anterior e suas variantes (quando existiram), como, também, os documentos descritivos sobre o local. Apresentamos, também, os dados do *corpus* histórico, com descrições que fundamentaram nossa análise no capítulo 4.

No capítulo 4, *Análise de dados*, expusemos os dados contemporâneos focando nas profissões/ocupações dos homenageados e nos dados históricos, as datas de alterações dos topônimos e o apagamento cultural no processo de nomeação dos municípios.

Trouxemos também uma discussão sobre os gêneros dos historiopotônimos dando enfoque aos nomes históricos femininos e aplicamos a proposta de Faria (2017) aos nomes históricos.

Podemos dizer que ao longo dos capítulos apresentados, cumprimos os objetivos propostos pela pesquisa, pois quantificamos a ocorrência dos historiopotônimos nas regiões administrativas de Minas Gerais; conhecemos e demos a conhecer os topônimos; apresentamos o padrão motivador de cada um; classificamos os nomes históricos como internacional, nacional, estadual ou municipal e construímos fichas lexicográficas. Trouxemos também tópicos de discussão importantes sobre os nomes históricos como a questão dos apagamentos e dos nomes históricos femininos.

Neste percurso, destacamos:

- a) Dos 853 nomes de municípios mineiros, 119 foram classificados como historiopotônimos.
- b) Os historiopotônimos dos municípios de Minas Gerais são formados por antropotônimos, tendo só 1 ocorrência relacionada a movimentos de cunho histórico-cultural, a saber, o topônimo “Inconfidentes” e 2 ocorrências destacando membros desse movimento, que são “Tiradentes” e “Heliadora”.
- c) Tivemos como base os conceitos de historiopotônimos de Dick (1990) e aplicamos a proposta de Faria (2017) em relação ao antropotônimos. Acrescentamos e propomos a subdivisão para os historiopotônimos em 4 categorias, municipal, estadual, nacional, internacional, ficando assim distribuídas: internacionais (2), nacionais (37), estaduais (28), municipais (52). Os historiopotônimos municipais predominam, como se pode observar. Predominam, também, os nomes de personalidades que pertenceram ao mundo político.
- d) Dos 119 municípios classificados como historiopotônimos, onze apresentam uma denominação única: Alfredo de Vasconcelos, Araújo, Bandeira, Carvalhos, Cristiano Otoni, Frei Inocêncio, Gonçalves, Inconfidentes, Lamim, Medeiros e Paiva.
- e) Tivemos a predominância de nomes históricos do gênero masculino, tendo apenas oito nomes do gênero feminino: Cristina (H.N), Dona Eusébia (H.M), Gouveia – Francisca Gouveia (H.M), Heliadora (H.N), Leopoldina (H.N), Mariana (H.I), Maria da Fé e Pompeu - Joaquina Bernarda da Silva (H.E).
- f) Destacam-se alterações, devido à tradução de nomes estrangeiros: 1) Marliéria (homenagem a Guido Tomás Marlière); 2) João Monlevade (homenagem a Jean-Anatoine Félix Dissandes de Monlevade ).

A pesquisa busca contribuir para a descrição do léxico historiotopônimo de Minas Gerais, acreditando que essa reflexão possa contribuir não só com os estudos linguísticos, mas também com outras áreas de conhecimento como Antropologia, História, Geografia, Sociologia que têm como objetivo estudar a cultura e a sociedade. É importante ressaltar que os nomes de lugares por terem migrado do léxico geral da língua para o sistema Onomástico são capazes de se manter ao longo do tempo, por isso, tem seus significados e motivações esquecidas. O estudo toponímico traz para a sociedade contemporânea esclarecimentos importantes, necessários para a recuperação da memória cultural de uma comunidade.

Acreditamos que o tema não se esgota com esta pesquisa, mas esperamos ter contribuído com os estudos linguísticos, com o Projeto ATEMIG e, sobretudo, com as pesquisas toponímicas de cunho histórico, que tem como objetivo estudar a construção e manutenção da sociedade mineira por meio da herança toponímica que nos foi legada.

## REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina M. S. Filologia e o Estudo do Léxico. In: Magalhães, José S. e Travaglia, Carlos (orgs.). *Múltiplas perspectivas em Linguística*. Uberlândia: EDUFU, 2008, pp. 716-721.

Disponível em: [http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_244.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_244.pdf).

ALBINO, L. A relação da hidronímia com a história social no Paraná: uma descrição diacrônico-contrastiva. 2004. Dissertação (Mestrado em Estudo da Linguagem) Universidade Estadual de Londrina. Londrina - PR, 2004. 266f.

ANDRADE, M. Margarida. Lexicologia, Terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. In: *As Ciências do Léxico – Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001.

AUFFRAY, A. "Dom Bosco", Trad. R. Zend, São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1947.

ALLERTON, David John. *The linguistic and sociolinguistic status of proper names*. *Journal of Pragmatics, North-Holland*, v. 11, n. 1, p. 61-92, 1987.

AMARAL, E. T. R.; SEIDE, M. S. *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira*. São Paulo: Blucher, 2020.

ANJOS, M. A. L. *Marcas toponímicas em solo piauiense: seguindo as trilhas das águas*. 2012. 330f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, UFMG, 2012.

ANTÔNIO PRADO. <<https://www.antonioprado.rs.gov.br/secao.php?id=1>> Acesso em 28 de nov. de 2021.

ARAÚJOS. <<https://araujos.mg.gov.br/conteudo/historia>> Acesso em 20 de nov. de 2021.

ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL. <<https://atlas.fgv.br/verbetes/afonso-pena>> Acesso em 30 de nov. de 2021.

BAJO PÉREZ, Elena. *El nombre propio en español*. Madrid: Arco Libros, 2008.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BALDINGER, K. Semasiologia e onomasiologia. Tradução do original em francês por Ataliba T. de Castilho. *Alfa*: São Paulo, v. 9, p. 7-36, 1966.

BASÍLIO, Margarida. Formação e classes de palavras no português do Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

BARÃO DO MONTE ALTO. <[http://www.baraodomontealto.mg.gov.br/\\_site/nosso-municipio/historia/](http://www.baraodomontealto.mg.gov.br/_site/nosso-municipio/historia/)> Acesso em 30 de nov. de 2021.

BARBOSA, Maria Aparecida. *Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo*. São Paulo: Global, 1981.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia limitada, 1995.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *As ciências do léxico*. In: OLIVEIRA A. M. P; ISQUERDO, A. N. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: UFMS, 1998.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria Linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.183-191.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRITO, Adriano Naves de. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília: UnB, 2003.

CM SANTA LUZIA. < <https://www.cmsantaluzia.mg.gov.br/pagina/ler/1000/historia-do-municipio>> Acesso em 26 de nov. de 2021.

CÂMARA CLÁUDIO. <<https://camaraclaudio.mg.gov.br/historia-de-claudio>> Acesso em 25 de nov. de 2021.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. 1972. Língua e cultura. In: Carlos Eduardo Falcão Uchôa (sel. e introdução.) *Dispensos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

CARVALHOS <<http://www.camaracarvalhos.mg.gov.br/site/index.php/nossa-cidade>> Acesso em 25 de nov. de 2021.

CAMELLO, Maurilio (1986). *Dom Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do Clero em Minas Gerais, no século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, R. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Ana Paula. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. 823 f. Tese (Doutorado, Linguística Teórica e Descritiva) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MGSS-9PMR2U>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. CPDOC. <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur\\_bernardes](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur_bernardes)> Acesso em 20 de nov. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL.



<[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/benedito\\_valadares](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/benedito_valadares)>  
Acesso em 25 de nov. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL.

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/OTONI,%20Cristiano%20Benedito.pdf>> Acesso em 26 de nov. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL.

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/AMARAL,%20Eduardo%20Carlos%20Vilhena.pdf> Acesso em 26 de nov. de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL.

<[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino\\_kubitschek](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek)> Acesso em 24 de nov. de 2021.

CESNIK, F.S.; BELTRAME, P.A. *A globalização da cultura*. Barueri: Manole, 2005.

CHAUÍ, M. A linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Convite à filosofia*. 13 ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 136-151.

CORONEL PACHECO. < <http://www.portal.coronelpacheco.mg.gov.br/pagina/4/Rio-Pomba>> Acesso em 24 de nov. de 2021.

CORONEL XAVIER CHAVES.

< <http://coronelxavierchaves.mg.gov.br/prefeitura/historia-da-cidade/>> Acesso em 24 de nov. de 2021.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1983). *Anais pernambucanos: 1824-1833*. Recife: Governo de Pernambuco, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, Diretoria de Assuntos Culturais. p. 171.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

CRISTINA <<https://www.cristina.mg.gov.br/historia-de-cristina>> Acesso em 20 de nov. de 2021.

DAUZAT, Albert. *Les nouns de Lieux*. Paris: Delagrave, 1926.

DAUZAT, Albert. *Dictionnaire étymologique dès noms de famille et prénoms de France*. Paris: Larousse, 1951.

Delfim Moreira da Costa Ribeiro. < <https://www.mg.gov.br/governador/delfim-moreira-da-costa-ribeiro>> Acesso em 31 de nov. de 2021.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo: 1554-1987*. 2.ed. São Paulo: Annablume,1997, 393p.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Os Nomes como Marcadores Ideológicos. In:*Acta Semiótica et Lingvistca*. SBPL-SP, Editora Plêiade, v.7, p.97-122, 1998.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O Sistema Onomástico: Bases Lexicais e Terminológicas, Produção e Frequência. In: *As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, p.77-88, 1998.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Toponímia e Cultura. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: 1987.

DICK, M. V. P. A. *Fundamentos Teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil)*. In.: SEABRA, M. C. T. C. (Org.) *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006. p. 91-117.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo*. In: *Investigações Linguísticas e Teoria Literária*. Recife, UFPE: v.9, p.119-148, 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

DUBAR, C. *La socialisation. Construction des identités sociales ET professionnelles*. Paris: Armand Colin, 1991.

DURANTI, Alessandro. *Antropologia Linguística*. Trad. espanhola: Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

ELÓI MENDES. <<https://eloimendes.mg.gov.br/delfinopolis/>> Acesso em 19 de nov. de 2021.

FAGGION, C. M., Dal Corno, G. O. M. & Frosi, V. M. (2009) *Topônimos de Bento Gonçalves: motivação e caracterização*. *MÉTIS: História e cultura*, 7(13), 277-298, acesso em 04 de abril, 2021, de <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/704/510>.

FAGGION, C. M., Misturini, B., Dal Pizzol, E. V. *Ideologias no ato de nomear: a toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade*. *ENTRELETRAS*,

Araguaína/TO, v. 4, n. 2, p. 10-30, ago./dez. 2013, acesso em 22 de junho, 2021, <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/987/526>.

FAQUIÉRI, José Constantino. Zé Barbosa - o prefeito do povo, da paz e do progresso. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2009, p.83

FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. *Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais*. 2017. 686 f. Tese (Doutorado, Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://www.poslin.letras.ufmg.br/defe-sas/1479D.pdf>>. Acesso em: nov. 2021.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das Mulheres no Brasil*. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. *Italianos em Belo Horizonte: estudo léxico-social e proposta de dicionário*. 2016. 997 f. Tese (Doutorado, Linguística Teórica e Descritiva) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MGSS-AAPJ5Y>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e Vilas D’El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2011.

FRANCISCO COELHO DUARTE.

<<http://historiademuzambinho.blogspot.com/p/francisco-coelho-duarte-badaro.html>>  
Acesso em 28 de nov. de 2021.

FRANCISCO DUMONT.

<<https://www.franciscodumont.mg.gov.br/a-cidade/municipio>> Acesso em 28 de nov. de 2021.

FREI GASPAR. < <https://www.freigaspar.mg.leg.br/institucional/A-Cidade/Historia>>  
Acesso em 20 de nov. de 2021.

FREI INOCÊNCIO. < <https://www.freiinocencio.mg.gov.br/historia/>> Acesso em 21 de nov. de 2021.

GAETA, Maria Aparecida J. V. “Santos” que não são santos: estudos sobre a religiosidade popular brasileira. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n. 1, p. 57-76, 1999. Disponível no site [http://www.usc.br/biblioteca/mimesis/mimesis\\_v20\\_n1\\_1999\\_art\\_05.pdf](http://www.usc.br/biblioteca/mimesis/mimesis_v20_n1_1999_art_05.pdf).

GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. *Grammaire du nom propre*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. *L’individu pluriel: les noms propres et le nombre*. Paris: CNRS, 2001.

GÓIS, Norma Monteiro de. *Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano 1889/1991*. Universidade Federal de Minas Gerais FAFICH – Centro de Estudos Mineiros.

Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, gerência- geral de consultoria e pesquisa. Belo Horizonte, vol. I, 1994, p.68.

GONÇALVES. < <https://www.camaragoncalves.mg.gov.br/historia-de-goncalves>> Acesso em 20 de nov. de 2021.

GOUVEIA. <<https://www.gouveia.mg.gov.br/historia.php>> Acesso em 15 de out.de 2022.

GREIMAS, A.J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo : Cultrix, 1985.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etmológico de nomes e sobrenomes*. 2.ed. S. P. Editora Ave Maria, 1973.

GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do Acontecimento*. Campinas-SP: Pontes.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990.

HOBBSAWM, Eric J., 1917-2012 *Sobre história / Eric Hobsbawm ; tradução Cid Knipel Moreira*. São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense/ Publifolha, 2000, p. 48.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. < <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/FRSilva.html>> Acesso em 21 de nov. de 2021.

ISQUERDO, Aparecida Negri. (Org.); OLIVEIRA, A. M.P. P. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Editorada UFMS, 2001. v. 01. 267 p.

ISQUERDO, A. N. *Brasileirismos, regionalismos e americanismos: desafios e implicações para a lexicografia brasileira*. In: BERLINCK, R. de A.; GUEDES, M. e MURAKAWA, C. de A. A. (Org.) *Teoria e análise linguísticas: novas trilhas*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. pp. 11-29. (Trilhas Linguísticas, 8)

ISQUERDO, A. N. *Léxico regional e léxico toponímico: interfaces históricas e culturais*. In: Aparecida Negri Isquerdo; Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. (Org.). *As Ciências do Léxico*. Lexicologia, lexicografia e terminologia, v. VI.. 1ed.Campo Grande - MS: Editora daUFMS, 2012, v. , p. 115- 140.

ISQUERDO, A. N. (1997) *A toponímia como signo de representação de uma realidade*. *Fronteiras - Rev. História UFMS* 1(2), 27-46, recuperado em 14 de abril, 2021, de <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/12920/6281>.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. <<https://ihgmg.org.br/sme/conteudo institucional/menuesquerdo/SandBoxItem>> Acesso em 20 de nov. de 2021.

JOÃO MONLEVAD. <<https://www.ufmg.br/vieiraservas/municipio/joao-molevade/>> Acesso em 20 de nov. de 2021.

JOSÉ GONÇALVES. < <https://climaonline.com.br/jose-goncalves-de-minas-mg/historia-da-cidade>> Acesso em 20 de nov. de 2021.

JOSÉ RAYDAN. < <https://www.joseraydan.mg.gov.br/cidade>> Acesso em 20 de nov. de 2021.

JOSÉ, Oiliam (1921). *Tiradentes*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo, 1985

JÚLIO BUENO BRANDÃO. <<https://www.mg.gov.br/governador/julio-bueno-brandao>> Acesso em 20 de nov. de 2021.

JUNIOR, Barroso. Leopoldina e seus primórdios. Leopoldina, 1943, p. 51.

KRIEGER, Maria da Graça. *Lexicologia, Lexicografia e Terminologia: impactos necessários*. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny. *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande (MS): Ed. UFMS; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 161-176.

KRIEGER, Maria da Graça. Lexicografia: o léxico no dicionário. In: SEABRA, M. C. T. C.de (Org.). *O Léxico em Estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p.157-171.

KRIEGER, M.G; FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo:Contexto, 2004.

LAMIM.< <https://lamim.mg.gov.br/historia/>> Acesso em 20 de nov. de 2021.

LEANDRO FERREIRA < [leandroferreira.mg.gov.br/prefeituralefer/](http://leandroferreira.mg.gov.br/prefeituralefer/)> Acesso em 12 de jun.de 2022.

LEITE DE VASCONCELLOS, J. *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

LEITE DE VASCONCELLOS, J. *Opúsculos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

LEITE DE VASCONCELOS, J. Leite. *Opúsculos: onomatologia*. Vol.3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

LEE, Peter. Por que aprender História? Educar em Revista. Curitiba, v. 42, n. 4, pp. 19-42, 2011.

Leopoldina (MG). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 25. p. 450-456.

LYONS, J. *Semântica*. Lisboa: Editorial Presença/ Martins Fontes, 1977.

MARI, H. *Aspectos da teoria da referência*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

Marlheria < [www.marlheria.mg.gov.br](http://www.marlheria.mg.gov.br)> Acesso em 20 de nov. de 2021.

MÁRIO CAMPOS. < <http://magisteriomc.blogspot.com/2011/10/nossa-querida-mario-campos-nossa.html>> Acesso em 21 de nov. de 2021.

MATORÉ, George. *La méthode em lexicologie*. Domaine Française. Paris: Didier, 1953.

MEDEIROS. < <https://www.medeiros.mg.gov.br/pg.php?id=71>> Acesso em 20 de nov. de 2021.

*Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*, 4ª edição, Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

MINISTROS D.PEDRO II.

<[https://web.archive.org/web/20130918164736/http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/dom\\_pedroII025.asp](https://web.archive.org/web/20130918164736/http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/dom_pedroII025.asp)> Acesso em 27 de nov. de 2021.

MOURA, Raul Soares. <<https://www.mg.gov.br/governador/raul-soares-de-moura>> Acesso em 20 de nov. de 2021.

MATORÉ, G. *La méthode en lexicologie*. Domaine français. Paris: Didier, 1953.

NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques *Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

NORA, Pierre. *O Retorno do Fato in NORA & LÊ GOFF*. *Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História – a problemática dos lugares*. São Paulo, Rev. Projeto História/PUC vol. 10, 1993.

NORONHA, Gilberto Cezar de. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias*. 2006. 208 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

OGDEN, C. K. & RICHARDS, I.A. *The Meaning of Meaning*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1923.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de, ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. 2.ed. Campo Grande (MS): Ed. UFMS, 2001.

PADRE PARAÍSO.

Dispon<<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/saberesplurais/municipio/padre-paraiso/>> Acesso em 23 de nov. 2021.

PAULA CÂNDIDO. <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/FPCandido.html>> Acesso em 20 de nov. 2021.

PAYER, M. O. *Entre a língua nacional e a língua materna*. In: [http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/lingua/Maria\\_onice.pdf](http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/lingua/Maria_onice.pdf).

PEREIRA, Wendel Albert Oliveira (2007). *Os Pinto Coelho da Cunha*. [S.l.]: Clube de Autores. 325 páginas.

POMPÉU. <<https://pompeu.mg.gov.br/portal/index.php/pt/a-cidade/patrimonio-e-historia>> Acesso em 20 de nov. de 2021.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia Brasileira. In: Silvia, Zélia (org). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

REIS, L. M. . "Mulheres no Contexto da Inconfidência Mineira de 1789". *Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n.4, 1998.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento/ Justificando, 2017.

SALAZAR-QUIJADA, A. *La Toponimia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 1985.

SANTA LUZIA. <<https://www.cmsantaluzia.mg.gov.br/pagina/ler/1000/historia-do-municipio>> Acesso em 22 de nov. de 2021.

SAPIR, Edward. *Língua e ambiente* (1969). *Linguística como ciência. Ensaio*. Livraria Acadêmica, 1969, p. 43-62.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. *Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Edições de janeiro, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*. Tese de doutorado (inédita). PosLin/FALE/UFMG, 2004.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa. Referência e onomástica. In: *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XISILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006, p. 1953 –1960.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Pesquisa Toponímica em Minas Gerais: contribuições do projeto ATEMIG. In: MALUF-SOUZA, Olímpia; SILVA, Valdir; ALMEIDA, Eliana de; BISNOTO, Leila Salomão Jacob (Orgs.). **Discurso, sujeito e memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. ISBN 978-85-7113-417-1

SEABRA, M. C. T. C. ; SANTOS, M. M. D. dos . *Toponímia de Minas Gerais em registros cartográficos históricos*. In: Aparecida Negri Isquerdo; Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. (Org.). *As Ciências do Léxico*. Lexicologia, lexicografia e terminologia, v. VI..1ed.Campo Grande - MS: Editora da UFMS, 2012, v. , p. 245-260.

SILVA, João Moreira da Silva; MARQUES, Nilza Alves de Pontes. *Caminhando de Samambaia a Andradas*. Campinas: Pontes, 1996, p.38

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMÃO PEREIRA. < <https://www.camarasimaopereira.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia-de-simao-pereira/6501>> Acesso em 30 de nov. de 2021.

STEWART, George R.. A classification of place names. *Names*, v. 2, n. 1, p. 1-13, 1954.

TAPIOCA NETO, R. D. . *Rainhas Trágicas: Uma Viagem pelos Perigos e Paixões de 15 Mulheres Que Ousaram Desafiar as Regras da Época em Que Viveram*. 2. ed. Portugal: Vogais, 2022. v. 1. p.5

TEIXEIRAS. < <https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/teixeiras>> Acesso em 29 de nov. de 2021.

*Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. 221 p.

ULLMANN, S. *The Principles of Semantics*. Glasgow: Jackson & Oxford Blackwell, 1957.

ULLMANN, Stephen. *Semántica: introducción a la ciencia del significado*. Traducido del inglés por Juan Martín Ruiz - Werner, 2. ed. Madrid (España): Basil Blackwell, Oxford, 1962.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução de J.A.Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 2 v.

VERÍSSIMO. < <http://www.verissimo.mg.gov.br/historia.html>> Acesso em 25 de nov. de 2021.

VIEIRAS. < <https://www.vieiras.mg.gov.br/a-cidade/historia-da-cidade>> Acesso em 25 de nov. de 2021.

VIGOTSKI, L. S. *Pensamento e linguagem*. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

ZAMARIANO, Márcia. *Estudo toponímico no espaço geográfico das mesorregiões paranaenses: Metropolitana de Curitiba, Centro-Oriental e Norte Pioneiro*. 2010. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina - PR, 2010. 417f.